

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Sociais

O ESPAÇO DA COMUNICAÇÃO

Por uma teoria da mediação social

Glauco Rodrigues Cortez

Tese de doutoramento
defendida no Departamento de Ciências Sociais
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
(IFCH) e produzida sob a orientação da
professora doutora Arlete Moysés Rodrigues.

Este exemplar corresponde a redação final da tese
defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em

31 / 08 / 2005

Banca:

Arlete Moysés Rodrigues



Cremilda de Araújo Medina



Cristina Meneguello



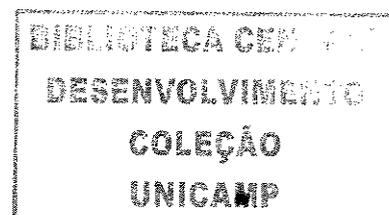
José Mário Ortiz



Thales Haddad Novaes de Andrade



Campinas/Valinhos
2005



UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	UNICAMP
V	EX
TOMBO BCI	18473
PROC.	6-86-05
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	18/10/05
Nº CPD	

Bib ID 366444

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C 818 e Cortez, Glauco Rodrigues
O espaço da comunicação : por uma teoria da mediação social /
Glauco Rodrigues Cortez. -- Campinas, SP : [s. n.], 2005.

Orientador: Arlete Moysés Rodrigues.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Espaço (Arte). 2. Mídia (Publicidade). 3. Comunicação de
massa. 4. Imprensa. 5. Jornalismo. 6. Mediação. I. Rodrigues,
Arlete Moysés. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(mfbm/ifch)

Palavras-chave em inglês (Keywords): Space.

Advertising media.
Mass communication.
Press.
Journalism.
Mediation.

Área de Concentração: Ciência Sociais

Titulação: Doutorado em Ciências Sociais

Banca examinadora: Profa. Dra. Arlete Moysés Rodrigues (orientadora)
Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade
Profa. Dra. Cremilda de Araújo Medina
Prof. Dr. José Mário Ortiz
Profa. Dra. Cristina Meneguello

Data da defesa: 31 de agosto de 2005.

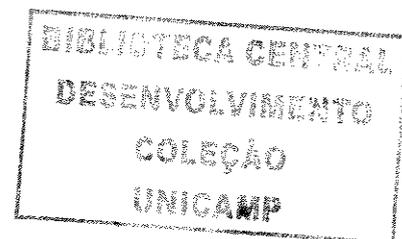
Abstract

Resumo

Este trabalho busca compreender o *espaço mediador social*, ou seja, um espaço de mediação que as sociedades possuem como uma forma de resolver conflitos e estabelecer consensos. Ele permite também o fluxo de idéias e bens materiais que tornam a vida em sociedade mais organizada, além de fazer com que os assuntos importantes sejam compartilhados ou, ao menos, conhecidos por todos.

Abstract

This work tries to understand the *space of the social mediation* as a place where the societies decide conflicts and establish collective consensus. It also allows to have a flow of ideas and products that become the life in society more organized, besides to make that important subjects are shared or known for all.



000522814

Agradecimentos

Ao Diego, da Pret a Porte, escola de línguas, e a Lucimara Melato, pela ajuda voluntária em algumas traduções

Ao Welington pelas imagens da Oboré

Ao Maurício e Clóvis, do Simpro-Campinas, pela atenção e empréstimo de revistas

A Petilda Vasquez, pelas discussões teóricas e ensinamentos nos meus primeiros anos como professor.

Ao meu pai e minha mãe pelo apoio e, em especial, a minha mãe por ficar com a Capitu na fase final.

A Patrícia Gomes, pelo carinho com a Capitu

A Flávia, pela paciência

E a Capitu, pela inspiração

Aos professores Renato Ortiz e Thales Haddad, pelas sinceras e rigorosas análises na qualificação.

E por último, um agradecimento especial, a professora e orientadora Arlete Moysés Rodrigues, pelo carinho, compreensão e rigor em sua orientação, além de sua capacidade de interlocução, respeito e sinceridade com o trabalho do seu orientando. Nesse longo período, estabelecemos um diálogo em que os tempos meu e dela parecem ter se entendido para que essa tese pudesse ser concluída.

Obrigado
Glauco Cortez

SUMÁRIO

I – Prólogo

Atuar ou mediar?.....	01
-----------------------	----

II – Introdução

1. O espaço mediador social e o paradoxo do capital.....	07
--	----

III - O Espaço Mediador Antigo

1. A mediação comercial.....	19
2. A mediação política.....	21
3. A mediação da comunicação.....	28
4. A mediação e o espaço físico.....	32

IV - O Espaço Mediador Medieval

1. A mediação e a cidade.....	37
2. A mediação e a praça.....	42
3. A mediação e o jogral.....	46

V - O Espaço Mediador Moderno

1. O controle da praça.....	53
2. A praça no Brasil: uma metáfora política.....	60
3. A praça da liberdade.....	61

VI – O Espaço Mediador dos Cafés

1. A privatização do espaço mediador.....	69
2. Os limites privados da mediação.....	75

VII - O Espaço Mediador Postal

1. O Espaço postal Antigo.....	83
2. O Espaço postal Medieval.....	88

VIII - O Espaço Mediador da Imprensa

1. As fundações do espaço mediador.....	105
2. As configurações institucional e utópica.....	111
3. A formação científico-literária.....	113
4. A formação da linguagem.....	116
5. A formação política.....	120
6. O valor superestrutural.....	125
7. A consolidação do espaço mediador.....	129

IX - O Espaço Capturado

1. A captura da mediação.....	135
2. A captura geográfica.....	137
3. A captura do sócio-comercial.....	139
4. A captura do artístico e do político.....	146

X - O Espaço dos Tecnoatores

1. Vida interpessoal e deslocamento.....	159
2. Velocidade e tecnosfera.....	163
3. Tecnoatores: o paradoxo da mídia.....	167
4. O espaço mediador político.....	175

XI - O Espaço Público

1. Espaço público estatal e não-estatal.....	181
2. Sociedade civil e espaço público estatal.....	184
3. Sociedade civil e espaço público não-estatal.....	186

XII - O Espaço dos Atores

1. O sindicalismo: 'espelho, espelho meu`.....	195
2. Os evangélicos: a fé na mídia.....	203
3. Os ambientalistas: o dinheiro late, mas não morde.....	207
4. Os políticos: as tecnocaptanias.....	214

XIII – Considerações Finais

1. Em busca de uma outra cidadania.....	221
---	-----

XIV – Referências Bibliográficas

1. Bibliografia.....	225
2. Artigos e notícias da imprensa.....	230
3. Crédito das figuras.....	232

XV - Anexo

4. Anexo: figuras.....	235
------------------------	-----

Epígrafes

“Aqui jaz, largado aos vermes,
o corpo de Benjamin Franklin, impressor,
como a capa de um velho livro
cujas folhas foram arrancadas
e a douração e o título apagados.

Mas por isso não está a obra perdida;
ele reaparecerá, como ele o cria,
em uma nova e melhor edição,
revista e corrigida pelo Autor”
(Epitáfio de Benjamin Franklin)



Folha de S. Paulo, 20 de março de 2005

I PRÓLOGO

1. Atuar e Mediar?

Desde o momento em que se inicia a modernidade, toda uma nova cultura política se desenvolve a fim de que pessoas e grupos sejam atores ou atuantes na sociedade. O próprio ambiente formado pela esfera pública burguesa, ao permitir que pessoas da sociedade (particulares) emitissem juízo de valor e críticas em geral, possibilitou a formação de uma mentalidade social com posições mais ativas, principalmente em relação às demandas sociais de grupos e classes. Surgem novas organizações, sindicatos, religiões e partidos políticos. Os partidos formados por trabalhadores, por exemplo, se definem como organização por volta de 1850 e constituem um novo ator político.

Atualmente, essa condição de ator está inscrita também nos conceitos de cidadão, consumidor, eleitor e outros que buscam conquistar seus direitos. A própria escola, programa moderno da universalização do ensino, transmite o conceito de cidadania como algo que possa fazer parte da vida dos jovens para que sejam participantes e atuem em benefício da sociedade. A profissão do professor, impulsionada pela busca da universalização do ensino, implica em uma preocupação social, visto que a educação de jovens e crianças é uma espécie de construção social, formação coletiva. Todas essas concepções ajudaram a formar os grupos políticos e sociais que lutam por uma gama variada de bandeiras; isso ajudou a constituir uma sociedade civil bastante desenvolvida.

Depois da inserção da classe trabalhadora como um novo ator político do século XIX, o século XX parecia não trazer novidades. Contudo, na segunda

metade do século surge um outro tipo de associação, definido economicamente como terceiro setor, e representado mais especificamente por organizações não-governamentais (ongs) que atuam em diversos setores da sociedade. As ongs, que tiveram essa designação por meio de uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1950, mostram o espírito de um período histórico, de tomada de posição e formação de agrupamentos de indivíduos para atuar em prol de determinadas causas na sociedade. Ampliam-se conceitos como grupos de pressão, ação direta, intervenção, performance, palavras de ordem etc. Entre a diversidade de organizações que surgem, o ambientalismo, por exemplo, é um ator radicalmente novo e próprio desse período histórico.

A cultura social da ação, ao que parece, apresenta-se como um novo caminho para se buscar uma sociedade mais justa, digna e equilibrada. Ser ator, praticar ações ao participar ativamente da vida coletiva, parece ser a única forma de se buscar uma utopia, ou mais modestamente, um projeto de sociedade melhor, vislumbrado por grupos e pessoas. A ação é intrínseca à formação de facções, grupos, partidos, ongs ou qualquer outro tipo de organização social. A princípio, obviamente, não é possível se deslocar de uma cidade para outra se não tomarmos nenhuma ação nesse sentido. Também parece ser elementar e impensável que deixar de ser um ator e de praticar alguma ação se conseguirá os objetivos desejados para um projeto social.

A contemporaneidade, no entanto, contém um novo padrão de entendimento do mundo que parece abandonar as premissas lógicas e evidentes do real concreto que se vem construindo com reflexões e utopias libertadas com a modernidade. Talvez por isso toda a atuação política no sentido tradicional da ação - por mais que tenha avançado e se transformado ao longo de décadas ou, pelo menos, nos últimos 150 anos - não foi suficiente para, pelo menos no Brasil, exibir o orgulho de suas conquistas. Diga-se: não se eliminou a fome, não se

universalizou a educação, não se criou condições de saúde elementares como saneamento básico e atendimento médico com razoável qualidade etc. Pelo contrário e fora isso, a miséria e a violência foram ampliadas nas últimas décadas.

Mas isso não significa menosprezar toda a atuação dos atores formados na modernidade; seria uma insanidade. Mas, com os olhos sobre o Brasil atual, a sensação que dá é que todo o esforço de luta de décadas se esmaece em uma nova configuração da realidade que não foi prevista; uma configuração em que a estabilidade democrática também implicou em mudanças (talvez desencanto ou enfraquecimento) na qualidade, intensidade e comprometimento dos atores sociais.

Portanto, a forma como deve ser lido este trabalho foge um pouco da lógica da atuação, já que seus objetivos estão fincados em um outro espaço de realidade, o qual comporta um diferente posicionamento político e cultural. Esse outro espaço de realidade implica em mudanças de percepções no setor educacional, econômico, sanitário, social, cultural etc, visto que tem como meio ambiente um solo técnico e uma atmosfera tecnificada. Aqui não se delinea a transformação exclusiva de algum setor social, pois se entende que toda a sociedade abandonou o meio natural para viver intensamente em um meio ambiente técnico. As pessoas não experimentam o meio ambiente natural como uma interação de existência; ele já não interfere na vida das pessoas. Toda a experiência humana se dá numa tecnosfera que não se altera faça chuva ou faça sol, calor ou frio, vento ou pasmaceira. Talvez isso mude apenas sob catástrofes climáticas, geológicas etc, mas até nestas situações se tenta prever e contornar.

Uma das qualidades do aparelho técnico é justamente suportar a variação de temperatura, movimento e umidade dos climas terrestres; assim ele pôde se difundir em todas as regiões do planeta. O meio ambiente natural está distanciado da interação existencial, visto que não define mais as ações humanas

e se transformou em funções prioritariamente poéticas e contemplativas. A lua cheia, o arrebol entardecer, o cometa, o eclipse são objetos fugidios, espetáculos, assim como um filme, um quadro, uma imagem captada pelas câmeras. Marca-se horários para ver, programa-se para sentir, copia-se para guardar. Água, ar e terra são ilhas, fontes que necessitam de conservação para que a tecnosfera não entre em colapso. A tecnosfera teve um desenvolvimento mais rápido que a biosfera, mas também levou centenas de anos para se formar - desde a invenção da pedra lascada - e continua a se transformar com a biotecnologia, a nanociência e outros.

Quando os jovens criam o estilo de música tecno, depois de passarem pela pedra (rock) e pelo metal (heavy metal), eles não podem ser rotulados como rebeldes, drogados, alienados ou qualquer análise que aponte uma radical contestação ou mudança cultural. A música tecno é uma síntese social, como se se formulasse uma metáfora do que é a sociedade que eles herdaram, principalmente após a revolução industrial. Os jovens expõem uma sociedade que os mais velhos construíram, mas paradoxalmente não a reconhecem.

O *espaço mediador social*, objeto deste estudo, se aloja na tecnosfera; é um ambiente técnico inerente à sociedade, mas que recentemente parece minar toda a tradição moderna de atuação e abrigar uma espécie de paradoxo entre atuar e mediar. O espaço mediador moderno provoca um deslocamento da atuação pura e simples para a mediação, mas essa mediação é entendida como uma mediação-atuação; uma forma que parece contraditória, incompatível, mas talvez por isso tenha um grande valor. Essas palavras, no entanto, não significam que é necessário se desvencilhar do modelo tradicional de atuação, negar suas qualidades e importância nas organizações políticas, culturais e na formação de consciência. Mas se faz necessário dar valor a um espaço que sempre foi desprezado em nome de um posicionamento lateral, mais radical, com

identidades e ideologias bem marcadas e definidas. O que se faz necessário reconhecer é que não existe ator sem mediador. A exceção do conflito armado ou da guerra declarada, que é um limite extremo das contraposições de indivíduos, grupos e nações, os conflitos sempre exigem uma mediação. Quando grupos atuam na sociedade tem-se como premissa que alguém ou alguma instituição social é legítima para fazer a mediação. Quando revolucionários abandonam as armas, estão na verdade aceitando um mediador como legítimo, seja o Estado, o sistema político etc. Se ocupam o poder, num outro sentido, estabelecem as regras da mediação, que podem ser autoritárias, democráticas, liberais etc. Portanto, ao se colocar numa posição exclusiva de ator no espaço social, político, cultural, etc, está-se num único movimento, legitimando o espaço mediador e, ao mesmo tempo, negligenciando sua importância. A guerrilha, por exemplo, ocorre quando não há mais qualquer espaço para a mediação social, mas também quando o movimento guerrilheiro cola esse espaço às classes hegemônicas de forma indistinguível. Nesse caso, a mediação é simplesmente vista como atuação e sua complexidade desaparece.

Quando se pensa no Estado de uma perspectiva de Gramsci, a classe hegemônica se apresenta como a única com características fortes para ocupar essa dupla função, visto que o projeto da classe hegemônica coincide como o projeto de todas as classes. Mas o pensamento de Gramsci buscou um entendimento entre atuação e mediação quando reconheceu o valor do aparato superestrutural da sociedade. Ao fundar o jornal L'Unità, em 1924, por exemplo, o filósofo italiano deu um passo inimaginável para a época no sentido de se ocupar o espaço da mediação social por parte dos trabalhadores. O equívoco do jornal, fechado em 2000, após 76 anos de existência, talvez tenha sido ser o órgão oficial do PCI (Partido Comunista Italiano), ou seja, o órgão oficial de um ator.

A formulação de um projeto de mediação para atores sociais é um momento difícil, visto que eles guardam em sua herança genética toda uma tradição de posicionamento lateral, de combate. Isso ocorre porque o momento da mediação é o momento em que se abandonam os espelhos que servem para admirar a beleza da imagem do ator no palco da vida; é um momento de ampliar a capacidade de visão, que não pode mais ficar subjugada aos olhos irados, provenientes das injustiças ou da insanidade das condições humanas e ambientais. É necessário duplicar a capacidade de visão e buscar olhares exteriores ao conflito, capazes de serem tolerantes e de estabelecerem o diálogo com o outro, o diferente, o inimigo. Um projeto assim talvez não tenha sido possível em uma Itália do início do século passado que guardava em seu bojo uma aspiração fascista, mas talvez seja possível no início deste século, em que o capitalismo instaurou um novo espaço; um novo e avassalador ambiente técnico, uma nova percepção sobre o real, permitindo que o ator entenda que na sociedade atual o seu poder de fogo não está em sua fala, em seu discurso, mas sobre o espaço em que o palco permite aos seus pés. Atuar pode não ser somente interpretar, mas também produzir espaços. Atuar e mediar, eis a questão.

Essa dualidade de posições, ou paradoxo, vai estar presente em todo texto, ainda que não explicitamente nos primeiros capítulos, mas ao final ela vem à tona para que se possa dar uma contribuição para o entendimento do *espaço mediador social*.

II INTRODUÇÃO

1. Espaço mediador social e o paradoxo do capital

Todos os grupos de pessoas precisam de um espaço de interação para que eles realmente existam como um grupo. Desde as mais antigas associações coletivas de seres humanos até os grupos ou associações de bairros atuais precisam de um espaço de diálogo, sociabilidade e organização da existência coletiva. E isso não é um projeto estabelecido deliberadamente pelo grupo, mas algo constituinte, visto que o fato de estar junto já implica na manifestação de um espaço de interação.

Na atualidade, a coletividade se organiza em associações civis, partidos, religiões, sindicatos, organizações não-governamentais, etc. Todos precisam de um espaço específico, que aqui será denominado de *espaço da mediação social*. Esse espaço pode ser o salão da igreja, a sede do partido, a casa de um membro do grupo etc, mas esse é um espaço de mediação social próprio para as discussões que interessam e que motivaram a formação do grupo social. Por isso, pode-se dizer que é um *espaço de mediação social restrito* ou específico.

Quando o grupo estabelece suas formas de mobilização e estabelece consensos sobre como atuar na sociedade, ele necessita entrar e dialogar dentro de um espaço de mediação social mais amplo, que implica em conflitos de interesses e de pensamentos. Esse é o espaço em que todos os grupos sociais necessitam estar para expressar suas opiniões, defender suas idéias, verdades e ideologias. E é esse o espaço que aqui se denomina de *espaço mediador social* da coletividade.

Esse espaço (ou espaços, visto que não existe apenas um) de interação e diálogo, necessário para a expressão e existência dos grupos sociais dentro de um processo de desenvolvimento social é disputado por todos os grupos, mas não é ocupado de forma equânime. Há grupos fortes e fracos, assim como há grupos que controlam o espaço por longo tempo e outros que ficam excluídos ou são ignorados independentes de sua vontade. Essa exclusão e desprezo ocorrem por diversos motivos, entre eles o fato de se ter peso político, representação social ou até capacidade técnica suficiente para participar desse espaço mediador. O espaço mediador social, portanto, não é um espaço neutro ou acolhedor. É um campo de luta razoavelmente civilizado, um espaço de obstáculos, conquistas, impedimentos, controles.

Até aqui, esse espaço pode ser definido apenas como algo físico, necessário para a realização das ações dos indivíduos na sociedade. Mas, essa compreensão, não dá conta da complexidade do *espaço da mediação social*. As definições de espaço são inúmeras na ciência, mas se tem como parâmetro aqui as conceituações de Milton Santos, quando analisa o espaço geográfico como um sistema híbrido de objetos e ações.

“Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.” (SANTOS, 2002, p. 63)

Essa interação dos sistemas de objetos e ações mostra a importância de se compreender o espaço de mediação social nas sociedades contemporâneas, visto que nessas sociedades, normalmente autodefinidas como capitalistas e democráticas, o espaço mediador comporta diálogos e debates de sua

organização, conduta e regras que serão seguidas pela sociedade. Diferentemente, nos Estados autoritários (quando se controla ou fecha o parlamento, se estabelece censores, controles ou proibições de reuniões, associações, publicações etc), o espaço mediador social fica sucumbido, destituído ou desconfigurado. Além disso, fica sem valor na definição de políticas públicas e projetos do Estado, ainda que de forma indireta sempre haverá um fluxo mínimo de interferência entre a sociedade e o Estado autoritário.

Nesse sentido, quando se referir aos *espaços de mediação social*, é importante entendê-los não exclusivamente como um conjunto de estruturas ou objetos em que se dão, por exemplo, as ações de atores sociais e políticos, mas como um fenômeno que se forma nessa interação de objetos e ações. O espaço existe e se impõe “através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição do ‘bem viver’”(SANTOS, 2002, p. 55). Para Santos, o valor do espaço não é independente das ações que ele é suscetível de acolher. “O espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição social e do físico, um híbrido”. (SANTOS, 2002, p. 86) Para Rodrigues, a partir dos textos de Neil Smith, o espaço se compõe como um substrato material da vida diária. “Não há assim separação entre aspectos naturais e sociais...Nossa preocupação é com o espaço geográfico que podemos considerar, no seu sentido mais geral, como o espaço da atividade humana” (RODRIGUES, 1998, p. 14/15).

O entendimento do espaço, especificamente o *espaço da mediação social*, e sua relação com a sociedade civil organizada é uma tentativa de compreender melhor a relação entre os objetos, sua produção, reprodução, utilização e o processo de ação específico dos grupos definidos como agentes sociais, atores do processo político e cultural.

Mas esse entendimento do espaço geográfico – até aqui exposto - não deixa explícita a dimensão temporal, que não deve ser negligenciada. É necessário ter uma compreensão espaço-temporal para que se possa melhor compreender o *espaço da mediação social*, visto que este espaço será analisado em diferentes épocas históricas para se que se possa estabelecer um plano de reflexão sobre a realidade atual. Assim, busca-se um entendimento do *espaço de mediação social* na Antiguidade, na Idade Média e também na Modernidade, principalmente no momento de ascensão da classe burguesa e implantação de uma sociedade urbana e industrial. Mas o estudo desses três períodos não significa uma análise cronológica de progresso social que fundou a ciência moderna. Para Boaventura Sousa Santos, tanto o pensamento clássico quanto o moderno privilegiou as metáforas temporais. “A metáfora fundadora do pensamento moderno é as idéias de progresso e dela decorrem aquelas em que assentam as ciências sociais, nomeadamente a metáfora do desenvolvimento”. (SANTOS, 1991). Dentro dessa formação moderna, as teorias sociais, diz também Harvey, privilegiam o tempo em suas formulações.

“Elas em geral supõem ou a existência de alguma ordem espacial preexistente na qual operam processos temporais, ou que as barreiras espaciais foram reduzidas a tal ponto que tomaram o espaço um aspecto contingente, em vez de fundamental, da ação humana... A teoria social sempre teve como foco processos de mudança social, de modernização e de revolução (técnica, social, política). O progresso é um objeto teórico, e o tempo histórico, sua dimensão primária”.(HARVEY, 1998, p. 190).

É esse quadro modernidade que o geógrafo Harvey revisa em seu livro e que já foi analisado nas últimas décadas por inúmeros autores. Boaventura Sousa Santos chama a atenção para o fato de que debate pós-moderno se iniciou, ou pelo menos tomou fôlego, na arquitetura, a arte do espaço construído.

“A geografia, que é por excelência a ciência do espaço testemunha bem esta transformação intelectual e cultural. Enquanto na década de 70 a geografia tendera a reduzir o espaço às relações sociais ocorrendo no espaço e, por isso, quase

perdera seu próprio espaço científico, nos últimos anos voltou a recuperar a dimensão espacial! Ou em outras palavras, trata-se agora de investigar o que nas relações sociais, resulta especificamente no fato de estas ocorrerem no espaço” (SANTOS, 1991).

Portanto, o estudo do *espaço da mediação social*, em tempos históricos e espaços distintos, possibilita a montagem de um campo para o entendimento do conceito que pode servir como instrumento de análise da atualidade. Ao questionar a predominância da metáfora temporal no pensamento moderno a partir da questão ambiental, Rodrigues diz que é preciso não separar o tempo do espaço produzido socialmente. “Para compreender a complexidade da dinâmica da produção social do espaço não podemos esquecer o tempo histórico e a natureza”. (RODRIGUES, 1998, p. 64).

Esse conjunto espaço-temporal permite melhor compreender os conflitos e confluências dentro do espaço da mediação social, visto que ele pode ser visualizado dentro de um ambiente físico e historicamente definido. E isso é importante, principalmente com os processos de desenvolvimento da modernidade e da sociedade urbano-industrial que inserem novos atores políticos com chances de organização e participação no espaço da mediação social, principalmente a classe trabalhadora nos primeiros momentos e, posteriormente, com o acréscimo de uma diversidade de movimentos sociais, como o de mulheres, negros, ambientalistas, estudantes, pobres, excluídos etc. O problema é que, apesar da oportunidade de participação ou interferência mais efetiva nesse espaço, esses grupos sociais são limitados pela hegemonia da classe dominante, que busca ocupar de forma pragmática, nos dizeres de Harvey, o espaço, o tempo e o dinheiro. Amparado nas idéias de Lefebvre, Harvey diz que o domínio do espaço é uma fonte fundamental de poder social. “Nas economias monetárias em geral e na sociedade capitalista em particular, a intersecção do domínio do

dinheiro, o tempo e o espaço forma um nexos substancial de poder social que não podemos nos dar ao luxo de ignorar” (HARVEY, 1998, p. 207).

Para Harvey, no entanto, esses movimentos sociais estão diante de um “paradoxo aparentemente irresolúvel”. Isso ocorre porque movimentos de toda a espécie se definem diretamente em termos de antagonismos ao poder do dinheiro e das concepções racionalizadas do espaço e do tempo sobre a vida cotidiana.

“A história desses movimentos utópicos, religiosos e comunitários atesta bem o vigor desse antagonismo. De fato, boa parte da cor e do fermento dos movimentos sociais, da vida e da cultura das ruas e das práticas artísticas e outras práticas culturais deriva precisamente da infinita variedade de textura de oposições às materializações do dinheiro, do espaço e do tempo em condições de hegemonia capitalista” (HARVEY, 1998, p. 217).

O paradoxo ocorre, segundo o autor, porque esses movimentos têm de enfrentar a questão do valor e de sua expressão, bem como a da organização do espaço e do tempo apropriada à sua própria reprodução. “Ao fazê-lo, eles se abrem necessariamente ao poder dissolutivo do dinheiro, assim como às cambiantes definições do espaço e de tempo que surgem por meio da dinâmica da circulação de capital”(HARVEY, 1998, p. 217).

Ora, é justamente esse “paradoxo aparentemente irresolúvel” que motiva esse estudo e o entendimento do *espaço da mediação social*, visto que a análise dessa realidade pode dar alguma contribuição para a superação desse paradoxo. Mas qualquer tentativa desafiadora de se tentar superar paradoxos não pode ser conseguida a partir de estruturas sólidas e conceitos inquestionáveis. Essa compreensão passa necessariamente por mudanças de entendimentos acorrentados e arraigados no tecido social, assim como não pode prescindir de associações interdisciplinares que possibilitem novas correlações de pensamentos.

Um dos grupos mais tradicionais e atuantes pela disputa pelo espaço frente ao capital é a organização operária, pela própria relação dialética, como bem

revelou o marxismo, que ela mantém com os detentores dos modos de produção. Mas essa disputa pelo espaço tem sido inglória e marcada por retumbantes derrotas diante da força e determinação dos adversários da classe operária. E isso evidentemente não se dá apenas por uma questão de força econômica; os capitalistas não travam batalhas constantes para conquistar o espaço social somente com os operários e, vale lembrar, estes não são seus maiores e mais temidos adversários. Os capitalistas travam batalhas intensas com outros grupos capitalistas ou com quem quer que detenha ou crie um diferente modo de produção ou uma nova tecnologia. “Muitas batalhas amargas por uma parcela de mercado são lutadas com a precisão de uma campanha militar para ocupar território e espaço”(HARVEY, 1998, 213). Exceto em momentos de crise hegemônica, os grandes adversários dos capitalistas são os próprios capitalistas, visto que essas batalhas tendem a ter uma certa igualdade de força. Quando se trata de uma disputa entre o grande e o pequeno capital, o desequilíbrio de força é tão grande quanto a disputa entre capital e trabalho. O germe das guerras entre as nações modernas é no fundo o próprio capital em busca de espaço e poder, mas travestida na aparência majestosa do Estado.

Em alguns lugares e ocasiões, no entanto, as organizações operárias conseguem, ainda que por um tempo, conquistar espaços e implementar uma luta com certa igualdade de condições, apesar de limitações.

“Os movimentos de classe trabalhadora costumam ser melhores na organização do lugar do que em dominar o espaço. As várias revoluções que eclodiram na Paris do século XIX fracassaram devido à incapacidade de consolidar o poder nacional por meio de uma estratégia espacial que dominasse o espaço nacional. Movimentos como a greve geral de Seattle de 1918 (quando os trabalhadores assumiram o controle da cidade por quase uma semana), o levante de São Petersburgo de 1905... e os levantes urbanos dos Estados Unidos nos anos 60, o ilustram. Por outro lado, a simultaneidade das ações revolucionárias em diferentes localidades, como em 1848 ou 1968, espalha o medo em toda a classe dirigente

precisamente porque seu domínio superior do espaço é ameaçado”. (HARVEY, 1998, p. 216)

E esse espaço, como vê, não é o espaço físico, é o espaço das produções e materializações sociais, que se manifesta através da intercomunicação, que é base e processo de todo o fluxo de atividade, percepção, ideologia e cultura de uma sociedade. A comunicação não se resume apenas a ocupar o espaço físico da mediação social, com ferrovias, rodovias, hidrovias, cartas, jornais, telefones, televisão, rádio, Internet etc; ela é em si uma materialização de toda a mediação; a comunicação é espaço. Deste o início da implantação de uma sociedade urbano e industrial, o conflito entre trabalhadores e proprietários dos modos de produção é muitas vezes decidido pela detenção e controle da tecnologia, da velocidade e das estratégias de comunicação. Em certo sentido, é por isso que Harvey pôde afirmar que antes do advento da estrada de ferro e do telégrafo, as forças do capital e do trabalho em termos de capacidade de domínio do espaço não diferiam de maneira radical. Para ele, a burguesia logo aprendeu a usar seus vínculos comerciais e seu controle do espaço como meios de estabelecer o controle social.

“Em 1848, por exemplo, a burguesia francesa usou seus vínculos comerciais para mobilizar uma milícia *petit bourgeois* da França provincial para esmagar a revolução em Paris (uma tática que seria repetida, com efeitos ainda mais horrendos, na supressão da Comuna de Paris). O controle seletivo sobre os meios rápidos de comunicação foi usado com grandes resultados para combater o movimento cartista na Inglaterra nos anos 1840 e para suprimir a agitação da classe trabalhadora na França e depois do *coup d'état* de 1851”. (HARVEY, 1998, p. 215).

Assim, o entendimento da comunicação majoritariamente como poder e não como espaço social dificulta ou impede analiticamente a conceituação de espaço mediador social. Há uma frase comumente atribuída a Baudelaire: “A suprema glória de Napoleão III terá sido provar que qualquer pessoa pode

governar uma grande nação assim que obtém o controle do telégrafo e da imprensa nacional” (HARVEY, 1998, p. 215). Essa frase expressa claramente o entendimento da comunicação como poder e é uma interpretação que se espalhou na sociedade e é dessa forma reproduzida até nossos dias. Ela está fundada em uma capacidade de controle concreto e efetivo da comunicação, seja por censura, subordinação política ou econômica e, conseqüentemente, do espaço. Esse entendimento implica em uso do poder da comunicação de forma ideológica e panfletária. Assim aconteceu na Alemanha nazista e em todos os Estados autoritários, que perseguem essa comunicação predadora.

Na realidade, se voltarmos um pouco na história, esse entendimento da comunicação foi o motor dos jornais e da imprensa em seus primórdios. Ele deu certo por algum período, mas com o desenvolvimento social, urbano, industrial, essa interpretação passou por uma sintonia fina, e já não existe mais de forma tão explícita. Se ainda persiste, principalmente na comunicação de movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e outros, é porque eles não se deram conta das transformações históricas do espaço. Por isso, pode-se dizer com Harvey, que os grupos de trabalhadores, de mulheres e outros movimentos sociais, são relativamente fortes em termos de organização do lugar, mas frágeis no tocante à organização do espaço. Para eles, a comunicação é uma arma. Agora fica fácil entender porque o *espaço mediador social* está ligado diretamente ao paradoxo que Harvey assinala com relação aos movimentos sociais frente ao dinheiro, espaço e tempo na sociedade atual. Diferente de outros períodos, o espaço mediador social da contemporaneidade se mantém, para a satisfação capitalista, como uma espécie de produto tecnológico avançado, o que demanda capital para participar de seu espaço dialógico.

Por isso, talvez seja necessário exorcizar alguns conceitos presentes na sociedade, principalmente por certos grupos ou mesmo por pensadores como

Milton Santos, que define o dinheiro como o grande “tirano ideológico” ou como “o déspota mais tirano”(SANTOS, 1996, p. 33). Ao personificar o dinheiro, ele também se transforma em fetiche, o fetiche do mal. Apesar de entender do dinheiro com sua capacidade de conferir o privilégio de exercer poder sobre os outros, Harvey, a partir das interpretações de Marx, tem um entendimento mais amplo. “Na verdade, o dinheiro funde o político e o econômico numa genuína economia política de avassaladoras relações de poder” (HARVEY, 1998, p. 100). Mas ele também diz que o dinheiro é um grande democratizador, por ser um poder social passível de ser detido por pessoas individuais. “Ele forma a base de uma liberdade individual muito ampla, uma liberdade que pode ser empregada no nosso desenvolvimento como indivíduos livre-pensadores, sem referência aos outros” (HARVEY, 1998, p.100). A isso devem ser acrescentadas duas coisas: primeiro porque assim como dá uma liberdade ampla de pensamento, a ausência do dinheiro também impede ou restringe o livre-pensamento, tanto por impossibilidade de expressá-lo quanto pela auto-censura. Além disso, ele não forma a base de uma liberdade individual somente, ele também pode formar a base de uma liberdade coletiva, quando esse dinheiro é socializado nas associações econômicas da sociedade, cooperativas, grupos de ajuda financeira, etc.

É verdade que o dinheiro se tornou um grande e dissuasivo poder na modernidade dos grandes centros urbanos, quando pessoas estranhas passam a partilhar um espaço comum. Não há sentido em dividir seu dinheiro com um estranho que encontrou na rua, mas o dinheiro normalmente sucumbe às relações de familiaridade, afetividade e amizade, quando ele se torna um objeto inferior, de cooperação e solidariedade. Claro que ele também pode ser dissuasivo neste ambiente, mas neste caso a ânsia pelo dinheiro tende a levar pessoas à criminalidade e, conseqüentemente, à tragédia.

O entendimento do *espaço mediador social* garante um novo patamar de relação para os movimentos sociais porque permite um distanciamento e ao mesmo tempo um controle efetivo sobre o dinheiro, espaço e tempo. E isso só pode ser conquistado através de um amplo entendimento do espaço na sociedade atual, em que atuação e mediação componham um mosaico em movimento contínuo, distinguível e indistinguível, definível e indefinível, conceituável e não-conceituável. Um paradoxo talvez só possa ser resolvido com um outro paradoxo. E isso se torna um desafio e tanto porque é implica em conceitos que possuam, em um movimento único, sentidos opostos, mas que podem facilitar o entendimento da complexa sociedade atual.

A partir do próximo capítulo passamos a compreender o *espaço mediador social* dentro da perspectiva espaço-temporal como dito anteriormente, mas salientando sempre a sua constituição amplamente cultural, no sentido de compreender aspectos da vida política, social, artística e comportamental da sociedade. No primeiro capítulo, tenta-se compreender o *Espaço Mediador Antigo*, principalmente na Grécia Antiga, que é bastante estudada tanto pela sua riqueza histórica como pela grande quantidade de documentos recuperados. Em seguida, busca-se entender o *Espaço Mediador Medieval* e o *Espaço Mediador Moderno* e suas transformações ao longo da história. Mas, nesses três capítulos iniciais, o próprio conceito de *Espaço Mediador* vai sendo trabalhado e definido para que se tenha uma compreensão ampla e nítida da questão, mas sem uma seqüência lógica da história. Daí pode-se então conceituar o *Espaço Mediador Postal*, que faz um retorno histórico, e o *Espaço Mediador da Imprensa*, que provoca uma radical transformação no entendimento e constituição do tema abordado. Assim, o capítulo seguinte, *O Espaço Capturado*, busca compreender o processo e práticas que permitiram entender melhor essa radical transformação do espaço mediador social na modernidade.

Os capítulos finais, *O Espaço dos Tecnosujeitos*, *O Espaço Público* e *O Espaço dos Atores*, tentam dar uma contribuição para que os diversos setores da sociedade possam melhor compreender a importância e complexidade do espaço mediador social contemporâneo.

III

O ESPAÇO MEDIADOR ANTIGO

1. A mediação comercial

O *espaço da mediação social* emerge de uma necessidade da própria organização social humana e, sua presença mais intensa, se dá no momento histórico da formação das cidades, quando as coletividades se tornam sedentárias e complexas. É nessa condição, mas também presente em todas as outras aglomerações como aldeias, vilas, etc, que se desenvolvem mecanismos de sobrevivência, organização e sociabilidade. O lugar dessa mediação pode ser uma área central, um círculo vazio, uma ágora, uma praça ou qualquer nome que se dê a ele. Importante é que esse lugar será múltiplo e híbrido, visto que surge da necessidade de um espaço para a ação coletiva. Essa ação pode ser diferenciada de acordo com a cultura, a prática e a história de cada sociedade, que se manifestam como um concentrador e irradiador da substância cultural da sociedade. Por ali, vê-se não só a política, forma fundamental na complexificação social, mas também as crenças, cultos, produtos, mercadorias, arte, comunicação, entretenimento, afetividade, diversão e ociosidade quando a vida social permite.

Por mais primitiva que seja, diz Pirenne, toda a sociedade sedentária experimenta a necessidade de fornecer aos seus membros centros de reunião, ou, se se quiser, lugares de encontro. “A celebração do culto, o arranjo dos mercados, as assembleias políticas e judiciárias, fixam necessariamente a indicação de locais destinados a receber os homens que querem ou que devem participar desses atos” (PIRENNE, 1964, p. 49). Por isso, os espaços mediadores são necessariamente espaços públicos. Mas o espaço mediador não tem uma

limitação restrita ao conceito de público, ele pode ter um caráter público e conter processos comerciais, industriais e outros. Importante ressaltar que esse comércio e indústria não significam processos mercadológicos das sociedades capitalistas avançadas, mas formas de relações sociais que facilitam o desenvolvimento e tornam as sociedades mais ativas e complexas. Não pense aqui com os olhos da civilização moderna, com os grandes centros de compras e grandes indústrias que alteram e formam novas percepções da realidade. Esse processo industrial e comercial, pelo menos na Antigüidade, deve ser entendido mais fielmente com a prática da agricultura e artesanato.

O ponto de partida do historiador da economia da cidade antiga deve ser a relação entre cidade e campo. Não devemos imaginar que o benefício da cidade é o prejuízo do campo. O lucro de ambos é mútuo e recíproco, diz Finley (1989)¹. Evidentemente, como diz o autor, a atividade econômica básica na Grécia era a agricultura, apesar de o conjunto de cidadãos gregos serem formados não só de grandes e pequenos proprietários rurais, mas também de comerciantes e artesãos (FINLEY, 1988). Portanto, o valor comercial não possuía qualquer valor político, nem força política como nas sociedades modernas. Grande parte do comércio em Atenas esteve na mão de não-cidadãos, que eram estrangeiros, e não participavam das decisões políticas.

Nenhuma civilização se desenvolve independente do comércio e da indústria, independente de seu peso no controle político do Estado. “A diversidade dos climas, dos povos ou das regiões é tão indiferente a este fato (troca de mercadorias) como a das épocas”, diz Pirenne (1964, p.102). Isso aconteceu nas antigas cidades do Egito, da Babilônia, da Grécia, do Império Romano, do Império Árabe, como atualmente em cidades do mundo todo. Para ele, a sua universalidade se explica pela necessidade. “Um aglomerado urbano,

¹ FINLEY aqui se apóia em Adam Smith, no famoso livro *A História das Riquezas das Nações*.

com efeito, só pode subsistir, pela importação de gêneros alimentícios que importa do exterior. Mas a esta importação deve corresponder, por outro lado, uma exportação (...) Estabelece-se assim entre a cidade e os seus vizinhos uma permanente relação de serviços”. (PIRENNE, 1964, p. 102) Povos antigos já eram reconhecidos por Marx e Engels como formadores de cidades comerciais, como os fenícios e cartagineses (FINLEY, 1989).

Esse aspecto comercial de produção e distribuição de mercadorias é importante porque é uma das atividades constituintes do *espaço mediador social*, não só por possibilitar a manutenção de uma cidade, trocas sociais e de comunicação, mas também por integrar o espaço físico da mediação. No caso da Grécia, a própria ágora.

2. A mediação política

Além da produção e troca de mercadorias, a política é uma das atividades humanas fundamentais para se compreender o *espaço mediador social*. Esse espaço é construído e gerado no processo de complexificação da sociedade. Por isso, tanto para Aristóteles como para Platão, a polis surge da “incapacidade das duas formas anteriores de associação humana, a família e o agrupamento de parentesco maior, para satisfazer todas as necessidades legítimas de seus membros” (FINLEY, 1989, p. 05). A polis, que para os gregos antigos era o local da política e da comunidade, é a raiz da palavra política que se utiliza na modernidade. Essa relação pode ser melhor compreendida pela própria relação intrínseca entre espaço e ação que contém o conceito de polis, que é comumente traduzido como cidade-estado. Os gregos se referiam a polis para designar todos eles, os cidadãos, que promovem as ações no espaço da cidade. Isso ocorria

porque cada cidade-estado era uma comunidade (*koinonia*). Com isso, a polis também significava uma comunidade, os atores dessa comunidade. Finley diz que isso se reflete no uso da linguagem, já que declarações como “Atenas declarou guerra a Esparta” era formulada como “os atenienses declararam guerra aos espartanos”. “Atenas, Corinto, Esparta eram denominações geográficas de lugares e não nomes de comunidades políticas” (FINLEY, 1998, p. 18).

Segundo Garnsey e Winton, a polis era, idealmente, uma comunidade de iguais, os *politai*, que exerciam a política em debate aberto e organizado. “A característica definidora da relação entre aqueles igualmente *politai* era a de que esta se baseava no *nomos*, código que proporcionava participação igual a todos na polis” (WINTON e GARNSEY, 1998, p. 49 e 54). E eram iguais em sua participação política nas assembleias. Mas polis também possuía um significado geográfico, era o local em que viviam. A política e a cidade têm, nesse caso, uma existência comum. Por isso, podem ser descritas pela mesma palavra. Da mesma maneira, os romanos se refeririam a *civitas*, cidade no sentido da participação dos cidadãos na vida pública. Assim como na pólis ou na *civitas*, o conceito de cidade não se refere apenas a sua dimensão territorial, o conceito de cidadão também não se refere apenas ao morador da cidade, mas também ao indivíduo que, como homem livre, pode participar da vida pública e ter o direito ao voto. O espaço e a ação são uma unidade, um híbrido.

Mas a cidadania grega implicava em outros direitos: possuir terras, contrair casamento legal com outro cidadão, participar de cultos importantes, e ter a liberdade de expressão nas assembleias, ainda que não fosse utilizada. A palavra grega *isegoria* chegou a ser criada no século V a.C. para significar liberdade de expressão, “não tanto como a nossa convencional tonalidade negativa de ausência de censura, mas com o sentido do direito de falar no local onde isso mais convinha, ou seja, na assembleia de todos os cidadãos”(FINLEY, 1997, p.

165). Não é preciso dizer, mas as votações e debates eram às claras, com total transparência, o que implicava em grande igualdade de condições. Em alguns casos, apesar de ter esses direitos, o cidadão não tinha direitos políticos, como acontecia em “muitas oligarquias” (FINLEY, 1988, p. 31).

Nas democracias, o voto era duplamente importante, já que não só escolhia alguns representantes, como participava de todas as decisões da sociedade. O voto tinha a palavra final sobre a guerra e a paz, sobre tratados, finanças, legislação, decisões políticas e outros. Ou seja, havia uma participação direta, uma democracia direta. Para Finley, a democracia ateniense era direta em dois sentidos: participação e administração. “O comparecimento à assembléia soberana era aberto a todo o cidadão, e não havia burocracia ou funcionários públicos, exceto uns poucos escriturários, escravos de propriedade do Estado” (FINLEY, 1988, p. 31).

Como não havia funcionários do Estado, muitos dos trabalhos burocráticos eram feitos pelos próprios atenienses em sistema de revezamento, o que obrigava a uma participação administrativa. Por isso, diz Coulanges (2002), o dever do cidadão livre não se limitava ao voto. Algo entre um quarto e um terço do total de cidadãos com idade superior a trinta anos terá sido membro do Conselho dos Quinhentos. Nessa situação, relata Coulanges, ele sentaria todos os dias, durante um ano, desde a manhã até a noite, recebendo os depoimentos dos magistrados, fazendo-os prestar contas, respondendo aos embaixadores estrangeiros, redigindo instruções dos embaixadores atenienses, examinando casos que seriam submetidos ao povo e preparando todos os decretos.

Os membros dos conselhos eram escolhidos em uma lista, num sistema em que cada demos (ou cantão) da Ática, incluindo os demos rurais, se fazia representar proporcionalmente à respectiva população. Nenhum homem podia participar antes dos 30 anos e só duas vezes ao longo da vida (FINLEY, 1997).

Em alguns momentos, quando chegava a sua vez, o cidadão deveria ser magistrado no seu povoado. Em anos alternados, ele se tornava juiz e passava um ano nos tribunais, ocupado em ouvir os litígios e aplicar a lei.

“Enfim, ele podia ser magistrado da cidade, arconte, estratega, astinomo se a sorte ou o sufrágio o escolhesse para o cargo. Vê-se quão oneroso encargo era o de ser cidadão de um Estado democrático; correspondia a dedicar, a serviço da cidade, quase toda a sua existência, pouco tempo lhe restando para os trabalhos pessoais e a vida doméstica. Por isso, com muito acerto dizia Aristóteles que não podia ser cidadão aquele que precisasse trabalhar para viver. Tantas eram as exigências da democracia. (...) O cidadão não tinha a liberdade de descuidar dos negócios públicos para dedicar mais cuidados aos seus próprios. Pelo contrário, devia descurar dos seus, para trabalhar em proveito da cidade. Os homens passavam a vida uns a governar os outros. A democracia não podia existir senão sob a condição de trabalho incessante de todos os seus cidadãos. Se o zelo se afrouxasse, mesmo pouco, ela acabaria por perecer ou se corromper” (COULANGES, 2002, p. 360).

Apesar da intensa participação, Finley diz ser evidente que havia uma “pequena classe política” que monopolizava as formulações políticas nas assembleias. Além disso, a própria posse de bens materiais limitaria a participação. Sem meios nem tempo para obter educação adequada, ou para manter os padrões de finanças, dificilmente se poderia esperar que um cidadão se pronunciasse por ocasião das deliberações. “Ele poderia, mesmo, considerar excessivamente custoso e incômodo freqüentar com regularidade as reuniões da assembleia, quarenta dias por ano, durante o ano todo, em particular se se tratasse de um camponês que vivesse nas aldeias afastadas”(FINLEY, 1998, p. 38). Mas é inegável, vale ressaltar, a prerrogativa de liberdade de participação para que qualquer um falasse nas assembleias; e nada impedia que houvesse oradores ocasionais e outros que falavam em ocasiões especiais. A participação nas assembleias significava muito mais que uma participação política, porque era algo gerado e constituído dentro de uma cultura da coletividade.

Essa participação não pode ser comparada ao que chamamos de participação política na sociedade atual. Havia todo um aprendizado político apenas no fato de se viver naquela sociedade. Se pensarmos bem, 40 assembleias por ano não é um número alto para uma sociedade que, apesar de haver uma diferença entre pobres e ricos, não tinha um modo de produção que se baseava na competição e acumulação capitalista. A velocidade de produção, uma das essências capitalistas, navega contra a corrente do tempo livre para participar e discutir exaustivamente qualquer assunto. Por isso, o ócio era um conceito que implicava em liberdade. “Liberdade para participar da vida pública e para refletir sobre o mundo, para flamar, para dedicar-se a discussões estimulantes. A palavra que os gregos usavam, *skholé* originou ‘escola’.” (FUNARI, 2002, p. 52)

Há dois conceitos importantes para se entender a vida política grega: a liberdade (manifestada na vida pública) e a necessidade (manifestada na vida privada) (RIBEIRO, 1988). Exceto os escravos, o homem grego só é livre e, portanto, pode exercer a vida pública, a partir do momento que se liberta das necessidades mundanas da vida, que estão presentes no trabalho e nos bens materiais. Ele necessita desses bens materiais para sobreviver (comer, dormir, reproduzir etc), mas a busca desses bens só faz sentido se for para obter a liberdade para participar da vida pública. Não existe sentido na acumulação de bens além do necessário para a sobrevivência, visto que isso o colocaria na mesma condição do escravo, que precisa se dedicar intensivamente para manter a sua sobrevivência. Ou seja, apesar de haver riqueza, o objetivo não é a acumulação em si. “Possuir um lar, uma família, escravos e bens imóveis, significava para os gregos ter a possibilidade de dominar as necessidades da vida, libertar-se delas e poder ‘ingressar no mundo comum a todos’. A propriedade não era um fim em si mesma, mas uma condição para a liberdade” (RIBEIRO, 1988, p. 79).

A construção dessa vida privada do mundo grego é a condição para uma vida pública. Assim, “a vida humana livre para os para os gregos, e nesse sentido, digna, só era possível a partir da plena independência frente às necessidades de sobrevivência biológica, de subordinação ao outro e de comando” (RIBEIRO, 1988, p. 02/03). As atividades de trabalho, que geravam as condições de sobrevivência, não eram valorizadas justamente por pertencerem à esfera da necessidade, semelhante à condição de vida de um animal, que basicamente mantém atividades diárias para manter sua sobrevivência. Nesse sentido, a vida grega justificaria a violência, a dominação e a desigualdade presentes, por exemplo, na condição de escravos, como meios para se conseguir a liberdade (RIBEIRO, 1988).

Para os gregos, os indivíduos que dedicam sua existência ao mundo do trabalho (sobrevivência e bens materiais) não podem freqüentar a pólis. Mas essa freqüência é importante porque é a pólis que contém os *espaços de mediação social*, é “o lugar onde os cidadãos livres convivem comunitariamente em torno de eventos culturais, esportivos e guerreiros e formulam opiniões em reuniões informais, conselhos e assembléias” (RIBEIRO, 1988, p. 03).

É possível que houvesse essa filosofia, ideologia ou essa relação dos gregos com liberdade e necessidade, mas era uma sociedade bastante complexa e contraditória. Por vários séculos, foi uma sociedade com grandes transformações, apesar de período referencial e de maior quantidade de informações é em torno do século V a.C.

De um lado, por exemplo, o filósofo Sócrates se recusava a receber como instrutor (FINLEY, 1988, p. 149). De outro, os sofistas gostavam de cobrar pela instrução. Em meados do século V a.C., os sofistas provocaram uma revolução na educação da Grécia, tendo Atenas como seu centro. Eles passaram a ser ‘instrutores’ profissionais que ofereciam orientação em retórica, filosofia, e

política aos jovens que dispusessem de tempo suficiente para o estudo e de recursos para pagar os honorários. Eles instruíram os filhos dos cidadãos mais prósperos, “alguns dos quais acabaram tornando-se participantes ativos do golpe oligárquico de 411 e do governo dos Trinta Tiranos em 404”(FINLEY, 1988, 147).

Além disso, era uma sociedade que admirava e alardeava a riqueza. Havia disputas financeiras e políticas tão intensas que chegavam à guerra civil. Sólon foi eleito, pouco depois de 600 a.C., com poderes para tentar o cancelamento de dívidas que era bloqueado pelas oligarquias. Para Finley, a lei do débito incidia pesada e unilateralmente sobre o devedor que não cumpria seus compromissos. Sua propriedade estava sujeita a ser tomada à força pelo próprio credor. O cancelamento de débitos e a redistribuição das terras foram exigências ‘revolucionárias’ perenes nas cidades gregas. “Os devedores são ‘muito perigosos’ quando a cidade está sitiada, escreveu o chefe mercenário Enéias do Século IV a.C.” (FINLEY, 1989, p. 90/91).

Essa relação com a riqueza econômica torna mais evidente toda a complexidade dessa sociedade antiga. Há busca pela riqueza econômica, mas não há uma produção técnica instaurada com bens materiais que podem ser facilmente adquiridos e que, na contemporaneidade, definem a condição e capacidade política dos indivíduos.

Os gregos tinham uma sociedade de vida particular diminuta e vida pública intensa. Era uma sociedade com capacidade de coexistência de diferenças, contradições e inventividade política, social e cultural; havia transformações constantes e habilidade para derrubar o antigo, expondo um exercício social dialético. Esse parece ser o gerador de sua beleza histórica. Havia um diálogo, que às vezes chegava a se transformar em guerra civil, mas era uma sociedade

capaz de criar novas alternativas e instrumentos a partir de um processo de intensa intercomunicação entre espaço e ação.

3. A mediação da comunicação

Nos espaços públicos gregos se exercitavam a igualdade e a cidadania, através da comunicação entre os participantes. Para Ribeiro, os pressupostos de liberdade e igualdade fundam um modelo de ação política que se baseia no uso da palavra e, assim, exclui as relações de domínio e subordinação, presentes no mundo do trabalho e da vida privada. “O espaço público é, nesse sentido, um espaço de comunicação, de construção do discurso” (FINLEY, 1989, p. 06).

Essa experiência ensina que há uma existência indissociável entre *espaço mediador social* e comunicação. A expressão do pensamento através da fala humana em um espaço comum constitui o que os gregos conheciam como espaço da polis, da comunidade. Pode-se dizer então, usando termos da contemporaneidade, que a mídia do homem grego é sua própria fala e sua capacidade de oratória. Daí a importância dada à retórica. Apesar da capacidade distinta e articulada de cada cidadão em sua expressão no espaço público, há um princípio de igualdade dialógica entre eles, visto que se utilizam de uma mídia e de um espaço público que são comuns. A experiência grega também ensina que essa comunicação dos cidadãos implica em um diálogo entre as diferentes posições dos participantes, ou seja: um diálogo social amplo, diferente de uma comunicação restrita a um grupo social que tem interesses e pensamentos ideológicos afinados.

É certo que muitos gregos eram indiferentes às decisões da assembleia, mas isso não os impediam de se divertirem com os oradores e suas capacidades retóricas em uma assembleia. É inegável que se está falando uma das sociedades

com mais vida teatral do mundo. Não é difícil afirmar que esses oradores eram verdadeiros atores que encenavam um papel real, citavam obras literárias, declamavam poemas, ou ainda, acusavam, desvendavam intrigas, faziam análises da sociedade, sem contar a disputa, a competição entre os oradores para convencer a platéia. Por isso, os próprios gregos perceberam que não bastava ter um conteúdo apropriado, era também necessário ter uma forma apropriada, uma interpretação para os discursos na assembléia. Falar para milhares de pessoas requer mais que simplesmente expressar uma idéia, ainda mais sem qualquer aparelho técnico de amplificação sonora ou visual. A oratória chegou a ser um gênero literal bastante desenvolvido e a retórica se tornou a base da educação ateniense. Para Marrou, esta arte da oratória era ensinada pela técnica altamente elaborada da retórica e seu primeiro teórico importante foi Geórgias de Leontini, um dos principais sofistas. A técnica atingiu maturidade entre sua geração e a de Aristóteles. De início, a retórica era uma ciência positiva baseada na observação. “A experiência demonstrou que alguns oradores conseguiam exercer a influência desejada, enquanto outros não, e a retórica surgiu como formulação sistemática dos métodos e das técnicas empregados pelos vitoriosos” (MARROU, 1998, p. 223). Para o autor, o espírito de observação e a habilidade de raciocínio, além do gosto grego pela definição, classificação e sistematização atuaram no campo da retórica assim como no da geometria e da gramática². Isócrates insistia em três ou quatro anos de estudo e nos períodos helenístico e romano foi ampliado para até oito anos. “Na verdade, o orador antigo jamais deixava de praticar; de certo modo, passava a vida declamando” (MARROU, 1998, p. 224). Nesse sentido, a política na Antiguidade não pode ser entendida como algo restrito a uma preocupação de organização do Estado, formulação de leis, disputas e

² Marrou detalha mais o tema, inclusive comentando que um tratado completo de retórica continha cinco partes: planejamento, organização, elocução, mnemônica e ação. in: MARROU, H I. Op. Cit. Pág. 223.

ordenações econômicas, mas também como algo inscrito em uma cultura, que perpassa, flui e anima toda uma vida coletiva e dá sentido à própria existência. A política cria e integra os *espaços de mediação social* da polis.

E mesmo que houvesse uma “classe política” - no sentido dado por Finley de que havia por pessoas com maior capacidade e condições de se expressar em público - ela não é formada por políticos distantes e midiáticos como os da contemporaneidade, mas por pessoas que estabelecem contatos no dia a dia, que se encontram no mercado, na ágora, na acrópole etc. Além de ser uma cultura marcada pela oralidade, era uma sociedade que os historiadores chamam de face a face. Toda a comunicação interpessoal se dava através da contigüidade física em espaços públicos e coletivos. Isso implica em uma intensa comunicação verbal e vida comunitária, formando um *espaço de mediação social* no próprio espaço público da cidade.

“Era uma sociedade mediterrânea onde as pessoas se juntavam fora de casa, nos dias de mercado, nos inúmeros momentos festivos e, em qualquer altura, no porto e na praça da cidade. Os cidadãos pertenciam a vários grupos formais e informais... Todos esses grupos forneciam ensejo para se saberem novidades e para bisbilhotices, para discussões e debates, para a contínua educação política... Tal fenômeno não era exclusivamente urbano. Os camponeses atenienses não viviam em quintas isoladas, mais sim em lugares e aldeias, com as suas praças, centro de culto próprio e assembléias ocasionais, com a vida política peculiar constitucionalmente ligada à cidade-estado”. (FINLEY, 1997, p. 101) ³

Ainda que não fosse possível ir a todas as assembléias, participar pode ser tomado como um acontecimento social. Por isso, por ser parte da cultura de um povo, elas atraíam a participação de tantas pessoas. As assembléias começaram na ágora, a própria “praça” da cidade. Em Atenas, somente mais tarde elas foram transferidas para um local específico, o pnyx, com capacidade para 6 mil pessoas.

³ Os vários grupos a que o autor se refere são “a família e o pessoal doméstico, da periferia ou da aldeia, as unidades militares e navais, grupos de trabalho (camponeses)..., clubes de recreio das classes mais altas, múltiplas associações de culto privadas”. (FINLEY, 1997, p 101).

Depois ampliado para cerca de 14 mil pessoas. Durante séculos e várias gerações, os gregos construíram essa cultura discursiva e retórica. Para Finley, seria fácil criticar a irracionalidade do comportamento de uma multidão em uma reunião ao ar livre, manipulada por oradores demagógicos, patriotismo exagerado e assim por diante. “Seria, no entanto um erro fazer vista grossa ao fato de que a votação na assembléia fora precedida por um período de intensa discussão, nas lojas, tavernas, na praça da cidade, na mesa de jantar – uma discussão entre os mesmos homens que formalmente se reuniram na pnyx para o debate e a votação formais” (FINLEY, 1988, p. 34).

Nesse sentido é que se percebe a constituição de um *espaço mediador social* na Antigüidade, nos seus fluxos em tempos, horas e locais indiferentes; um movimento social autômato e participativo e de contigüidade física e sem monopólio de grupos de interesse econômico, político e cultural. O ostracismo teria sido criado justamente para evitar o controle e domínio sobre a política da cidade e para limitar essa força da comunicação verbal. Esse instrumento político surgiu quando os atenienses criaram o sistema democrático, após décadas de tirania de Pisístrato. Assim, o risco de aparecimento de outro tirano poderia ser reduzido com a expulsão de chefes excessivamente populares por um período de dez anos, se tal decisão fosse conseguida com o mínimo de 6 mil votos. Logo os políticos perceberam que o ostracismo era um meio útil de eliminar a oposição. Tratava-se, portanto, de um instrumento de consequência dupla, podendo prejudicar a democracia. Por isso foi usado poucas vezes e foi abandonado. Mas é importante salientar o objetivo dessa prática e sua implicação numa cultura oral e de contigüidade física: ela afasta “um homem fisicamente do Estado e corta-lhe a possibilidade de comunicar com os cidadãos” (FINLEY, 1998, 72). O ostracismo intencionalmente faz com que o cidadão seja excluído dos *espaços da medição*, seja nas ruas, no mercado, na ágora ou no pnyx, mas curiosamente não

de direitos econômicos, visto o líder expulso continua com outros direitos civis e de propriedade.

4. A mediação e o espaço físico

Essa vida cotidiana nas ruas, em espaços públicos, formando um múltiplo espaço de mediação social pode ser também compreendida pela existência da religião, que era “perfeitamente interligada com a família e com o Estado” (FINLEY, 1988, 132). Portanto, havia apenas uma religião, apesar da complexidade e da presença de vários deuses. A maior parte das despesas do governo destinava-se à religião e isso significa dizer que a maior das despesas do Estado era consumida no espaço público, seja na construção de templos, organização de festivais litúrgicos, preparação do calendário de festas, realização de sacrifícios e outros ritos que acompanhavam os atos públicos.

Essa intensa vida pública fazia com que o trabalho e a riqueza da cidade fosse despendido nas construções coletivas. As casas particulares eram modestas e desapareceram sem deixar muitos vestígios aos arqueólogos. “A simplicidade das casas deriva das limitações da vida privada; durante a maior parte do tempo vive-se ao ar livre, no espaço público ordenado e articulado segundo as decisões tomadas em comum pela assembléia” (BENÉVOLO, 1983, 105). No século V pelo menos, diz Mumford (1998), as honras públicas e a reputação familiar representavam mais que a fortuna privada. Para Kindson, nada é mais surpreende, mesmo nas ruínas, do que o contraste entre os monumentos cívicos e as casas particulares numa cidade helenística: “de um lado, aspirações extrovertidas de esplendor, de outro, a segregação introvertida da privacidade doméstica” (KINDSON, 1998, p. 430/431).

Basicamente, a cidade grega antiga era dividida em três partes: as áreas privadas, com as casas de moradia, as áreas sagradas, com os templos dos deuses, e as áreas públicas, destinadas às reuniões políticas, ao comércio, ao teatro, aos jogos desportivos. Um dos mais importantes espaços sociais e político era a ágora, ou seja, um grande espaço aberto contornado por edifícios públicos e administrativos (*veja figuras 03 e 04*). Esses edifícios eram o bouleutenum, uma sala para o conselho da cidade, o prytaneum, onde funcionava a câmara para os chefes oficiais do magistrado e a stoa, onde funcionava o mercado. Interessante notar que a palavra ágora também expressa, assim como polis, um duplo significado, que implica em ação e espaço. As primeiras assembleias dos cidadãos eram em princípio realizadas na ágora, que significava para os gregos tanto assembleia do povo como lugar, um espaço físico de sociabilidade. Com o tempo, o espaço da ágora ficou inadequado para o avanço dos processos e decisões em assembleias, o que foi resolvido com a construção do pnyx.

Segundo Glotz, a ágora era uma espécie de praça pública e comercial onde originariamente se realizavam as assembleias do povo. Uma “praça pública” onde se encontrava o “círculo sagrado” na época homérica e que, em certas cidades, conservou o nome de “ágora sagrada”. “Entretanto, no século V, a grande praça do mercado só era palco das raras sessões que exigiam a presença de ‘todo o povo’. A colina de pnyx (pnice) era mais cômoda para as assembleias ordinárias” (GLOTZ, 1980, 131).

À colina de pnyx é reservado um caráter mais específico. Ela constitui um *espaço de mediação social* intensamente político, uma espécie de parlamento, no sentido de ter o poder normatizador. No entanto, é o espaço da ágora que mais simboliza o *espaço da mediação social* de uma cultura de vida pública e coletiva. Ali se constituiu um espaço físico onde se condensava toda a energia e ação de uma coletividade e isso implicava em todos os campos de sua cultura e

comportamento: política, comércio, administração, comunicação, informação, cultos e ritos religiosos, afetividade, artes em geral, intriga, retórica, ociosidade, educação, etc. Mumford (1998) ressalta que no século V, ágora pode ser chamada de praça do mercado, mas como diz Glotz (1980), a praça (ágora) não ficou restrita a um lugar de transações comerciais.

“Aos comerciantes misturam-se curiosos e desocupados. Em qualquer hora do dia, é o lugar de encontro onde se passeia ao ar livre, onde se fica sabendo das novidades, onde se discute política, onde se formam as opiniões... Nas cidades democráticas, principalmente nas que ocupam grande extensão, a antiga ágora é às vezes demasiado pequena e, por estar geralmente apinhada de pessoas, não pode servir ao crescente número de assembleias populares” (GLOTZ, 1980, p. 17/18).

Com o passar do tempo, e a construção de locais específicos como o pnyx, a assembleia só conserva a denominação de ágora em cidades como Delfos, Naupacto, Arcesina e Cós.

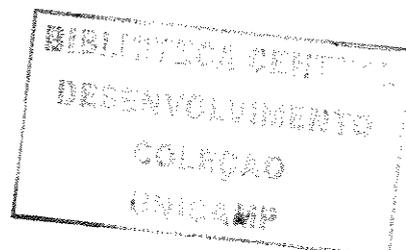
Ágora tem a função semelhante à do Fórum Romano, um local em que estão presentes a política (assembleia dos cidadãos), o mercado, a sociabilidade e o templo sagrado. Na época de Júlio César (que viveu entre 100 a.C a 44 a.C), o Fórum Romano era o centro da vida pública não só da cidade como de todo o império. “Multidões eram atraídas a fim de comprar, de fazer o culto, de trocar boatos, de tomar parte, como espectadores ou atores, em negócios públicos ou processo privados” (MUMFORD, 1998, p. 245). Até disputas atléticas foram realizadas no Fórum, que também pôde dar oportunidade para grandes oradores.

Ágora e o Fórum Romano funcionam como centros da sociabilidade e comunicação entre os habitantes da cidade ou da região. Segundo Mumford, a função mais persistente e antiga de ágora foi a de ponto de encontro comunal. “Em seu estado primitivo, ágora era, acima de tudo, um lugar destinado à palavra; e, provavelmente, não existe sequer um mercado urbano em que a troca de notícias e opiniões, pelo menos no passado, não desempenhou um papel tão

importante quanto a troca de mercadorias” (MUMFORD, 1998, 166/167). O local também era usado com centro festivo, em certas ocasiões.

É importante notar todo um processo cultural e de desenvolvimento social em que os espaços públicos são espaços múltiplos, portanto, propícios tanto para ritos sagrados como para política, comércio, arte, informação e sociabilidade. São nesses espaços que se desenvolvem a oratória e a comunicação dos cidadãos. Segundo Telles (1990), ágora representa um mundo compartilhado de significações, a partir do qual a ação e a palavra de cada um podem ser reconhecidas como algo dotado de sentido e eficácia na construção da história.

Ágora pode ser chamada de espaço de comunicação, ou melhor, *espaço da mediação social* em um sentido amplo da interação humana. Ele possibilita a troca de mercadorias, o comércio de produtos, a discussão política e de problemas sociais, a troca de informações e de fofocas, histórias individuais e coletivas, discursos artísticos e outros. Ao partilhar a ágora, o indivíduo, ainda que não fosse cidadão, com certeza se sentia informado das decisões políticas, dos acontecimentos sociais, das ironias, sátiras e informações culturais. Para os escravos e para os que não tinham cidadania, ágora era apenas fonte de informação. Para os cidadãos, era algo a mais e de forma oficial: uma espécie de parlamento popular, já que votavam e participavam das decisões coletivamente, além de ter obrigações no funcionamento burocrático da estrutura política da sociedade.



IV O ESPAÇO MEDIADOR MEDIEVAL

1. A mediação e a cidade

O período medieval, pelo menos no seu início, marca o declínio da polis e ascensão de uma vida rural, de direitos relacionados com a posse da terra e um servilismo hierárquico. Com uma economia totalmente agrária e rural, as cidades no início do feudalismo perderam seu poder de atração. A população, em sua grande maioria, estava presente em pequenos núcleos espalhados e isolados. “A vida social, o comércio e o intercâmbio sucumbiram aos poucos; a vida assumiu formas mais simples, mais regionalmente localizadas” (HAUSER, 2000, p. 181). As invasões de bárbaros germânicos, o declínio do Império Romano, de suas cidades e instituições políticas e econômicas, a expansão do cristianismo e do feudalismo, nos séculos VII ao XII, transformaram toda a ordem política estabelecida pelos romanos e, conseqüentemente, transformaram também o *espaço de mediação social*.

De acordo com Hauser (2000), o sistema feudal é uma pirâmide social em que o rei desencadeia e mantém guerras, mas não governa. Os grandes senhores governam não mais como funcionários e mercenários, mas como senhores territoriais independentes, cujos privilégios se baseiam não em uma autoridade oficial derivada do soberano como fonte da lei, mas pura e simplesmente de seu próprio poder pessoal, real e direto. Eles “constituem uma classe de senhores que reivindica para si todas as prerrogativas de governo, toda a máquina administrativa, todas as posições-chave do exército e todos os postos superiores

da hierarquia eclesiástica, adquirindo assim uma influência no Estado como provavelmente nenhuma outra classe possuía antes”(HAUSER, 2000, p. 180).

Na realidade Feudal praticamente só existe a vida privada dentro do feudo, no seu limite territorial, diferente portanto da dupla existência “pública” e “privada” do mundo grego, no qual “inexiste uma privacidade, como reino da necessidade ou do domínio autônomo individual a partir do qual os indivíduos possam ter acesso a uma outra esfera de compartilhamento das faculdades de dignidade humana” (RIBEIRO, 1988, p. 09).

Apesar dessa falta de esfera pública, em oposição a uma outra privada, nos termos do modelo clássico grego, Habermas (1984) atenta para o fato de que em documentos medievais, *senhorial* é empregado como sinônimo de *publicus*. E *publicare* significa requisitar ao senhor. Ele admite a existência de uma esfera pública feudal *representativa*, que se manifesta nos atributos próprios de suas condições de poder que se realiza no conjunto das relações jurídico-políticas do regime feudal. O caráter público dos integrantes dessa esfera de representação manifesta-se como uma qualidade pessoal do senhor feudal.

Como a representação pública se manifesta na própria pessoa do senhor feudal, fica sem sentido um local específico, geograficamente definido, de espaço público político, por exemplo, como em ágora ou o pnyx. A representação pública se manifesta em todo e qualquer lugar que o senhor feudal esteja presente. Nesse sentido, não há necessidade de espaços públicos no aspecto estritamente político. Se se quiser admitir, como Habermas, a existência de uma representação pública, é preciso afirmar que há, sem dúvida, um retrocesso político com relação à comunicação dialógica presente e inerente ao espaço mediador grego. A comunicação perdeu o seu espaço de igualdade e todo indivíduo acaba tendo um poder de diálogo inferior em relação ao senhor feudal, ainda que este último não estabeleça sua superioridade por causa de uma

tecnologia comunicacional mais desenvolvida. O veículo ainda é a fala como na Antigüidade; vive-se ainda uma sociedade oral, face a face. A sua superioridade se estabelece nas posições sociais bastante distintas na pirâmide da organização política da época.

Mas a poder político dos feudos, no sentido de governamental, é um aspecto da vida medieval e incapaz de evitar a formação de *espaços de mediação social* durante o período em que as cidades são reerguidas. Independente de se pôr de maneira dialógica ou não, o poder governamental faz parte de uma infinidade de atividades da vida que mantém um intenso movimento de transformação, ainda que sem rupturas radicais e violentas como guerras e revoluções. Há um *espaço de mediação social* na Idade Média, ainda que restrito na área política, mas que contém aspectos da vida, conflitos e aspirações sociais. Esse espaço será conhecido como praça pública. É a praça pública da Idade Média que mantém semelhanças com a ágora do período grego-romano. Segundo Mumford (1998), pelo menos nos países latinos, onde foi chamada de plaza, campo, piazza ou grand-place, descendem diretamente de ágora. Essas praças, segundo o autor, mantiveram por séculos as características da Antigüidade, presentes em seu espaço aberto, com seus cafés, e restaurante à volta. Um local em que os encontros, conversas e discussões face a face têm lugar. São encontros fortuitos, não-formalizados e habituais.

“Até os próprios esportes e funções dramáticas da ágora original jamais desapareceram por completo: torneios de cavalaria ainda eram realizados no mercado, ao fim da Idade Média, na Europa setentrional, e foram seguidos, no século XVII por exibições militares. Em Elida, ágora era, na verdade, chamada de Hipódromo; e corridas de cavalo, semelhantes àquelas que outrora tiveram lugar ali, ainda se realizam anualmente no famoso Pálio, de Siena, tendo seu ponto culminante na piazza diante do Paço Municipal”.(MUMFORD, 1998, p. 168)

Vale lembrar que até o século X todas as cidades (e aglomerados humanos) eram normalmente formados em volta de um burgo central. Os burgos eram fortalezas, cujas muralhas encerravam um perímetro bastante limitado. Desde o princípio, os mercadores, artesãos e servos foram obrigados a se instalar, por falta de espaço, no exterior desse perímetro, chamado de novo burgo ou subúrbio. A partir do século XI, a indústria, principalmente de tecido, começa a fazer parte desse entorno. O historiador Henri Pirenne (1964) define a cidade nessa época como “uma comuna vivendo do comércio e da indústria, ao abrigo de um recinto fortificado, gozando de um direito, de uma administração e de uma jurisprudência” (PIRENNE, 1964, p.161). O autor esclarece que no decurso do século XII, senhores laicos ou eclesiásticos fundam “cidades novas”, que são aldeias estabelecidas em terreno virgem e cujos ocupantes receberão lotes de terra em troca de uma renda anual.

A partir do século XI a vida feudal começa a sofrer transformações com as novas condições econômicas e sociais dadas pelo desenvolvimento do comércio. As cidades emergem do abandono e tornam-se importantes entrepostos comerciais, lugar de uma vida urbana baseada no trabalho livre assalariado, no comércio e na produção artesanal de mercadorias. Esse movimento, sem dúvida, é o que vai permitir a localização de um novo espaço físico de mediação social, ainda que informal, nas praças públicas. O crescimento do comércio gera uma nova ordem social, que começa a minar a sólida estrutura do feudalismo. O espaço público, aos poucos, volta a ter seu local fisicamente estabelecido. Ele inicia a passagem da pessoa do senhor feudal para as cidades e, principalmente, para as cortes dos monarcas (RIBEIRO, 1988).

Entre os séculos XIV e XVI, as cidades passam a receber um número crescente de camponeses que abandonam os campos, atraídos pelas possibilidades de melhores condições de vida. O comércio em expansão necessita

de mão-de-obra livre e assalariada para se desenvolver. Mas nesses séculos de declínio do feudalismo, a exploração da terra continua, em grande parte, sobre o domínio senhorial. As cidades estavam, em muitos casos, sob o controle político-administrativo da aristocracia feudal, assim como a produção de mercadorias e o comércio (RIBEIRO, 1988, p.19). Mas tais comunidades urbanas, na medida em que eram centros independentes de comércio e de transações contratuais, também se constituíam em corpos estranhos, o que “sobreveio uma circulação constante de dinheiro através da troca, penetrando a auto-suficiência da economia feudal” (DOBB, 1987).

Ainda segundo Dobb, a presença da autoridade feudal na cidade justifica as lutas ocorridas entre burgueses e nobres feudais pelo controle do comércio. Para o autor, é preciso evitar o engano de conceber a época feudal como um período em que o comércio houvesse desaparecido de todo e ao qual o dinheiro fosse inteiramente estranho. “Daí ser natural que o controle das cidades e sua fundação viessem a ser tomados como fonte valiosa de renda feudal” (DOBB, 1987, p.87) Em muitos casos, a luta se transformou em guerra civil prolongada¹.

No desenvolvimento urbano medieval, a praça apresenta um caráter oficial para o poder bastante distinto de uma assembléia do povo na Grécia Antiga. Se na Antigüidade a democracia política pode se realizar na praça (ágora), na Idade Média é um governo forte que procura exhibir sua autoridade em praça pública.

¹ No século XVI, vive-se o que Marx (1984) denominou de pré-história do capitalismo. Ao mesmo tempo em que se expandem as relações capitalistas de produção, ocorre uma dissolução de uma economia baseada na propriedade autônoma ou comunal da terra por pequenos produtores, vinculados aos limites de produção feudal e atados à propriedade senhorial da terra. Somente no século XIX, os investimentos industriais largamente implantados solidificariam uma economia capitalista, baseada na existência de uma polarização entre um grupo restrito e poderoso de burgueses, proprietário de recursos e dos meios de produção, capaz de comprar a força de trabalho de uma vasta população de trabalhadores com a finalidade de reproduzir em escala crescente o capital investido.

2. A mediação e a praça

Esse poder oficial na praça pública da idade média acontece quando o estado ocupa esse território com manifestações governamentais ao empreender cerimônias, anunciar leis e realizar punições ou execuções. O suplício, que é um tipo específico de tortura em praça pública, exhibe um poder estatal, como nesse relato:

“Damiens fora condenado, em 2 de março de 1757, a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris, aonde devia ser levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; em seguida, na dita carroça, na praça de Grève, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atezado nos mamilos, braço, coxas, e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos as cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento” (FOUCAULT, 1987, p. 11).

Esse espetáculo em praça pública significava, segundo Foucault, um exercício do poder do Estado. A finalidade do suplício era mostrar ao extremo a dessimetria entre o súdito que ousou violar a lei e o soberano todo-poderoso que faz valer sua força. Nessa liturgia da pena, há uma afirmação enfática do poder e de sua superioridade. “E esta superioridade, não é simplesmente a do direito, mas a da força física do soberano que se abate sobre o corpo de seu adversário e o domina”.(FOUCAULT, 1987, p. 46).

Para se realizar em praça pública, o suplício é cercado por todo um aparato militar: sentinelas, arqueiros, policiais, soldados, mostrando um cerimonial meticuloso. “Os oficiais irão a cavalo segundo a ordem abaixo; a saber, à frente os dois sargentos de polícia, em seguida o paciente (criminoso); depois(...) irão à praça pública do grande mercado em que será executado o julgamento” (FOUCAULT, 1987, p. 47). Havia, no suplício, regras e normas, embasadas em

uma cientificidade jurídica, que o garantia como uma validade de instituição governamental e legal, com legitimidade para a definição das penas. O suplício é uma técnica e não deve ser equiparado aos extremos de uma raiva sem lei. Ele correlaciona “o tipo de ferimento físico, a qualidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso, o nível social de suas vítimas. Há um código jurídico da dor” (FOUCAULT, 1987, p.34). Assim como na Antigüidade em que o espaço mediador social desenvolveu procedimentos técnicos baseado na oratória e retórica, na Idade Média, os procedimentos técnicos ganham uma graduação científica exposta na metodologia da punição ou no método de construção de texto dos jograis.

Segundo Foucault, nas cerimônias de suplício, o personagem principal é a população, cuja presença real e imediata é requerida para sua realização. A população é chamada como espectador, é convocada para assistir às exposições e às confissões públicas.

“Os pelourinhos, as forcas e os cadafalsos são erguidos nas praças públicas ou à beira dos caminhos (...) As pessoas não só têm que saber, mas também ver com seus próprios olhos (...) Todos protestam quando no último instante se retira a vítima aos olhares dos espectadores. ‘O caixa-geral do correio, exposto porque matara a mulher, é em seguida subtraído à multidão; fazem-no subir numa carruagem de praça; se não estivesse bem escoltado, teria sido difícil defendê-lo dos maus tratos da população que queria justicá-lo” (FOUCAULT, 1987, 53).

Assim como participa irada contra o criminoso, a população, diante de um suplício, poderia recusar o poder punitivo e se revoltar. Muitas vezes impede a execução que considera injusta, arranca um condenado das mãos do carrasco e, eventualmente, pode até perseguir e assaltar os executores. “De qualquer maneira, maldizer os juízes e fazer tumulto contra a sentença, isso tudo faz parte das práticas populares que contrariam, perturbam e desorganizam muitas vezes o ritual dos suplícios” (FOUCAULT, 1987, p. 54).

O suplício em praça pública foi suprimido em grande parte entre 1830 e 1848. O poder do Estado deixou de se apresentar como um procedimento técnico do governo e como um espetáculo, ao mesmo tempo. Como conseqüência também se suprimiu um poder da população sobre questões judiciais e sua capacidade de intervenção em ações jurídicas do Estado.

Informalmente, ou seja, sem o aparato do Estatal para o suplício ou outros acontecimentos, a praça da Idade Média é também um palco político e de comunicação da sociedade. Em Florença, por volta do século XIV, a política era de certa forma vivida na praça, assim como em Atenas clássica. As praças da cidade, sobretudo piazza Della Signoria, eram um tipo de espaço público nas quais se ouviam discursos e se debatia política. “Discursos fluentes eram bastante apreciados, sendo cruciais para o que os italianos chamavam de *vita civile*, a vida ativa política do cidadão”(BURKE e BRIGGS, 2004, p. 82/83).

De acordo com Le Goff (1992), a praça era o centro de atração para o qual se voltavam as preocupações do urbanismo. Em Montauban, criada em 1.144, a praça ocupa exatamente o centro da cidade, cuja forma, em trapézio, reproduz o desenho da cidade (*veja figura 08*). Bem diferente arquitetonicamente da cidade Antiga, que tinha sua ágora, seu fórum, seus criptopórticos, a cidade medieval elimina os espaços livres e mantém a praça como um centro bem protegido e de uma sociabilidade que parece trazer uma igualdade de comunicação entre as classes sociais. Para Mikhail Bakhtin, a cultura popular não-oficial da Idade Média tinha na praça pública um território próprio, e com datas próprias: os dias de festa e de feira.

“Essa praça entregue à festa, já dissemos várias vezes, constituía um segundo mundo especial no interior do mundo oficial da Idade Média. Um tipo especial de comunicação humana dominava então: o comércio livre e familiar. Nos palácios, nos templos, nas instituições, nas casas particulares reinava um princípio de comunicação hierárquica, uma etiqueta, regras de polidez. Discursos especiais

ressoavam na praça pública: a linguagem *familiar*, que formava quase uma língua específica, inutilizável em outro lugar, nitidamente diferenciada da usada pela Igreja, pela corte, tribunais, instituições públicas”. (BAKHTIN, 1999, 133)

Ainda que sem as decisões através do voto como em ágora, a praça pública da Idade Média parece estabelecer uma espécie de utopia dialógica e comunicacional, um território de livre acesso de classes e de linguagem.

De uma forma semelhante e, a partir desse texto de Bakhtin, Le Goff vai definir a praça pública medieval como o lugar de encontro entre as duas culturas, a popular e a erudita. “Por ocasião do mercado e da feira, o mundo camponês penetra na cidade. Lá encontra a cultura mercantil, a cultura eclesiástica e mesmo a cultura cavaleiresca. Mesmo fora das festas, na vida cotidiana, o encontro se realiza. Aliás, neste sentido, a praça pode estar onde quer que haja divertimento, convergência de curiosos, consumo cultural diversificado”. (LE GOFF, 1992, p. 207). Ao situar a praça deslocada de um local determinado e geográfico, quando diz que ela pode estar onde quer que haja divertimento, o historiador Le Goff se aproxima do conceito de *espaço mediador social*. A praça, no sentido dado pelo autor, pode ser considerada não um local específico, mas um espaço de ação social.

Essas praças da Idade Média concentravam então o movimento da população e era onde se realizavam as festas públicas, feiras, procissões, exposições, apresentações teatrais e vários outros eventos. No fim da Idade Média e no Renascimento, diz Bakhtin (1999), a praça pública forma um mundo único e coeso, onde aconteciam interpelações em altos brados ou espetáculos organizados “A praça pública era o ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de ‘extraterritorialidade’ no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo aí tinha sempre a última palavra”. (BAKHTIN, 1999, p. 132). E nessa praça de liberdade de ações e de linguagem,

a feira especificamente tem um papel fundamental, ou seja, o comércio de produtos era parte constituinte do espaço mediador social que se formava. Em Lyon, diz Bakhtin (1999), a feira, com duração de quinze dias, realizava-se quatro vezes por ano. Ou seja, havia dois meses de feira por ano. “O ambiente carnavalesco reinava nessas ocasiões, qualquer que fosse o momento do ano”...(Bakhtin, 1999, p.132/133). A feira de Fontenay-le-Comte é retratada em um documento do século XVI como a pátria de um jargão especial. “Ela reunia uma quantidade impressionante de comerciantes e clientes vindos não apenas de toda a França, mas também dos países vizinhos” (BAKHTIN, 1999, p.133).

3. A mediação e o jogral

No cotidiano das cidades medievais, vida cultural permanece bastante ativa e as experiências de narração de informação estão presentes. Por ter um caráter informal, isto é, não-oficial, a praça é o espaço de mediação social que possibilita a riqueza artística e dialógica apontada por Bakhtin. O discurso da praça medieval pode se enriquecer de analogias, brincadeiras, fantasias e humor porque está de certa forma livre, ou melhor, distinto, do discurso político oficial. Além disso, esse espaço estabelece um comércio e uma comunicação mais estreita entre as cidades, atraindo novos personagens e as apresentações de narradores-artistas, que acabam se transformando em veiculadores de informação em praças e outros locais públicos.

Até o século XI, diz Rizzini (1977), as notícias se difundiam de forma oral pelas cantinelas – estrofes breves e atualizadas, que eram meio líricas e meio narrativas. Para ele, tanto o romance (conto medieval em verso no qual se narram

aventuras ou amores de um herói de cavalaria), como as canções e as sirventes (poesia crítica e satírica sobre o senhor feudal) eram o prenúncio do periodismo, ou seja, uma forma embrionária de informação em movimento.

“Peregrinando por vilas e castelos, os jograis, ao lado do lirismo das baladas e pastorelas, dos lais e cantigas de amor e de amigo, - entoados ao som de sanfonhas, rotas, violas, e saltérios – cantavam e recitavam gestas, que eram a história popular do tempo, e contos facetos e satíricos, inspirados em discórdias e agitações, verdadeiras gazetas rimadas”. (RIZZINI, 1977, p. 11)

Os intérpretes e declamadores eram tantos que se estabeleceu distinções em relação à função e aos locais em que se apresentavam. Em Portugal, o jogral ganhava uma denominação para cada prática que se especializava: o jogral, propriamente, era aquele que ganhava a vida nos castelos e nas vilas, mas havia os trejeitadores ou truões que se exibiam nas praças públicas, os goliardos “merendavam e bebericavam nas tavernas” e os bufões, que de “arqueta ao colo mercavam quinquilharias” (RIZZINI, 1977, p.12).

Uma das formas de se transmitir notícias eram as baladas, espécie de poemas rimados. “As notícias foram transformadas em versos por um motivo: para torná-las mais divertidas – especialmente para a grande maioria da população, cujos gostos haviam sido formados através da exposição de formas orais” (STEPHENS, 1993, 212/213). A pauta das baladas (*veja figura 05*) era diversa: nas inglesas do século XIV e início do XVII eram os acontecimentos de alto-mar, como naufrágios, mas havia outras notícias em livretos e com caráter bastante sensacionalista (*veja figura 07*). Por exemplo: “novidades acerca de uma criança gigantesca e feia nascida em Arneheim na Gelderlândia ou uma verdadeira narrativa sobre o nascimento de três monstros na cidade de Namen” (STEPHENS, 1993, 225/226).

Apesar de sua origem em uma cultura oral, a balada já inicia uma passagem para uma cultura escrita. O sucesso dos bons criadores de narrativas criou um

mercado de textos e canções, que eram repassados a algum jogral mediante honorários ou vendido num caderno de pergaminho, pequeno, cômodo e escrito numa só coluna. “De posse delas, procedia o comprador como um editor: publicava-lhes sucessivas tiragens verbais e cedia com usura o direito de cópia” (RIZZINI, 1977, p. 13). Alguns jograis impressos possuem uma incrível semelhança na diagramação com os jornais de hoje (*veja figura 06*). Eles eram divididos em pequenas colunas, como os jornais que mantêm normalmente seis colunas de texto e, mesmo rudimentarmente, imagens ilustravam os textos. O jogral, no entanto, não se limitou à oralidade e apareceu em versões manuscritas, bem antes do invento da prensa.

Segundo Nunes, a política e os costumes do tempo davam ao trovador das sirventes ora aplauso, ora censura e não raro os ridículos de seus contemporâneos eram postos a nu e troçados com palavras da mais requintada baixeza nas cantigas de escárnio e maldizer (NUNES, 1928, Apud RIZZINI, 1977). Após declamarem contos engraçados e fragmentos de epopéias “narravam o que tinham ouvido dizer ou visto com os seus olhos” (FIGUEIREDO, 1917, Apud RIZZINI, 1977, pág. 14). Esse final era o esperado momento da informação talhada com a arte do orador. É certo que uma informação moldada em uma linguagem da época, mas estavam ali as narrativas dos fatos e acontecimentos recentes, com a mídia que era possível: a habilidade do canto, da dramaturgia e da fala do orador. Segundo Rizzini, os jograis eram mais estimados pelo que conheciam e podiam narrar do que pelo repertório de músicas e canções inéditas. “Disso se valiam habilmente, servindo à assistência, garridas pelo metro e a assonância, notícias condimentadas com a maledicência e a crítica” (RIZZINI, 1977, pág. 15).

Além do caráter informativo da notícia passada pelo jogral, o que também despertava o interesse do público era a sua capacidade de crítica, que incluía um

discurso opinativo sobre os acontecimentos narrados. Esses artistas-jornalistas não devem ser desprezados e nem imaginados como raros e pouco comuns nas cidades. O sucesso dos jograis foi tamanho que o Estado tentou se utilizar desse meio de comunicação. Os jograis parisienses, diz Le Goff, eram tão reputados, que o regente da Inglaterra, Guilherme de Longchamp, no início do século XIII, chama alguns deles para uma “campanha de publicidade” com canções em sua própria honra. Já Henrique IV, segundo Menéndez Pidal, mandou compor um romance para celebrar a entrada do conde Miguel Lucas em Granada. “O canto era o meio de propagar a notícia dos sucessos coetâneos, sendo tal publicidade cuidadosamente fomentada pelos poderes públicos”.(PIDAL, 1942, Apud: RIZZINI, 1977, p. 14).

A cooptação - distribuição com benesses e favores - provavelmente não foi uma alternativa de sucesso no combate aos textos críticos com relação ao governo, por isso, a censura foi a forma mais difundida para tentar calar os jograis que incomodavam e perturbavam o poder estabelecido. “Gazeta viva e lida todos os dias, eles assoalhavam as notícias, comentavam-nas febrilmente e agitavam os povos” (RIZZINI, 1977, p. 15). Uma ordenança de 1395 de Carlos VI proibiu “a todos os cantores, autores de canções e todos os demais trovadores e repentistas que mencionem ou digam, em qualquer lugar, nem rimas nem músicas que mencionem o Papa, o Rei, nossos Senhores da França (...) sob pena (...) de serem colocados na prisão por dois meses, somente com pão e água”.² A ação política dos cantadores e músicos ambulantes foi intensa na Inglaterra.

² à tous ditteurs, faiseurs de ditz et de chançons et à tous autres menestriers de bouche et recordeurs de ditz que ils ne facent, dyent, ne chantent, em place ne ailleurs, aucuns ditz, rymes ne chançons que facent mention du Pape, du Roy, nostre sire, de nos seigneurs de France (...) soubz peine (...) d'estre mis em prinson deux mois au pain et à l'eaue” (RIZZINI, 1977, p. 15).

Disfarçadas em canções aparentemente inocentes, introduziam doutrinas “fortemente liberais e que até incitavam a revolta”.³

A praça pública medieval, neste quadro, é um *espaço de mediação social* que implica em uma multiplicidade de atividades comunitárias, incluindo comércio, política, crítica, arte, diversão, sociabilidade. Ela funciona como um fator aglutinador e central semelhante a alguns períodos de ágora. Na praça se recebem informações que são distribuídas, assim como se recebem mercadorias, alimentos, que também são distribuídos. Esse caráter comercial e de troca de mercadorias e informação a realiza como um *espaço mediador social* distante temporalmente do sistema capitalista. O comércio e o consumo de mercadorias estiveram presentes neste *espaço mediador*, tanto na Antigüidade como na Idade Média, o que os transformam em atividades intrínsecas ao processo comunicacional da sociedade nesses períodos. A troca de informação e mercadoria fez parte de um processo de complexificação da coletividade humana, muito anterior à revolução burguesa.

No entanto, o capitalismo permitiu que sua classe hegemônica elevasse a relação comercial à última potência e, nessa radicalização, fez com que seus opositores imaginassem a possibilidade de um *espaço mediador social* puro, que expurgasse toda a imanência comercial (de troca) da comunicação. O espaço mediador social não distingue comércio e comunicação. Esses dois conceitos formam uma unidade indivisível. Comunicar é comerciar e vice-versa. Ora, isso rompe com uma concepção sobre a comunicação capitalista muito presente na sociedade contemporânea que é entendê-la como algo que foi criado pelo sistema capitalista e que precisa ser expurgada de toda relação comercial.

Com isso, a noção de espaço mediador estabelece um outro caminho de análise, por exemplo, da imprensa, que não está fundado na pré-existência de

³ “fort liberales et qui poussaient même à la révolte”. (RIZZINI, 1977, p. 18).

uma comunicação pura, mas que parte de um entendimento histórico-espacial, que é entrecortado e matizado por procedimentos e práticas sociais oriundas de agrupamentos civilizatórios complexos. Em última instância, e simplificando, não é possível desvincular imprensa de espaços de troca de mercadorias, diversão, lazer, fofocas, política etc. E isso significa dizer, como se pôde analisar nos espaços de mediação social antigos e medievais, que a narrativa noticiosa não é algo essencialmente oriundo do processo capitalista, ainda que esta afirmação se mostre como algo paradoxal, isto é: a imprensa e sua comunicação são essencialmente comerciais, mas não essencialmente capitalistas.

V

O ESPAÇO MEDIADOR MODERNO

“Durante horas a praça fica coalhada de homens estranhos. Para ali se transportou o largo de terra calcada pelos pés de gerações, uma espécie de porto de salvamento onde se colhem notícias da ilha e dos companheiros. Dali irão ao trabalho da semana seguinte com o contentamento de se saberem juntos.

Um largo da província, uma praça de Lisboa: a mesma necessidade de espaço livre e aberto, onde os homens possam falar e reconhecerem-se uns aos outros”.

(SARAMAGO, 2004, p.109)

1. O controle da praça

A praça pública, em grande parte do período medieval, constituía um *espaço de mediação social*, formado pela sociabilidade, comunicação popular, comunicação governamental, expressão do poder político, troca de mercadorias etc. Esse processo começa a mudar radicalmente com o desenvolvimento histórico-social dos séculos XVII, XVIII e XIX e instalação de um modo de produção marcadamente capitalista. O crescimento populacional, expansão territorial urbana e maior intercâmbio entre as cidades faz com que o antigo isolamento das comunidades medievais seja suprimido. As cidades abandonam as muralhas que as cercavam na Idade Média. Em Paris e Londres, assim como outras cidades europeias têm um arrebatador aumento populacional, principalmente no século XIX. Elas se transformam em grandes centros urbanos. A capital francesa deveria ter cerca de 410 mil habitantes em 1637, o que saltou para 500 mil por volta de 1750 e para 2,5 milhões em 1896. Londres vive um crescimento populacional mais rapidamente já a partir do século XVII. Na virada do século XVI para XVII, contava-se cerca de 150 mil habitantes, o que saltou para 700 mil

em 1700, cerca de 860 mil em 1801 e para expressivos 4,2 milhões em 1891 (SENNET, 2002)¹.

Essa expansão populacional é marcada pelo desenvolvimento de diversos setores sociais, pelo acesso a novas tecnologias, mudanças nas condições sanitárias e, já no século XIX, uma grande transformação cultural, com expansão da educação, alfabetização, leitura e, conseqüentemente, instalação de uma indústria do mercado editorial. Todo esse processo de desenvolvimento sócio-espacial implicará, necessariamente, em transformações na praça pública e em sua utilização anterior como privilegiado espaço de mediações sociais, culturais, comerciais e políticas.

O Renascimento, pode-se dizer, marca o início do declínio das praças públicas. A praça, que durante o período medieval é um espaço de utilização mútua, tanto do povo como do poder governamental e um espaço de múltiplas funções das atividades da cidade, sofre agora um processo de captura pelo poder governamental. Ela será redefinida arquitetonicamente por políticas públicas e tende a acompanhar o crescimento das cidades que inflam continuamente como a atração de novos habitantes. Essa transformação da praça se dá dentro de uma concepção utópica renascentista de organização, ordenação precisa, rígida geometrização e regularidade de ruas e avenidas. Essa nova estética fez nascer a *piazza italiana*, *place royal francesa* e a *square inglesa* (CALDEIRA, 1998).

¹ Para o autor, as causas desse crescimento populacional são complexas. É certo, no entanto, que houve grandes transformações histórico-sociais com a intensificação do comércio que altera a vida da cidade medieval. Também houve um grande desenvolvimento científico e tecnológico com o Renascimento. O aperfeiçoamento da medicina e da saúde pública com efetivo combate às pestes fez com que diminuísse o índice de mortalidade. Mas a grande fonte de expansão das cidades foi a imigração. Com a crise feudal, ao migrar para a cidade, os camponeses se libertavam do regime de servidão e serviram de mão de obra barata para o desenvolvimento ainda mais intenso do comércio. Para ROLNIK, R. (*O Que É Cidade*, Brasiliense, 2001) a cidade muda no bojo do desenvolvimento de uma próspera economia mercantil, sobretudo pelo comércio de longas distâncias, que ligavam a Europa ao Oriente e às invasões e ocupações da América e África. SENNET, Richard. *O Declínio do Homem Público*. Companhia das Letras, São Paulo, 2002. pág. 70/71 e de 167 a 169. Ver também ORTIZ, R. *Cultura e Modernidade*. (Brasiliense, 1991), no capítulo “Os Dois séculos XIX”.

Por volta da metade do século XVII, a idéia de um espaço imenso feito pelo homem, bem no meio de um denso conglomerado urbano foi utilizada na construção da Piazza Obliqua, defronte à Basílica de São Pedro em Roma e aproveitada pelos franceses na construção da Place Vendôme, dos Invalides e de La Concorde em Paris (SENNET, 2002).

Todo esse investimento em grandes praças mostra que o poder governamental crê na importância política da praça e a transforma em algo monumental e controlado. O espaço da praça perde sua espontaneidade e sua ‘insegurança’ possivelmente revolucionária e subversiva aos olhos do poder. Para Caldeira, a piazza italiana é pensada em relação ao conjunto arquitetônico que fará uma espécie de cercado e a place royal francesa exporá, em sua monumentalidade, o poder absolutista real. A chamada praça real francesa representa simbolicamente um palco para a consolidação do poder monárquico, uma vez que as estátuas e monumentos erigidos serviam para honrar o rei ou o príncipe.

“A diferença funcional que se observa nas praças do Renascimento é que, longe de ser um espaço de livre permanência, passaram a representar um palco para a consolidação de um poder. A praça, enquanto espaço espontâneo de uma sociabilidade popular, perde a sua força, cedendo lugar para as composições estéticas, manifestações monárquicas, cerimônias eclesiásticas e atividades restritas” (CALDEIRA, 1998, p. 25.).

Nessas grandes praças, o poder governamental busca instituir mecanismos para evitar concentrações, comércio, comunicação social e manifestações da cultura popular. Sennet, ao analisar as grandes praças urbanas francesas, diz que elas não foram concebidas tendo em mente uma multidão lenta que se congrega. As praças monumentais em Paris serviram para reestruturar a aglomeração populacional na cidade, pois mudou a liberdade com que as pessoas poderiam se reunir. “A reunião de uma multidão se tornou uma atividade especializada” (SENNET, 2002, p. 76). Ou seja, deveria ocorrer em três locais distintos: nos cafés, nos novos parques e no teatro. Dá-se então dois movimentos que interferem na relação social com a praça pública: ao mesmo tempo em que o

poder absolutista tenta controlar a “sala de reunião” da praça, a sociedade vive um processo de privatização desse espaço público, simbolizado principalmente pelos famosos cafés. Acrescenta-se a isso, o desenvolvimento dos correios e da troca de cartas entre pessoas distantes. Para Sennet, à medida que as cidades crescem, desenvolvem-se novas formas de sociabilidade independentes do controle real direto. “Foi a época em que cafés (coffeehouses) e mais tarde bares e estalagens para paradas de diligências tornaram-se centros sociais” (SENNET, 2002, p. 32).

No entanto, as transformações que retiram da praça sua importância como espaço público de sociabilidade e espaço político acontecem em várias direções. A instalação de água encanada, por exemplo, retira da praça a importância comunitária do chafariz, onde as pessoas, ao buscarem a água, se reuniam, trocavam informações, se encontravam. As facilidades de um processo de desenvolvimento urbano, apoiada em tecnologias para o conforto, acomodam a vida dentro das residências e cafés, diminuindo a quantidade ou necessidade de circulação até a praça pública. A Revolução Industrial irá multiplicar o número objetos úteis nas residências que, segundo Ortiz (1991), cobrem os setores mais diferenciados da vida social. Nas casas surgem as pias, os banheiros, as privadas, os bidês. Há também novos objetos de toalete como a navalha para barbear e as escovas de dentes.

Outra forma de declínio da praça foi a sua transformação em jardim público, ocorrida nos séculos XVI, XVII e início do século XVIII. Na Inglaterra do século XVIII, o cultivo de árvores e o paisagismo tornaram-se passatempo característico dos abastados. “Uma paixão pelo cultivo de flores se difundia pela população em geral” (THOMAS, 1989, p. 229/230). O jardim foi desenhado para permitir passeios de carruagens e jornadas a pé. Ele implica em uma nova forma de sociabilidade, muito distinta das praças públicas. “Adentrar um jardim

implicava o aceite de regras de um jogo social e sexual imposto por uma norma de comportamento refinado, ostentatório, silencioso. (...) O jardim público era o local de encontro das elites ou dos segmentos derivados” (SEGAWA, 1996, Apud: CALDEIRA, 1998, p.41).

O jardim parece ser uma natural interferência do crescimento das cidades: se por um lado permite que estranhos se observem, como um jogo social, por outro, também muda o sentido da praça. Ela não é mais um lugar para se chegar e viver uma sociabilidade, mas um local de passagem; não é mais um ponto de chegada, parada, um espaço para se estar e conviver, conhecer, dialogar, mas um caminho, um circuito, um espaço para o movimento e velocidade.

A cidade, como um todo, começa a ter uma necessidade de movimento, de circulação. “Na metade do século XVIII, andar a pé e de carruagem no parque, principalmente no St. James’Park – tornara-se uma experiência diária para um grande número de londrinos” (SENNET, 2002, p. 113). As praças se tornam caminhos e os cafés, as paradas.

Uma tentativa renascentista um pouco diferenciada de transformação da praça é a da square inglesa. Ao levar várias praças para áreas residenciais, deslocando-as do centro de Londres para os bairros, os planejadores do espaço público buscam dar movimento à praça, mas acabam por privatizá-la, ou melhor, restrita a um grupo social. Por ter uma natureza histórica central ou em pontos referenciais da cidade e um caráter público manifestado na expressão do poder governamental ou em manifestações de liberdade, comunicação e sociabilidade, as praças vão perdendo aos poucos essa referência pelo próprio movimento geográfico de expansão da cidade. As novas praças inglesas contribuem para o declínio das praças públicas, praças de comunicação, políticas, como as definimos como *espaços mediadores sociais*. Distante da origem, a praça inglesa está dentro da mudança que leva a praça a se transformar em jardim.

“A característica essencial dessas praças estava em não terem sido feitas para serem ocupadas por vendedores de rua, acrobatas, floristas e assim por diante, como acontecia com o Convent Garden (primeira praça inglesa do período renascentista); deveriam ser preenchidas com arbustos e árvores” (SENNET, 2002, p.76/77).

A construção de praças residenciais torna-se muito comum nos séculos seguintes. A reestruturação da densidade populacional nas cidades de Londres e Paris por meio do planejamento de praças refreou a própria praça como um lugar central de uso múltiplo, de reunião e de observação. Sennet afirma que os criadores de praças espalhadas estavam firmemente decididos a manter o comércio afastado da área da praça. O duque de Belford, um dos construtores de praças, solicitou ao governo o direito de enxotar das praças os vendedores ambulantes na década de 1690. A praça se tornara uma obra de arte. “Antigo local de encontro, a praça de uso múltiplo, estava sendo consumido pelo espaço tomado como um monumento a si mesmo em Paris e como um museu da natureza em Londres”. (SENNET, 2002, 77/78).

O processo de declínio das praças como *espaços de mediação social* parece inexorável diante da nova urbanidade nascente. Em uma sociedade que começa a ser regida pelo tempo e pela velocidade, a praça ficou presa a sua natureza histórica. Nas reformas urbanas da metade do século XIX ao início do XX, o espaço da praça ficou à margem. “Não houve por parte dos interventores nenhuma preocupação em se regatar e requalificar este território” (CALDEIRA, 1998, p.44). Em Paris, as reformas realizam uma profunda reorganização da estrutura de circulação, com a abertura dos grandes boulevares, permitindo o tráfego fluir pelo centro da cidade. As ruas e os boulevares foram sendo tomados pelos veículos e pelo tráfego crescente de uma nova e veloz urbanidade. Na metade do século XIX, Paris abre ruas, avenidas, pontes e praças interligando os pontos nevrálgicos da cidade. Um eixo norte-sul, leste-oeste faz a ligação do

centro com a periferia e as grandes vias convergem para as estações de trem. “Um sistema de circulação se implanta. Surge neste momento uma metáfora sugestiva para descrever Paris. A cidade é vista como um organismo vivo, os órgãos comunicando-se entre si” (ORTIZ, 1991, p. 202/203).

Elementos urbanos surgem para compor um novo repertório de signos, a praça assume formas diferentes: praças para cruzamentos e praças em forma de círculo. Essas praças terão uma função pouco digna dentro de uma concepção de espaço público de sociabilidade; elas são especialmente desenhadas para permitir o fluxo de veículos. Até o início do século XIX Paris não conhecia transporte público. A cidade recebeu o ônibus puxado a cavalo em 1838. Após apenas 17 anos, transportava 36 milhões de passageiros e, em 1866, 107 milhões (SENNET, 2002). A intensificação da circulação é uma decorrência das transformações mais amplas que ocorrem na sociedade; “a materialidade dos transportes as expressa” (ORTIZ, 1991, p. 199).

Esses movimentos de transformação social, como o crescimento das cidades, que incluem maior intercâmbio comercial, alteração arquitetônica nas praças, melhorias das condições de moradia, desenvolvimento tecnológico, educação e fácil acesso a textos escritos, podem ser considerados os primeiros golpes para a antiga formação do *espaço mediador social* da praça. Há um esmaecimento e uma fragmentação da praça, o que a torna frágil para manter as atividades públicas inerentes à sua existência. Outros espaços de sociabilidade surgem e passam a capturar essas atividades.

2. A Praça no Brasil: uma metáfora política

A praça no Brasil surgiu na esteira da colonização religiosa, construída diante de capelas, igrejas, conventos ou irmandades religiosas. Ela nasce com a finalidade de reunir pessoas e de realmente servir para várias atividades, como no período medieval. Apesar de não ser comum no Brasil, a praça cívica² (diante de edifícios públicos importantes) vai definir o espaço nas capitais dos Estados, que são cidades centralizadoras da estrutura política regional. Essa praça cívica, de tradição espanhola, parece marcar uma divisão ou disputa de poder sobre esse espaço. De um lado a igreja, muito poderosa na Idade Média, e de outro, o poder civil emergente no período colonial pré-capitalista.

A primeira praça cívica do Brasil foi a Praça Municipal de Salvador, então capital do país. A praça reunia em seu entorno a Casa de Câmara e a Cadeia, o paço do governador da colônia, a relação (Justiça), os negócios da fazenda e a alfândega. Ela fica no centro da nova cidade projetada e marca urbanisticamente o seu caráter de capital (MARX, 1980, p.51). Posterior à Praça Municipal baiana, surge a Praça XV de Novembro no Rio de Janeiro, com a igreja que serviu de catedral ao lado do paço dos governantes da colônia e do Império. Além desses dois exemplos iniciais, também surgiram o Largo de São Francisco na São Cristóvão sergipana, o Largo de São Francisco em Mariana, a Praça Tiradentes em Ouro Preto e a Praça Marechal Deodoro em Porto Alegre.

²A praça cívica foi bastante presente na colonização espanhola na América. Ela surge também diante da matriz ou catedral, mas em seu entorno também se instalam os principais prédios públicos. É a chamada plaza mayor ou plaza de armas, ou praça cívica, como será conhecida no Brasil; cf. MARX, Murilo. Op. Cit. pág. 49/50). As normas de como se deveria fazer uma praça na colônia vinham diretamente da realeza espanhola. Em ordenações de 1573, de Felipe II, está definido que “la plaza siendo em costa de mar, deve hacerze al desembarcadero del puerto, y tratando de lugar mediterráneo, em médio de la población. Em la plaza no se deran solares para particulares, sino para la iglesia, casa real y se idificaran tiendas”; cf. OMEGNA, Nelson. *A Cidade Colônia*. Editora de Brasília, Brasília, s/d. pág. 8.

A história e o desenho variam, mas todas as praças reúnem prédios públicos importantes e, em muitas, há uma igreja dividindo o olhar sobre a praça, ou melhor, um certo controle sobre esse espaço. O Largo de São Francisco, de Mariana, por exemplo, “reuniam a Casa da Câmara e Cadeia e as duas igrejas das irmandades mais importantes da época” (MARX, 1980, p. 51).

No século XIX, com o advento da República, surgem novos espaços de caráter cívico. Os dois exemplos relevantes são a Praça da República do Recife e a também Praça da República de São Paulo. Elas são regulares e situadas diante de edifícios de função social, cultural ou educacional. A do Recife recebeu em seu entorno as sedes dos poderes Executivo e Judiciário pernambucano, além do Teatro Santa Isabel. Em São Paulo, a praça abrigava a sede da Escola Normal Paulista, matriz republicana da política de ensino estadual. “Esta relação praça e escola, ou a valorização duma pela outra, foi a contribuição urbanística nova dos tempos em que se impunha o regime republicano” (MARX, 1980, p. 53). A praça das capitais de um país tecnologicamente atrasado parece simbolizar a importância que ela teve durante a Idade Média européia. Os poderes a disputam, como se ela representasse um *espaço mediador* institucionalizado.

3. A praça da Liberdade

Essa relação fica mais clara com a construção de Belo Horizonte. A Praça da Liberdade, marco central do planejamento da cidade mineira, é um exemplo notável de como se dá essa disputa entre a caracterização de um poder republicano e a influência religiosa, que no Brasil é tão marcante na criação das praças públicas. Até hoje a Praça da Liberdade sofre transformações (*veja figura 09*).

Belo Horizonte é a primeira cidade planejada do Brasil para ser uma capital de um estado. A cidade criada em 1896, na virada do século XIX para o XX, tenta reafirmar o poder republicano diante da praça central. No entanto, a praça já está em declínio; ela já vive um tempo de grandes transformações sociais e nova velocidade. Belo Horizonte tenta unir as duas coisas: a imobilidade da praça com a mobilidade da cidade moderna.

O projeto da cidade busca ajustá-la à supremacia ascendente da velocidade. Com dimensões monumentais, ruas e avenidas constituíam verdadeiras artérias apropriadas ao tráfego, à circulação de mercadorias, da multidão e dos veículos. O projeto se prepara para transformações urbanas que já ocorriam no país. O Rio de Janeiro, capital do Brasil, tem grande crescimento no final do século XIX. De 1872 a 1880, a população da cidade quase dobrou, passou de 226 mil para 522 mil habitantes. Entre 1880 a 1890 chegaram mais 200 mil migrantes e imigrantes. Cerca de 30% da população eram de estrangeiros. A partir da segunda metade do século XIX, o transporte público também cresce e surgem várias linhas de bondes entre 1840 a 1870. Com esse desenvolvimento surgem novos bairros, novos comércios e empreendimentos financeiros. As grandes cidades, tanto na Europa como no Brasil, caminham para o século XX em um novo patamar histórico e de experiência social provocado pelo crescimento urbano, desenvolvimento industrial, intelectual, do comércio, das finanças, dos transportes e dos costumes. “Os mercados e os pequenos comércios de rua sofrem com a concorrência das lojas de departamento e a rua transforma-se no espaço do deslocamento, da velocidade, da circulação de pessoas, de mercadoria e de notícias” (CALDEIRA, 1998, p. 44).

Essas transformações não são apenas materiais; a vida urbana da cidade já não permite uma visão homogênea e singular da nova experiência cultural. “Esferas de discursividade mais específicas, menores, ou restritas

interseccionavam-se de forma cada vez mais complexa com outras de ambição originalmente mais abrangente” (RIBEIRO, 1998, 164). Essas transformações da cidade permitiram a multiplicação de fontes de auto-reflexão social pela incorporação de outros espaços e recursos lingüísticos, como o teatro, as publicações especializadas, a crônica urbana, o noticiário geral e a literatura.

Os idealizadores da nova capital mineira estavam imbuídos da necessidade de fazê-la mais apropriada aos novos tempos. A planta da cidade preconizava que “a sua área será dividida em seções, quarteirões e lotes, com praças, avenidas e ruas necessárias para a rápida e fácil comunicação dos seus habitantes, boa ventilação e higiene”.³ Como bem diz o texto, praça se apresenta, já de início, como um instrumento para a circulação, um complemento de ruas e avenidas, mas concomitantemente como um símbolo do poder republicano. A Comissão Construtora da Nova Capital, criada em 1894, estabelece que serão erguidas muitas praças de tamanhos e formas diversos, cortarão ruas e avenidas, dando amplitude para “o efeito architectônico” dos edifícios públicos, verdadeiros palácios esplendidamente situados. “Assim o Palácio Presidencial será erguido no centro da Praça da Liberdade, para onde convergem cinco avenidas. Os Palácios da Administração e do Congresso ficarão frente a frente na esplêndida Praça da Lei, circular e ponto do cruzamento de seis avenidas”.⁴

O projeto laico e republicano exclui da principal praça da cidade, a Praça da Liberdade, qualquer vestígio de religião, apesar de o país ter uma tradição de igrejas defronte as praças centrais, como a Praça da Sé em São Paulo ou em centenas de cidades do interior, que ainda mantêm essa arquitetura. Na origem da Praça da Liberdade estava explícita uma intenção de se fundar um espaço de

³Texto do segundo artigo da “Planta da Cidade de Minas”, apud: CALDEIRA, 1998, p. 73).

⁴ A Nova Capital do Estado de Minas Gerais, extraído da Gazeta de Notícias de 30 de janeiro de 1895, Revista Geral dos Trabalhos-1, Comissão Construtora da Nova Capital, 1985:99-100 (mimeo). Apud. CALDEIRA, Júnia Marques, 1998, p. 74).

forte caráter simbólico, um marco para a cidade. A noção de centro cívico presente na sua concepção é reforçada pelos edifícios públicos que vieram a conformar o seu entorno (CALDEIRA, 1998).

Como observa Leonardo Gomes (1992, Apud: CALDEIRA, 1998, p. 90), o contexto de criação de Belo Horizonte parece expressar um projeto de modernidade, fundado no iluminismo. Havia a necessidade de se emancipar, de se libertar do obscurantismo. O autor ressalta que partindo da Praça da República há a avenida Liberdade, que leva à Praça da Liberdade. Nos fundos, como não poderia deixar de ser, inicia-se a Rua Liberdade. “A mensagem era clara. Só da República nascia a liberdade; e mais, essa nunca vinha em excesso,(...) indicando que a jovem República tinha de ser livre”(CALDEIRA, 1998, p. 90).

Apesar de consolidada a vitória republicana sobre a praça central, faltava ainda o mais importante. A praça teria de ter as características originais, integrando em si um “sem-número de atividades”, como diz Murilo Marx (1980), ou uma “superposição” de atividades, nos dizeres de Zucker (ZUCKER, 1959, Apud: SENNET, 2002, p.76). Era preciso construir a praça como um *espaço mediador social*. Apesar de tardio, esse processo ocorreu.

A Praça da Liberdade acabou se tornando um ponto de referência de Belo Horizonte, um lugar de acontecimentos oficiais e extra-oficiais. Lá ocorreram manifestações populares, a parada militar, as retretas⁵ tradicionais dos domingos e o rink de patinação. “Ela foi a ‘praça do poder’, mas foi também a praça do encontro, do footing, das manifestações políticas, das feiras” (CALDEIRA, 1998, p. 145).

Mas essa referência medieval não duraria muito em uma sociedade já com o projeto capitalista instalado na primeira metade do século XX. A velocidade da

⁵ Retreta, segundo dicionário Aurélio, é um termo brasileiro para designar o concerto popular de uma banda em praça pública.

informação e dos transportes acuava a cada ano a praça, em sua significação política, comunicacional e social. O governo parece perceber que o poder e o povo já não se situam mais na praça. O Palácio da Liberdade em um primeiro momento é cercado por grades, isolando simbolicamente o poder do Estado em relação à praça. Depois, alegando inadequação deste Palácio, o governo constrói o Palácio dos Despachos (1966), que passa a concentrar as funções administrativas do Estado, em uma área adjacente à praça. Em seguida a Praça da Liberdade sofre uma intervenção mais efetiva para melhorar o fluxo de veículos na região. A velocidade passa a comprimir e reduzir o espaço da praça, em sintonia com um projeto administrativo municipal.

O processo de metropolização das principais cidades brasileiras acarretou uma perda de investimentos nos espaços públicos destinados ao lazer e direcionou-o para remodelações viárias. “As melhorias do tráfego foram consideradas, por muito tempo, um antídoto para o caos da metrópole moderna; investia-se na ampliação da rede viária, com a abertura de novas avenidas, ruas e viadutos”. (CALDEIRA, 1998, p. 109). Carlos Drummond de Andrade, o grande poeta mineiro, pôde escrever a crônica do fim da praça de forma magistral.

“O prefeito (...) mandou abrir pistas que deixem passar maior número de veículos em maior velocidade, porque a cidade passou a existir para a máquina, e o amigo da natureza que se enforque no último galho ao vento (...) Chegada é a hora de rezarmos, ó mineiros, por alma que foi da Praça da Liberdade, em sua forma e em seu caráter. Pois passou o tempo das praças, e chegou o tempo dos shows mirabolantes, junto a auto-estradas delirantes” (ANDRADE, Apud: CALDEIRA, 1998, p. 184/185).⁶

Mas Carlos Drummond de Andrade, em sua perspicácia poética, não entrevê apenas o fim em decorrência da velocidade. Ele também ressalta do fim da praça como *espaço mediador social*, espaço do diálogo democrático. No início, quando a praça ainda tem esse caráter de sociabilidade comunicacional, ele diz:

⁶ A crônica de Carlos Drummond de Andrade foi publicada em anexo in: CALDEIRA, 1998, p. 184/185).

“vinha o passado e sentava-se em um banco, tomando a fresca ou tomando luar. Vinha o presente, ajeitava-se ao lado dele. Os dois puxavam uma dessas infundáveis conversas mineiras, saborosas e lerdas. As palmeiras ouviam. Os ficus ouviam. E calavam, num calar mineiro” (ANDRADE, Apud: CALDEIRA, 1998, p. 184/185).

Quando a Duquesa de Windsor a visitou, pode dizer: “A praça distribuía a todos o mesmo sorriso, sem distinção de classe ou casta”. Mas ao final do seu rondó, o poeta afirma que a comunicação e o diálogo não são mais possíveis em uma praça cacofônica: “e o progresso, ou o que quer que seja, exige cada vez mais fontes, fontes bem luminosas na escuridão, e bem musicais em meio a cacofonia geral” (ANDRADE, Apud: CALDEIRA, 1998, p. 184/185).

No Brasil, no entanto, o auge de uma auto-estrada delirante, como diz Drummond, e sua relação com a praça surge com a fundação de Brasília. A cidade é ponto máximo dessa disputa em caracterizar um poder laico e republicano. Lá se construiu a chamada Praça dos Três Poderes. A República havia chegado ao seu simbolismo máximo de poder diante da praça. Ao mesmo tempo, uma cidade projetada para automóveis não pode ter vida na praça. Em Brasília, a praça nasce já como metáfora.

A capital do Brasil é criada na segunda metade do século, quando a praça já não tem o significado histórico e original. Como disse Drummond, passou o tempo da praça. Em Brasília, os eixos são fechados aos domingos e nasce uma praça momentânea e com tempo determinado para atividades como cooper, caminhada, andar de bicicleta e outras atividades que existem um espaço de circulação liso sobre o asfalto. Essa é a nova atividade que praticamente monopoliza não só as praças instantâneas sobre as vias, mas todas as praças no Brasil. A praça é o lugar para o movimento dos corpos sedentários. Daí a possibilidade de se ter em um mesmo espaço uma via e uma praça de lazer.

As praças ou grandes gramados de Brasília, situada no Planalto Central do país, também são tomadas por manifestantes em momentos cruciais da vida política da nação. Mas essas são manifestações de caráter simbólico, muitas vezes formadas por uma multidão que viaja centenas ou milhares de quilômetros por auto-estradas para chegar lá. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), provavelmente o maior movimento popular organizado do país, faz as grandes caminhadas por auto-estradas com centenas de trabalhadores, sempre se dirigindo à Brasília, local onde ficam os órgãos máximos dos poderes públicos. Muitas vezes, o MST bloqueia estradas, assim como algumas categorias profissionais bloqueiam ruas e avenidas nas cidades quando fazem greve. Parar o trânsito de uma cidade e percorrer auto-estradas parecem ser as únicas formas de se relacionar ou ser percebido pela sociedade.

Uma simples manifestação em praça pública é praticamente imperceptível para uma sociedade que está o tempo todo se deslocando. A cidade não tem mais um centro; está fragmentada e constituída em redes, conexões e cruzamentos. A grande manifestação em praça pública só ocorre em momentos de tensão social, momentos em que boa parte da sociedade se vê envolvida, histórico, social e politicamente. São momentos em que a sociedade toda decide parar. Por exemplo, a campanha das Diretas Já, impeachment do ex-presidente Fernando Collor, etc. Ela só existe em momentos em que as diferenças de classes sociais ficam amainadas por um objetivo maior.

Vive-se agora um outro tempo. Um tempo em que as práticas universais das praças se deslocaram e, mais agudo, mantêm-se em deslocamento ininterrupto. É chegada a hora dos veículos, mas não só dos veículos de transporte, que cortam as praças e fazem delas objetos de ordenação do fluxo. É pleno já o tempo dos veículos de comunicação.

A praça já não pode dar conta do gigantismo a que chegaram as cidades contemporâneas, nem mesmo se diluindo em pequenas praças, o que, com certeza, ajudou em sua descaracterização como um poder irradiador e comunicador de sociabilidades, informações, manifestações políticas e culturais. A praça pública garantia sua vitalidade comunicacional porque concentrava as atividades sociais; se ela se dilui em bairros, o seu poder de comunicação também se dilui, visto que ela é um espaço mediador geográfico e não um veículo. Em uma sociedade que não tem mais centro, a praça perde suas característica principal, a centralidade das atividades e difusão da informação. Vive-se o tempo do deslocamento, que a praça não pode mais acompanhar.

A praça não pode acompanhar, mas o *espaço da mediação social* sim, que se adapta à velocidade e ao deslocamento. Não é mais necessário ir até a praça para participar do espaço mediador social. Ele agora pode chegar até nós, em nossas casas, compactada em veículos de informação. Veículos que contêm praticamente todas as importantes funções originais e imanentes da antiga praça pública: discussão política, sátira ao governo, fofocas sobre personalidades, programas de auditório, esportes, cultura, lazer, conhecimento, informação, narrativas literárias, cartas, dicas de culinária, saúde, novas tecnologias e, como não poderia deixar de ser, comércio de produtos e outras atividades.

Mas essa passagem não ocorre assim tão diretamente. Há todo um processo de descaracterização e de deslocamento do *espaço mediador social* que se delineia durante séculos de mudanças contínuas e constantes. Esse processo tem dois importantes momentos: a cultura dos *coffehouses* e a cultura do sistema postal.

VI ESPAÇO MEDIADOR DOS CAFÉS

1. A privatização do espaço mediador

NEWS FROM THE COFFE-HOUSE

Nada se passa em todo o mundo.

Do monarca ao rato

Que dia e noite, simples ou profundo,

Neste café apinhado não vire boato...

Aqui, os homens deitam conversa fora

Com grandes ares liberais

Assim como mulheres perdem a hora

Com fofocas bem superficiais

Fala-se de tudo: como vai ser a moda,

Como ondular bem as perucas,

Paga-se um penny para entrar na roda

E ouvir histórias bem malucas...

(Balada impressa em 1667)

(STEPHENS, Mitchel, 1993, p. 100/101)

Um dos espaços que descaracteriza a praça como *espaço mediador social* são os cafés (veja figura 10). Esse novo espaço não se limita a um local geográfica e tradicionalmente definido como centro da cidade ou praça central; ele se fragmenta e se dissemina por toda a cidade que cresce e se industrializa. Pela primeira vez, nessas sociedades que foram analisadas, o *espaço mediador social* perde sua centralidade. Há uma pulverização desse espaço que acompanha a expansão urbana do período. Entre a primeira e a segunda década do século XVIII há no mínimo 500 cafés em Londres. No primeiro decênio do século XVIII já existem mais de três mil cafés na capital inglesa (HABERMAS, 1984, p. 48). Paris teria cerca de 300 cafés na metade do século XVIII e cerca de 600 em 1787, no final do século. Mas os cafés se espalharam por toda a Europa. Istambul, por exemplo,

era famosa já no século XVI pelos cafés, cerca de 600 (HABERMAS, 1984, p. 48).

Os cafés significam não só uma mudança geográfica, mas também uma inversão de valores que estão no bojo da formação da esfera pública burguesa. A prática comercial - que um dia foi um dos atores da sociabilidade e integrante de um conjunto de superposição de atividades da praça e também de ágora - ganha força e passa agora, ancorada na expansão técnica e industrial do período, a conter o *espaço mediador* dentro de si. Esse movimento espacial, de abandono da praça pública, marca o início da privatização dos *espaços mediadores sociais*, que abandonam os espaços eminentemente públicos e centralizados para se pulverizarem em espaços privados. Mas não há uma mudança brusca. No início, os cafés ainda enfrentavam a concorrência das praças, mas aos poucos o conforto do ambiente - com cadeiras e mesas ao abrigo do vento e outras intempéries - além de uma boa bebida quente, permite a consolidação desse novo espaço mediador.

O café é o ponto de encontro comum tanto em Londres como em Paris nos séculos XVII e XVIII. Além da sociabilidade, os cafés possuem um diálogo efetivo entre interlocutores de classes sociais distintas e, principalmente, transforma-se em centros de informação jornalística e literária. Na Irlanda, os pubs eram tidos como lugares onde “as notícias importantes do distrito propagavam-se”. (...) “A conversação nesses locais era tão longa quanto genérica, e os oradores eram persistentes em seus fraseados”. (ARENSBERG e KINBALL, 1940, Apud: STEPHENS, 1993, p.99).

A derrocada da praça como *espaço mediador social* fica evidente no papel que a comunicação assume nesses novos locais. Para Sennet (2002), os cafés eram os centros de informação mais importantes de Londres e Paris nessa época. Como centro de informação, os cafés tornaram-se naturalmente locais onde floresciam

discursos, diálogos e narrativas, dentro das regras estabelecidas pelo proprietário da loja, uma espécie de manual de comportamento. Quando um homem entrava no recinto, encaminhava-se diretamente ao bar, pagava um penny e era avisado, caso nunca tivesse estado lá antes, sobre os regulamentos da casa. Por exemplo, não cuspir nesta ou naquela parede, não brigar perto das janelas, etc. “E então se sentava para se divertir. Isto, por sua vez, consistia em conversar com outras pessoas” (SENNET, 2002, p.108). Essa conversa tinha incrivelmente um caráter democrático, como se estivessem em uma praça pública, talvez até mais acentuado. Ela era comandada por uma regra, espécie de manual de redação.

“A fim de que as informações fossem as mais completas possíveis, suspendiam-se temporariamente todas as distinções de estrato social; qualquer pessoa que estivesse sentada num café tinha o direito de conversa com quem quer que fosse, abordar qualquer assunto, quer conhecesse as outras pessoas, quer não, quer fosse instada a falar, quer não. Era desaconselhável fazer referências às origens sociais das pessoas com quem se falava no café, porque isso poderia ser obstáculo ao livre fluxo da conversa” (SENNET, 2002, p. 108/109).

Apesar de serem espaços privados, os cafés instalam uma radical democracia entre interlocutores. É um momento de aplainar as diferenças de classe na comunicação; um momento de superação da consciência de classe como parte do processo da esfera pública burguesa. Além disso, o espaço fragmentado dos cafés permite que toda profissão, todo ramo do comércio, toda classe, todo partido tivesse a sua cafeteria predileta. Assim, como futuramente aconteceria com os jornais, os cafés tiveram uma versão especializada em um tipo de público.

“Os juristas discutiam sobre Direito ou assuntos eruditos...no café Nando`s ou no Grecian... As pessoas da City se encontravam no Garraway`s ou no Jonathan`s para discutir a alta e a baixa das ações e verificar a taxa de seguros. Os religiosos conversavam no Trusy`s ou no Child`s sobre as fofocas da Universidade...Os soldados se reuniam depois do serviço no Old ou no Young Man`s... O St. James` ou o Smyrna eram o quartel-general dos políticos... Os escoceses tinham seus

encontros no Forest`s. Os franceses, no Gile`s ou no Old Slaughter`s... Os intelectuais da moda reuniam-se no Will`s, no Button`s ou no Tom`s... No Lloyd`s, os comerciantes mais abonados... Os amigos das artes honravam a cafeteria Don Saltero em Cheyne Walk”¹

O café Mile`s, também em Londres, se especializou em política. Um observador anotou que “as discussões no Parlamento eram fracas, (se comparadas) aos discursos aqui”². Além disso, havia até votações sobre temas de interesse público.

A totalidade dos cafés forma um sistema de concentração e difusão de informação e estabelece uma relação estreita e contraditória com os nascentes jornais. No seu interior eram lidos os jornais, em voz alta, em rodas, e, no começo do século XVIII, proprietários de cafés londrinos passaram a editar e imprimir seus próprios jornais, reivindicando, em 1729, o monopólio desse ramo. Em Leipzig foi fundado um diário em 1689 com o nome de *The Curious Coffehouse of Venice* e em Milão surgiu o jornal *Il Caffè*, em 1764 (BURKE e BRIGGS, 2004, p.41). As revistas de crítica literária e crítica de arte, tão importantes para o auto-esclarecimento do público no processo da esfera pública burguesa, se confundem com a vida dos cafés, afirma Habermas. Um dos exemplos citados pelo autor é a *Tatler*, que se volta expressamente para os “valorosos cidadãos que vivem mais nos cafés que em suas lojas” (HABERMAS, 1984, p.303). Para o autor, “as novas revistas estão ligadas tão intimamente com a vida dos cafés que ela poderia ser reconstruída através de cada número” (HABERMAS, 1984, p.59).

Descrevendo as curiosidades de Paris no de 1787, Dulaure anota que nada agrada tanto os estrangeiros como os bons cafés, onde podiam descansar, ler periódicos, divertir-se com jogos, aquecer-se no inverno, refrescar-se no verão e

¹ Cf. relato na *National Review*, n. 8 citado por HABERMAS, 1984, p. 299/300.

² Cf. STEPHENS, 1993, p. 102.

ainda ouvir a fala dos novidadeiros. (DULAURE, 1787, Apud: RIZZINI, 1977, p.76). Os novidadeiros eram pessoas que recebiam cartas e gazetas manuscritas para divulgá-las. Eles tinham assento privilegiado nos cafés nos séculos XVII e XVIII. Um novidadeiro fidedigno era o que recebia epístolas ou periódicos de fora, como o conde Joachim de Lonne, presidente dos Faladores das Tulheiras. Do porte de cartas, gazetas e informações, passavam a divulgá-las nos cafés e outros lugares pela cidade. “A bolsa de notícias de Paris funcionava em pontos fixos: Luxemburgo, Pallasi-Roual, Tulheiras, Galerie du Palais, Pont Neuf e claustros dos agostinhos, beneditinos e franciscanos” (RIZZINI, 1977, p.77). Para Rizzini, esses novidadeiros, redatores de cartas e gazeteiros agiam como verdadeiros repórteres. Assim os define nesse texto peculiar:

“Milhafres à cata de assunto, empoleiravam-se os repórteres nos corredores e copas dos palácios e antecâmaras das embaixadas; esvoaçavam nas praças, adros e claustros; pousavam nos cafés e bodegas; papagueavam com lacaios e boleiros, recorrendo à indiscrição, à espionagem, à peita, para bicar a novidade” (RIZZINI, 1977, p. 87).

Apesar da convivência e proximidade, trava-se aos poucos uma disputa entre os jornais iniciantes e os cafés, visto que dentro de um âmbito privado, trata-se uma batalha pelo *espaço mediador social*. Uma batalha que implicava em uma nova mudança no espaço da mediação social; uma disputa entre um espaço mediador oral e um espaço mediador escrito. A sociedade aos poucos ascendia a uma sociedade letrada.

Por traz da disputa entre cafés (informação oral) e jornais (informação escrita), há todo um movimento social, bem retrato por Raymond Williams (1961) no caso inglês. Tem-se um processo educacional de alfabetização da sociedade; a transformação de uma sociedade essencialmente oral para uma sociedade letrada. Williams considera a massificação da alfabetização como um longo processo revolucionário, intensificado no século XIX, mas que entre os

séculos XIII e XV inicia um processo de ampliação de escolas de música e gramática ligadas ao controle religioso, mas também com a criação de escolas independentes.

Os proprietários de cafés já reclamavam na primeira metade do século XVIII dos “coletores de notícias domésticas”, espécie de repórter, que eram pagos por proprietários de jornais.

“Pessoas estão sendo empregadas (uma ou duas para cada jornal), ganhando um tanto por semana, para rondarem os cafés e imiscuírem-se em companhias onde não são conhecidas; ou para ficarem plantadas a uma distância conveniente, ouvirem o que está sendo dito, com o fim de apanhar material para os jornais... As mesmas pessoas estão sendo contratadas para travarem conhecimento com os lacaios e outros criados da nobreza e da pequena fidalguia... As mesmas pessoas se deixam ficar ociosas nas repartições públicas, como arrombadores, esperando um encontro com um pequeno funcionário, ou uma conferência com um porteiro, para poderem conseguir uma pequena notícia...para o que despendem um shilling”³.

Os proprietários de jornais, no entanto, apenas admitiam conceder “um salário por bom aconselhamento”. Essa relação aponta para os primórdios da imprensa e como ela ascende de um *espaço de mediação social* oriundo da praça pública medieval e dos cafés do início do capitalismo. O espaço antes ocupado pela ágora, pelas praças e pelos cafés são essencialmente orais, mas há um movimento contínuo da sociedade que se industrializa e se torna letrada, desenvolve tecnologia de impressão, implanta sistemas postais mais eficientes e possibilita a criação de um novo *espaço de mediação social*, um espaço que não só se disseminará por vários locais da sociedade, mas vai ser caracterizado mais pela velocidade do que pelo espaço físico que ocupa.

A sociedade que reivindica participação política e cultural dentro da chamada esfera pública burguesa está em plena revolução industrial e cultural, com expansão do aprendizado técnico e da alfabetização. Aos poucos, os novos

³ Cf. “Homens-de-café” citado por STEPHENS, 1993, p. 523/524.

espaços de mediação social vão abandonar definitivamente o espaço geográfico, independente de ser central ou espalhado pela cidade. O novo espaço mediador é caracterizado pela técnica, fruto de um processo democratizador de produtos como o papel e a escrita e que, fisicamente, serão conhecidos como gazetas manuscritas, cartas noticiosas e, mais tarde, os jornais propriamente ditos.

A sociabilidade face a face, a contigüidade física - marcas do espaço mediador social até o período áureo dos cafés - vai se transformar em uma nova forma de convívio com a chegada do espaço mediador escrito, seja em forma de cartas ou jornais. Mas é importante notar que esses novos espaços manterão uma característica presente nos cafés, mas distintas das praças e de ágora, ou seja, seu caráter ou controle privado. Apesar de manterem uma relação pública com a sociedade, um espaço democrático, de diálogo e de livre acesso, o que o permite caracterizá-lo como espaço de mediação social, eles se transformam em um bem material, dentro do modelo industrial nascente.

2. Os limites privados da mediação

Os cafés resistiram muito tempo depois que os próprios jornais já eram diários e consolidados, mas é desnecessário dizer que eles foram derrotados como *espaços mediadores sociais*. Antes, contudo, os cafés enfrentaram uma outra concorrência, com os clubes privados. Isso provavelmente ajudou a esmaecer a presença do café na sociedade. Mas segundo Sennet, parte do declínio dos cafés acontece por razões econômicas, quando a Companhia das Índias Orientais Britânicas tornou-se importadora de chá, que se tornou moda. “Os comerciantes dos cafés não tinham licença régia pra o chá” (SENNET, 2002, p. 110). Mesmo essa mudança não seria capaz de desestabilizar a sociabilidade criada nesses

locais. O próprio Sennet afirma que a vida dos cafés continuou nas estalagens de paradas de diligências e também nos bares e nos pubs, que serviam de pontos de reunião próximos aos teatros. Os cafés, na verdade, apenas deixaram de ser espaços mediadores.

A histórica dos clubes como espaços de comunicação social, no entanto, não deixa de ser ilustrativa. Eles surgem porque parte da elite da sociedade nascente, no anseio do sucesso da privatização de uma sociedade capitalista, tenta construir espaços mediadores essencialmente privados. Eles surgem como um fórum alternativo aos cafés. Os clubes foram criados com a idéia de que o discurso traria maior prazer quando se tivesse selecionado a platéia, excluindo-se aqueles cujas vidas pessoais eram desagradáveis ou alheias. “A privacidade significava que o discurso só poderia ser agradável caso se controlasse com quem se estava falando” (SENNET, 2002, p. 112).

Com esse objetivo, o clube nunca chegaria a ser um *espaço mediador social* – e talvez por isso tenha tido uma vida curta, de algumas décadas. O legado dos clubes é que excesso do mundo privado enfraquece o espaço mediador, ou seja, ele perde o sentido dialógico e aberto ao público, uma característica marcante dos cafés. Ali sempre se conhecia algo novo, diferente, com narradores e novidadeiros com boa bagagem de notícias e estilos de linguagem, além de estabelecer um diálogo de contra-argumentos. Esse processo de abertura para novidade, para o inusitado e para o contraditório é uma característica tão presente nas praças públicas da Idade Média quanto na ágora Antiga; eram espaços abertos ao acesso de qualquer pessoa, que sempre o enriqueciam com novas narrativas, fatos inusitados e com pensamentos antagônicos. O clube nasce em oposição a isso. Ele se caracteriza pela afinidade, pela semelhança e pela proximidade de pensamentos e idéias. Ele nivela toda a rugosidade social e, com isso, torna a mediação supérflua.

Quando se está com amigos em um clube, os conflitos são aplainados e as chances de se descobrir o que está acontecendo no vasto mundo exterior são bem mais restritas do que nos tempos dos cafés. As limitações dos clubes logo provocaram tédio, como se vê nesta declaração de Oliver Goldsmith aos membros do *Turk's Head Club*, em 1773: “Seria uma agradável variação (aumentar o clube), pois já não se pode haver nada de novo em nosso meio: já viajamos um por um por todas as nossas cabeças!” (SENNET, 2002, p. 112). O *espaço mediador social* não pode existir em um ambiente de pouco fluxo com o mundo exterior, como o desconhecido, e distante de um processo dialético e de premissas contraditórias. A rápida falência dos clubes, enquanto difusores de informação, linguagem e conhecimento, explica em certo sentido a essência ou natureza pública do *espaço de mediação social*.

O espaço mediador é um espaço físico em que acontecem ou são representadas as ações da sociedade. Nas sociedades antigas, ágora e o fórum romano aparecem como exemplos dessa multiplicidade de ações. Na Idade Média, são as praças públicas e posteriormente os cafés. No entanto, essas ações sobre os espaços mediadores sociais são essencialmente ações de comunicação com diversas finalidades – comércio, educação, locomoção, afetividade, legislação, poder, política etc - e que mantêm um processo histórico e de transformação constante. Esse processo de transformação é um continuum social que só é interrompido em momentos dramáticos como catástrofes, guerras e ou revoluções e, por isso, é o processo que domina historicamente a vida nas diversas sociedades. O *espaço mediador social* é o padrão de vida social e não uma exceção. A comunicação, nesse sentido, é a energia desse processo que movimenta e orienta todas as ações da coletividade. Por isso, quando uma sociedade dá um salto entre uma cultura oral para uma cultura escrita ou quando distende os espaços com conquistas territoriais, há uma necessária transformação

no espaço mediador, ou seja, é preciso criar novas formas e tecnologias para se ter uma reordenação desse espaço.

É nesse sentido que se deve entender a afirmação de Mumford (1998), quando diz que o tamanho permissível da cidade varia parcialmente com a facilidade e o alcance efetivo das comunicações.⁴ Para o autor, as vias aquáticas foram os primeiros meios de transporte de massa e, por isso, “não foi por acaso que o primeiro crescimento das cidades ocorreu em vales de rios” (MUMFORD, 1998, p.84). Da mesma forma, o limite comunicacional também limita a expansão da sociedade. De acordo com Finley (1989), a *Pax Romana*, que pôs fim a grande expansão territorial do Império na Antigüidade, ocorre quando já se havia anexado porções territoriais com acesso inadequado para rotas de comércio e comunicação.

Assim, expansão e complexificação de uma sociedade tende a fazer com que o espaço mediador deixe de ser um local centralizado, visto que limita o processo comunicacional e comercial, para ser disseminado em todo o território ocupado pela coletividade. O espaço mediador deixa o espaço geográfico fixo para ocupar um espaço em objetos com potencial de deslocamento. É nesse sentido que se pode afirmar que a imprensa surgida no processo da esfera pública burguesa é essencialmente um *espaço de mediação social* das sociedades contemporâneas; ela vai absorver a maioria dos processos sociais que caracterizaram o espaço mediador geográfico, principalmente a sua imanência pública. Por mais carregada de privacidade que seja, a imprensa conseguiu construir um espaço aberto a fluxos contínuos com toda a sociedade, o que implicou em um diálogo entre culturas,

4. O autor também assinala que à medida que a cidade se desenvolve, ela passa a ser uma rede de comunicação. “os mexericos junto do poço ou da bomba da aldeia, a conversa na taverna ou no lavadouro, as proclamações dos mensageiros e arautos, as confidências dos amigos, os rumores da bolsa e do mercado, o intercurso guardado dos eruditos, o intercâmbio das cartas e informações, notas e contas, a multiplicação dos livros – tudo isso são atividades centrais da cidade”. Cf. MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História*. Martins Fontes, São Paulo, 1998. pág. 76

ideologias e classes sociais distintas. E essa capacidade de diálogo social, possibilitado no momento de superação da consciência de classe da esfera pública burguesa, é parte constituinte do processo de formação da imprensa. No seu próprio processo de formação, a imprensa foi obrigada a se portar com a abertura social própria que caracteriza, por exemplo, as principais instituições do Estado moderno. Assim como os poderes institucionais legalmente constituídos dos Estados nacionais, Executivo, Judiciário e Legislativo, a imprensa mantém uma porta para receber fluxos e demandas sociais. A imprensa supre a possibilidade de comunicação e informação social, num sentido amplo, incluindo a demanda de entendimento das questões que estão presentes na pauta de discussão e análise dos três poderes legalmente constituídos.

Esse processo de transformação do *espaço mediador social* está diretamente ligado às transformações sociais e culturais de cada sociedade e de sua capacidade de desenvolver tecnologias para que a comunicação seja aberta ao público. Apesar de a ágora, a praça e os cafés serem referenciais de espaço mediador, respectivamente, na Antigüidade, Idade Média e modernidade, outros espaços também foram utilizados, ainda que de forma limitada. Entre eles, estão as mensagens, trocas de correspondências e atas governamentais que se constituem como espaços precursores do espaço mediador social das sociedades letradas.

VII

O ESPAÇO MEDIADOR POSTAL

1. Espaço Postal Antigo

Na Antigüidade, a troca de informação de longa distância, por meio de mensagens ou cartas, era feita precariamente por mercadores que circulavam pelas cidades. Eles serviam de elo entre as pessoas. Mais tarde se inicia uma espécie de sistema postal; as mensagens são enviadas por um encadeamento de mensageiros que percorrem a pé ou a cavalo longas distâncias. “A tantas jornadas de um lugar para outro – explica Heródoto – correspondiam tantos postos em que homens a cavalo, prontos a disparar, venciam celeremente os trajetos, afrontando a neve, a chuva, o calor e a noite” (RIZZINI, 1977, p. 40). A essa carreira a cavalo denominavam os persas *angareion*, literalmente estafeta. Xenofonte atribui a Ciro a criação do correio-montado.

No final da República (509 a.C a 27 a.C), Roma estabeleceu com as províncias um serviço de correios, que depois foi desenvolvido por Augusto (27 a.C. a 14 d.C). Apesar de ser destinado a uso do governo, o público utilizava esse serviço ou empregava escravos, chamados de *tabellari*, para a entrega de correspondências. Trimalcão, personagem de Satyricon, ameaça punir um dos seus cozinheiros, rebaixando-o a mensageiro (PETRÔNIO, 1834, Apud: RIZZINI, 1977, p. 42). A função de *tabellari* não deveria ser muito gratificante, pelo menos para quem já exercia a atividade de cozinheiro.

Para se manterem informados, dentro e fora de Roma, os letrados e estadistas se valiam das cartas. No ano de 51 a. C., Cícero foi para a Cecília, localizada ao sul da Turquia atualmente, na condição de governador. Isso o fez passar certo tempo isolado, longe dos espaços de mediação social de Roma. Em

uma das cartas, ele se queixava: “estou aqui, num distrito onde as notícias penetram com muita vagarosidade” (CÍCERO, Apud: STEPHENS, 1993, 139)¹. Parte de sua correspondência, Cícero trata justamente dos problemas para se conseguir enviar as informações por cartas. Caelius, com quem Cícero trocava correspondência, relata sua dificuldade em compilar as informações em várias cartas:

“Eu tive algum trabalho para conseguir achar um homem que pudesse me contar todos os detalhes – tão minuciosamente, de fato, que temo que você considerará seus esforços neste sentido como meros excessos de eloquência... Decretos do Senado, mandados, fofocas, rumores – está tudo ali” (CÍCERO, Apud: STEPHENS, 1993, p. 141).²

Em outra carta, diz Caelius: “Há muitos trechos que você deve pular, especialmente as descrições detalhadas dos jogos e dos funerais, bem como todo o resto de fofoca. Entretanto, a maior parte é útil” (CÍCERO, Apud: STEPHENS, 1993, p. 142)³ Caelius parece preocupado com o seu leitor, Cícero, por esse estar mais preocupado com as questões políticas e do Estado, mas não retira das cartas todas as outras informações que julga desnecessárias para Cícero. Segundo Stephens, Caelius insinuava que estava pagando pelo serviço, que é denominado de “pacotes” ou “coleção de notas”.

“A quem eram dirigidos esses pacotes de notícia? Está claro que, não unicamente para Cícero na Cecília; caso tivessem sido escritos especificamente para Cícero, Caelius poderia ter pedido aos escribas que enfatizassem as notícias políticas, pelas quais seu amigo ansiava, e esquecessem as ‘impertinências’. Provavelmente, cópias deles estavam circulando entre um público suficientemente amplo para que se tornasse impraticável atender aos interesses específicos de Cícero. E este público deve ter estado interessado não apenas nos votos do Senado, mas em jogos, gladiadores, fofocas e outra conversa miúda, um público com aquilo que hoje seria qualificado de gosto ‘popular’” (STEPHENS, 1993, p. 142/143).

¹ Cf. cartas de Cícero. *Epistulae ad Familiares*, II, ix, 1.

² Cf. cartas de Cícero. *Epistulae ad Familiares*, VIII, i, 1.

³ Cf. cartas de Cícero, *Epistulae ad Familiares*, VIII, xi, 4.

Caelius brincava dizendo que esses relatórios iriam “exaurir” sua “bolsa”. Para Stephens e outros historiadores⁴ havia um público que tinha nesses pacotes de notícias um veículo de comunicação e, pode-se acrescentar, de mediação social. “Aparentemente, (esses pacotes) eram elaborados por um ou mais escribas que funcionavam, provavelmente, como repórteres profissionais” (STEPHENS, 1993, p.142). A maioria dessas informações era extraída das Actas Romanas, que só surgiram em 69 a.C., quando Júlio César determinou que fossem diariamente redigidos e publicados os atos do povo e os do Senado (RIZZINI, 1977). Se a intenção de Júlio César foi política, de enfraquecer o Senado, ele estava ciente da importância de um espaço de debate público e do conhecimento da sociedade sobre as manobras políticas. Com isso, parece inaugurar um pequeno espaço mediador no campo social com capacidade de deslocamento.

Os romanos antigos também publicaram os acontecimentos importantes e normativos numa tábua branca, denominada de Álbum, que ficava pendurada no muro da residência do grande pontífice. Em seguida surgiram os Annales Maximi, considerado o ponto de partida da história romana. Segundo Rizzini, as atas possuíam as duas primeiras características do jornal: periodicidade e atualidade.

“Cedo atraíram as atas o terceiro – variedade – quando o abelhismo do público foi-lhes abrindo espaço para o noticiário vulgar. Plínio leu nelas o afogamento de um cão no Tibre por não abandonar o corpo do dono. Sêneca deplorava ostentassem as mulheres seus divórcios ‘nessas folhas linguarudas’” (RIZZINI, 1977, p. 05).]

As atas continham nomeações de funcionários, éditos, discursos, sucessos militares, óbitos, nascimentos, casamentos, rixas, incêndios, bancarrotas, prodígios e espetáculos. Uma semelhança incontestável com os jornais contemporâneos, que ainda publicam editais, fofocas sobre separações de

⁴ Cf. GIFFARD, C. A. “*Ancient Rome’s Daily Gazette*”, citado por STEPHENS, 1993, p. 143.

políticos e famosos, discursos políticos, guerras, incêndios, acidentes, espetáculos e, quase como uma obrigação tradicionalista, uma coluna sobre falecimentos que está presente em praticamente todos os jornais, senão em todos do Brasil.

“Em Roma, os plebeus podiam se dirigir ao local onde o original estava fixado e lerem, por si mesmos, as notícias, ou ouvir outros lerem-nas. Ademais, cada uma das cópias das actas deve ter passado por numerosas mãos, e a informação nela contida devia então ser passada para frente, inclusive por meio da fala” (STEPHENS, 1993, p.148)

Para os historiador Dezobry, as atas deveriam constar somente matéria oficial, mas os librários “lhes apensariam o noticiário vulgar para torná-las mais vendáveis” (DEZOBRY, 1875, Apud: RIZZINI, 1977, p.05)⁵. Claro que não se deve tomar esse “vendáveis” ao pé da letra, mas em sua essência: comunicar é comerciar e vice-versa. Isso indica que havia um público para essa multiplicidade de informação, que muito se assemelha ao jornalismo contemporâneo.

Na linguagem romana publicar não tinha o caráter de circulação, mas de expor a ata ao conhecimento do público, afixando-a em lugar onde pudesse ser facilmente lida. Mas, com o aumento da frequência dos textos e como nem todas as pessoas pudessem ler as atas no fórum, começaram a circular dentro e fora da metrópole cópias particulares. “Conserve o bom costume – aconselhava Plínio o Moço a um amigo – de mandar-nos a nós, camponeses, cópia das atas da cidade”.⁶

As atas ocupavam, de certa forma, o lugar dos jornais e prestavam os mesmos serviços. Passavam de mão em mão quando continham novidade de interesse. “Liam-se, comentavam-se, transcreviam-se as em que os grandes personagens expunham seus pontos de vista. Era por meio delas que, atacado,

⁵ Cf. DEZOBRY, Ch. *Rome au siècle d'Auguste*. Tomo 3, de 4 vols, Paris, 1875. pág. 496 e nota à pág. 626.

⁶ Cf. PLÍNIO. *Lettres*, ed. rev. por Cabaret-Dupaty, Paris, s/d. Livro IX, carta 15. Apud: RIZZINI, 1977, p. 6.

defendia-se o político diante das pessoas cuja estima desejava conservar” (RIZZINI, 1977, p. 09). Certas cartas eram fixadas nas praças ou corriam em cópias distribuídas para destinatários, tornando-se assim públicas. “Foi sem dúvida o que aconteceu às recebidas e expedidas por Cícero nas imediações da guerra civil. Desse gênero de cartas parece-me ser possível dizer que quase ocupava, num limitado círculo, o lugar dos jornais de hoje” (BOISSIER, 1912, Apud: RIZZINI, 1977, p.09).⁷ Nesse limitado círculo, no entanto, o anseio pela informação já a caracterizava como uma troca social valorizada pelos seus apreciadores.

“Você está vendo – escrevia Plínio o Moço a Minuciano – como obedeço às suas ordens e o meu cuidado em informá-lo, quer novas de Roma quer das estrangeiras (...) Bem mereço que, por seu lado, você me diga tudo o que se passa, seja nessa cidade, seja nos arredores: às vezes há por aí coisas dignas de nota. Escreva enfim o que quiser, contanto que sua carta seja tão longa quanto a minha. Dela contarei, não as páginas, mas as linhas e as sílabas” (PLÍNIO, Apud: RIZZINI, 1977, p.10)⁸.

As atas são uma espécie de veículo de comunicação, associado às cartas e suas cópias, muito presente na Roma Antiga. Elas pareciam cobrir todos os aspectos da vida, desde a política, passando por nomeações, normas e procedimentos oficiais, até noticiários da vida cotidiana, fatos inusitados e banais. Com isso, parecem fomentar toda particularidade de uma vida coletiva e, diante da complexidade da sociedade romana, podem ser entendidas como uma espécie de *espaço mediador social*, que é condensado pela capacidade de escrita de uma sociedade.

O antigo Império Chinês, formado durante a dinastia Han, entre os anos 202 e 221 a.C. da era cristã também criou uma espécie de ata, ou melhor, um boletim informativo de interesse dos governadores que viviam em províncias

⁷ Cf. BOISSIER, Gaston. *Tacite*, Paris, 1912, pág. 258.

⁸ Cf. PLÍNIO. *Letras*. Cabaret-Dupaty, Paris, s/d. liv. 4, carta 11.

distantes, visto que o Império inclui lugares longínquos como a Manchúria, Mongólia e a Coréia. Os governadores montavam residência na capital chinesa, onde mantinham um agente que fazia o trabalho de correspondente.

“Essa prática foi institucionalizada como o nome de *ti* – definida nos estatutos do início da dinastia Han como ‘a residência de prefeitos provinciais para finalidade de comunicar relatórios oficiais’...A certa altura, começaram a coletar informações e formar boletins informativos manuscritos – *tipao* (*pao* significa relatório) – e que eram então enviados as autoridades nas províncias” (STEPHENS, 1993, p. 154).

Os *tipao* não tinham um caráter público como as atas romanas; não eram acessíveis aos governados e serviam mais para deixar informando os governos de províncias e eliminar as distâncias do imenso império. Mesmo assim, esses relatórios não continham apenas decretos oficiais, memorandos de ministros, notificações, promoções e dispensas. Eles também continham várias “atividades desenvolvidas na corte” (STEPHENS, 1993, p. 154).

2. O espaço postal medieval

Na Idade Média, até o século XIII, a comunicação de mensagens entre longas distâncias era difícil e feita por emissários. Eventualmente, jograis recebiam recados para levar aos reis, príncipes e damas. “Há nas crônicas e documentos alusões a mensageiros a pé, montados ou embarcados, devendo-se, porém, tratar-se de serviços oficiais e descontínuos, alheios ao público” (RIZZINI, 1977, p. 42).

É creditada aos árabes de Mossul a utilização mais organizada de linhas de pombos-correio, que percorriam as grandes áreas do império muçulmano. Na Europa, o italiano Giovan Battista Tasso pode ter criado em Bérgamo a primeira empresa organizada para entrega de correspondências nas cidades vizinhas,

depois estendidas às distantes, alcançando a Espanha, Flandres e Áustria (RIZZINI, 1977).

A troca de correspondências particulares entre Paris e outras cidades era feita por mensageiros desde 1315, criados pela Universidade no interesse dos alunos e estendidos às corporações comerciais e industriais. O interesse dos governantes pelas comunicações teria sido a razão principal para a rápida expansão do sistema postal (BURKE e BRIGGS, 2004, p.34). Em 1464, Luís XI instalou nas principais estradas da França, de quatro em quatro léguas, estações de troca para os correios a cavalo. Esse serviço, feito de forma organizada, foi aperfeiçoado e passou a ser de uso público no século seguinte (RIZZINI, 1977). Em Portugal, D. Manuel criou em 1520 o ofício de correio-mor, concedendo a Luís Homem, o direito exclusivo de explorar o serviço. A carta-régia de 6 de novembro de 1520 assim dizia: “as cartas, do governo como de qualquer morador, Luís Homem levará e por isso receberá o preço que se com cada pessoa concertar” (THUT, 1942, Apud: RIZZINI, 1977, p.45)⁹.

A prática de uma profissão surge bem antes do empreendimento ou organização que irá operá-la de forma sistematizada. Assim também ocorre com o jornalismo, que surge na redação de cartas antes de ser redefinida como atividade de quem produz um jornal como conhecemos hoje. A partir do século XVI, as cartas particulares ganham maior conteúdo jornalístico e informativo. Essa prática, segundo Burke, será intensa durante quase um século, entre 1550 e 1640, uma ou duas gerações antes do surgimento dos jornais. “Mesmo após 1650, ainda havia um mercado para esse tipo de manuscrito, apesar do aparecimento dos noticiosos impressos” (BURKE e BRIGGS, 2004, p. 55). Para Rizzini (1977), as cartas tinham poder de competição com os jornais porque possuíam maior conteúdo jornalístico que as gazetas manuscritas assim como as

⁹ Cf THUT, Roberto. “*Centenário dos Primeiros Selos do Brasil*” in: Anuário do Museu Imperial, 1942.

impressas, que na maioria das vezes eram controladas pelos governos e, por isso, voltadas para o noticiário que o autor denomina de deformado e gratulatório. “Na falta de novos espaços nos jornais, as cartas ganhavam espaço nas gazetas”, anotou Funck-Brentano (1909, Apud: RIZZINI, 1977, p.60)¹⁰. A carta, como um serviço personalizado de notícias, só estava disponível para pessoas ricas, mas permitia a circulação de informações que os governos preferiam manter em segredo (BURKE e BRIGGS, 2004, p. 55).

Uma legião de redatores de cartas na França e em outros países europeus pode ser considerada como verdadeiros correspondentes jornalísticos, com a singularidade de terem grande agudeza de percepção e requinte literário. Eles mesmos se consideravam *gazetiers*, que pode ser traduzido como gazeteiros, mexeriqueiros, redatores, jornalistas ou noticiaristas. “Veja você, minha bela dama - escrevia o abade Galiani a Mme d'Épinay - que minha profissão é de gazeteiro”. Já Voltaire a Mme de Bernière, em 1723, anota: “suas gazetas não serão muitas desta vez, porque o seu gazeteiro está muito indolente”.¹¹

Nomes como Étienne Pasquier, Peiresc, Malherbe, Guez de Balzac, Voiture, Gui Patin, Saint-Evremond, La Fontaine, Bussy-Rabutin, Voltaire, Mmes de Rambouillet, de Sablé, de Longueville, de Sérigné, de Maintenon, de Villars, Milles de Scudéry, Aïssé e de Launay e tantos outros redatores franceses resistiam com suas cartas de notícia em plena época de nascimento dos primeiros jornais propriamente ditos, inclusive impressos nas modernas tipografias da época. Para Ravry, os gazeteiros tinham um procedimento semelhante ao de um jornalista atual: “anotava-se isto ou aquilo, retinha-se de memória tal ou qual fato

¹⁰ Cf. FUNCK-BRENTANO. *Figaro et ses devanciers*, Paris, 1909. pág. 1.

¹¹ “Vous voyez, ma belle dame – escrevia o abade Galiani a Mme d'Épinay – que de ma profession je suis gazetier. Voltaire a Mme de Bernière, 1723: “Votre gazette ne ser pas longue cette fois-ci, car lê gazetier est très malade”. Gez de Balzac desculpava-se de não mandar mais notícias a Conrat, 1605, porque “ma gazette serait trop longue”. In: RIZZINI, 1977, pág. 62/63.

ou incidentes, exatamente como um secretário de jornal recebe e classifica hoje a matéria da edição de amanhã” (RAVRY, 1937, Apud: RIZZINI, 1977, p. 60).¹²

Exemplo de temática e informação jornalística também não falta às cartas. Dentre os redatores citados acima, Nicolau Cláudio Fabri de Peiresc tem um feito incomparável: chegou a escrever para 40 leitores em um só dia. Em seu espólio, que data do século XVI, foram computadas 10 mil cartas. Em correspondência a John Barclay, em Roma, ele reporta os acontecimentos de Paris dessa forma:

“C’est la gazette de Cyrano: padre Sirmond redigiu mais peças para o Rei (...) consumou-se o casamento do Rei (...) faleceu Mme d’Angousleme (...) Mme la Princesse teve uma filha ontem à tarde (...) M. de Prince está mal de ensoligtonal e retenção de urina com desvio por cima e por baixo” (HUMBERT, 1933, Apud: RIZZINI, 1977, p.64).¹³

Com Peiresc e muitos outros não é possível ter dúvidas sobre a prática jornalística dos gazeteiros. Peiresc parece antecipar um processo industrial contemporâneo de diferenciar, com pequenas alterações de estilo de linguagem, as mesmas informações, para atender a públicos diferenciados. O que Caelius não conseguia fazer para seu amigo Cícero, o profissional Peiresc o fazia assim como o fazem os grandes conglomerados de mídia atuais, criando um veículo para cada tipo de público. Esse é um procedimento que acontece com as agências de notícia; elas produzem reportagens que são levemente alteradas pelos veículos que as compram, com o objetivo de adaptá-las a um projeto editorial ou ao gosto de um público específico.

O correspondente Horace Walpole, em cartas para Georges Montagu, residente habitual na Irlanda, narrava fatos políticos e sociais da Inglaterra e da França como o fazem os jornalistas. Em 24 de junho de 1746, portanto, já na

¹² Cf. RAVRY, André. “*Les origines de la presse et de l’imprimerie*”, in: Bulletin Officiel de l’Union Syndicale des Maîtres Imprimeurs de France, Paris, 1937.

¹³ Cf. HUMBERT, Pierre. *Um amateur-Peiresc*. Paris, 1933. pág. 101/102.

metade do século XVIII, Walpole escreve breve e curto como manchetes jornalísticas:

“Arundel foi nomeado tesoureiro das Câmaras; Kegge e seu amigo Campbell (de Montagu) designados para o Tesouro; lord Duncannon, para o Almirantado; seu primo Halifax é o intendente das águas e florestas no lugar de lord Jersey. Foram elevados a condes lord Gower, lord Brooke e lord Clinton. Aguardava-se a todo momento uma grande batalha naval. Martin estava entre a costa e a frota francesa zarpada de Brest” (THIERRY, 1911, Apud: RIZZINI, 1977, p. 61)¹⁴.

Na seqüência, Walpole continua com as notícias que, em jornais atuais seriam publicadas nos cadernos específicos para notícias das editorias de cidades ou cotidiano. Elas falam sobre prisioneiros que lotam os albergues e o roubo de dois lordes no jardim de Cuper. Mais à frente, uma fofoca de famosos, como o casamento do lord Cooke com lady Mary Campbell, a qual queixava-se que, de seu sexo, o lord só amava as quatro damas do baralho (RIZZINI, 1977).

O sucesso de público fazia com que as cartas rolassem de mão em mão, chegando a consumir-se de tanto girar, ou corriam em cópias nas províncias e até em outros países. Determinadas coleções de cartas são tidas como o melhor repositório de fatos e de opiniões do seu tempo, tão preciosas, se não mais, quanto as posteriores coleções de jornais. “As cartas continham novidades políticas, notícias de altas rodas, ecos de Paris, *nouvelles à la main*, informações financeiras, folhetins dramáticos e coisas da corte” (FUNK-BRENTANO, 1909, Apud: RIZZINI, 1977, 65).¹⁵

Um dos princípios jornalísticos diz que não basta narrar os fatos, é preciso também procurar ser, ao máximo, fidedigno com os acontecimentos. Esse princípio - que contribuiu com as bases de sustentação no processo de institucionalização da imprensa na esfera pública burguesa - e visa reportar o

¹⁴ Cf. THIERRY, Augustin. *Les grandes mystifications littéraires*, 2 vols. Paris, 1911. vol 2, pág. 219.

¹⁵ Cf. FUNK-BRENTANO. “*Figaro et ses devanciers*”, Paris, 1909, pág. 16.

fato da forma mais fiel possível, já era uma preocupação dos gazeteiros. Mlle Aïssé escreve a Mme Calandrini: “A senhora sabe que eu detesto o exagero; assim tudo quanto lhe escrevo é a expressão da verdade” (AÏSSÉ, Apud: RIZZINI, 1977, p. 63)¹⁶. Mas nem todos buscavam a informação “sem exageros”, como se vendia Mlle Aïssé. Uma preciosidade sem par, que parece prenunciar o jornalismo sensacionalista e o colunismo social, foi escrita por Mme de Sévigné, sobre o noivado da Grande Mademoiselle, a duquesa de Montpensier, prima de Luís XIV, com Lauzun, e que depois se transformou em um casamento secreto. A carta foi dirigida ao conde de Coulanges, em Lião, em 15 de dezembro de 1670. Um verdadeiro furo de reportagem.

“A coisa mais admirável, mais surpreendente, mais maravilhosa, mais miraculosa, mais triunfante, mais atordoante, mais inaudita, mais singular, mais extraordinária, mais incrível, mais imprevista, a maior, a menor, a mais rara, a mais comum, a mais deslumbrante, a mais secreta até hoje, a mais brilhante, a mais digna de inveja: enfim, uma coisa da qual não existe senão um exemplo nos séculos passados; (...) uma coisa que clama aos céus; uma coisa que enche de alegria Mme de Rohan e Mme d’Hauterive (ambas contraíram matrimônio abaixo das respectivas linhagens); uma coisa que acontecerá no domingo, e os que a virem imaginarão sonhar de olhos abertos; uma coisa que acontecerá domingo e talvez não aconteça na segunda-feira. Não me animo a dizê-la; adivinhe-a: dou-lhe três (...) Perdeu a língua? Então, digo: M. de Lauzun casa domingo, no Louvre, adivinhe com quem? Dou-lhe quatro, dou-lhe dez, dou-lhe cem. Mme de Coulanges dirá: ora a dificuldade: Mme de la Vallère, - Absolutamente. - Mlle de Retz? - Qual! V. é bem provinciana. - Realmente sou bem tola, como diz, trata-se de Mlle Colbert. - Pior Ainda. - Certamente Mlle de Créquy. - Não vai acertar. Tenho de o dizer: ele casa, domingo, no Louvre, com a permissão do Rei, com Mademoiselle (...) adivinhe o nome: casa com Mademoiselle, palavra de honra! Juro! Mademoiselle, a Grande Mademoiselle; Mademoiselle, filha do falecido Monsieur; Mademoiselle, neta de Henrique IV, Mademoiselle d’Eu, Mademoiselle de Dombes, Mademoiselle de Montpensier, Mademoiselle d’Orléans; Mademoiselle, prima germana do Rei; Mademoiselle, destinada ao trono; Mademoiselle, o único partido da França digno de Moinsieur (O duque de Orléans, Filipe, irmão de Luís XIV e portanto também primo germano de Mademoiselle). Eis um belo assunto de discussão. Se V. grita, se está fora de si, se diz que estou mentindo, que é falso, que zombo de você, que estou brincando, que

¹⁶ Cf Lettres de mademoiselle Aïssé, pág. 12.

isso nem é coisa que se pense; se enfim V. me lança injúrias: acharei que tem razão; eu faria o mesmo” (SÉVIGNÉ, 1862, Apud: RIZZINI, 1977, p. 67)¹⁷

Sem dúvida, como diz Rizzini, uma das mais cintilantes páginas de jornalismo legadas pelo epistolário do século XVII, em plena vigência de jornais impressos. Os gazeteiros e suas cartas de notícia constituíram uma prática social de tamanho vigor que facilitou a comercialização e industrialização desse processo cultural. O primeiro passo nesse sentido foi a remuneração de profissionais especializados nesse tipo de prática. No século XVI, empresas e pessoas da nobreza passaram a contratar agentes e correspondentes no estrangeiro para receber informações; eram as chamadas cartas-de-notícias. Isso provavelmente começou em Veneza, ainda no quatrocentos, graças ao seu adiantamento social e pela importância de entreposto marítimo do Oriente. O certo é que a prática começou a se espalhar. Entre 1593 e 1619, o *novellante* Giovanni Paoli recebia dois escudos de ouro por mês para mandar cartas-de-notícia. Já no século XVIII, o francês Jean Durien confessa na prisão que recebia 12 francos para redigir notícias (RIZZINI, 1977, p. 81 e 86).

O movimento que leva a carta a se transformar em gazeta manuscrita ocorre por uma mudança de orientação, muitas vezes proveniente do sucesso do redator de notícias. “Quando essas cartas deixam de ser escritas por cortesia e passam a ser obrigação; quando os assuntos determinados passam a ser os mais variados possíveis; quando o destinatário não é mais um amigo, mas quantos se dispuserem a pagá-la, eis a gazeta manuscrita”, afirma Rizzini (1977, p. 73). Para Voltaire, em *Encyclopédie*, a “gazette” foi inventada em Veneza como um boletim informativo semanal. Etimologicamente, o termo gazeta era o nome de uma moeda veneziana. A moeda pode ter sido o preço cobrado por uma cópia

¹⁷ Cf. SÉVIGNÉ, Mme de, *Lettres, d'elle, de ses amis et de sa famille*. Recueillis par Monmérué, 14 vols, Paris, 1862.

dessas primeiras publicações ou a taxa cobrada para ouvi-las. Para Rizzini, o correspondente-noticiarista de um príncipe ou de um mercador que primeiro tirou cópia da sua epístola e a vendeu a um terceiro, inaugurou a gazeta manuscrita de assinaturas. “Conjetura-se que iniciativa tão simples e conseqüente haja nascido em Veneza, no século XV, pois já então lá se conheciam as *fogli d’avvisi* e as *notizie scritte* e se falava com descaso em *novellanti e menanti*”.¹⁸

As *fogli d’avvisi* traziam matérias de vários locais da Europa, menos de Veneza e muitas eram enviadas para Londres junto com cartas diplomáticas de Veneza. Para Stephens (1993), cada boletim trazia uma variedade diferente de notícias e, embora não apresentassem título, essas folhas tinham um formato similar e reconhecível, além de serem distribuídos semanalmente. Não se sabe quem escrevia as notícias em Veneza, mas alguns historiadores acreditam que seriam pessoas conhecidas como *avisatori*, ou seja, escritores profissionais de notícias. As *fogli d’avvisi* podem ter sido escrita pelo próprio governo. No entanto, essas folhas influenciaram com seu nome e formato os jornais do início do século XVII. O semanário impresso por Lucas Schulte, em 1609, na Alemanha, chamava-se *Aviso Relation ober Zeitung* e trazia matérias como esta:

De Colônia, 4 de janeiro

De Amsterdã relatam/ acerca de uma grande tempestade com trovoadas e clarões/ e que um navio, contendo várias centenas de caixas de açúcar e muitos milhares de reais portugueses, naufragou (STEPHENS, 1993, p. 346).

Das três fontes de renda de um jornal – assinaturas, venda avulsa e publicidade – a gazeta manuscrita possuía apenas a assinatura. Isso se deve porque implicava em menos riscos para os gazeteiros, diante da repressão e

¹⁸ “Menante, sinônimo de novellante, significa menear, conduzir, levar, no caso, escrevendo ou copiando, uma novidade a outrem”. Para Rizzini, menante também pode vir do latim, minare, ameaça, aludindo-se ao caráter difamatório de certos menanti. (...)in: RIZZINI, 1977, p. 84/85.

censura. As gazetas manuscritas francesas se aproximavam muito do processo jornalístico atual.

“O formato ordinário das *nouvelles-à-la-main* era o 8º pequeno, escrito nos dois lados das duas folhas, sem cabeçalho ou outra indicação. Na sua indigência podemos reconhecer os elementos fundamentais da imprensa moderna: a reportagem, que apanha e canaliza a notícia; a redação, que a copia, e a expedição, que a expande. (...) De um contrato da época vê-se incumbir ao administrador fazer copiar as notícias palavras por palavra, sem aduzir nenhuma da sua cabeça; cuidar da receita e da despesa, e manter em dia a cobrança e a conta-corrente dos assinantes. Os gastos normais compreendiam os ordenados dos copistas e dos empregados que preparavam os envelopes e entregavam as folhas nos domicílios e na posta, e o consumo de papel, penas, tinta, cera, lenha para o inverno e portes do correio” (RIZZINI, 1977, p. 85)

O desenvolvimento do jornalismo epistolar dos séculos XVI ao XVIII, a passagem das cartas de notícia às gazetas manuscritas e a presença de remuneração profissional permite afirmar que o jornalismo se consolida antes mesmo da utilização da prensa para a publicação de jornais (*veja figuras 11 e 12*). A prática jornalística, feita de forma intensa nesse período, é anterior ao desenvolvimento tecnológico, político, social e cultural que vai desenvolver a imprensa moderna e institucionalizá-la dentro do processo urbano/industrial do capitalismo.

E não se pode menosprezar a relevância dessas cartas para a sociedade da época. As próprias cartas utilizaram a tecnologia da impressão antes mesmo que os jornais, ainda que em forma de coletânea, sem um caráter imediatista do jornalismo. As cartas dos gazeteiros foram impressas 78 anos antes do primeiro jornal e foi “a primeira forma de jornalismo a beneficiar-se da tipografia”, diz Rizzini (1977,p.68). O italiano Pietro Aretino é considerado o primeiro a ter suas cartas impressas em 1537, quando, aos 45 anos, já a sua fama se espalhava pela Europa. Etienne Pasquier imprimiu parte de suas cartas em 1586. As de Bussy-

Rabutin, em 1698. Já no século XVIII, considerado o século das cartas, várias correspondências são de antemão destinadas a serem impressas, como demonstram na Alemanha os exemplos de Gellert, Gleim e Goethe. “Uma expressão corrente na época confirma isso: de uma carta bem redigida dizia-se que era ‘boa para ser impressa’” (HABERMAS, 1984, p. 65/66).

Para Habermas (1984), escrever cartas fazia parte de um movimento social presente na esfera pública burguesa, visto que escrevendo cartas, o indivíduo desenvolve sua subjetividade. Assim se desenvolve a origem do gênero típico e da produção literária peculiar àquele século: o romance burguês, uma descrição psicológica em forma de autobiografia. “O seu primeiro exemplar, *Pâmela* (1740), surgiu exatamente da intenção de Richardson no sentido de reunir uma diletta coletânea de cartas modelares” (HABERMAS, 1984, p.67).

A tipografia passou a existir desde 1445 com a impressão do primeiro livro (*Weltgericht*), mas o primeiro jornal impresso só surgiu 160 anos após a criação da prensa e foi o *Nieuwe Tijdinghen*, de 1605 (*veja figura 13*). O curioso é que praticamente decorridos 100 anos após a criação da prensa por Guttenberg, o jornal propriamente dito surge manuscrito. “A data é incerta, mas a primeira *Gazeta* manuscrita é anterior a 1551, ano em que Henrique II proibiu as “novidades que dissessem respeito aos negócios do reino” (RIZZINI, 1977, p. 40).¹⁹ Desses fatos históricos, Rizzini afirma serem os correios mais determinantes na configuração do jornalismo que o invento de Gutenberg.

“O extraordinário é que, nascendo na constância das letras móveis, quando já elas funcionavam por toda parte, o jornal nascesse manuscrito, e por dilatado tempo manuscrito ficasse, suplantando com o seu espírito propriamente jornalístico as insossas folhas impressas, oficiais e oficiosas (...) Aparente absurdo, explicável pela clandestinidade a que a perseguição dos governos condenou os primórdios do jornalismo e pelo elevado preço dos trabalhos tipográficos. Da comparação das datas verifica-se terem sido os correios, e não a tipografia, a determinante do periodismo. Compreende-se: o que a informação precisava para

¹⁹ “nouvelles qui touchent les affaires du royaume”.

atingir o seu fim não era ser escrita desta ou daquela maneira, mas ser regularmente transmitida do redator ao leitor” (RIZZINI, 1977, p. 40).

Essa impressionante distância de tempo para a impressão dos jornais - quase 80 anos depois das cartas e 160 depois do primeiro livro - sugere a existência de algo ou um valor interior, mais complexo que a simples produção de notícia ou de relatos da atualidade. A crítica e a dinâmica do jornalismo, se só possível inicialmente de forma manuscrita e às escondidas, expõe já em seus primórdios, uma grande força social, política e cultural. Ele surge não da capacidade de impressão, mas do seu talento para a velocidade, para a crítica e, principalmente, à subversão, ao antagonismo. Não há dúvida que o sistema postal fomentou a prática jornalística e esse fato contradiz toda uma concepção de jornalismo como uma prática inerente à formação da imprensa no processo industrial da esfera pública burguesa.

O jornalismo, portanto, não é uma prática social essencialmente originada no processo urbano e industrial do desenvolvimento da imprensa, mas anterior a ele em cerca de três séculos, visto que o modelo da imprensa atual surge somente no século XIX. Mas isso não menospreza o processo capitalista que, ao captar procedimentos que são anteriores ao seu próprio desenvolvimento, consegue absorvê-los de forma a institucionalizar uma prática que esmaece a própria história do jornalismo.

A institucionalização da imprensa, portanto, não se resume ao período histórico de sua consolidação no processo da esfera burguesa; ela também se realiza por sua capacidade de adaptar e capturar práticas sociais atemporais, que estão presentes desde a Antigüidade até nossos dias e que pôde se desenvolver, de forma extraordinária, com o avanço tecnológico, barateamento dos custos, alfabetização, transportes, urbanização e outros.

Os correios ganharam regularidade na sociedade europeia no século XVII. Essa regularidade, decisiva para o jornalismo, fez parte de todo um processo de desenvolvimento social, que também estava em curso desde séculos anteriores e começou com a introdução de relógios públicos nos séculos XIII e XIV. Além disso, os transportes também passaram a ter regularidade. O primeiro serviço de transporte de barco, com horário regular, surge no século XVII entre Delft e Rotterdam (MUMFORD, 1998).

As cartas ganharam uma periodicidade que mais tarde foi apropriada pela imprensa moderna. Não é por acaso, com se vê, que periodismo é sinônimo de jornalismo. A existência em períodos constantes e regulares é uma das suas principais características e assim operam os correios. A própria palavra jornal etimologicamente se refere à periodicidade diária, do latim *diurnale*. (NASCENTES, 1955, p.285)²⁰.

Os primeiros jornais holandeses eram denominados de Coranto, que passou a designar boletins informativos e jornais em muitos países. A expressão pode ter sido originada na Itália²¹ e referir-se a algum tipo de corrida ou, mais provavelmente, mensageiro. O primeiro jornal holandês que sobreviveu chamava-se *Courante uyt Italien, Duytslandt, &c.*, sem data, mas provavelmente publicado em junho de 1618 em Amsterdã. Os ingleses traduziam e publicavam boletins com o nome de Corrants, como o *Corrant out of Italy, Germany, &c.* Os editores holandeses se autodenominavam *corrantiers*; a palavra publicador aparece em um jornal inglês pela primeira vez em 1630. O mais interessante é que o *Courante uyt Italien, Duytslandt, &c.* tinha uma regularidade postal e podia ser aguardado aos sábados. Nesse período, “os editores ingleses se quer estabeleciam

²⁰ “Branchet apresenta a forma *jornale* numa carta merovíngia do oitavo século: *Similiter dono jornales de terra arabili...* É provável que venha de uma região onde a idéia de dia fosse expressa por vocábulo derivado do latim *diurnus*”. Cf. NASCENTES, Antenor. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Livrarias Acadêmica, São José, Francisco Alves e de Portugal, Rio de Janeiro, 1955.

²¹ Cf. *Oxford English Dictionary*, citado na nota 48 por STEPHENS, 1993, p. 348.

um dia específico de publicação, senão depois de 1641” (STEPHENS, 1993, p.353 e 357). A regularidade expressa, de certa forma, as transformações de Amsterdã em uma cidade cosmopolita e tradutora dos novos sentimentos da esfera pública. “Refugiados de várias fés eram tolerados, e freqüentemente até bem recebidos em Amsterdã; ‘você pode ser o que o diabo quiser ali, desde que você seja de boa paz’, escreveu um contemporâneo” (STEPHENS, 1993, p. 349). Esse sentimento cosmopolita também está inscrito no desenvolvimento do comércio, com a instalação da Câmara de Seguros em 1598 e o licenciamento da Companhia das Índias Orientais, em 1602, seguidos da nova bolsa de transações de grãos, banco para empréstimos e Companhia das Índias Ocidentais, nos primeiros 20 anos do século XVII. A regularidade era muito útil aos mercadores que necessitavam de notícias dos acontecimentos não só em Amsterdã, como anteriormente em Veneza e também em outras cidades européias.

“Essas publicações abasteciam os mercadores e outros leitores não somente com notícias provenientes da Itália e da Alemanha, bem como das batalhas da Guerra dos Trinta Anos, mas também de notícias da América, África e Ásia, inclusive informações sobre a pirataria e dos naufrágios – notícias estas que possuíam especial interesse para os mercadores” (DAHL, 1939, Apud: STEPHENS, 1993, p.350)²².

Essa intensa relação entre correspondências periódica, comércio e imprensa está na pré-origem da imprensa. Segundo Habermas, a troca de informações por cartas se desenvolve na trilha da troca de mercadorias. “O cálculo comercial, orientado pelo mercado, precisava, de um modo mais freqüente e exato, de informações sobre eventos especialmente distanciados” (HABERMAS, 1984, p. 29). Assim, diz o autor, a partir do século XV, a troca antiga de cartas comerciais foi transformada numa espécie de sistema corporativo de correspondência.

“As associações comerciais organizaram, a serviço de seus interesses, os primeiros correios partindo em determinados dias, assim como os chamados

²² Cf. DAHL, Folke. *Amsterdam-Earliest Newspaper Centre of Western Europe*. The Hague, 1939. p. 186.

correios ordinários. As grandes cidades comerciais são, ao mesmo tempo, centros de trocas de informação” (HABERMAS, 1984, p. 29).

No entanto, não interessa aos comerciantes a publicidade das informações. Basta um sistema de informações interno reservado às corporações profissionais e às chancelarias urbanas e da corte. E se não é uma troca pública, não existe como espaço mediador social, como se viu com os clubes privados.

Mas um curioso exemplo da intensa da relação entre jornalismo, correspondências e comércio são as coleções de notícias de Philip Eduard Fugger, cujo negócio era emprestar dinheiros a famílias católicas. A coleção contém cerca de 36 mil páginas e foram colecionadas entre 1568 e 1605. De acordo com o estudioso dessas cartas, Victor von Klarwill, as notícias financeiras são escassas. A maioria dos relatos são cortejos de batalhas, desastres, inconfidências, milagres, nascimentos reais, falecimentos e casamentos (STEPHENS, 1993, p.169/170). Entre os fornecedores de informações noticiosas para Fugger estão um copista de Augsburg, Jeremias Casser e seu sucessor, Jeremias Schiffler. Casser e Schiffler se autodenominavam *nouvellanten*, ou seja, produtores de notícias.

Os primeiros jornais de acesso público surgem dependentes das cartas de notícias privadas e dos correios. Para se ter uma idéia, os comerciantes que trocavam correspondências eram denominados de “guardiões das novidades”. A própria credibilidade dos jornais, tão prezada atualmente pelas empresas jornalísticas, era afetada pela dependência dos correios. “O jornal era um órgão noticioso de segunda categoria, enquanto que, no século XVII, a carta ainda era considerada, de um modo geral, como a fonte de informações mais confiável e rápida” (HABERMAS, 1984, p. 296).

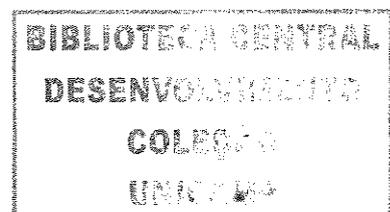
Alguns jornais norte-americanos dependiam explicitamente dos correios. O *Boston News-Letter*, que era publicado no início do século XVIII e durou cerca de

70 anos, se desenvolveu a partir de um boletim manuscrito que era editado pelo agente dos correios da cidade, John Campbell. Ele preenchia seu semanário principalmente com notícias sobre a política inglesa e européia. O primeiro grande distribuidor de informação na Europa, como ficaram conhecidas as agências de notícias, foi a Agência Britânica dos Correios no início do século XIX. Em troca do pagamento de uma taxa, ela fornecia aos jornais londrinos um sumário em inglês de artigos que haviam aparecido na imprensa estrangeira duas vezes por semana. Mais tarde, surge a primeira agência de notícias propriamente dita, a *Havas*, em 1832, criada por Charles Havas. A dependência dos jornais para com os correios era tanta que o *Orleans Gazette*, em 1805, expressava-se da seguinte forma: “Não chegou correio ontem. Sequer sabemos com que material poderemos preencher nosso jornal, que tenha aspecto de notícia” (STEPHENS, 1993, p. 496 e 578). Segundo o autor, era comum os jornais apresentarem advertências do tipo “caso os correios não nos falte”...O *Móbile Advertiser*, de 1833, explicava: “A falha de todos os correios devem justificar nossa desculpa pela aridez de nossas colunas no dia de hoje” (STEPHENS, 1993, p. 497).

Quando a imprensa moderna se desenvolve, ela toma para si todo o aspecto e interesse público das correspondências particulares, que muitas vezes eram reproduzidas ou lidas em público. A imprensa captura a sua capacidade de se estabelecer como um *espaço mediador social*, principalmente ao relatar notícias oficiais, extra-oficiais, notícias sobre personalidades, acontecimentos políticos, econômicos, fatos inesperados, fatos curiosos etc. E para capturar essa função postal de forma efetiva, a imprensa cria um cargo jornalístico específico que ainda é muito utilizado e valorizado, o de correspondente. A criação do correspondente, pessoa que vive e manda notícias de outra cidade ou país, consolida um acolhimento dessa função jornalística dos correios. O surgimento das agências de notícias - com correspondentes espalhados por todo o planeta -

exaure qualquer possibilidade de existência de cartas jornalísticas entre particulares. A carta sofre uma grande transformação em sua forma e conteúdo; ela passa a ser mais intimista, passa a relatar acontecimentos das vidas privadas que não são expostos pela imprensa, e passam a servir como documentos comerciais e outros.

O espaço mediador das correspondências e de sua prática social de conhecimento e informação, que antes era suprida pelo sistema postal e pelos escritores de cartas, torna-se atributo da imprensa. A imprensa industrial absorve essa prática originada em culturas políticas e sociais bastantes distintas do processo que a consolidou como empreendimento capitalista. E isso vai se refletir no próprio nome dos primeiros jornais. Em uma listagem feita em 1709 na Inglaterra, os nomes dos jornais referem-se explicitamente ao sistema postal. *Post-Boy* (mensageiro), *Post-Man* (carteiro), *Flying Post* (correio voador) e *Evening Post* (correio da noite). Depois surgem nomes como *Herald* (arauto), *Mercury* (mensageiro dos deuses na mitologia Antiga), *Messenger* (mensagem), *Post* (Correio) e *Newsletter* (carta de notícia, boletim informativo). Ainda na atualidade, jornais de grande circulação mantêm em seus próprios nomes essa origem de correspondências e na periodicidade. No Brasil temos inúmeros exemplos: *Correio Brasiliense*, *Correio Popular*, *Diário da Região*, *Diário de São Paulo*, *Diário do Povo* etc.



VIII O ESPAÇO MEDIADOR DA IMPRENSA

1. As fundações do espaço mediador

A ascensão da burguesia como classe hegemônica e o desenvolvimento de uma sociedade acentuadamente urbana e industrial, processo que historicamente ocorre nos séculos XVII, XVIII e XIX, engendra uma mudança radical nos *espaços de mediação social*. Essa mudança decorre de uma transformação tanto no local em que se dão fisicamente esses espaços como no controle político que recai sobre eles.

A esfera pública burguesa, uma espécie de substância imaterial do desenvolvimento capitalista, surge com o declínio do feudalismo, o crescimento do comércio e das cidades e, posteriormente, com a fundação dos Estados absolutistas europeus, que possibilitam novas concepções sobre a vida pública e privada. O absolutismo, que teria surgido no século XVIII para indicar aspectos negativos do poder monárquico ilimitado, trata-se, segundo Bobbio (1986) de um regime político constitucional e sobretudos de tradições seculares e profanas. O absolutismo pode ser reduzido, em sua essência, “a dois princípios fundamentais, o da secularização e o da racionalização da política e do poder” (BOBBIO, 1986, p.02). Com a fundação do Estado absolutista como forma política racional, permite-se o surgimento da moderna oposição entre o setor público do Estado e o setor privado da sociedade.

Em oposição à autoridade pública estatal que tenta controlar a produção e o comércio dentro de seus limites territoriais, constitui-se a sociedade civil burguesa. De acordo com Habermas (1984), ela nasce no século XVII e XVIII com a percepção dos indivíduos burgueses de que existe uma identidade entre os

interesses deles e os do Estado. Assim, forma-se um outro público, no interior do próprio setor privado da sociedade, que o autor definirá como “esfera pública burguesa”, formada principalmente por grandes proprietários, produtores de mercadorias, funcionários do Estado e profissionais autônomos, entre eles, “médicos, pastores, oficiais, professores” (HABERMAS, 1984, p.37). Esses indivíduos que formam essa esfera são pessoas que lêem e emitem opiniões de caráter público. Opiniões que vão fervilhar os salons, cafés, praças e na imprensa de crítica de arte. Com isso, há uma tensão entre a corte e os novos espaços públicos da cidade, que ganham terreno progressivamente.

“A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como uma esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social” (HABERMAS, 1984, p. 42)

Na esfera pública burguesa a lógica da argumentação se sobrepõe à hierarquia dos títulos de nobreza, o que, de certa forma, visa romper com o diálogo verticalizado do período feudal. A argumentação fica livre para discutir qualquer tema nas obras filosóficas, literárias, artísticas e nos jornais e revistas, inclusive problemas antes restritos ao âmbito da igreja e do Estado. De acordo com Habermas, o teatro, a literatura, a música, e artes em geral são meios pelos quais o público burguês se esclarece sobre si mesmo. Além disso, jornais e revistas especializados em crítica de arte são lidos e discutidos em salões e cafés com um processo de auto-entendimento como classe. Os cafés em seu período áureo, de 1680 a 1730, “são centros de uma crítica inicialmente literária e, depois, também política, na qual começa a se efetivar uma espécie de paridade entre os homens da sociedade aristocrática e da intelectualidade burguesa” (HABERMAS,

1984, p. 48). Portanto, com o seu avanço e ao discutir e problematizar sobre a atividade econômica, artes, trabalho e mercado de troca, a esfera pública burguesa passa a reivindicar também as questões políticas. A esfera política, até então exclusiva do Estado no período feudal, passa a ser reivindicada por pessoas como pertencente a sua própria esfera. Nesse sentido, a imprensa passa a ter um papel fundamental, visto que a certa altura, ela “se estabelece propriamente como órgão crítico de um público que pensa a política” (HABERMAS, 1984, p. 78).

A esfera pública burguesa apresenta uma consciência política que acredita ser possível, sob condições de ‘igualdade’ entre as pessoas (desconsideradas as diferenças de hierarquias sociais e políticas) e de ‘liberdade’ de argumentação em público, fundar leis gerais e abstratas de organização do espaço público que contenham uma racionalidade que resulta do tirocínio público, ou melhor, “da força do melhor argumento”, fundado na opinião gerada pelo diálogo público. (HABERMAS, 1984, p. 72). Para isso, no desenvolvimento dessa esfera pública é necessário criar um espaço estatal, o parlamento, para o exercício dessa racionalidade. A função política da ‘esfera pública burguesa desenvolvida’, conforme Habermas, tornar-se o ‘princípio organizatório dos Estados de Direitos burgueses como forma de governo parlamentar’ (HABERMAS, 1984, p. 93). O parlamento é o local onde a opinião pública burguesa teria condições de se expressar em igualdade e liberdade e, diferente de praças, salões e cafés, com condições de influenciar oficialmente os destinos do Estado. Esse movimento social apresenta grande semelhanças de deslocamento com o que ocorreu na Grécia Antiga: a assembléia em ágora foi transferida para um local político específico, o pnyx. A diferença é que praças, salões e cafés nunca tiveram um poder normativo e oficial como a ágora.

A esfera pública burguesa, portanto, engendrou nos seus primórdios, o desenvolvimento de mecanismos emancipatórios. Ela previu condições formais de superação do domínio das próprias classes que a conduziram. No entanto, a utopia não se realizou, segundo Habermas, porque, no processo de implantação das democracias representativas ocorreu uma inversão de sua estrutura, finalidade e modo original de funcionamento, que foi consagrado na jurisdição das cartas constitucionais dos Estados. A este retrocesso político, Habermas denominou de “refeudalização” da esfera pública burguesa.

Para o autor, esse retrocesso provocaria distorções nas sociedades contemporâneas. O Estado nessas sociedades deveria ser o foro irradiador e organizador de processos discursivos tematizadores dos princípios práticos organizacionais da sociedade, de modo ilimitado, aberto e não coercitivo. Mas a atuação do Estado tem se restringido aos princípios de uma ação instrumental e estratégica, dada a necessidade de intervir como agente econômico regulador das relações privadas do capital e do trabalho, como forma de “manter a sua própria legitimidade” com a redução do nível de conflito de poder e de desagregação social. A atual configuração do Estado intervencionista tem sua fonte no paradigma da ‘sociedade do trabalho’, que remonta à época do capitalismo liberal do século XIX. Para Ribeiro (1998), as premissas deste modelo fundam-se numa defesa do trabalho como instância capaz, por si só – o que historicamente não se realizou –, de promover autonomia, liberdade, igualdade e emancipação da espécie humana.

Este aspecto histórico ou, conforme Habermas, esta ‘utopia’ não pode jamais cumprir suas promessas emancipatórias, tendo em vista que a categoria do trabalho, fundada na relação sujeito-objeto, opera conforme uma racionalidade instrumental, cuja lógica interna desenvolve-se em função da dinâmica produtora de uma materialidade que não se confunde com as necessidades humanas decorrentes das relações entre os sujeitos em sociedade” (RIBEIRO, 1998, p. 92).

Partindo dessa análise, a subordinação do projeto humano de emancipação à lógica de produção capitalista resultou na supremacia de uma racionalidade instrumental, não apenas no campo do trabalho, mas na interação humana lingüisticamente mediada, cuja lógica pressupõe uma outra racionalidade não-instrumental, mas comunicativa. Esta “colonização” da esfera interativa da sociedade por uma racionalidade estranha à sua lógica imanente, redundou no recrudescimento das formas discursivas através das quais seria possível levar adiante um projeto emancipatório. Ribeiro (1998) considera que é nesse sentido que Habermas considera premente superar o Estado social e seu paradigma, em favor de uma ‘nova utopia’ fundada no paradigma da ‘sociedade da comunicação.

Essa nova utopia é definida com a teoria da ação comunicativa. Somente por meio da razão comunicativa é possível elaborar noções fundamentais de liberdade, igualdade e emancipação, “dentro da premissa de que são os homens que produzem as suas próprias formas de vida” (RIBEIRO, 1998, p. 95). Ao retomar o projeto iluminista, o autor busca construir uma ‘identidade racional’, mas que substitua a razão instrumental por uma razão comunicativa: dialógica e emancipatória. Essa concepção pressupõe que a partir de um consenso sobre a intenção de todos de levarem uma vida boa, da existência de iguais oportunidades de argumentos para todos, do estabelecimento de normas consideradas justas para o desenrolar da ação comunicativa e da não-coação de fatores externos ao plano da interação social e da veracidade, discurso isento da neurose e da falsa consciência no plano individual, “pode-se obter um ‘modelo de ação comunicativa pura: uma forma de interação (e de organização social) caracterizada pela eliminação de todas as formas de coação externa e interna” (RIBEIRO, 1988, p. 134).

Por meio da comunicação pública, portanto, seria possível levar adiante o projeto de emancipação da humanidade. Para Ribeiro (1998), o novo paradigma

da “sociedade da comunicação”, estabelecido por Habermas, gera um impasse originado na ambígua condição das sociedades modernas, que são institucionalizadas por regras de validação emancipatórias, mas ao mesmo tempo dinamizadas em função de regras instrumentais de ação. Na particularidade do desenvolvimento histórico, a razão instrumental atuou não apenas como um fator de deformação, mas como um fator constitutivo da esfera pública burguesa.

“Por mais que tenham sido processados por meio de regras dialógicas de argumentação, seus sujeitos-falantes agiram sempre coagidos pelos limites das suas concepções privadas do mundo e no interior de estruturas de argumentação pública com regras próprias de funcionamento e exclusão” (RIBEIRO, 1998, p. 97).

Esses processos históricos e teóricos de constituição das regras de validação emancipatórias da classe burguesa e o seu refluxo, seja como fator de deformação ou como constitutivo, vão espelhar o processo de constituição e institucionalização da imprensa, que é gerada nesse arcabouço histórico da esfera pública burguesa.

A origem da imprensa marca o declínio do espaço geográfico da mediação social. Não será mais em um local determinado da cidade, como foi em ágora ou na praça pública medieval, que se dará a multiplicidade de ações da mediação social. A começar pelo desenvolvimento da educação e do sistema postal, o espaço de mediação social da modernidade se dissemina pela sociedade e ganha velocidade tecnológica, ainda que esse processo ocorra de uma forma lenta e gradual no decorrer dos séculos de ascensão da classe burguesa.

2. As configurações Institucional e Utópica

Historicamente, pode-se destacar três momentos da constituição da imprensa: a troca de informações entre comerciantes com o desenvolvimento do sistema postal, o nascimento dos jornais políticos e literários e sua institucionalização propriamente dita. A troca de informação entre comerciantes é apontada por Habermas como uma pré-origem da imprensa de caráter comercial. No entanto, essa troca de informação não pode ser caracterizada como imprensa porque não podia se tornar acessível a todos. Essas correspondências restringiam-se a um círculo fechado de comerciantes. Apesar de conter informação atualizada e regularidade, essas correspondências não contêm um aspecto primordial, que é justamente a publicidade, ser acessível a todas as pessoas. Essas só se desenvolverão comercialmente, segundo o próprio Habermas, nas mãos dos tipógrafos.

Para o autor, a troca de informações desenvolve-se não só em relação às necessidades do intercâmbio de mercadorias: as próprias notícias se tornam mercadorias. Por isso, o processo de distribuição de informação profissionalizado estará sujeito às leis do mercado e a elas, sobretudo, se deve a sua existência.

“Não por acaso, os jornais impressos desenvolvem-se freqüentemente a partir dos mesmos escritórios de correspondência que já providenciaram os jornais manuscritos. Toda informação epistolar tem o seu preço; está, portanto, muito próximo querer aumentar o lucro mediante o aumento de tiragem”(HABERMAS, 1984, p. 35).

Ao analisar essa pré-origem da notícia, Ribeiro (1998) faz uma ressalva com relação a Habermas, por este enxergar o surgimento da produção de notícias marcado pelo aspecto mercadológico. Para ela, a análise de Habermas não explica as razões da difusão dos tipos específicos de relatos dos primeiros jornais ou a

origem do público que eles inauguraram. A autora acredita que a notícia dá origem e resulta de um novo processo de comunicação pública, voltada para os integrantes de um novo tipo de interação social, que surgia no processo de construção da esfera pública burguesa e, conseqüentemente, do desenvolvimento do processo histórico, social e cultural do capitalismo.

“O desenvolvimento da imprensa se deve à dinâmica de expansão e diversificação de iniciativas produtivas e intelectuais individuais e grupais, que faz os contornos das feições da vida urbana, advindo do crescimento das cidades, do comércio, da produção de mercadorias, das interligações entre localidades culturalmente distintas. Os fatos e interpretações gerados neste ambiente heterogêneo e em movimento passam a ser referentes cada vez mais necessários à integração e organicidade deste ambiente, à orientação de um número crescente de indivíduos oriundos de ordens tradicionais fechadas, que agora fazem e sofrem os influxos desse novo processo social” (RIBEIRO, 1998, 106/107).

Já nos séculos XVII e XVIII, grupos e movimentos de caráter científico-artístico e político, emergentes nesse processo de transformação social das cidades européias, descobrem o potencial de publicidade, integração e mobilização da imprensa. Esse processo, pode-se dizer, é o germe do que hoje se conhece como a imprensa. Esses grupos passam a construir uma etapa opinativa e ideológica no desenvolvimento da prática jornalística. Além de estar na origem, essas presenças científica, artística e política nunca mais se separaram da imprensa e a constituem até os dias atuais, apesar das grandes transformações ocorridas nos séculos de existência da imprensa.

3. A formação científico-literária

Há dois momentos importantes na relação da imprensa com os grupos científico-artísticos: primeiro quando intelectuais reconhecem na nova tecnologia de impressão um potencial de publicidade e divulgação de suas obras e, posteriormente, quando a imprensa incorpora no seu processo de institucionalização discursos e procedimentos artísticos, remodelando-os a sua linguagem.

Esse movimento denominado de esfera pública literária é caracterizado na Europa pelo desenvolvimento intelectual dos debates em salões, teatros, cafés, na imprensa e nas publicações em geral. A partir do último terço do século XVII, os jornais são complementados por revistas que não contém, “em primeira linha, informações, mas instruções pedagógicas e até mesmo críticas e resenhas” (HABERMAS, 1984, p. 39). Em 1665 surge o *Journal des Savants*, depois veio *Acta Eruditorum* (1682) e *Conversações Mensais* (1688), todos esses veículos são revistas científicas para um público culto.

Um dos mais velhos jornais, o *Semanário de Strasburgo*, de Johan Carolus, de 1609, traz um relato sobre a invenção do telescópico por “signor Galileu”. O *Philosophical Transactions*, publicado pela *Royal Society*, considerado o primeiro jornal científico da Inglaterra, começou com periodicidade mensal em 1665. “A primeira edição incluía um relato acerca da observação de uma mancha em Júpiter, feita pelo ‘engenhoso Mr. Hook` e um relato sobre um bezerro monstruoso e muito esquisito” (STEPHENS, 1993, p.398). Dos dez artigos da primeira edição, três foram extraídos do *Journal de Savants*.

Esse primeiro momento científico-literário da imprensa também se dá no Brasil. O processo ocorre no início do século XIX, visto que a imprensa demorou a se formar. A implantação da imprensa no Brasil só acontece em 1808,

quando em 10 de setembro é publicado o jornal oficial do governo, *Gazeta do Rio de Janeiro*, mas desde junho daquele mesmo ano circulava o *Correio Braziliense*, impresso em Londres por Hipólito da Costa. Depois de cinco anos, surgem várias publicações de caráter científico e literário. Em 1813, é publicado o *Jornal Literário, Político e Mercantil*; em 1822, os *Anais Fluminenses, Artes e Literatura*; em 1826, *Jornal Científico, Econômico e Literário*; em 1830, o *Beija-Flor – Anais Brasilienses de Ciências Políticas e Literatura*. A *Niteroy, Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes*, foi lançada em Paris em 1836 por um grupo de intelectuais brasileiros e trazia artigos sobre literatura, música, química, economia, direito e astronomia (RIBEIRO, 1998).

A esfera literária especificamente, na análise de Habermas (1984), forma um processo de auto-esclarecimento psicológico, ao favorecer a discussão pública de procedimentos sociais e experiências de vida. O raciocínio nascido na esfera literária se expande, com o passar dos anos, para disputas econômicas e políticas¹. Na análise brasileira, Ribeiro diz que idéias, movimentos e instituições culturais se desenvolveram num duplo sentido: “de criar um espaço cultural comum a um público culto, livre do julgo religioso e estatal e de delimitar suas especificidades discursivas” (RIBEIRO, 1998, p.153). Nesse primeiro momento, a falta de uma institucionalização do discurso jornalístico permitia sua apropriação por idéias em movimentos culturais, sem impor limitações formais e temáticas. Faltava à imprensa “uma estrutura mais definida de produção material, organizacional, profissional e discursiva que impusesse restrições à integralidade original da intencionalidade discursiva das diversas manifestações das esferas científicas e artísticas” (RIBEIRO, 1998, p.153).

¹ O autor denomina esfera literária a produção de romances, livros de psicologia, dramaturgia, artigos científicos, a imprensa em geral e debates em salões, cafés e outros locais da sociedade da época. (HABERMAS, 1984, p. 48)

Se no primeiro momento, a intelectualidade científica e artística, atua como protagonista da imprensa, num segundo momento, ela passa a ser coadjuvante. Esse segundo momento marca o processo de institucionalização da imprensa. Escritores, antes fundadores de jornais, passam a contribuir com uma imprensa mais complexa, organizada, com maior divisão de funções e maior diversidade de interesses temáticos e em busca de um público mais heterogêneo que somente a elite cultural, a qual estava restringida até então. Essa parceria se tornou benéfica para ambos os lados, já que fortaleceu os jornais institucionalmente e fez com que se formasse uma legião de grandes escritores. Os exemplos são muitos: Joaquim Manoel de Macedo, além de romancista, foi jornalista, político, deputado e redigiu, inclusive, de 1852 a 1854, o jornal *A Nação*, do Partido Liberal. Manuel Antônio de Almeida sobreviveu praticamente do ofício de tradutor de folhetins para jornais, onde publicou crônicas e críticas, além de escrever seu romance entre os anos de 1853 e 1854, no *Correio Mercantil*. José de Alencar escreveu folhetins e colunas políticas por muitos anos no *Jornal do Commercio* e foi, em 1855, redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*. Machado de Assis foi tipógrafo da *Imprensa Nacional* e do *Correio Mercantil* tornando-se depois colaborador em diversos jornais. Franklin Távora fundou a *Revista Brasileira*, onde foram publicadas, entre 1879 a 1881, suas obras e de escritores como Machado de Assis e Sílvio Romero. Olavo Bilac assumiu o cargo de cronista da *Gazeta de Notícias* no lugar de Machado de Assis em 1897, mas desde 1880 já colaborava com *Gazeta* (RIBEIRO, 1998).

4. A formação da linguagem

Da intersecção da esfera literária com a imprensa emergiram gêneros próprios da discursividade jornalística, voltados para a atualização temática dos elementos da paisagem e da experiência urbana. A crônica, como a conhecemos, considerada um gênero brasileiro, é uma resultante dessa intersecção, visto que não se enquadravam mais na imprensa os gêneros literários tradicionais. Antes da consolidação da imprensa como grande indústria, em meados do século passado, os próprios jornalistas davam às notícias o nome de crônicas, possivelmente influenciados pelo gênero histórico-literário homônimo. A crônica, diz Marques de Mello (2003), é um relato poético do real, situado na fronteira entre informação da atualidade e narração literária. Segundo Rónai, para qualquer brasileiro a palavra crônica tem um sentido claro e inequívoco: designa uma composição breve, relacionada com a atualidade, publicada em jornal e revista. “Esse significado está tão generalizado que só mesmo os especialistas em historiografia se lembram de outro, bem mais antigo, o de narração histórica por ordem cronológica” (RÓNAI, Apud: MELLO, 2003, p. 148/149).

Olavo Bilac, por exemplo, desenvolveu a crônica, “levando-as às mais diversas áreas da vida social, como urbanização, a sanitização da cidade do Rio de Janeiro, problemas sociais, questões de segurança, de exploração de menores e políticas de emprego” (RIBEIRO, 1998, p.159). João do Rio também era uma espécie de condensador dos acontecimentos da nova sociedade urbana brasileira na virada do século. Já no século XX, o Brasil forma uma legião de escritores cronistas, como Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Paulo Mendes Campos e outros.

A crônica é o resultado de uma série de processos e modificações na linguagem da imprensa e que vai servir a sua institucionalização e a sua

configuração como *espaço de mediação social*. Essa nova linguagem é influenciada não só pelos gêneros literários, mas também por um processo de racionalização prático-instrumental da sociedade industrial, mudanças tecnológicas, controle de tempo de produção, mudança de padrão de texto influenciado pela questão comercial, de troca e de informação de serviço, assim como de uma transformação do público leitor provocado pela expansão e acesso à leitura pelas classes médias e por trabalhadores. Essa transformação da linguagem e, pode-se dizer, postura da imprensa, ajuda-a a se distanciar do que Raymond Williams chamou de um “panfletismo político nervoso” dos primeiros anos, quando a imprensa era controlada e servia a grupos e partidos políticos. Da mesma forma, ela também se distancia dos “artigos eruditos”, de caráter científico-literário. Essa mudança de posicionamento lingüístico faz com que ela se desloque de suas heranças históricas, ligada a setores sociais específicos para se portar como um centro mediador de conflitos.

Nesse sentido, a notícia, um modalidade fundamental da linguagem jornalística, é conceitualizada por Ribeiro como “uma criação histórica específica dos contextos urbanos das emergentes sociedades modernas européias” e que “têm origem nos elementos novos criados na esfera privada das sociedades modernas em formação” (RIBEIRO, 1998, p. 107). Para ela, a notícia é parte do processo referencial de institucionalização da imprensa.

“A notícia se institucionaliza como bem público porque consegue progressivamente comprovar-se fonte de referência genérica de procedimentos, normatizações e valores a serem reconhecidos, definidos, assimilados e sustentados por todos os indivíduos no curso de suas atividades e conceituações diárias. É no contexto específico do fornecimento dessa referencialidade cotidiana que a notícia consolida a sua legitimidade institucional”.(RIBEIRO, 1998, p. 106)

Esse entendimento ocorre provavelmente porque a autora limitou seu tempo de estudo ao que ela denomina de período de constituição da imprensa no Brasil (1808-1964). Mas a notícia, em realidade, não surge desse movimento como algo novo e próprio como defende Ribeiro (1998), mas de um deslocamento de significados que estavam atados a uma cultura anterior de troca de informação. A autora não diferencia o conceito (notícia), a prática (jornalismo) e a instituição (imprensa) do momento histórico de formação da esfera pública burguesa. Para ela, todos são originados dentro do processo de constituição da imprensa². O entendimento dos *espaços mediadores sociais* permite uma visão mais ampla desse deslocamento, visto que busca referenciais em processos históricos distintos e não apenas na “referencialidade cotidiana” da sociedade urbano-industrial. O importante é que os espaços mediadores sociais já contêm, por sua constituição múltipla e dialógica, processos comunicacionais de transmissão de informação sociais, culturais e políticos. Nesse sentido, o que a imprensa faz é uma apropriação e reconfiguração de conceitos e práticas já existentes que serão úteis na sua constituição utópica como mediadora social.

Ao incorporar práticas sociais, inclusive a notícia, ao seu o processo de formação e institucionalização, a imprensa acaba por revelar sua linguagem como algo inerente a ela e, concebe a notícia, por exemplo, como um gênero próprio. A notícia não está ligada nem ao aspecto mercadológico nem aos novos elementos criados na esfera privada das sociedades modernas surgidas no século XIX. Ela é bastante anterior e perpassa os principais períodos históricos com registros da humanidade, aqui tomados como Antigüidade e Idade Média. A prática de transmissão da notícia é algo presente e constituinte do *espaço mediador social*, que

² A falta de diferenciação de Ribeiro (1998) com relação a jornalismo e imprensa pode ser notada, por exemplo, no título do seu trabalho. Ela deu o título “A Institucionalização do Jornalismo no Brasil”, mas no desenvolvimento do texto ela usa imprensa em todos os capítulos. “O surgimento da imprensa no Brasil”, é um título do capítulo 1, “Imprensa e Parlamento” (Capítulo 2), “Imprensa e Esfera Pública” (Cap. 3), “Imprensa e Literatura” (Cap. 4) e “Imprensa e Sociedade” (Cap. 5).

está presente em sociedades e tempos históricos bastante distintos do período de ascensão burguesa. Na realidade, a imprensa remodela a notícia de uma forma tão radical e cria um gênero que pode ser entendido como notícia jornalística, como forma de se entender um tipo de informação própria de uma cultura escrita e urbano-industrial.

A palavra *news*, por exemplo, tem sido usada da mesma maneira há pelo menos cerca de 500 anos. Atas romanas, cartas de notícia, boletins, *corantos*, *fogli d'avvisi*, jograis, baladas e outros com certeza não são o jornalismo como se entende hoje, criado pela imprensa pós-mercantilista, mas são práticas coletivas e noticiosas de troca de informação entre indivíduos e comunidades; são veículos de um *espaço de mediação social*. Provavelmente por isso – para diferenciar notícias orais de notícias escritas - que os ingleses tenham criado a palavra *newspaper*, que aparece pela primeira vez em uma carta datada de 10 de setembro de 1670, cerca de 70 anos após o aparecimento dos primeiros jornais que se tem notícia na Europa (STEPHENS, 1993, p. 28/330).

Com o desenvolvimento capitalista da imprensa, novas formas de transmissão de informação vão ser constituídas e a própria notícia terá transformações radicais e constantes até os dias atuais. A análise de veículos de informação das décadas de 30 e 40 do século XX, por exemplo, mostra uma mudança radical no conceito de notícia, que nunca havia sido praticada antes, em séculos de transmissão de informação impressa. A pirâmide invertida, a entrevista, o conceito de lide (*lead*) e outros redefinem as notícias e facilitam todo um processo de distribuição de informação, ao mesmo tempo em que buscam certa isenção lingüística que possibilite um tipo informação que contribua para a institucionalização da imprensa como *espaço mediador social*. Ninguém poderá afirmar que a entrevista é uma invenção da imprensa, mas com certeza, pode-se dizer que a imprensa a recriou no processo de mapeamento do espaço social. A

entrevista pingue-pongue, por exemplo, é uma tentativa de fazer com que a voz dos atores e personalidades sociais sejam exposta de uma maneira direta. A imprensa, em muitos momentos, consegue atingir o que Medina (1986) chamou de diálogo possível, ou seja, quando “faz-se luz em certo conceito ou comportamento, elucida-se determinada autocompreensão ou compreensão do mundo” (MEDINA, 1986, p.07)

5. A formação política

Da mesma forma que se deu a atuação científico-literária, nesse período inicial a imprensa política é um espaço privilegiado da esfera pública burguesa. Ela começa a polemizar sobre a legitimidade das formas de governo dos Estados absolutos e torna-se porta-voz de uma burguesia esclarecida e emancipada. A pequena burguesia, setores descontentes da aristocracia, trabalhadores urbanos e demais segmentos e classes sociais valeram-se dessa prática. A independência dos Estados Unidos, em 1776, foi precedida e sucedida pela criação de inúmeros panfletos e jornais que abraçaram a causa. Um ano antes havia nas colônias norte-americanas 42 jornais, entre eles O *New York Journal*, o *Philadelphia Evening Post* e o *Massachusetts Spy* que “iniciaram a causa revolucionária, descrevendo atrocidades cometidas pelo exército britânico” (BURKE e BRIGGS, 2004, p. 105). Por volta de 1800, havia 178 semanários e 24 diários. Na revolução francesa de 1789, a imprensa também teve papel ideológico importante. Nada menos que 250 jornais foram fundados nos últimos seis meses daquele ano (*veja figura 14*).

No Brasil, os nomes de alguns jornais que iniciaram a imprensa brasileira no século XIX e início do século XX, ainda mostravam de forma acentuada a

importância da imprensa para a questão política. *O Grito dos Oprimidos* surge em 1833 no Rio de Janeiro, *O Grito do Povo*, também do Rio, é de 1888, *Guerra Social* (Rio de Janeiro, 1910), *O Liberal* (Recife, 1872), *Libertador* (Assis, 1924), *Luta* (Porto Alegre, 1886) e inúmeros outros (SODRÉ, 1983, p.261).

Durante o período imperial, torna-se inseparável a qualidade e a importância da atuação política da imprensa daquela época promovida pelo parlamento. Isso porque, de forma crescente, os integrantes da esfera discursiva pública passaram a exercer simultaneamente as duas atividades (RIBEIRO, 1998).

Os jornais tinham vida curta, às vezes apenas uma edição e, quando persistiam, eram feitos por apenas uma pessoa que representava um grupo político. Esses jornalistas-panfletários eram tanto liberais como moralistas e muitos deles eleitos para o parlamento. Os jornais políticos representavam “um fórum alternativo para a tribuna, importante principalmente para o partido de oposição, muitas vezes sem representação alguma na Câmara” (CARVALHO, 1981, Apud: RIBEIRO, 1998, p. 77)³.

Esse Brasil do início do século XVIII é um país bastante diferente dos países industrializados e urbanizados da Europa. Mas lá, como aqui, há todo um processo de transformação social que implica em mudanças profundas tanto na imprensa científico-literária como na imprensa político-panfletária. Alguns jornais passam a reconhecer uma possibilidade de diálogo mais amplo, com camadas sociais diferentes, refletido em um desenvolvimento social, cultural e econômico.

A sustentação desse processo está no que Raymond Williams (1961), ao analisar a Inglaterra, denomina de três longas revoluções: a democrática, a

³ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília, UnB, 1981. Apud: RIBEIRO, Lavina. *A Institucionalização da Imprensa no Brasil*. Pág. 77.

cultural e a educacional. Elas acompanham o desenvolvimento de toda infraestrutura social capaz de dar suporte às novas demandas promovidas pela urbanização, industrialização e barateamento de custos e facilidade de obtenção de bens culturais. Os tipógrafos saltaram de dois ou três no início do século 16 para 13 em 1558, 34 em 1563, 40 em 1577 e quase 100 no final do século. Não distinguindo baladas, panfletos e livros propriamente ditos, os títulos saltam de 13 em 1510 para 28 em 1530, 85 em 1550 e cerca de 150 em 1581. As tiragens dos livros também aumentaram substancialmente.

“Desde 1690, é evidente o crescimento de um novo público leitor de classe média em relação direta com o crescimento em tamanho e importância de uma classe média formada por grandes e pequenos comerciantes, lojistas e trabalhadores do setor administrativo e da igreja” (WILLIAMS, 1961, p.182).⁴

A Inglaterra chega ao início do século XIX com um razoável padrão de pessoas alfabetizadas. O livro de assinaturas de registro de casamentos, que é por onde se tem uma indicação da capacidade de leitura das pessoas adultas, mostra que 66,3% de homens e 50,5% das mulheres foram capazes de assinar em 1839. Já em 1893, são 95% de homens e 94,3% de mulheres. A base do que Williams chama de imprensa popular, vendida pela metade de um *penny* (*halfpenny*) surge em 1890, em busca de um público que havia sido beneficiado pelo Ato Educacional de 1870, que visava ensinar o povo inglês a ler e escrever (WILLIAMS, 1961).

Nas primeiras três décadas do século XVIII tenta-se estabelecer uma imprensa com base nas novas organizações de trabalhadores, que já estavam inseridos no processo educacional inglês. O empreendimento não deu certo, mas surgiu uma imprensa popular. Politicamente, esses jornais populares foram

⁴ “It is from the 1690s that the growth of a new kind of middle-class reading public becomes evident, in direct relation to the growth in size and importance of a middle class defined as merchants, tradesmen, shopkeepers, and administrative and clerical workers”.

radicais, mas sua ênfase principal não era política, mas uma miscelânea no padrão das baladas, almanaques e histórias de assassinatos e execuções. Além disso, eram vendidos com um preço baixo, graças às melhorias da tecnologia de impressão, diminuição dos impostos, queda no preço do papel e melhores meios de distribuição, como as ferrovias. Entre os jornais desse período estão o *Telegraph* e o *Daily Mail*. Alguns jornais como o *Daily Telegraph*, *Morning Post* e *World* mudam sua linguagem em busca de uma leitura mais leve e fácil para atrair os novos alfabetizados; diferente de um estilo antigo, próximo dos livros. *Daily Telegraph* se dizia que era “the paper of the man on the knifeboard of the omnibus” (WILLIAMS, 1961, p. 197/198/217).

Há também uma mudança no estilo de reportagem, influenciada pelo uso regular do telegrama. O uso de sentenças curtas e ênfase em palavras-chave simplificam a linguagem, tornando-a mais acessível. Os jornais passam a enfatizar mais as notícias e menos submetidos a grupos políticos muito presentes até a metade do século XIX. Segundo Williams (1961), os jornais deixam o panfletismo nervoso para servirem a um sentimento das classes médias que ascendem e buscam controlar a diversidade de opiniões da sociedade.

Um dos sintomas dessa busca por públicos diferenciados se reflete em um conjunto de formatos novos da linguagem jornalística. Todo esse processo, que não aconteceu repentinamente, mas em uma consolidação lenta de séculos de transformação social, fez com que a imprensa abandonasse um certo posicionamento lateral, de panfleto político, para se estabelecer em um *centro mediador social*, semelhante aos espaços físicos de ágora ou da praça pública medieval. Por isso também a análise da imprensa não pode ser restrita ao caráter de infra-estrutura político-econômico. Quando Ribeiro(1998) critica Nelson Werneck Sodré (1983) sobre o desenvolvimento da imprensa no Brasil por ele ter essa visão economicista, ela diz que há um empobrecimento da dimensão do

espaço público político da imprensa. Essa visão economicista encobre o problema da “passagem da comunicação direta... para a comunicação representativa, correlata à forma de participação política nos Estados de direito contemporâneos”(RIBEIRO, 1998, p. 124).

Nesse mesmo caminho, Williams (1961) faz a análise das longas revoluções cultural, democrática e educacional e critica a análise em que as relações sociais humanas são fundadas preponderantemente nas atividades econômicas e políticas. Para ele, faz sentido relacionar o sistema de governo com o sistema de econômico, mas duas grandes relações são excluídas, que são o sistema de aprendizado e comunicação e o complexo baseado sobre gerações e experiências de vida.

A nova ‘formulação da imprensa’ pode ser entendida como a emergência de uma “esfera comunicativa”, dentro da esfera pública burguesa, que permite a pessoas privadas darem maior publicidade a opiniões sobre uma realidade comum a todos. A imprensa torna-se um meio através do qual um ‘público esclarecido’, formado por burgueses, profissionais autônomos e parte da nobreza, pode difundir suas idéias e concepções da realidade social. Praças, bares, cafés, salons, teatros e outros espaços públicos da cidade já não são suficientes para a esfera pública burguesa, que se expande e ganha vitalidade com a indústria gráfica (jornais, revistas, livros etc). Um espaço cada vez mais organizado e que se beneficia do desenvolvimento tecnológico, social e político pelo qual passa a sociedade desde o início do século XVII.

6. O Valor superestrutural

Os produtos da indústria gráfica vão assumir cada vez mais o espaço de mediação social, em detrimento das praças, cafés, salões, bares, etc. A expansão da imprensa, com aumentos de tiragem cada vez mais astronômicos vão se disseminar pela sociedade, graças às novas tecnologias, facilidade de locomoção e distribuição, além das revoluções educacional, democrática e cultural. A imprensa torna-se, na verdade, o símbolo da esfera pública burguesa. Assim como todos os *espaços mediadores sociais*: ágora, praça medieval ou cafés, a imprensa tem em comum a capacidade de ter um valor infra-estrutural (espaço físico) e superestrutural (manifestação das idéias e pensamentos). A diferença é que o valor comercial, de mercadoria, assume importância ao definir investimento e crescimento para se tornar hegemônica frente a qualquer outro espaço mediador. No entanto, esse valor comercial não é manifestado como valor de troca, visto que uma das grandes obsessões da imprensa foi sempre reduzir custos para ampliar o acesso do público, desde os seus primórdios até nossos dias. Esse é o intuito de qualquer mercadoria capitalista, mas a imprensa tem uma particularidade, visto que tem a capacidade de atingir custo zero e ser adquirida gratuitamente. Vide o custo um exemplar de jornal, de acesso a uma rádio ou de acesso a uma televisão no mundo inteiro⁵. É um empreendimento típico da ascensão burguesa, mas com um modo de acesso socializante.

E isso faz bastante sentido, visto que como espaço mediador privado, a imprensa cria um simulacro de espaço mediador como a praça pública ou a ágora. Todos (ou quase todos) têm acesso aos seus discursos, debates, ou

⁵ Há uma tendência atual de se produzir jornais gratuitos para competir comercialmente e editorialmente com jornais pagos. Aqui também não se pretende discutir a questão da mercadoria e seu valor, o que demandaria um trabalho intenso e complexo. Tom Bottomore, por exemplo, considera o tema mais controverso da obra de Marx. Veja BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Zahar, Rio de Janeiro, 1988.

melhor, aos debates da sociedade, da política, do conhecimento. Mas o seu controle sobre a liberdade de participação e voz, isto é, um certo controle sobre a comunicação dos atores sociais, é mais eficiente que a exclusividade política dos cidadãos atenienses. Em Atenas não havia impedimentos legais a qualquer cidadão de participar. Com a imprensa, esse controle ficou normatizado não apenas pelo Estado, mas também pela capacidade financeira de empreender um veículo de comunicação de grande penetração social. Mesmo sendo um empreendimento privado, a imprensa extrapola os limites de uma mercadoria, de um bem material produzido a partir de uma infra-estrutura. Isso acontece porque ela se forma em um processo histórico de institucionalização e de busca de representatividade e circularidade em diversas camadas da sociedade. Ela transcende a sua própria condição de produto sujeito à esfera infra-estrutural da realidade e, como um bem simbólico que é, “cria uma realidade comum ao público que se dirige” (RIBEIRO, 1998, p.215).

Interessante notar que o valor superestrutural dessa mercadoria chegou a ter tanta importância que anulou seu valor comercial. No período científico, literário e político, Habermas reconhece que os fins econômico-mercantis desses empreendimentos ficavam em segundo plano. “Eram, desde o começo, negócios deficitários” (HABERMAS, 1884b). Isso explica, de certa forma, porque esses veículos se resumiam a poucas ou simplesmente a uma única edição.

A origem da imprensa, portanto, pertence ao movimento de consolidação da esfera pública burguesa e do desenvolvimento do capitalismo. É uma criação típica de uma certa etapa da história da humanidade, de uma dada formação social em desenvolvimento. “A imprensa não é um fenômeno universal, localizável em quaisquer tempo e espaço históricos” (RIBEIRO, 1988, 175). O que se entende por imprensa, ou seja, essa organização econômica para produção e comercialização de notícia e informação, é específica da sociedade urbana e

industrial capitalista. Ela cumpriu uma função histórica durante a evolução da sociedade burguesa e constitui-se em instrumento de mediação entre indivíduos, dentro e forma da esfera pública, no sentido de emancipação da classe burguesa (RIBEIRO, 1988).

A imprensa foi um instrumento fundamental no processo histórico de emancipação da classe por causa de sua dupla existência: primeiro porque é um bem produzido a partir de certa infra-estrutura, uma mercadoria palpável, objetiva, produzida pelo homem e com um valor. Portanto, parte integrante da grande quantidade de mercadorias produzidas pelo desenvolvimento da sociedade capitalista e inerente a ela. E talvez por isso a classe burguesa foi a única até hoje a transformar a imprensa em um grande instituição ao alcance das massas populacionais. A imprensa é também um bem simbólico, constituído pela linguagem humana, que é uma matéria-prima abstrata, ou seja, um bem originário de um plano superestrutural – do pensamento, da consciência, dos sonhos, idéias, utopias, ideologias.

Mas o simples fato de também ser um bem simbólico não foi suficiente para a imprensa. Com as transformações urbanas, sociais e culturais advindas com o capitalismo, a imprensa foi capaz de dar um salto dentro de suas possibilidades superestruturais. O seu valor superestrutural deixou de ser um valor de classe e se tornou um valor de mediação social, graças a todo um processo de auto-referencialidade e das aspirações utópicas da esfera pública burguesa.

No caso específico do século XIX, ela foi capaz de difundir as “energias utópicas” do Iluminismo, que ajudaram a transformar o interesse de uma classe em interesse universal.

“A opinião pública burguesa, para se tornar universal, precisou historicamente, durante o processo de emancipação da própria sociedade capitalista, coincidir objetivamente – ou seja, através de ações concretas – com o interesse de toda a

sociedade, ‘ao menos a ponto de essa opinião ter podido, como opinião pública intermediada pelo tirocínio do público, ser, portanto, considerada racional’” (RIBEIRO, 1988, p.147).

Cria-se um momento hegemônico, no sentido de se estabelecer um valor cultural consentido por várias classes sociais. Esse momento é caracterizado pela aliança da classe dominante para manter uma liderança sobre as demais não através de uma organização da força, mas mediante o consentimento. Um momento em que os interesses corporativos estreitos exercem uma liderança moral e intelectual, inclusive fazendo concessões a aliados unificados em um bloco social (Gramsci, 1978 e 1979 e BOTTOMORE, 1983).

Se as “energias utópicas” do Iluminismo ajudaram a transformar o interesse de uma classe em interesse universal, dentro de um processo social em que se formou a imprensa e em que ela teve papel importante, não seria estranho pensar que essa imprensa também incorporou, para si, nesse processo, parte dessas “energias utópicas”. Esse parece ser o combustível que permitiu a imprensa sustentar todo o processo de institucionalização e medição social. A imprensa se transformou em um *espaço mediador social*. Por isso, Habermas tem razão quando diz: “a esfera pública política provém da literária; ela intermedeia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade” (HABERMAS, 1984, p.46). Essa é a aspiração utópica da imprensa, intermediar o debate público, as ações do Estado e as necessidades da sociedade.

7. A consolidação do espaço mediador

A explicação histórico-sociológica das instituições de comunicação de um ponto de vista interno à especificidade estrutural e discursiva é o ponto de partida da análise de Ribeiro (1998). Esse postulado é teoricamente importante para o entendimento do *espaço mediador social* representado pela imprensa. Ele tem como premissa o modelo de conhecimento habermasiano de esfera pública burguesa e não se confunde com a prática e a produção de conhecimento nas esferas específicas das artes, da ciência e da política, apesar dessas instâncias terem usado a imprensa no despertar de sua origem. A imprensa se coloca como uma instância independente. Portanto, a autora definiu como campo de pesquisa o conhecimento da especificidade institucional da comunicação em relação às instâncias culturais e políticas socialmente reconhecidas. Para ela, a noção de esfera pública habermasiana forneceu, durante sua pesquisa, um terreno propício para o entendimento da emergência da imprensa brasileira, já com feições marcadamente políticas e engajada no processo de discussão do Estado brasileiro.

No entanto, a autora faz ressalvas à teoria de Habermas por apresentar entendimentos que não se aplicam ao caso brasileiro.

“O principal obstáculo consiste no equívoco de pressupor um pertencimento da comunicação como instância própria do conhecimento prático-moral; no privilégio aos atributos políticos, de crítica e polêmica das suas manifestações públicas. Essa perspectiva tem repercussões profundas que vinculam, por exemplo, os atributos críticos da comunicação a um projeto de emancipação humana somente gerenciável numa esfera interativa não colonizável da vida em sociedade, cujos processos de legitimação resultam de consensos linguisticamente mediados” (RIBEIRO, 1998, p.339/340).

Para Ribeiro (1998), essa formulação gera impasses teóricos aparentemente insuperáveis e implica em uma oposição simplista imprensa política x imprensa de negócio. Num modo mais explícito, pode se dizer que a autora desloca a

noção de imprensa como um meio para a sua noção como um fim em si mesma. Por isso, acrescenta uma nova racionalidade específica às instituições de comunicação, que denomina de “referencial-identitária”, capaz de abranger as demais racionalidades relativas às esferas do conhecimento, mas realizando também outras operações de caráter estratégico, oriundas da presença de elementos da circularidade cotidiana da vida privada e da processualidade do tempo histórico. Nesse sentido, ela utiliza a noção de processo contínuo de reflexividade no interior de um sistema referencial interno, elaborado por Anthony Giddens (1991), e que monitora a dinâmica dos sentidos publicamente manifestos, construídos e transformados.

“Ela (a imprensa) deixa de ser exclusivamente um instrumento de ação política, tornando-se uma instituição com critérios e procedimentos próprios de estruturação, funcionamento e manifestação pública. Torna-se mais um agente no cenário expressivo do meio urbano com finalidades referenciais e identitárias próprias de uma instituição pública” (RIBEIRO, 1998, 341).

O que se traduz dessa abordagem é que a imprensa conseguiu se emancipar e se deslocar da classe social que a produziu. Ao criar uma “identidade própria”, ela se institucionaliza como algo diferenciado dentro da sociedade e independente da sua origem. Esse resultado se deve a um processo de complexidade que alcança a sociedade. Assim, as potencialidades da prática jornalística que não estiveram presentes no seu momento político, podem ser entendidas como elementos ativados em um determinado momento histórico, e que foram consolidados em função da necessidade e do interesse de ampliação formal e temática da referencialidade criada no âmbito da comunicação pública.

Essas potencialidades da prática jornalística podem ser entendidas como processos sociais que não foram originados na constituição específica da classe burguesa, mas constituídos no processo da formação da esfera pública, quando permitia um diálogo sem distinção de participantes no debate público. Isso fez

com que a imprensa incorporasse, no seu processo de constituição, valores exteriores aos seus, impingidos em um processo de grande transformação social. No caso brasileiro, o Rio de Janeiro era o grande centro social do Brasil nesse período.

“No contexto das mudanças materiais do país e da urbanidade carioca – de olhos postos no cosmopolitismo europeu –, observa-se uma abertura qualitativa no perímetro da discursividade pública, dos seus interesses, integrantes, da natureza de suas intervenções e dos formatos das publicações informativas em geral. Despontam jornais com intenções discursivas desvinculadas de um explícito compromisso partidário, atuando como agentes políticos singulares, não necessariamente instrumentalizados por partidos e grupos, com propostas textuais formal e tematicamente novas, diversificadas, definidas de uma perspectiva editorial interna à publicação. Além disso, tendencialmente auto-sustentáveis por meio das vendas de assinaturas, avulsas e de espaço publicitário” (RIBEIRO, 1998, 340).

Na Europa, com a esfera pública burguesa bastante desenvolvida, e de onde origina todo esse processo histórico analisado, alguns jornais já no século XVIII tentam se colocar à margem dos conflitos sociais. O periódico inglês *The Spectator*, 1711, tinha orgulho de sua independência precoce. A característica principal, presente no título do jornal, era enfatizar sua independência em relação a partidos políticos e mostrar que os editores pretendiam observar os debates, em vez de se juntar a eles. “O jornal cobria desde questões morais e estéticas até a última moda em luvas” (BURKE e BRIGGS, 2004, p.79).

Com nome e sobrenome, o jornal *Bell's Life in London and Sporting Chronicle*, de 1822, fazia autopropaganda dizendo: “combinar as notícias da semana com um rico repertório de moda, graça e humor, além de incidentes da vida social e cotidiana” (BURKE e BRIGGS, 2004, p. 105). Em 1896, Alfred Harmsworth lança o *Daily News*, em Londres, com o preço de meio centavo o exemplar e com o objetivo explícito de entretenimento e informação. “Foi o primeiro jornal a incluir uma página para mulheres e a divulgar ‘proezas’ como parte de seu modelo de imprensa” (BURKE e BRIGGS, 2004, 196/197).

Nos Estados Unidos, o gráfico de apenas 20 anos, Benjamin Day, lançou em 1833 o *Sun*, um jornal que parecia antever o futuro da imprensa. Ele desligou o seu jornal *Sun* da subordinação passiva e doutrinária aos agrupamentos partidários e deu realce para as “notícias relacionadas com os processos judiciais e com os crimes, indo às fontes dos choques de interesses individuais e ao fundo das paixões humanas, ao palco em que desembocavam, finalmente, as enxurradas da sociedade capitalista” (SODRÉ, 1984, 03).

O jornal de Day era vendido nas ruas ao custo de um centavo. Quatro meses depois do lançamento alcançou cinco mil cópias. Em dois anos, 30 mil cópias, e tornou-se o mais vendido dos Estados Unidos. Em 1840, Day compra uma máquina a vapor, capaz de fazer 4 mil cópias por hora; em 1851, as máquinas a vapor do jornal já produziam 18 mil cópias por hora. Contemporâneo do *Sun*, o *Herald*, criado em 1835 em Nova Iorque, vendia 20 mil exemplares ao custo de dois centavos cada. Gordon Bennet, seu proprietário tinha a ambição de fazer da imprensa escrita “o grande órgão e pivô do governo, sociedade, comércio, finanças, religião e toda a civilização humana” (BURKE e BRIGGS, 2004, p.198).

O *Twopenny Dispatch* também pertence à imprensa chamada popular. Ele atingiu em 1836 uma tiragem de 27 mil exemplares com a prensa a vapor. O jornal prometia aos leitores: “abranger informações policiais, assassinatos, estupros, suicídios, incêndios, mutilações, melodramas, corridas, pugilismo, e todos os tipos de comovedores, acidentes por inundação e de campo”(STEPHENS, 1993, p.458).

Por esses exemplos todos, é possível notar que a imprensa ao se constituir num processo referencial-identitário, tenta reter as energias utópicas da esfera pública burguesa que estão se perdendo no processo de consolidação da classe como hegemônica, seja pelo processo de ‘refeudalização’, anotado por

Habermas (1984), seja por que a sociedade fundada na categoria do trabalho mantém internamente uma racionalidade instrumental, como diz Ribeiro (1998).

Esse processo de institucionalização da imprensa não ocorre abruptamente. A transição da imprensa erudita e ideológica para uma mais industrial e de massa é longo. Há um convívio dos formatos essencialmente políticos com a emergência de novos formatos jornalísticos, que, apesar do privilégio concedido à área política, passam a ganhar espaços. Surgem reproduções de obras, a crítica literária e artística, além de uma infinidade de notícias sobre os assuntos da vida privada e acontecimentos urbanos recentes. “Esse processo tende a consolidar infra-estruturalmente a imprensa como empreendimento comercial, o que não implica numa sujeição das temáticas aos interesses financeiros da empresa”, diz Ribeiro (1998, p.341). Para ela, a nova variável presente na dinâmica dos jornais comerciais do começo do século XX advém do giro discursivo em direção a um público mais heterogêneo - formado pelas classes médias urbanas - à ampliação do espaço público provocada por um novo direcionamento do debate e à informação para questões oriundas do meio urbano. Para isso, os jornais acabam se tornando, no entender da autora, não em *mediadores* do interesse da “sociedade civil” junto ao Estado (como pretendia a análise de Habermas), mas em mediadores que discutem com o Estado, com seus segmentos mais expressivos, com o pensamento político muitas vezes autoritário e aristocrático, mas também e com uma classe média oscilante e com classes menos favorecidas. A imprensa busca, “nomear e mapear todo o espaço urbano”(RIBEIRO, 1998, p.342) e, nesse procedimento, incorporar potencialmente grandes contingentes na dinâmica de suas representações. Nesse processo e de forma também intensa, ela constrói a defesa de seus próprios interesses.

“O que a experiência deste convívio confirmou foi a necessidade crescente da imprensa de ficar e diferenciar o seu próprio espaço e eixo daqueles das demais instituições sociais. O recurso usado para tanto foi a incorporação cada vez mais

seletiva dos discursos oriundos destes outros setores, enquadrados numa técnica textual definida como característica da imprensa, porque supostamente representativa, imparcial e objetiva. Ela legitimou-se como mais uma instância centralizadora e organizadora dos conteúdos da discursividade da esfera pública da época, sem, entretanto, imunizar-se das pressões advindas dos diversos setores da sociedade, inclusive dos confrontos entre publicações” (RIBEIRO, 1998, p.341/342).

A crônica, nesse sentido, também funcionou como uma modalidade desenvolvida pela necessidade desse mapeamento urbano. A notícia ganhou um novo formato, próprio para transmitir a informação escrita. A opinião ganha novos estilos de linguagem, o artigo, o editorial, o humor. Os jornais abrem espaços para receber cartas de leitores, estabelecendo um diálogo com seu público. A imprensa define padrões de linguagem como a pirâmide invertida, entrevista, lide, sublide, gancho e outros modelos.

A imprensa, portanto, cria sua especificidade com relação às artes, mas também com relação às ciências, à política e, ainda, à religião. Mais que isso, ela pode ser uma dinamizadora dessas esferas a partir do momento que as incorpora como parte de seu discurso, de sua estrutura, num processo de convergência de fatos e procedimentos sociais e, em seguida, as dissemina pelo corpo social, já que é um veículo que tende a alcançar o maior número possível de receptores. Ela é independente e ao mesmo tempo uma extensão das outras esferas. Numa sociedade de grandes aglomerações urbanas e de massas populacionais, a imprensa forma um espaço mediador social constituído por fluxos contínuos e intermitentes.

IX O ESPAÇO CAPTURADO

1. A captura da mediação

O desenvolvimento urbano e industrial, expansão da cidade, da população, produção e reprodução do espaço urbano, fragmentação da praça central em vários pontos e interconexões viárias, novos espaços de sociabilidade iniciados com os cafés, aperfeiçoamento técnico dos correios, desenvolvimento da indústria gráfica, criação de novos espaços culturais como teatros, bares, restaurantes, museus, escolas, universidades, sindicatos, organizações sociais, associações públicas, privadas e circulação de bens culturais e outros possibilitam a aparição de diversos espaços de reflexividade social, de acontecimentos, fatos e experiências que não têm um centro geográfico específico, mas vários pontos nodais.

Aquela atividade física - de se locomover a pé de sua residência até a praça ou até os cafés para saber das novidades, trocar informações e participar de diálogos - torna-se difícil com o novo conteúdo e nova forma urbana. Para os habitantes que vivem nas periferias, isso se torna impossível por causa da distância. Ao mesmo tempo em que se constrói uma sociedade de deslocamento, o homem torna-se sedentário; desloca-se sem se movimentar fisicamente. Navios, carruagens, trens, automóveis, ônibus, metrô, avião fazem o indivíduo percorrer grandes distâncias, muitas vezes sentado assim como fica diante do rádio, da televisão, dos jornais, do palco do teatro, da tela do cinema, do computador ou no banco da praça. Milton Santos (2002) denomina esse período de excesso de uso de bens na vida como técnico-científico-informacional.

Essa forma de viver que se instalou na cultura mundial gerou um novo espaço de comunicação coletiva, de interação social que comprimiu o espaço geográfico da praça pública. Esse novo espaço é ocupado pela mídia, que se consolida no desenvolvimento de todo esse processo, alavancado pelo desenvolvimento máximo do capital, que permite a circulação intensa de mercadorias e informação.

Em uma sociedade em que ruas foram abertas para que mercadorias, pessoas e notícias chegassem mais rápidas e de forma mais eficiente, foi necessário também criar um *espaço mediador social* circulatório e disseminado por toda cidade; um espaço capaz de se multiplicar para alcançar todos os locais possíveis da urbanidade.

O novo espaço é fundado no tempo produtivo e na velocidade e, como um grande atacadista, é capaz de concentrar o máximo de informações e distribuí-las com rapidez nos locais mais distantes do território. A sociedade precisou construir o *espaço mediador da mídia*, o que implica em uma reveladora redundância, visto que mediar está inscrito no próprio nome dado às empresas de comunicação. A força que a imprensa possui como megaconcentrador e megadistribuidor de informações sobre práticas artísticas, políticas, sociais, comerciais e, além disso, como um emissor de juízos e entendimentos sobre todos os discursos possíveis, evidencia que a sua institucionalização contém em seu bojo algo mais intrinsecamente presente na história das formações coletivas da humanidade.

2. A captura geográfica

O desenvolvimento da imprensa atual coincide com a expansão das cidades; em determinado momento, ela reconhece a cidade e passa a refleti-la em suas páginas. O período de ascensão da sociedade mercantil e capitalista também coincide como o declínio da praça pública. Esse declínio ocorre ao mesmo tempo em que a imprensa ganha capacidade industrial de reprodutibilidade. Em movimentos simultâneos, a praça perde seu caráter público e a imprensa passa a conquistá-lo; a imprensa passa a ocupar o espaço da praça e a substituí-la em várias de suas atividades. O processo de institucionalização e deslocamento mediador da imprensa é também o processo de captura do aspecto público da praça. Assim, a sociedade vai abandonando a comunicação coletiva de caráter geográfico para torná-la cronológica e fundada na velocidade.

A praça pública, com todas as suas atribuições e superposições ou sem-números de atividades, ficou inviável com aumento da população urbana. A mediação social coletiva suprida pela ágora na Antigüidade, praças públicas na Idade Média e cafés no início da Idade Moderna não é mais possível com a expansão das cidades do fim do século XIX e início do século XX. A imprensa se constitui como um novo *espaço mediador social*, de caráter bastante diferenciado, provido do processo industrial e comercial, mas que também ganha condições de suprir a vivência coletiva.

No seu processo de institucionalização e centralização, a imprensa vai se esforçar para atrair para si todas as atividades, práticas, fluxos e funções originais da antiga praça pública. Ela torna-se uma espécie de nova praça pública, que foi construída sobre uma configuração totalmente diferente, fundada na velocidade e apropriada para seu tempo. Não é por acaso que praças, avenidas, parques e meios de comunicação têm o mesmo objetivo de propiciar lazer, informar,

socializar ou propor a resolução de questões que afetam a vida dos moradores das grandes cidades.

Nos séculos XIX e XX, os espaços públicos foram abertos fisicamente com construção de ruas, avenidas, metrô, parques e praças, além da constituição de espaços como bares, restaurantes, escolas, centros comerciais etc. Foi o momento da constituição de grandes cidades, mas também o momento da imprensa como um novo espaço multidirecional, ágil e sem território fixo na urbanidade. Entre as inúmeras definições de cidade, Sennet nos traz uma bem curiosa sobre o início das grandes cidades. Ele diz que existem tantos modos diferentes de se conceber as cidades quantas são as cidades existentes. “O mais simples diz que uma cidade é um assentamento humano no qual estranhos irão provavelmente se encontrar” (SENNET, 2002, p.58). Quando pessoas estranhas começam a se encontrar cotidianamente é necessário suprir uma necessidade de experiências comuns. Em vilarejos ou pequenas cidades, os habitantes se conhecem e têm as mesmas vivências coletivas, sejam acontecimentos, histórias, medos, alegrias, narrativas etc. Já em grandes centros urbanos isso não é possível. Nas cidades pequenas, basta se deslocar ao local de encontro, que é normalmente um espaço aberto e central capaz de permitir a circularidade em todas as direções. Nas grandes cidades isso não é possível, ou difícil; com a imprensa, esse deslocamento se torna desnecessário e inútil. Não é preciso mover-se até a praça, cafés, bares ou estalagens para saber as informações que chegam de outras terras ou dos acontecimentos inusitados que lá se desenrolam. Os veículos de comunicação percorrem estradas, trilhos, ruas, avenidas, praças e chegam até a residência particular de cada um dos moradores da cidade, em locais cada vez mais distantes e afastados.

Isso, necessariamente, implica em um diálogo social bastante diferenciado, já que a comunicação se dá entre veículo e pessoas, diferente da

interpessoalidade, da contigüidade física da praça pública. Com a imprensa e as grandes cidades, os habitantes que nunca se viram antes e nem estiveram nos mesmos lugares - ou tiveram qualquer experiência comum - podem conversar sobre o mesmo assunto, comentar e discutir a política, a arte, a cultura. Eles não precisam mais do espaço físico aberto da praça, do conforto dos cafés ou da arte retórica dos novidadeiros de rua.

Enfim, por carregar em seu interior práticas e processos sociais imanentes à originalidade da praça pública e que superam o seu momento histórico-classista de constituição, a imprensa cresce para se realizar como uma instituição. Nesse sentido, o processo de captura da praça é o que consolida e dá certa legitimidade à imprensa como mediadora social, visto que seu valor de mercado ganha certa opacidade. Se a praça pública continha em sua origem a capacidade de mediar um diálogo social, seja no caráter parlamentar de ágora ou autoritário nos momentos de suplício da Idade Média, a imprensa pode com certa segurança reivindicar e usar esse potencial de mediador social, fazendo a interlocução dos conflitos e dos consensos sociais, além de expor os dramas culturais da sociedade (*veja figura 02*).

3. A captura do sócio-comercial

Um outro processo que permite a institucionalização da imprensa se dá pela mudança de valores que ocorre com o advento da esfera pública burguesa. Na Antigüidade grega havia os cidadãos que tinham uma atividade pública muito intensa, deixando a vida privada num plano secundário. Grande parte do dinheiro e do esforço social era empregada nos gastos litúrgicos e, conseqüentemente, na construção dos monumentos, espaços abertos, salões, templos etc, deixando à residência particular poucos recursos. De uma forma

diferenciada, mais também contemplada com a concentração de recursos sociais em obras de acesso coletivo, as grandes construções da Idade Média são Castelos, murada dos burgos e cidades, Igrejas, Templos, Palácios, ante a residência da população, que vivia em sua grande maioria em casas modestas.

Na modernidade esse processo tomou uma outra direção. Hoje o dinheiro, mesmo o que é tributado e recolhido pelos governos, volta diretamente para o setor privado, seja legalmente ou através da corrupção, sobrando poucos recursos para as necessidades públicas, que são supridas com obras e serviços prestados por empreendimentos privados. A sociedade moderna cria uma valorização excessiva da vida privada, que também é suprida pelos espaços mediadores sociais.

Os cidadãos modernos não precisam se manter nas áreas públicas para ter conhecimentos de informações públicas ou particulares, já que o veículo de informação chega onde estiver. Ele pode usufruir a discussão pública ou privada presente na sociedade no conforto do seu lar, que tanto dinheiro e reflexão ele empregou para edificar. É o sonho da casa própria, ou seja, o sonho inalienável de inclusão e capacidade para, paradoxalmente, “participar” como receptor do espaço público com certa dignidade social. E essa participação se dá através das tecnologias de comunicação, que são concebidas industrialmente para a adequação às casas modernas; elas são extensões da casa.

Por isso, de certa forma, os indivíduos que não conseguem ou não podem usufruir da moradia, podem ser denominados de excluídos. Eles não participam do sistema econômico ou educacional; não têm recursos para a construção de um lar confortável e, por isso, ainda circulam pelas áreas públicas e lá buscam informações, alimentos e alternativas de sobrevivência. Andarilhos, meninos de rua, bêbados, vendedores ambulantes, lavadores de pára-brisa e outros são os

únicos que usam o espaço público. Mesmo assim, o espaço público onde lhes é permitido circular ficou restrito.

Os majestosos shoppings centers, que são os grandes locais de comércio, mas principalmente de lazer de parte da população, são prédios de acesso livre, mas que inibem a entrada dessa parte da população. São centros de compras que já não fazem mais parte dos espaços mediadores sociais descontraídos e livres característicos das feiras da Idade Média. Particularizados em setores da sociedade, esses centros não têm a força mediadora social capturada pela imprensa. O mercado está especializado e contém agora a satisfação de consumidores profissionais. Quando favelados entram em um shopping podem ser questionados ou barrados pelos seguranças. Se entram em grupos grandes, significa apenas um protesto, como já aconteceu no Rio de Janeiro¹. Nem cabem nesses centros de compra o diálogo do espaço público, visto que as pessoas não se conhecem, não participam das mesmas experiências. O diálogo entre clientes e entre clientes e vendedores são breves e corriqueiros, algo que está na pauta da imprensa como inflação, o crime da novela, um grande escândalo financeiro ou uma frente fria que se aproxima. O conteúdo do discurso da sociabilidade presente na atividade de comercialização de mercadorias foi midiaticizado.

A mercadoria é algo constituinte do espaço mediador social. Tanto na Grécia Antiga com a stoa, mercado que ficava ao lado de ágora, como no fórum romano, que mantinha o comércio nas suas próprias dependências, a troca de mercadoria fez parte do *espaço mediador social* dessas sociedades. Da mesma forma, na Idade Média as praças sempre foram locais de comércio, troca e venda de mercadorias. Uma necessidade humana, principalmente para uma sociedade que fixa morada em um local denominado cidade. A necessidade de alimentos e de

¹ Sem-tetos e favelados fizeram um passeio em protesto no Shopping Rio Sul, no Rio de Janeiro, em 4 de agosto de 2000. GANDINI, Sérgio Luiz. "Apartheid Social" in: A Notícia/Uol Site: <http://na.uol.com.br/2000/ago/20/0opi.htm>.

outros produtos da vida cotidiana sempre funcionaram como um fator de atração para o espaço de mediação social, além de a própria troca de mercadorias ou comercialização ser, em si mesma, uma mediação de indivíduos, ainda que na sociedade capitalista avançada ela esteja coberta pelo manto do consumismo.

O comércio e a comunicação são inseparáveis no *espaço da mediação social* e, por isso, a imprensa moderna também absorve essa prática através não só da sua venda como produto, mas principalmente da venda de outros produtos, qualquer produto, como em uma feira. A comunicação da mídia está, portanto, em sua própria comercialização. Não é mais monopólio do feirante gritar: “vamos dona Maria, encha a bacia!” ou “mulher bonita não paga, mas também não leva!”. Basta colocar um anúncio, que se tem uma potencialização sem limites do grito do feirante. O feirante resiste como tradição e as lojas do centro da cidade - que se utilizam de equipamentos de som para chamar os transeuntes - usam a mídia mais poluindo que construindo o espaço. O alto-falante é um desespero comunicacional, visto que a loja ou praça - como espaços geográficos centralizados e fixos de uma cidade em expansão - já não dão mais conta de alcançar o máximo de compradores entre os milhares e milhões de habitantes. O processo de urbanização e crescimento das cidades fez com que o comércio também se disseminasse em milhares de pontos de venda.

A praça pública se enfraquece porque perde o controle e monopólio da mediação da troca comercial. A ela resta apenas a feira de domingo, que na maioria das vezes também foi transferida para a rua e têm apenas um caráter bucólico frente ao hipermercado ou ao shopping center.

A imprensa pôde suplantar a praça de uma forma muito mais eficiente e ampla no aspecto comercial. Não há limites geográficos específicos para vendedores nem para compradores. A imprensa cria uma espécie de feira virtual, onde você pode encontrar de tudo, desde que tenha alguém querendo vender. E

isso serve não só para a indústria e o comércio, mas para qualquer pessoa que queira anunciar a compra ou a venda de objetos usados, terrenos, casas e outras mercadorias. Ela intermedeia relações comerciais de qualquer pessoa da sociedade, o que lhe garante um caráter institucional, mesmo que seja necessário pagar para anunciar.

Para se ter esse entendimento histórico sobre a troca de mercadorias, é importante diferenciar o caráter capitalista da imprensa (empresa), que se fortalece como empreendimento econômico de sua imanência comercial, proveniente de sua constituição como espaço mediador social. Tem-se aqui duas atividades distintas e que precisam ser esclarecidas. A empresa é um empreendimento nos moldes da produção capitalista, que ao se utilizar de mão-de-obra especializada, produz um rendimento econômico e sua lucratividade. Mas, ao mesmo tempo, é um serviço mediador de troca de mercadorias e informações para outras empresas e pessoas. Ela funciona como um espaço de comunicação entre quem precisa vender e quem precisa comprar um produto. Numa sociedade de grandes massas populacionais, grandes extensões urbanas, e complexidade de atividades econômicas, culturais, recreativas, de transporte etc, esse espaço de mediação torna-se tão importante que ganha um caráter institucional por prestar um serviço coletivo, ajudando indivíduos em suas economias domésticas e facilidades na aquisição de produtos.

Na Inglaterra do século XVII a palavra *public* (público), de onde se origina a publicidade, é usado em relação ao que antes se costumava chamar de *world* (mundo) ou *mankind* (humanidade). “O que é submetido ao julgamento do público ganha ‘publicidade’” (HABERMAS, 1984, p.40/41), dentro do processo de constituição da esfera pública burguesa. A diferença do conceito de publicidade do início do século XIX na França para o que existe atualmente ajuda a entender esse processo. Desde o Antigo Regime, existia uma separação entre

jornais e folhas de anúncio. A incorporação dos anúncios à imprensa só ocorre no final da década de 30 do século XIX (ORTIZ, 1991). Émile Girardin, do jornal *La Presse*, é considerado o precursor da concepção de anúncio enquanto regular e normal dos jornais. Essa inovação comercial, iniciada pelo *La Presse*, logo se estende para toda a imprensa. Em 1838, *La Presse* recolhe 151 mil francos em publicidade e o *Le Constitutionnel*, cerca de 172 mil. “Pode-se ter uma idéia da importância desses números quando se analisa o balanço de *Le Siècle* em 1840. A receita proveniente de assinatura é de 170 mil. As despesas gerais chegam a 244 mil francos; o déficit é coberto pela arrecadação com a publicidade (180 mil francos)” (ORTIZ, 1991, p.71). Essa incorporação da publicidade também contribuir para a expansão dos jornais, importantíssimo para sua constituição como mediador de sociedades de grandes populações. Com recursos da publicidade, as empresas podem reduzir os custos da venda direta para o leitor em cerca de 50%, ampliando o seu espaço de circulação pelas cidades e atingindo amplas camadas da população. “*La Presse* possuía 3.500 assinantes em 1836, passando para 13.600 alguns meses depois de Girardin adotar sua nova fórmula comercial” (ORTIZ, 1991, p.71).

Esse movimento, no entanto, mantém a fundo a concepção da publicidade, que é tornar público, dar visibilidade e possibilitar o conhecimento das pessoas. Nas folhas de anúncio do século XVIII, por exemplo, os anunciantes são pessoas privadas. Eles buscam informar ou tornar pública a existência de uma mercadoria. As grandes corporações, principalmente as companhias de estrada de ferro, começam a fazer publicidade nos jornais, mas apenas porque “têm a necessidade de publicizar seus itinerários, horários e tarifas” (ORTIZ, 1991, p.170). As lojas com grandes estoques de mercadoria vêem nos anúncios uma forma de informar o público sobre seus produtos. “Em fevereiro de 1853, a *Coin de la Rue* anuncia em jornal que tem à venda 3 mil rolos de madapolão e 1.500

vestidos albaneses. “Em 1862, *La Ville* de Paris fazia publicidade de um lote de 3 mil dúzias de guardanapos e, em abril do mesmo ano, *Au Bom Marche* para 1.500 para-sóis” (MILLER, 1987, Apud: ORTIZ, 1991, p.133). A concepção informativa da publicidade é retratada por Émile Mermet quando escreve sobre a história da publicidade. Anúncio, diz, é “um aviso através do qual faz-se chegar, verbalmente ou por escrito, algo ao conhecimento do público” (MERMET, 1879, Apud: ORTIZ, 1991, p.174).

A mudança na concepção da publicidade, quando deixa para segundo plano o seu objetivo de chegar ao conhecimento do público, é notada no início do século XX. O que se denomina por anúncio existe desde os tempos mais remotos. “Mas a arte de impor à atenção do público fez fortuna sob o nome de Publicidade...Ela faz com que o nome de um produto seja sinônimo de satisfação de uma necessidade humana”, diz Arren (1909, Apud: ORTIZ, 1991, p.174). Essa mudança, segundo Ortiz, faz com que a publicidade moderna seja caracterizada não no campo da utilidade, mas da imaginação e dos desejos. “Não nos encontramos mais no nível da informação, mas da persuasão” (ORTIZ, 1991, p.175).

Com isso, perde-se a origem do termo publicidade, que não é mais tornar público; ela se torna uma persuasão para vender um produto, uma idéia, um projeto, uma ideologia. Mas essa concepção é uma estratégia de mercado que acabou por esconder o valor informativo, utilitário, e facilitador da vida das pessoas nas sociedades contemporâneas que é a exposição de mercadorias ao conhecimento público. Exceto quando faz propaganda de si mesma, a imprensa se situa no campo da publicidade como algo que significa tornar público, de conhecimento das pessoas, ainda que esse valor esteja subjugado ou encoberto pelo objetivo de se criar desejos com o discurso publicitário.

Importante notar que a publicidade, logo no início, deixou de ser uma função da imprensa para se construir como uma indústria de agências de publicidade. Essa transformação já se iniciava em 1845 na França, quando é criada a “Sociedade Geral dos Anúncios” (ORTIZ, 1991, p.170). Com o tempo, as agências se transformaram em uma grande indústria de peças publicitárias e persuasão do imaginário social.

Para a imprensa, contudo, esse não é o melhor caminho para se constituir como *espaço mediador social*; ela busca simplesmente vender os espaços nos veículos para que os produtos sejam conhecidos da população, mas se exime de qualquer responsabilidade sobre seu conteúdo. Por isso, a imprensa dividiu claramente os departamentos comercial (responsável pela venda dos espaços publicitários) e o de jornalismo (responsável pela mediação e informação social). A credibilidade de uma empresa está diretamente ligada a uma certa independência do espaço jornalístico em relação ao comercial, tanto para o público quanto para os próprios empresários, mesmo que isso não ocorra de forma rigorosa no cotidiano. Muitas vezes, as estratégias das empresas avaliam o risco de perda de credibilidade com vantagens financeiras. A perda de credibilidade, na verdade, se traduz com um deslocamento no espaço de mediação social; ela deixa de mediar e passa a se comportar como um ator social.

4. A captura do artístico e do político

A história da formação da imprensa também pode ser narrada como o conflito entre Estado e agentes econômicos para definir quem ocuparia o controle do *espaço de mediação social* da sociedade moderna. Esse conflito se torna evidente no momento em que o espaço de mediação social deixa de ser um

espaço físico geográfico para ser um espaço de comunicação e circulação de informações.

O poder Estatal tentou de várias formas deter esse espaço mediador, mas não poderia mesmo vencer um processo histórico instaurado com a esfera pública burguesa, que se utilizava da imprensa de forma enfática e decidida diante de seus objetivos. Por isso, todo o esforço do Estado - e até hoje essa disputa continua, mesmo alternando períodos de relativa acomodação – não resultou em grande êxito, apesar dos ganhos circunstanciais. Os governos criaram proibições, taxas, impostos, regulamentação ou mesmo privilégios e cooptações como tentativas de controle do espaço mediador da imprensa já nos seus primórdios, ainda quando os jograis tinham presença assegurada no espaço mediador das praças. No final do século XIV já se tem uma ordenança de Carlos VI contra os jograis, trovadores, cantores populares, com ameaça de prisão se mencionarem o nome do Rei ou do papa em suas canções.²

Proclamações contra as conversações em cafés foram promulgadas em 1674 e 1695.

“Há homens que tomaram a liberdade, não só em cafés, mas em outros locais e reuniões, tanto públicos quanto privados, para censurar e difamar os procedimentos do Estado, falando o diabo de coisas das quais eles não entendem nada e pretendem criar e alimentar uma inveja universal e uma insatisfação na mente de todos os bons súditos de Sua Majestade” (Proclamação do século XVII dirigida contra os perigos das conversações em cafés, considerados focos de agitação política.) (Apud: HABERMAS, 1984, p.77 e 307).³

Depois de 1538, todas as obras impressas na Inglaterra, inclusive livros, tiveram que obter licença. Houve muitos esforços, durante os séculos XVI e início do século XVII para usar a impressão em geral com um caráter e intenção

² “À tous ditteurs, faiseurs de ditz et de chançons et à tous autres menestriers de bouche et recordeurs de ditz que ils ne facent, dyent, ne chantent, em place ne ailleurs, aucuns ditz, rymes ne chançons que facent mention du Pape, du Roy, nostre sire, de nos seigneurs de France (...) sous peine (...) d'estre mis em prison deux mois au pain et à l'eau” in: RIZZINI, 1977, p. 15.

³ Cf. C. S. Emden, *The People and The Constitution*. Oxford, 1956, p. 33.

de falar sobre questões pública, mas foram obstruídas pela censura política. O estabelecimento do correio público semanalmente em 1637 fez com que boletins manuscritos circulassem sob anuência de vendedores de livros, escapando assim das restrições sobre a tipografia.

Na metade do século XVII, a censura oficial inglesa é remodelada. “The Licensing Act of 1662, to prevent ‘abuses in printing, seditious, treasonable and unlicensed books and pamphlets’, limited the number of master printers to twenty” (WILLIAMS, 1961, p.202/203). O jornal governista de Roger L’Estrange era considerado monopolizador na época. No final do século XVII, em 1695, o parlamento não renova o controle governamental do *Licensing Act* de 62. Imediatamente novos jornais são abertos e o Estado estabelece uma nova forma de controle no início do século XVIII. O imposto do selo e a taxa de publicidade surgem como “the most effectual way of suppressing libels” (WILLIAMS, 1961, p.203). Essa mudança de autorização estatal da censura para taxas de mercado mostra uma grande derrota governamental: o Estado perde sua autoridade diante do *espaço mediador social* e apela para uma linguagem mercadológica de controle; o Estado começa a falar a linguagem dos seus opositores, mas não se rende.

O problema é que esse mercado, em constante transformação tecnológica e em expansão em toda a Europa, vai suprimir os efeitos desses custos. O papel fica mais barato, novas tecnologias de impressão, melhores meios de distribuição, inclusão de novos anunciantes e aumento da tiragem fazem com que o governo aumente continuamente o valor do imposto do selo e da taxa de publicidade até início do século XIX. Como esse método de controle também não parece surtir efeito, o governo estabelece políticas de subsídio à imprensa e “direct payments were made to journalists” já durante a segunda metade do século XVIII. Em vão, no início do século XIX, um novo tipo de imprensa popular está surgindo:

“wholly independent in spirit, and reaching new classes of readers” (WILLIAMS, 1961, p.209).

O aumento do mercado e da temperatura política estava criando uma imprensa política completamente independente. As tentativas de controle da imprensa na Inglaterra durante séculos a fio narrado por Williams é esclarecedor. Um vai e volta de taxas e controles até o fim das taxas na metade do século XIX. Para o autor, o controle estatal inglês sobre a impressão era uma “óbvia política de controle sobre a força dos novos meios de disseminação de informação e opinião” (WILLIAMS, 1961, p.202).

Ainda no século XVII, período em que nem se pode dizer que existam realmente jornais como conhecemos hoje, o controle não foi diferente em outros países europeus. Na Alemanha, o Decreto de Worms, de 1521, obrigava os tipógrafos a se submeterem à censura prévia e a obterem a permissão da igreja ou das autoridades governamentais para publicar. Na França, depois de 1561, “as chicotadas se transformaram na penalidade imposta aos disseminadores de volantes ou panfletos difamatórios ou sediciosos na primeira vez em que eram apanhados, e a penalidade de morte para os reincidentes” (BELLANGER, 1969, Apud: STEPHENS, 1993, p.201/202).⁴

Após cem anos, pouca coisa havia mudado na Inglaterra: em 1663, Roger L'Étrange, publicador do jornal autorizado *Intelligencer* e censor, flagrou um tipógrafo preste a imprimir algumas heresias, entre elas a de que “a execução do julgamento e da justiça é o dever tanto do povo quanto dos magistrados”. O suplício foi acionado e o “tipógrafo foi condenado a ser pendurado pelo pescoço, desatado antes de morrer, mutilado, destripado e decapitado” (FOX BOURNE, 1987, Apud: STEPHENS, 1993, p.387).⁵ A formação de uma capacidade de

⁴ Cf. BELLANGER, Claude e outros. *Histoire Générale de la Presse Française*. I e II. Paris, 1969.

⁵ Cf. FOX BOURNE, H. R. *English Newspaper*. 2 vols. London, 1987.

juízo da população, como se vê neste flagrante, é uma das forças constituintes da esfera pública burguesa na conquista do *espaço mediador social*. É preciso saber julgar para poder mediar os conflitos, gostos e interesses sociais. Esse processo de constituição da capacidade de julgamento foi conquistado com um processo de esclarecimento “mediante a apropriação crítica da filosofia, da literatura e da arte”.(HABERMAS, 1994, p.58).

No século XVIII aparece o que se denomina de “árbitro das artes”, uma profissão em que se faz a crítica de arte argumentativa e ensina o público a ter conhecimento crítico. “É bastante espantoso que a crítica de arte, depois de o mundo ter passado muito tempo sem ela durante milênios, apareça, por volta da metade do século XVIII, de uma hora para outra”(DRESDNER, 1915, Apud: HABERMAS, 1984, p.58).⁶ Mas, se se lembrar do tipógrafo inglês condenado em 1663 não se torna tão espantoso assim. A capacidade de intermediar conflitos através da capacidade de julgar é o que constitui a força do espaço mediador. Um Édito de Frederico II, em 1782 afirmava:

“Uma pessoa privada não tem o direito de formular nem de difundir pela imprensa juízos públicos ou até mesmo críticos e inclusive notícias que chegaram ao seu conhecimento, sob ações, comportamentos, leis, decretos e ordenações dos soberanos e da corte, de seus funcionários burocráticos, colégios e tribunais de justiça. Uma pessoa privada nem sequer tem condições de julgá-los” (HABERMAS, 1984, p.40).

A capacidade de emitir crítica, análise e julgamento é constituinte do espaço mediador. A competição pelo espaço público entre Estado e sociedade ainda não terminou nos dias atuais; talvez nem tenha chegado ao seu ápice, visto que normas e todos os tipos de artimanhas governamentais e legislativas, como concessão pública, licitação e outras mais, continuam a estabelecer um jogo de força, confronto e aproximação entre agentes econômicos, políticos e o Estado

⁶ Cf DRESDNER, A. *Die Entstehung der Kunstkritik im Zusammenhang des europäischen Kunstlebens*. München, 1915.

(veja figura 16). Além disso, as novas forças políticas, originadas no processo da modernidade e de complexificação da pós-modernidade, ensaiam passos titubeantes na disputa pelo diálogo no espaço mediador social contemporâneo.

Mas a história dos governos não se restringe a tentativas de controle do *espaço mediador social* apenas com proibições, restrições, taxas, impostos ou suborno da imprensa. Os próprios governos vislumbraram controlar o espaço mediador com a criação de uma imprensa oficial. O Estado percebeu que não era mais necessário nem eficiente afixar as atas como na Antiguidade para que os cidadãos tomassem conhecimento de decisões governo; também não é mais necessário nem recomendável fixar em praça pública as ordenações reais comuns durante a Idade Média. Havia ocorrido um deslocamento do espaço mediador.

A modernidade tornou necessário publicar normas governamentais através de um veículo impresso. No processo de constituição da esfera pública burguesa, as autoridades “logo passaram a tornar a imprensa útil às intenções da administração” (HABERMAS, 1984, p.35). É inclusive para esse fim que municípios, governos e a União criaram seus jornais oficiais, conhecidos como Diário Oficial. Prefeituras ainda hoje afixam editais de licitação, por exemplo, em murais dos prédios públicos, mas apenas para cumprir normas e legislações de um costume público. Os editais obrigatoriamente devem ser publicados em Diários Oficiais ou mesmo na imprensa. Essa função da praça pública foi incorporada pela imprensa. Habermas afirma que “só ao se servirem desse instrumento a fim de tornar conhecidos os decretos e as portarias é que o alvo do poder público tornou-se autenticamente ‘um público’ (HABERMAS, 1984, p.35). Mas isso significa também dizer que o Estado passa a reconhecer a existência de um novo espaço mediador social constituído no âmbito da esfera pública burguesa. Por isso, o Estado pode ensaiar tentativas para realmente se utilizar da imprensa como espaço mediador e não somente como um veículo

normativo de publicações oficiais como na Antigüidade ou na Idade Média. Os exemplos do governo vienense são esclarecedores ainda no século XVIII. Em 1727, os jornais oficiais, apropriados pelo governo deveriam conter, ao lado dos decretos e portarias, notas sobre o “mercado de frutas, as taxas dos meios de subsistência, especialmente os preços mais elevados tanto de produtos nacionais quanto importados; além disso, o curso na bolsa e as informações sobre as trocas, relatório sobre o nível das águas etc” (HABERMAS, 1984, p.36). Depois, em 1769, o governo cria uma assessoria de imprensa, nos moldes das que existem atualmente, para que “os redatores dos jornais possam saber que espécies de decretos, dispositivos e outras coisas que ocorrem são adequadas para o público, essas notícias serão reunidas a cada semana pelos funcionários e fornecidas aos jornalistas”(HABERMAS, 1984, p.36).

Assim como qualquer espaço mediador, a imprensa também se especializou em julgar a arte e a política. Como a instituição judiciária define oficialmente o que é ou não crime, a imprensa diz qual arte é boa, qual arte é ruim e, mais radical: qual arte não merece julgamento. Atualmente, toda manifestação artística excluída do espaço dos grandes veículos de comunicação é, na verdade, uma manifestação artística excluída do julgamento público e que, se tiver sorte, terá um restrito círculo de conhecedores de sua existência. Da mesma forma, a imprensa pode mostrar ou não, julgar ou não, as mazelas de políticos, corrupções etc. Esse é um dos significados da importância do controle do *espaço mediador social* numa sociedade de grandes massas populacionais, grandes distâncias urbanas e liberdade de acesso privado ao espaço mediador.

A pluralidade de pontos de vista e de comunicação da arte na antiga e centralizada praça pública das pequenas cidades da Idade Média ou o acesso fácil à ágora e a um teatro com capacidade para até 14 mil pessoas nas cidades face a face da Antigüidade não deixam dúvidas sobre as diferenças da participação do

artista no *espaço mediador social*. E essas diferenças estão justamente marcada pela mediação: a experiência da manifestação artística deixou de ser participativa e direta no espaço mediador geográfico para se tornar representativa no midiático. A manifestação é agora representada pelo narrador-jornalista ou pelo crítico de arte, árbitros emergentes na esfera pública burguesa.

Algumas formas artísticas se adaptam ao novo formato veicular do *espaço mediador social*. A balada noticiosa, espécie de manifestação artística, é uma manifestação popular própria do *espaço mediador social* da praça pública medieval, que com o desenvolvimento tecnológico e de transformação social ganhou algumas formas escritas (*veja figura 05*).

O folhetim é a primeira manifestação cultural, livre da representatividade do crítico e do jornalista, a aparecer no espaço mediador social moderno. A partir do folhetim, novas manifestações artísticas são criadas ou remodeladas para ocupar o espaço mediador veicular, em suas diversas vertentes, incluindo mais tarde a mídia eletrônica. O rádio e a TV puderam reproduzir a dramaturgia, que antes estava restrita ao ato público do teatro e tão intensamente vivido pelos antigos gregos. Ao seu formado, a mídia produziu a radionovela, depois a telenovela, incorporou a apresentação musical e aspectos da vida artística antes presente exclusivamente me teatros ou nas praças públicas na Idade Média. Por isso, pode-se dizer que o espaço mediador da imprensa também decorre de sua incorporação de práticas sociais, culturais e artísticas que foram reformuladas pela sociedade para ser apropriada a essa nova dimensão espacial. No entanto, o espaço mediador é agora também um grande mecenas, que além de julgar, tem a capacidade de se transmutar no que foi o antigo palco improvisado em uma praça pública. Num único espaço, apresenta e julga.

A imprensa se estabelece como espaço mediador social porque é um meio necessário para se definir o que é público na vida nas grandes cidades. Ao

comerciante, mostrou o público das vendas e dos produtos; ao intelectual e ao político, o público das idéias; ao artista, o público da obra. A sua velocidade e disseminação criam espaços públicos.

O discurso artístico dramático ou o discurso político inflamado das praças e palanques podem ser divulgados na imprensa sem os erros do improviso, revisado antes da impressão. Além disso, podem ser lidos por uma quantidade muito maior de eleitores e admiradores. No rádio ou na TV, o alcance se expande infinitamente em relação aos indivíduos da praça pública. Se a praça ficou esvaziada no processo de expansão da cidade, se as pessoas se confinaram na particularidade de suas residências, o discurso pode chegar até elas. O discurso ganha velocidade e se estabelece através da técnica; uma técnica que não se dá no aprendizado retórico, mas calcada no desenvolvimento tecnológico das mídias. Na praça pública, o discurso é espacialmente limitado. Para um discurso veloz, não é mais necessário convocar pessoas para se deslocarem à praça, ele percorre cabos, fios, satélites, folhas impressas e chega à casa do receptor.

Assim como fascina o político, também seduz o artista que deseja mostrar sua arte. Na Antigüidade, a notícia da apresentação de uma tragédia grega se limitava ao face a face e à tradição do calendário litúrgico. Na Idade Média a presença de um trovador audaz - de uma trupe circense, ou de cancioneiros que chegam para mostrar sua arte na cidade - se utiliza dos novidadeiros, da aglomeração humana das praças públicas e do mercado. Com a expansão urbana, já não basta mais aparecer na praça para que a notícia se espalhe entre os moradores. Nas grandes cidades, o artista ficou isolado e será teoricamente abraçado ou alijado pela velocidade técnica e julgamento de valor da imprensa. Se a arte for pautada no espaço técnico da mídia, o público saberá do evento; se não for, o ignora, no sentido real de desconhecer.

Com isso, institui uma espécie de ostracismo à moda ateniense, que foi criado para limitar a força da comunicação verbal, mas apenas na sua pior versão, quando os políticos perceberam que ele era um meio útil para eliminar a oposição. O artista, o intelectual, o comerciante ou o político que não consegue acesso ao espaço da mediação social da mídia está condenado ao neo-ostracismo, caso não esteja dentro de uma grande força cultural, política e social (*veja figura 17*).

Na Idade Média, o espaço mediador da praça pública continha um certo poder do cidadão, era o local onde os jograis expunham críticas e insultavam a realeza; o povo poderia se rebelar contra a execução de um condenado e libertá-lo. No espaço de comunicação da praça, as pessoas que gostavam de participar do debate público poderiam se locomover a esses locais e se divertir ou discutir sobre política, tradições, comportamentos etc. Em cidades da Grécia Antiga, esse fenômeno é ainda mais importante, visto que o espaço mediador social de ágora teve em alguns momentos um caráter oficial, como um espaço parlamentar reconhecido pelo Estado.

Na cidade contemporânea não há mais tempo para a interpessoalidade na mediação social. Toda interpessoalidade está midiaticizada; todo espaço de mediação social está tecnificado. As pessoas não vão mais à praça para se informar ou se deleitar com a arte; o tempo contemporâneo é reservado ao trabalho e ao deslocamento pelas ruas, metrô e avenidas da cidade.⁷

Ao absorver os espaços do debate e do diálogo político, ainda que de maneira extra-oficial, a imprensa estabelece um fórum de debate de controle privado e, dentro de regras e pautas estabelecidas pelos organizadores desse espaço. Ao se deslocar da praça, o espaço passou a ser controlado por quem edita ou define a linha editorial da mídia, seleciona o que entra e o que não entra,

⁷ Sobre a compressão tempo/espaço, veja HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*, Loyola, São Paulo, 1992.

o que deve ou não ser discutido. Assim, pôde provocar um duplo movimento: a mídia, por sua capacidade de julgar, representa o indivíduo no novo espaço mediador social e, com sua capacidade de deslocamento, pode chegar até conforto residencial. Basta assinar um jornal, ligar o rádio, ver o noticiário na TV para pertencer ao espaço mediador social. O espaço mediador moderno cria uma presença midiaticizada, uma espécie de simulacro da presença física. Veja aquele espaço em frente à igreja no centro da cidade; ele está atualmente mais para cenário de cartão postal, é uma lembrança. O *espaço mediador social* se disseminou pelas cidades; está nas bancas de revista, dentro das casas, nos carros, nos apartamentos, no local de trabalho, nas ruas. Ele continua sendo o espaço do debate político, dos temas sociais, das tendências artísticas e culturais, de fofocas, etc. A diferença é que o princípio básico e mais elementar da igualdade foi suprimido, não só pelo caráter privado, mas também pelo caráter espacial e temporal. Já não se pode entrar e sair da “praça eletrônica” quando se bem entende, a qualquer hora do dia ou da noite; já não se pode chamar os amigos e caminhar rumo a essa “nova praça” sem ser questionado se realmente há interesse na sua entrada. A “praça eletrônica” não permite passeios ao léu, visto que há editores que controlam a eficiência e necessidade dos discursos. A sociedade brasileira, em sua peculiaridade, transformou o espaço mediador social da antiga praça pública em uma “praça eletrônica” que é um misto entre o liberal (privatizado) e o feudal (manifestado por meio de concessões e licitações para radiodifusão), além de um simulacro participativo e interativo. Mais interessante, o espaço mediador da imprensa é um espaço que, por ser deslocado do espaço geográfico e de caráter privado, ele pode ser roubado ou simplesmente desaparecer, basta retirá-lo ou impedi-lo de circular (*veja figura 01*).

Por fim, toda essa captura do *espaço mediador social* pela imprensa, e posteriormente o seu desenvolvimento em mídias como rádio, televisão e

internet, pode ser simplesmente resumido com o entendimento do espaço feito pelos publicitários da *Rede Globo* (veja figura 15) ou com uma breve passagem da história da televisão brasileira.

O programa *A Praça É Nossa*, exibido pela rede de televisão SBT, é um dos mais antigos e resistentes da mídia brasileira. É um programa humorístico que tem como cenário o banco de uma praça e foi criado por Manoel da Nóbrega em 1956, no início da televisão brasileira. A idéia do programa, que teve o nome inicial de *A Praça da Alegria*, surgiu depois de uma viagem que Nóbrega fez à Argentina. Diante da janela do hotel em que se hospeda, ele observa um velho em um banco da praça, que volta e meia reconhece um transeunte. Os dois se cumprimentam, fazem uma breve conversa e depois o transeunte segue, enquanto o velho permanece no banco a espera de outra pessoa. Um momento de compreensão metafórica impressionante: o velho, na verdade, é um agente da mediação social, nos moldes antigo e medieval, uma espécie de faladores das Tulheiras. Já a janela do hotel não deixa de ser a janela do vídeo. Assim, pode-se dizer, está consolidada a captura do espaço mediador. A inspiração de Nóbrega não deixa de ser a mais fiel apropriação alegórica do espaço público pelos veículos de comunicação. Todo o processo de captura do espaço de mediação social, e que fundamentou a institucionalização dos meios de comunicação, fez da mídia um espaço público hegemônico da sociedade contemporânea. Os espaços públicos geográficos ainda resistem, mas ficaram restritos e encolhidos diante do crescimento exponencial da informação midiaticizada.

X

O ESPAÇO DOS TECNOADORES

1. Vida interpessoal e deslocamento

O processo de constituição da esfera pública burguesa teve os veículos de comunicação como fundamentais constituintes. A consolidação hegemônica da esfera pública burguesa é também a consolidação de todo um mundo técnico-racional, um novo espaço de mediação social fundado no desenvolvimento tecnológico. Desde o uso sistemático de correspondências, dos primeiros jornais, do desenvolvimento dos transportes, do telex, do telefone (que permitiu a conversa em tempo real a longas distâncias) e do rádio (que permitiu a instantaneidade das notícias e das informações), a vida interpessoal vem sendo alterada, abandonando cada vez mais a contigüidade física.

Já a partir de 1880, diz Stephen Kern, uma série de transformações tecnológicas e culturais criou novos modos de pensar e de experimentar o espaço e o tempo. “Inovações tecnológicas como o telefone, telégrafo sem fio, raio X, cinema, bicicleta, automóvel, avião estabeleceram o alicerce material para essa reorientação” (KERN, 1963, Apud: ORTIZ, 1991, p.31)¹ Mais tarde, a televisão também provocou mudanças no comportamento de adultos e crianças². Nas grandes cidades, o barco, o trem e o automóvel possibilitaram ao funcionário morar longe do local de trabalho; intensificam-se as profissões de deslocamento (motoristas, pilotos, viajantes). Todos esses bens da era industrial alteraram as

¹ KERN, Stephen. *The Culture of time and space 1880-1918*. Cambridge, Harvard University Press, 1963.

² Nos EUA e no Canadá, epidemiologistas e pediatras registram o que eles chamam de patologia televisual em crianças e populações desfavorecidas, o que provoca anorexia nervosa, atividade cerebral prejudicada, agressividade e outros. Na França, pesquisa feita pela revista Santé magazine, revelou que 43% dos entrevistados dificilmente suportaram ser privados da televisão e, entretanto, 64% disseram sentir mal-estar físico depois de terem assistido. (Cf. Virilio, *A Arte do Motor*. Estação Liberdade, p. 60)

relações interpessoais dos indivíduos na cidade e sua relação com o espaço físico, que ficou permeado de vias expressas, metrô, antenas, fibra ótica, corredores de ônibus etc.

Toda essa tecnologia, num movimento complexo, facilitou a superexpansão de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e outras. Essa nova realidade não afeta somente o corpo que se torna sedentário, ela também cria símbolos sociais, valores e definem condições econômicas na estrutura da sociedade. Há uma estrutura dupla de deslocamento: os transportes (veículos do corpo) e a comunicação (veículos da alma³). Elas tornam o planeta finito, pequeno, ilusoriamente mínimo. A comunidade deixou de ser prioritariamente local para se inserir dentro de uma comunidade de relações interpessoais planetária.

Ao mesmo tempo o círculo pessoal (amigos, parentes, pais, filhos, conhecidos) fica infinitamente ampliado, geograficamente disseminado. Os amigos podem estar do outro lado da cidade, em outro estado da federação ou do outro lado do mundo, mas a relação midiaticizada não diferencia as distâncias. É plausível se ter mais intimidade com um amigo no Japão do que de um colega de trabalho que fisicamente é entrado diariamente. As distâncias ficaram aparentemente extintas para as relações interpessoais. Para Virilio, a internet é a síntese de uma teleproximidade social, que “renova totalmente a vizinhança, a unidade de tempo e de lugar da coabitação física” (VIRILIO, 1999, p.62). A grande cidade ou regiões integradas, com população superior a um milhão de habitantes, chegando a atingir 16 milhões - como São Paulo - funciona ou não graças aos veículos e aos espaços técnicos de circulação.

Toda essa alteração da interpessoalidade e da descontigüidade física das pessoas também funciona como parte integrante do movimento de

³ O termo “alma” aqui empregado não tem conotação religiosa. Ele é empregado como idéias, pensamentos, sentimentos, raciocínios, expressões.

descaracterização ou enfraquecimento do *espaço mediador social* fundado no espaço físico de ágora ou da praça pública. Já em 1898, Tarde percebia claramente essas transformações:

“Nem todas as comunicações, de espírito a espírito, de alma a alma, têm a necessidade de uma aproximação dos corpos”. E continua: “Não é nas aglomerações de homens na via pública, ou na praça pública, que nascem e se desenvolvem essas espécies de rios sociais... Coisa estranha, os homens que assim se auto-sugestionam, ou melhor, transmitem uns aos outros as sugestões vindas de cima, esses homens não se tocam, não se vêem, e não se escutam. Eles estão sentados, cada um em suas casas, lendo o mesmo jornal, e dispersos num vasto território” (TARDE, 1989, Apud: ORTIZ, 2000, p.102).⁴

O texto de Tarde, que vislumbra no final do século XIX a transformação do *espaço mediador social*, é um precursor do entendimento das novas relações interpessoais, de uma nova vida urbana, a emergência de uma nova realidade, mediada pela técnica.

Exceto as profissões que exigem deslocamentos como médicos, magistrados e tabeliões, poucos trabalhadores tinham necessidade de circular pela cidade de Paris antes do século XIX. Um exame do inventário de falecimento feito Pardaillé-Galabrun revelou que o ambiente da vida familiar era ao mesmo tempo um lugar de trabalho. “A loja, o estabelecimento, o ateliê eram situados próximos ao alojamento, na mesma rua, ou na rua vizinha” (PARDALILLÉ-GALABRUN, 1983, Apud: ORTIZ, 1991, 197).⁵ Vale lembrar que até 1828 Paris não dispunha de nenhum tipo de transporte público. “Cada zona da cidade era um mundo, uma fronteira que não se comunicava com as outras” (ORTIZ, 1991, p.197). É durante o século XIX, com a implantação de uma nova geografia urbana, fundada através das técnicas de transporte e comunicação, que a residência e o trabalho tornam-se unidades autônomas. A loja deixa de ser o local

⁴ TARDE, G. *L'opinion et la foule*. Paris, PUF, 1989 (texto original de 1898).

⁵ PARDALILLÉ-GALABRUN, A. “*Les déplacements des parisiens dans la ville au XVIe et XVIIe siècles*”, *Historie, Economic et Société*, n2, 1983. Apud: ORTIZ, R. *Cultura e Modernidade*. São Paulo, Brasiliense, 1991. pág. 196.

da habitação para se tornar exclusivamente um espaço de serviço. “A expansão da cidade para a periferia acentua ainda mais a oposição entre moradia e emprego; a moderna divisão do trabalho impõe um novo tipo de concentração do espaço” (ORTIZ, 1991, p.211).

Na contemporaneidade, há um radical deslocamento das classes sociais. A vida urbana se desloca, independente da classe social e econômica a que pertence. As classes de menor renda, que um dia predominaram na periferia, hoje não possuem lugar definido, estão espalhadas em grandes e pequenas brechas nas cidades. O seu lugar são aqueles espaços que não interessam ao capital ou que se tornam áreas abandonadas pelo poder público. Mas utilizam a tecnosfera assim como as classes médias, que formam a base sólida do espaço técnico, constituída por automóveis, televisões, telefones fixos, celulares, asfaltos, internet, rádios, energia elétrica, imagens de satélite, jornais, revistas, correios e outros.

As classes médias possuem a liberdade de se mudar para bairros distantes, aumentando assim o seu percurso casa-trabalho. Ao mesmo tempo, essas classes levam para esses bairros distantes, ou mesmo cidades satélites, os outros trabalhadores, fazendo com que classes de menor renda também participem desse incansável deslocamento urbano. Vive-se um deslocamento contínuo e interminável, seja dos corpos ou das almas. Na realidade, o deslocamento se transformou em uma vivência por si. Depois de milhares de anos de sedentarismo absoluto, o homem torna-se um sedentário errante. Ele retorna aos primórdios do nomadismo, para se transforma em um neonômade, um nômade do espaço técnico. As novas paisagens que surgiam lentamente no campo de visão do nômade em peregrinação são agora flashes, conceitos, idéias e sentimentos que desconhecem o espaço geográfico; as paisagens são virtuais, eletrônicas ou instantâneas. Tanto para o nômade, nos primórdios da humanidade, como para o coronel Delair, em 1870, em plena ascensão da

modernidade, “estacionar é morrer” (VIRILIO, 1997, p.27). Mas para o cidadão neonômade contemporâneo e urbano, estacionar deixou de significar somente a morte. Para ele, o estacionar significa também não conviver, não existir, não existir no fluxo social, no *espaço-fluxo da mediação social*. Estacionar significa estar excluído da comunidade e quanto menor a capacidade de locomoção, maior a exclusão. Viajar não é mais abandonar uma comunidade; viajar significa entrar na comunidade, assim como fazem os internautas, os trabalhadores urbanos, os profissionais liberais, os pilotos, os motoristas, os telespectadores, os leitores de jornais, os ouvintes de rádios, os vigilantes, os policiais, os estudantes etc. Viajar é estar. Pessoas que não tem acesso à televisão, ao rádio, internet, automóveis, telefones ou dinheiro para a passagem do ônibus são os verdadeiramente excluídos da comunidade contemporânea. Apenas mendigos, menores abandonados, andarilhos e miseráveis circulam pela cidade em busca de condições mínimas de sobrevivência; estão excluídos da tecnosfera.

2. Velocidade e Tecnosfera

Mais que a concentração da riqueza, vive-se uma concentração da velocidade, uma dromocracia⁶, um poder fundado na velocidade. Sem a concentração da velocidade, a centralização dos poderes ao longo da história “simplesmente não poderia ter acontecido”, diz Virilio (1999, p.18) sobre a sociedade atual. É certo, mas a velocidade é produto e resultado do desenvolvimento técnico. Ela é proeminente em razão de toda uma transformação social urbana que remonta às navegações, ao mensageiro, ao correio montado, ao pombo-correio, mas que tem sua grande expansão durante o

⁶ Termo usado para designar o poder social da velocidade. (VIRILIO, 1997, p. 56).

processo de emergência da esfera pública burguesa. No século XVII, as diligências alcançavam uma velocidade de 2,2 quilômetros por hora, no século XVIII, 3,4 km/h e na metade do século XIX, 9,5 km/h. Os veículos de corrida passam de 25 km/h em 1888 para, 12 anos mais tarde, 70km/h. Os trens saltam de 16 km/h, em 1842, para 50 km/h e, alguns anos mais tarde com o surgimento das locomotivas, para 70 km/h (ORTIZ, 1991). O excesso de velocidade é uma experiência exacerbada no processo de constituição da esfera pública burguesa, daí também a sua constituição intrínseca aos veículos de comunicação e transporte.

Com isso, o neonômade urbano tem seu tempo de deslocamento aumentado em demasia, chegando-se ao absurdo de o tempo de trabalho ser inferior ao tempo de deslocamento para o trabalho. É todo um fluxo de indivíduos que comprimiu a vida interpessoal. O tempo da relação interpessoal, da contigüidade física, está estrangulado. Os corpos do círculo pessoal estão distantes, mas a alma passou a estar conectada com as outras almas. O corpo, que ainda se via preso pela sedentariiedade do trabalho burocrático, hoje ele é sedentário, paradoxalmente, pelo deslocamento e, em última palavra, pela comunicação. A interpessoalidade está mediatizada. O diálogo confortante e às vezes incompatível da família, o verso do namoro, o engraçado das amizades, o flerte excitante dos apaixonados, o código dos traficantes de drogas, as apostas dos especuladores financeiros, tudo e todos estão abusando da distância, navegando nas infovias ou nas autovias.

Todas as transformações técnicas, que ganharam aceleração desde o início da era industrial, recaem como uma avalanche sobre a vida interpessoal. Está-se diante de um novo espaço de vida, de um novo espaço de mediação social e coletiva, simbolizados principalmente pela eletrônica. Para Ianni, a eletrônica e a

informática tecem as redes invisíveis que atam e desatam coisas, gentes, idéias, palavras, gestos, sons, imagens, em todo o mundo.

“A velocidade excepcional produz o instante desconhecido, algo momentâneo e fugaz, inserido no novo mapa do mundo e do movimento da história, anulando e inaugurando fronteiras reais e invisíveis, imaginárias e virtuais. Em qualquer momento, em qualquer lugar, em todo o mundo, a eletrônica relaciona e prende, ata e desata pessoas, coisas, idéias, palavras, gestos, sons e imagens” (IANNI, 1995, p.168).

Mas não só a eletrônica e a informática; toda a rede técnica de circulação social cria um novo ambiente. Por ser um movimento planetário, Ortiz diz que há uma desterritorialização humana e sua experiência se dá em uma nova ecologia. “Luz elétrica, ônibus, automóveis, aviões, televisores, computadores, supermercados, cinemas, shopping centers, ruas, avenidas e aeroportos exprimem a materialização da técnica como determinante ecológico” (ORTIZ, 2000, p.40). Não mais o território limitado, há um novo espaço sem fronteiras, sem limites para o deslocamento dos que concentram velocidade. Um ambiente sem fronteiras é a emergência de uma tecnoterritorialização, de uma tecnosfera. E essa tecnosfera, segunda natureza, rompe a concepção puramente utilitária da tecnologia.

“Descobrimos que a potência das máquinas se exerce em todas as dimensões da vida de um modo muito mais extenso e intenso do que podíamos imaginar... Sentimos que a nossa experiência é crescentemente mediada por elas e que o ritmo de nossa existência é cada vez mais modulado pela aceleração tecnológica. O acesso à tecnologia tornou-se tão vital que hoje a inclusão social e a própria sobrevivência passam obrigatoriamente pela capacidade que indivíduos e populações têm de se inserir no mundo das máquinas e de acompanhar as ondas da evolução tecnológica” (SANTOS, 2003, p.10).

A técnica, e seus componentes, como a velocidade, o motor, a informação, a imprensa, as telecomunicações, a mídia etc, não suprime o território; ela compõe o espaço; ela é espaço. O conhecimento técnico, os transportes, a educação, o computador, a imprensa e a mídia em geral são o substrato desse

novo *espaço mediador social*. A velocidade dá nova dimensão ao espaço físico, as fronteiras. O poder concentrado na velocidade, como defende Virilio (1997) não pode ser entendido, nem é possível, no sentido político tradicional de poder. Velocidade é poder porque velocidade é *espaço mediador social*, não simplesmente porque é velocidade; isso seria frágil. Velocidade é poder porque o poder se condensou em espaços circulantes, móveis, fluídos e, principalmente, privatizados. A velocidade, vetor da técnica, não é um poder domesticador e dominador, mas sim um poder capilar, no sentido foucaultiano, que perpassa consciências, um poder hegemônico no sentido Gramsciano. Mas também um poder superestrutural, um poder que, paradoxalmente, se estabelece entre os conflitos, porque é um poder espacial, um meio, um ambiente, uma mídia.

Se durante toda a história, como diz Milton Santos (2002), a principal forma de relação entre o homem e a natureza se deu pelo uso da técnica - por um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza a sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço - na sociedade contemporânea essa relação se inverteu. Na nova equação social, a natureza é o meio em que se dá a relação entre o homem e seu ambiente técnico, sua tecnosfera. A natureza não é mais o desconhecido que precisa ser dominado pela técnica, pela moto-serra, pela arma de fogo, pelo trator; ela se transformou em um entrave para a relação do homem com o meio técnico. A natureza é um obstáculo, mas também uma fonte do espaço técnico, matéria-prima para a formulação de novas tecnologias, algo que precisa ser preservado para se tecnificado, racionalizado. O jardim expressa bem a condição da natureza, pois é uma natureza racionalizada, tecnificada. Na sociedade atual, a natureza existe como fosse apenas um quadro na parede, como natureza morta, captada dentro de um espaço abstrato e condensado na moldura.

Esse espaço técnico, que se denomina de tecnosfera, é o espaço que abrange e envolve toda a relação do homem com o meio em que vive. Devido à

presença hegemônica da informação na sociedade, Santos (2002) chama esse espaço de técnico-científico-informacional. Para Rodrigues, “a sociedade desloca-se e desloca as mercadorias que ela mesma produz, desloca, portanto, o espaço real – mercadorias - e o espaço simbólico” (RODRIGUES, 1998, p.76). Nesse espaço não é mais possível diferenciar o espaço instrumental do espaço simbólico.

A tecnosfera é, então, um novo habitat do homem, um ninho, o espaço em que ele vive, respira e cria seu universo simbólico; um universo que vai estar contido em toda a técnica capaz de absorver sua imaterialidade, seus sons, cheiros, pensamentos, sonhos, imagens, idéias, utopias, melancolias etc. Milton Santos diz que tecnosfera e psicofera são redutíveis uma a outra. “Tecnosfera é o mundo dos objetos, psicofera é a esfera da ação” (SANTOS, 2002, p.257). Daí faz sentido estabelecer desejos sobre o consumo; consumir é existir com seus sentidos no espaço técnico.

3. Tecnoatores: o Paradoxo da mídia

Todas as mídias são, por excelência, o espaço em que se dá essa fusão entre o real e o simbólico e, por isso, podem ser consideradas *espaços mediadores sociais* potenciais. E “todas as mídias” não se refere apenas às mídias eletrônicas. As mídias são modos de comunicação que rompem, anulam e percorrem grandes distâncias. E isso está presente desde a Antiguidade com as cartas e com o mensageiro. As mídias são telégrafo, telefone, microfone, amplificadores de som, gravadores, livros, folhetos, folders, cartões, cartazes, jornais, revistas, música, poesia, outdoors, letreiros, faixas, logomarcas, desenho, placas, banners, frases de caminhão, adesivos, rádios, televisões, internet etc. Mas dentro de todo esse

mundo de informações simbólicas e constituintes de uma comunicação social contemporânea, há os grandes espaços concentradores da mediação social, visto que são esses os espaços capazes de mediar, como um almanaque, todas as áreas do universo dos pensamentos humanos e, principalmente, a política e a cultura. Esses espaços são os grandes veículos aglutinadores de imagens, fatos e idéias. São os jornais, revistas, emissoras de rádio e televisões e, mais recentemente, os portais da internet. Esses espaços, que capturam a vida social presente em ágora e na praça pública medieval, criam um novo espaço de mediação social. Essas mídias fazem jus ao nome de veículos de comunicação de massa, visto que etimologicamente a palavra comunicação provém de comum, comunidade (MACHADO, 1952). Essas grandes comunidades se tornam um novo espaço comum, um espaço de conhecimento, reflexão e entendimento da sociedade como um todo.

Para Ianni (1995, p.60), a mídia é eficaz em “desenhar e tecer o imaginário de todo o mundo” e em constituir a realidade e a ilusão da aldeia global. Nessa perspectiva global é que o espaço mediador da técnica se forma como uma tecnosfera, semelhante a uma camada atmosférica, que envolve como todo campo de ação, todo espaço. Dentro da tecnosfera, a comunicação social, especificamente, torna-se a substância que está presente na “proliferação e generalização dos meios impressos e eletrônicos de comunicação, articulados em teias multimídias alcançando todo o mundo” (IANNI, 1995, p.93). Para Ianni, a mídia eletrônica se converteu em um poderoso instrumento não só de comunicação e informação, mais de compreensão, explicação e imaginação do que vai pelo mundo.

A mídia pauta com eficiência as necessidades e os gostos ou, nas palavras de Ianni: “a mídia se apresenta como o grande e ‘ubíquo partido político’, uma espécie de ‘príncipe eletrônico’, influenciando decisivamente corações e mentes”

(IANNI, 2000, p.18). O príncipe eletrônico a que Ianni se refere é retomado do conceito de príncipe elaborado por Gramsci a partir de Maquiavel.

“O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (GRAMSCI, 1968, p.06).

Gramsci pensa no partido político, mas a interpretação da mídia de Ianni como “príncipe eletrônico” permite novos entendimentos dessa realidade. Parafraçando Gramsci, a mídia pode ser entendida como um elemento complexo da sociedade no qual se tem a concretização de uma vontade coletiva. Ora, essa vontade coletiva é oriunda da esfera pública burguesa, na qual, através da mídia, expressa as vontades coletivas que tendem a se tornar universais e totais. Autores dirão que a mídia tomou o lugar das instituições tradicionais na formação da opinião e na criação de conjunturas que definem os rumos dos acontecimentos, como os partidos, o governo, os sindicatos⁷. Na realidade, a mídia não tomou o lugar, ela construiu o lugar, ou melhor, construiu o espaço em que atuam as instituições tradicionais; instituições estas que são contemporâneas da mídia e que dialogam dentro do espaço midiático.

Numa sociedade em que as inter-relações se dão dentro de um espaço técnico, de uma tecnosfera, o príncipe e, conseqüentemente, os atores (seja partido político ou outra forma de ação) só podem existir enquanto tecnoatores, ou seja, capazes de entender e atuar dentro do espaço técnico, transmutados em organismos técnicos. Com o declínio do espaço mediador geográfico, físico, não é mais possível a emergência de atores tradicionais, de pessoas reais, concretas.

⁷ Cf SHAW, M. *Civil society and media global crises*. London, Pinter. Apud: GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST*. Petrópolis, Vozes, 2000. pág. 20.

Vive-se na tecnosfera o diálogo dos tecnoatores; toda a mediação social se dá através do ambiente técnico manifestado pelo complexo de mídias. A pauta da sociedade, as preocupações, seus embates políticos, culturais, sociais, psicológicos são os embates e discussões que estão presentes nesses espaços mediadores sociais midiáticos ou em grandes espaços mediadores políticos. Não existe mais o espaço físico de ágora ou da praça pública medieval; o discurso não percorre mais as ondas sonoras estabelecidas pela voz diante do espaço físico, da distância de interlocução face a face entre os homens; o discurso está condensado em bits, digitalizados, processados em imagens e códigos que são retraduzidos ao receptor. Todas as realizações políticas, sejam decretos, normas, benefícios, construções etc, são projetadas, planejadas e dialogadas em um espaço imaginário entre mídias, entre espaços mediadores sociais. O diálogo só se realiza por meio de complexos técnicos e grandes espaços mediadores.

Isso não significa simplesmente possuir ou controlar extensões técnicas capazes de amplificar a voz do sujeito real. Esse pensamento seria um grande erro, visto que os tecnoatores não podem ser reduzidos simplesmente a intermediadores. O diálogo não se dá mais entre sujeitos através da técnica, mas entre espaços mediadores técnicos que contêm sujeitos. Os espaços se fragmentaram e se transmutaram em atores. O espaço não simplesmente contém a ação; o espaço é a ação. Por isso Ianni dirá que a mídia se comporta como um intelectual orgânico. O espaço não é simplesmente um ambiente físico e de ação de terceiros; o espaço transformou-se em sujeito⁸.

⁸ O termo sujeito é usado aqui como uma referência à capacidade de ação. Não se pretende estabelecer uma discussão sobre a noção de sujeito. Ainda mais porque, como disse Sader, poucas noções são tão ambíguas, carregadas de sutilezas e mal-entendidos como essa. “Da filosofia à lingüística, passando pela psicanálise, pisamos num terreno minado, palco das mais aceras polêmicas”. SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1995. pág. 50.

“Juntamente com a imprensa, a mídia eletrônica passa a desempenhar o singular papel de intelectual orgânico dos centros mundiais de poder, dos grupos dirigentes, das classes dominantes...Transfigura o jornalista, o escritor, o cientista social, o publicitário, o locutor, o âncora, o cenógrafo, o técnico de som, o especialista em efeitos visuais coloridos e sonoros, o artífice da estética eletrônica e muitos outros em um vasto trabalhador coletivo, um intelectual orgânico ainda pouco conhecido”(IANNI, 1995, p.95/96).

Apesar da presença de diversos profissionais que constroem e fazem funcionar a mídia, não são eles os intelectuais orgânicos. Esses profissionais formam um único intelectual orgânico que é, na realidade, um objeto, uma pessoa jurídica, uma empresa ou um conjunto de empresas. O intelectual orgânico deixa de ser um grupo de pessoas físicas, reais, como exposto por Gramsci, para a concretização de uma vontade coletiva; ele agora é um sujeito constituído dentro de um espaço técnico, um tecnosujeito (ou tecnoator) capaz de certa autonomia diante dos indivíduos que o compõem.

No *espaço técnico da mediação social*, os partidos políticos e organizações da sociedade civil são mais frágeis e incapazes quanto mais dependem do sujeito real, do líder, ou quando mais imaginarem que o espaço técnico se comporta apenas como uma extensão do homem. O espaço técnico é um autômato do homem. Nesse novo ambiente técnico é a constituição tecnojurídica que ganha o seu valor máximo de expressão e se transmuta em ator. Não basta ser uma organização, ser um corpo coletivo, ser um corpo jurídico; é preciso ser também espaço; espaço de diálogo entre tecnosujeitos, ou melhor, entre os próprios *espaços mediadores sociais*.

E essa é uma diferença importante. Os tecnoatores (tecnosujeitos) não podem ser entendidos como atores técnicos (sujeitos tecnificados). Eles não são uma transposição simplesmente do sujeito físico para uma espécie de tecnologia, pessoa jurídica; os tecnoatores não se posicionam; não tomam partido como regra; eles atuam como mediadores, como intermediadores; eles dirigem o

diálogo e definem o que se deve pensar ao invés de dizer como pensar. É uma espécie de paradoxo porque são sujeitos e espaços ao mesmo tempo. Os tecnoatores se comportam como intelectuais orgânicos ao implicar em uma conexão com um grupo, e como príncipe, ao buscar valores universais. São príncipes e intelectuais orgânicos ao mesmo tempo.

Os tecnoatores são ainda um pouco desconhecidos, mas que têm sua essência fundada dentro do espaço mediador técnico da sociedade contemporânea. Por isso, os indivíduos ou grupos sociedade civil que tentam dialogar ou discutir com o tecnoator dentro do espaço físico, geográfico, estão condenados ao fracasso. O espaço mediador técnico é disseminado, fluido, planetário, globalizado, enquanto o espaço físico é local, restrito, limitado. Por isso, Virilio (1996) dirá que a mídia é a única das instituições capaz de funcionar fora de qualquer controle democrático eficaz, já que toda crítica independente (leia-se geográfica) dirigida contra ela e toda solução alternativa (leia-se fora do espaço técnico), permanecem desconhecidas do grande público simplesmente porque não têm nenhuma chance de serem amplamente difundidas.

Com certeza, a mídia não é a única instituição capaz de funcionar sem um controle democrático, visto que praticamente todas as instituições possuem controles democráticos muito frágeis. Mas a mídia se porta acima de qualquer controle porque ela existe dentro de uma nova experiência humana; se constitui dentro de um *espaço mediador técnico* enquanto os atores sociais tentam travar disputas no *espaço mediador físico*. Não há como dialogar, visto que são dois planos de realidade diferenciados. O primeiro é móvel, veloz, desconhece distâncias e tem capacidade de se metamorfosear, enquanto o segundo é estático, lento, limitado pelas distâncias e mantenedor de tradições e originalidade.

“Na época da globalização, a sociedade civil nacional parece enfraquecer-se, desorganizar-se, perder-se, tornar-se amorfa, gelatinosa. Também é assim que os

partidos políticos, os sindicatos, os movimentos sociais e as correntes de opinião pública confundem-se, perdem a capacidade de expressar a dinâmica das forças sociais, entram em crise. Um fenômeno que se agrava com a transformação da mídia, cartelizada pelas forças que predominam no âmbito da globalização” (IANNI, 2000, p.25).

A sociedade civil que Ianni se refere atua dentro da primeira natureza, no ambiente delimitado pela geometria, por medidas do espaço físico. Ela negligencia os tecnoatores que - ao se institucionalizarem e capturarem o *espaço da mediação social* dentro do processo da esfera pública burguesa e, portanto, gerada numa utopia de uma classe social que se tornou hegemônica - constroem-se em um campo de ação isolado, exatamente como um príncipe; um príncipe não só de Maquiavel ou Gramsci, mas também dos contos de fada, visto que é uma ilusão e inalcançável pelas outras classes sociais.

O meio ambiente técnico é a essência de uma classe social e originado na sua ascensão como classe hegemônica; ele estabeleceu um novo patamar de realidade, uma nova atmosfera, uma espécie de ar-técnico ou oxigênio-técnico, que foi mais uma consequência que um projeto. A tencnosfera não pode ser negligenciada pela sociedade civil e nem simplesmente condenada por seu assustador avanço tecnológico; a tencnosfera é uma nova natureza inexpugnável, que envolve, penetra e permite a sobrevivência ou morte do corpo. As nanoestruturas podem ser consideradas uma espécie de síntese desse processo: partículas tão infinitamente pequenas que, por isso, podem flutuar na atmosfera, penetrar ou abandonar os organismos vivos, imperceptivelmente, assim como o ar.

Para sair da situação anestesiada em que se encontra a sociedade civil, Ianni (2000) diz que é preciso recriá-la. Para que a sociedade civil possa se recriar e se dinamizar, ele acredita que é preciso tomar consciência de uma nova configuração histórico-social ou geohistórica em que nos encontramos. E na

perspectiva dos espaços mediadores sociais, acrescenta-se aqui também a tomada de consciência de uma nova configuração geotécnica, de um novo ambiente midiático e informacional. Trata-se, para Ianni, de repensar e recriar partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais. Recriar, entende-se, como uma necessidade de romper com o antigo, inaugurar um novo processo de atuação na sociedade. Com isso, ele não propõe uma mudança qualquer, mas algo radical.

Um caminho para essa mudança pode se dar ao reconhecer que a sociedade originada na esfera pública burguesa é uma sociedade da interpessoalidade midiaticizada, do diálogo político intermediatizado e não de diálogo político amplificado ou estendido pela técnica. Ou seja, não basta se utilizar de meios técnicos para se manifestar. A mídia, nesse novo entendimento, não é apenas o intelectual orgânico de uma classe, o ator de uma classe e o meio de difundir ideologias; ela passa a ser um *espaço de mediação social* metamorfoseado em um ator e com autonomia para se situar, em alguns momentos inclusive, fora do alcance da própria classe que a originou. Ao estabelecer todo um processo de institucionalização e se configurar historicamente como um *espaço de mediação social*, a mídia se desprende de sua origem na esfera pública burguesa; ela não pode ser definida como a expressão pura e simples de uma classe social. E isso muda a compreensão da mídia como algo dado, externo e pronto; sempre como um outro poder, o que oprime os excluídos do espaço técnico, limitada a portavoz de conceitos, pensamentos e ideologias.

Um salto para recriar a sociedade civil talvez seja entender a mídia como um espaço de superação da consciência, não só da classe burguesa, mas de diversos grupos organizados da complexa sociedade civil contemporânea. Talvez seja estabelecer uma segunda instância de luta política, que não se resume a uma ação ideológica dentro da mídia, mas uma ação mediadora da sociedade. Se o espaço se transmutou em ator, para atuar é necessário criar espaço; não criar espaço para

atuar, mas atuar construindo *espaços mediadores sociais*, capazes de se constituírem com um ambiente de valores universais e utópicos, reais e imaginários, consensos e contra-argumentos.

4. O espaço mediador político

O espaço mediador político é um dos processos mais importantes da mediação social. Em alguns momentos, por exemplo, o espaço mediador político se desloca do espaço da mediação social, ganha autonomia e se torna um espaço oficial, no sentido de estatal, com valor normatizador da sociedade. Isso pode ser notado na Antiguidade ateniense, quando as assembleias deixam ágora e se deslocam para pnyx, construído especificamente para servir de espaço mediador político. Nessa mudança, o espaço mediador distinguiu claramente seus aspectos extra-oficiais e informais - que continuaram a existir em ágora e em outros espaços - dos aspectos oficiais e normativos presentes no pnyx.

Diferentemente, na Idade Média, o espaço mediador político não se separa do espaço mediador social da praça pública e se manifesta em um movimento que inclui ações oficiais (estatais) e não-oficiais no mesmo espaço. Isso pode ser exemplificado com as execuções, suplícios, ordenamentos, cantigas, jograis, feiras, comércio e todo o universo de ações constituintes da praça medieval.

No processo de ascensão e constituição da esfera pública burguesa é fomentada uma nova separação do espaço mediador político, além da grande transformação técnica provocada no *espaço mediador social*. O novo espaço da mediação política com características oficiais e normativas será formado nos parlamentos, enquanto que a mediação política informal e não normativa vai se constituir dentro do espaço da mediação social ocupado pelos veículos de

comunicação. Por isso, Ianni diz que na contemporaneidade “grande parte do que é a vida política de indivíduos e coletividades, classes e grupos sociais, governos e regimes, parece localizar-se na mídia” (IANNI, 2000, p.25).

Mas a mídia é vista muitas vezes, tanto pelo senso comum como pela ciência, como um poder, algo distante, sedutor, que molda realidades, que auxilia os grupos de pressão e que muitas vezes os ignoram. Com certeza, a mídia é um poder, mas se diferencia dos outros poderes justamente por transformar radicalmente a relação tempo/espaço. Ela possui idiosincrasias que não podem ser negligenciadas. A mídia é ubíqua e fragmentada ao mesmo tempo; ela está em todos os lugares, mas não tem a mesma face, ou se quiserem, a mesma ideologia, visão de mundo. Ela não respeita padrões determinados por convenções políticas; têm interesses diversos ainda que pouco divergentes com relação à classe hegemônica. A mídia não tem um centro; ela é uma espécie de redes de centros, com objetivos distintos e semelhantes, abertos e fechados, compondo ora com um grupo, ora com outro. Ela está presente diariamente no cotidiano das pessoas, diferentemente dos poderes tradicionais: Judiciário, Legislativo e Executivo. Ela não tem normas políticas que a fundam como esses três poderes; não tem geografia (espaço físico), não tem prazos e não tem alternância de poder dentro de seus centros.

A mídia expõe um poder em que a sociedade experimenta uma lente no lugar da retórica ideológica. Lente não é domesticação ideológica, faz parte de uma realidade menos densa, menos cromática, menos nítida. Ela explica o mundo. Na sociedade contemporânea, o mundo do trabalho, a ideologia e a bandeira política já não têm tanto espaço como um dia teve. A mídia não pode mais ser entendida dentro do conceito de indústria cultural ou simplesmente como um baluarte dos interesses capitalistas. Talvez esse seja um dos seus segredos, um paradoxo. Ela fala pelo não-dito. Ela mobiliza sem se propor a

mobilizar. Ela é uma cultura e não uma ideologia. E ser cultura é entender o mundo de uma forma imprecisa e processual; não proferir ou racionalizar qual a forma correta. Cultura implica em uma forma de se emocionar, de se apaixonar, de ver, de descobrir o mundo, o que é muito diferente de fazer uma definição do mundo. No jargão da imprensa existe um termo muito próprio para a ideologização do discurso, que é o editorial. Editorializar significa emitir opinião, ou seja, tentar incutir uma idéia, boa ou ruim, de forma racional. Editorializar é restringir o espaço, delimitar um contexto. Mas o grande segredo da mídia é não se limitar ao espaço e ao tempo; é ser veículo, ser fluido. Com a mídia, está-se diante de um espaço que se reconstrói a cada dia, que se transmuta e, ao fim de alguns minutos ou horas, já não é o mesmo. Está-se diante de um espaço que é um espaço público, mas um espaço público que hoje se desfaz e ressurgirá amanhã em uma nova edição. É por isso que, no jornal, o mais tradicional dos veículos, editorial explicitamente ocupa cerca de 0,7% do seu espaço durante a semana e, aos domingos, dia de passear na praça, menos de 0,5%⁹. No restante dos discursos do jornal, a opinião continua a existir, mas mesclada a um mosaico de informação, mexericos, artes, entretenimento e conhecimento. No rádio e televisão, a porcentagem editorializada é insignificante, praticamente zero. Pode-se dizer que a informação tem matiz ideológico, mas não editorializado.

O programa radiofônico A Voz do Brasil, programa oficial do governo brasileiro que noticia acontecimentos dos poderes Legislativo e Executivo é uma metalinguagem do espaço público da comunicação. Apesar de ter um formato jornalístico não editorializado, ou seja, uma lógica semelhante ao usado pela mídia para se portar como espaço público de discussão e informação, o programa não consegue ser um espaço público. Ao tentar colocar um espaço dentro do outro, ou seja, o Legislativo dentro do midiático, ele deixa de ser um espaço

⁹ Metragem quantitativa feita no jornal Folha de S. Paulo, durante um mês, em março de 2005.

público. Isso ocorre porque o programa também não reconhece o outro, nesse caso, o povo, a sociedade civil. Segundo Ortiz, a importância da mídia é que ela não se circunscreve às fronteiras da política.

“Ela se dedica a um conjunto de atividades, envolvendo diferentes dimensões da vida humana, como informação, divertimento, ficção etc. E isso ela faz de forma contínua, permanente. Sua rotina – através dos jornais, televisão, rádio, publicidade – garante a conformação das personalidades. Daí sua superioridade sobre os partidos e movimentos sociais. As questões de poder são difundidas de forma abrangente e diluídas como cotidianidade” (ORTIZ, 2000, p.132/133).

Na vida em sociedade, as regras definidas pelos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo afetam diretamente as pessoas, queiram ou não. Não dá para desligar esses poderes. Tudo o que eles normatizam, torna-se obrigatório, oficial. Eles definem a conduta em sociedade e trazem prejuízos ou benefícios, dependendo da medida governamental. Essa é a experiência concreta do poder formal, e é o que a mídia não detém. Uma utopia da mídia é se apresentar como um filtro do mundo, ela é o filtro pelo qual se enxerga.

No entanto, há algo na superioridade da mídia que está além do seu formato e que a diferencia dos poderes estabelecidos. Como ela não é um poder constituído, ela só pode conformar personalidades se houver personalidades dispostas a se conformar. Se um indivíduo desliga o rádio, a televisão e deixa de ver jornais, atender telefones, acessar a internet etc, ele elimina boa parte da atuação contínua e permanente da mídia. Isso é teoricamente possível, mas bastante difícil para pessoas que necessitam circular pela urbanidade, que respiram na tecnosfera. Ao capturar as funções, características e formas do espaço de mediação social coletiva, ela se torna uma necessidade. A mídia traz o mundo da vida (ficção, dramas, informações, divertimento etc) porque ela é gerada em um momento em que precisa ser suprida uma necessidade social de fluidez do universo imaginário. Se se criou ruas, avenidas, parques, praças, cafés,

bares e estalagens para paradas de diligências é porque havia a necessidade social desses lugares, desses espaços públicos. A mídia surge da necessidade de se criar um novo espaço da mediação social. Um espaço diferente, é certo; não físico, não delimitado, mas um espaço técnico em que a vida se manifesta.

O fato de ter ficção, realidade, informação, divertimento, lazer, sociabilidade - de envolver diferentes dimensões da vida humana privada, da vida em coletividade, da vida em relação ao meio ambiente natural - se dá justamente porque ela se constituiu como um mediador social no mais original sentido do termo, como espaço de ação coletiva, mas também como um espaço público político.

Ela tem essa forma porque a sociedade assim a constituiu para poder viver melhor, se socializar, se locomover com mais segurança; ela é a única forma de se conhecer o mundo em que se está vivendo, ou seja, um mundo grande demais para o limite dos nossos sentidos, não só para o olho nu, mas para o ouvido nu, o tato nu, paladar nu, olfato nu. Ao eliminar as distâncias, ao produzir velocidade, o homem é forçado a adentrar num ambiente técnico para poder sobreviver e compreender o mundo. Vive-se dentro da técnica como se vive dentro da atmosfera. Isso parece difícil de reconhecer porque ninguém vê a atmosfera; ela precisa ser entendida. Da mesma forma não é possível ver a tecnosfera; ela precisa ser entendida. De uma maneira bastante simplificada, no comum cotidiano, não se vê o oxigênio que se respira, assim como não se vê as ondas eletromagnéticas dos aparelhos de comunicação. No entanto, vê-se raios, nuvens, chuvas etc assim como se vê automóveis, estradas, telefones, rádios etc.

Por isso, manifestações sociais que param o trânsito estão, na realidade, cortando o oxigênio e a sociabilidade dos cidadãos das grandes cidades. No espaço técnico, circular significa respirar, conviver, existir. Daí a ira irremediável de quem fica preso no trânsito e talvez daí também a fraqueza dos movimentos

sociais atualmente. Estar preso no trânsito dos grandes centros, por interferência alheia, é morrer um pouco. Vejam as ambulâncias em disparada. Elas são uma espécie de metáfora da tecnosfera; a vida passou a depender do espaço técnico e da velocidade. Em vez de criar espaço, essas manifestações retiram espaço, comprimindo o ar e a vida das pessoas. Diferentemente, a mídia e toda a tecnologia - de estradas a liquidificadores - dão espaços, abrem espaços, criam espaços que encurtam as distâncias geográficas e do tempo, aproximam pessoas e permitem passagens de ar e de sobrevivência.

O fato de a mídia pertencer a grupos privados em vários países não a impede de se comportar como um *espaço mediador social*. Ela pode não ser governamental, mas isso não a impede de se portar como um espaço mediador político, no sentido que se conhece os espaços públicos da sociedade contemporânea. A superioridade da mídia realmente não é uma superioridade advinda do poder - ela não é um poder no sentido tradicional. Também não é apenas uma superioridade proveniente somente de sua ubiqüidade, intensidade, continuidade, diluição e abrangência, de sua proeminência na tecnosfera. A sua superioridade está em se portar além do poder. Ela se porta como um meio para a sociedade se entender, redefinir a afinar conflitos; é um *espaço de mediação social*, uma espécie de parlamento “livre”, de utopia dialógica.

XI

O ESPAÇO PÚBLICO

1. Espaço público estatal e não-estatal

Na sociedade moderna, os espaços públicos surgem com a ascensão da esfera pública burguesa, a partir do momento em que setores da sociedade começaram emitir opinião e juízo sobre o Estado e deram publicidade a essa opinião. Mas o espaço público, como se entende hoje, não se restringe a essa capacidade de emitir e tornar pública a opinião. O espaço público se constitui como espaço político-social, normatizado ou não pelo Estado, em que o conflito social se apresenta. Nas duas categorias de espaços públicos apresentadas por Dagnino (2002) não há referência sobre a origem mediadora social. Para a autora, há os “que se constituem como espaços de ampliação e democratização da gestão estatal” e aqueles “que visam promover o debate amplo no interior da sociedade civil de temas/interesses até então excluídos da agenda pública” (DAGNINO, 2002, p.10). A autora, portanto, não considera a mídia como um espaço público, visto que em sua própria definição de segunda categoria – em que poderia entrar a mídia no sentido de promotora do debate amplo -, os espaços públicos tratam apenas de temas excluídos da agenda pública.

O espaço público definido por Dagnino inclui os conselhos municipais, fóruns temáticos, câmaras setoriais, orçamentos participativos e outros. Mas, se a mídia não for compreendida como um espaço público da sociedade, está-se descredenciando todo seu processo de institucionalização, seu inegável valor publicista e, por fim, seu valor como espaço de mediação social. Por isso, faz-se necessário uma ampliação no conceito de espaço público, que serão tomados a

partir dessas duas categorias apresentadas por Dagnino, mas que devem ser entendidas em duas novas denominações: *espaços públicos estatais* e *espaços públicos não-estatais*.

Os *espaços públicos estatais* formam toda uma série de espaços oficializados pelo Estado; eles não ficam restritos aos espaços de participação direta dos cidadãos nas políticas governamentais de municípios, estados ou da federação, como no caso dos conselhos tutelares, conselhos de saúde, orçamento participativo, câmaras setoriais etc. Na verdade, exceto o orçamento participativo e audiências públicas, todos os outros espaços são possibilitados por meio de representação indireta.¹ Além desses, os espaços públicos estatais contemplam também os espaços parlamentares emergidos na esfera pública burguesa, como as câmaras de vereadores, assembleias legislativas, Câmara Federal, Senado federal e toda forma de representatividade parlamentar. Todos esses espaços constituem e são, ao mesmo tempo, regulados e normatizados pelo Estado.

Nesse sentido, os conselhos, orçamento participativo e câmaras setoriais não podem ser denominados, como o faz Tarso Genro (1995, p.27), de espaços da “esfera pública não-estatal”. É acertada a crítica de Sérgio Costa à concepção de “esfera pública não-estatal” elaborada por Tarso Genro. Segundo Costa, a esfera pública não-estatal, ao ser garantida e patrocinada pelo Estado, como propõe Genro, “se transforma de hecho, en una esfera pública paraestatal y en, aún más, una arena institucional vulnerable a la instrumentalización por parte del Estado, los partidos y los políticos” (COSTA, 1999, p.102).

Por tanto, os conselhos, inclusive o orçamento participativo, são espaços sujeitos a semelhantes interferências e condições presentes no espaço público parlamentar, o qual faz parte da estrutura tradicional do Estado moderno. O

¹ Há vários autores que destacam que os orçamentos participativos, audiências públicas, conselhos, etc são restritos a setores organizados e não atingem toda a população. Veja em especial, SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a Cidade – Uma introdução Crítica ao Planejamento Urbano*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2003.

parlamento, diferentemente do poder Executivo e Judiciário, deve ser considerado um espaço público estatal porque é o único poder em que todos os seus principais postos de discussão e debate político são ocupados por representantes eleitos diretamente pela população. No Poder Executivo somente o principal representante é diretamente eleito e os outros são nomeados por ele e seus subordinados; no Poder Judiciário a população não tem poder de escolha dos integrantes e, os principais, cargos também são indicados pelo Executivo. Além disso, o próprio nome diz, o parlamento é um espaço de discussão e debate de temas sociais, o que o diferencia bastante dos poderes Executivo e Judiciário.

Na segunda categoria, a dos *espaços públicos não-estatais*, estão aqueles espaços que não dependem do Estado para se realizarem; eles funcionam de forma autônoma ao controle direto do Estado. Isso não significa dizer que eles estão imunes ao poder do Estado, mas têm certa liberdade de organização e realização que independe da estrutura estatal. Com isso, eles também não têm poder de estabelecer normas que devem ser cumpridas pela sociedade como os espaços públicos estatais, mas são espaços que colocam, ou melhor, que pautam a sociedade sobre o que é importante ser discutido; são espaços que dialogam com os espaços públicos do Estado. As resistentes sociabilidades das praças públicas, os fóruns temáticos, eventos políticos e sociais, eventos culturais, colóquios e conferências - mas principalmente todo o complexo de mídia e comunicação formado por jornais, revistas, portais de internet e emissoras de rádio e televisão - são a materialização do *espaço público não-estatal*.

Os espaços públicos estatal e o não-estatal formam um complexo de *espaços de mediação social*, ou seja, espaços onde questões sociais, políticas, culturais, comportamentais e outras são debatidas, reformuladas, elaboradas e internalizadas pela sociedade. Há um diálogo constante entre esses espaços públicos de mediação social; eles se aproximam e se afastam, se afinam e se

opõem. Na realidade, eles se comportam como tecnosujeitos; são espaços, mas também são atores. Se um desses espaços investe em um tema, o debate passa automaticamente para o outro e se difunde na sociedade. Há um fluxo contínuo, um diálogo incessante, que se estende por toda a sociedade. E isso pode ser facilmente percebido principalmente entre os dois principais representantes: o parlamento (do lado estatal) e as mídias (do lado não-estatal).

2. Sociedade civil e espaço público estatal

A sociedade civil (sindicatos, partidos, religiões, associações, ongs, movimentos sociais, grupos de pressão etc) não pode prescindir de nenhum dos espaços públicos se realmente deseja participar do espaço mediador social. Excluindo o parlamento, os *espaços públicos estatais*, por exemplo, representam um aprofundamento democrático porque as decisões políticas ficam permeáveis à influência de representantes da sociedade, que não necessariamente pertençam à classe política. Esses espaços foram conquistados por lutas democráticas, mas podem ser ocupados por representantes de valores conservadores e autoritários. Isso acontece não necessariamente por uma estratégia pragmática dos setores da elite, que impedem o acesso de representantes populares, mas sim por representantes de classes de menor renda que reproduzem um “autoritarismo social”, constituinte da formação da cultura brasileira. Segundo Dagnino (1994), há um autoritarismo social que se expressa num sistema de classificações que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos lugares na sociedade. Essa noção de lugares sociais constitui um código estrito, que perpassa a casa e a rua, a sociedade e o Estado.

“É visível no nosso cotidiano até fisicamente: é o elevador de serviço, a cozinha que é o lugar de mulher, cada macaco no seu galho etc. Esse autoritarismo social

engendra formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que subjaz ao conjunto das práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis. Nesse sentido, sua eliminação constitui um desafio fundamental para a efetiva democratização da sociedade” (DAGNINO, 1994, p.105).

Além disso, esses mecanismos de participação muitas vezes não atingem o objetivo esperado por falta de uma intensa cultura participativa na sociedade, dando a entender que a lei está mais avançada que a própria cultura participativa da população. A Constituição de 88, por exemplo, previu institutos de democracia direta e semidireta como plebiscito, o referendo, conselhos municipais, a iniciativa popular de lei e tribunas populares. Conquistas legais importantes, mas desde a promulgação da Constituição, ainda não conseguiram fazer parte do cotidiano político do brasileiro; são acontecimentos raros. Mesmo os institutos de participação que melhor se desenvolveram, como os conselhos municipais, tornaram-se ineficientes ou simplesmente inexistentes em muitas cidades. Há dificuldade de se fazer funcionar esses institutos democráticos. Um exemplo dessa situação são os conselhos encarregados de fiscalizar as despesas e a qualidade dos alimentos da merenda escolar, um dos mais perversos focos de corrupção política, visto que prejudica diretamente o desenvolvimento físico e intelectual das crianças brasileiras. Em 2000, segundo a então secretária-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Mônica Messenberg, apenas 1.800 dos 5.500 municípios brasileiros haviam criado esses conselhos, mesmo sabendo que após o prazo estabelecido (02/09/2000), as prefeituras sem conselhos deixariam de receber recursos financeiros para merenda². A falta de uma cultura democrática disseminada na sociedade faz com que a participação popular gere o inusitado; ela tem de ser aplicada de cima para baixo, através de bloqueio de recursos.

² Informações de reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, pelo jornalista Demétrio Weber, em 31 de agosto de 2000.

Tão importante quanto conquistar espaços públicos estatais seria destruir as barreiras criadas pela própria cultura de um povo. Sem o enfrentamento dessa cultura autoritária, que vive nas entranhas da alma, nos medos, nos gestos, na fala macia, nos procedimentos jurídicos, nas mesas dos bares ou nas piadas, as conquistas sociais tornam-se vulneráveis. A luta dos movimentos sociais não pode se limitar aos projetos pontuais dos espaços públicos do Estado, mas se inscrever num ambiente mais dinâmico e fluído, que é o complexo *espaço da mediação social* contemporâneo.

Os principais articuladores dos movimentos sociais reivindicatórios e autônomos das décadas de 70 e 80 parecem ter conseguido criar uma cultura democrática restrita aos seus participantes, visto que a sociedade, como um todo, ainda mantém-se presa a valores autoritários, com cidadanias de classes diferenciadas, eleitores sujeitos aos clichês exaustivamente batidos nos discursos políticos conservadores etc. Uma cultura democrática e de acesso a direitos e à riqueza social por parte das classes inferiores não é comumente gerada no espaço público estatal. Este é o resultado estratégico e pontual da luta política. A formação e consolidação de uma cultura democrática só podem se dar no espaço público que se origina no espaço de mediação social não-estatal, ou seja, nos fóruns, nos eventos sociais e culturais, mas principal e irremediavelmente, nos espaços midiáticos.

3. Sociedade Civil e Espaço Público Não-Estatal

A relação entre a mídia e sociedade civil é ambígua e definida de acordo com as circunstâncias. Nas últimas décadas no Brasil é possível observar bem essa ligação. Durante o regime militar as relações entre as organizações sociais e a

mídia trouxe benefícios para ambas, visto que havia um interesse comum entre os setores empresariais e as organizações sociais; todos com o objetivo de restabelecer a institucionalidade democrática. Por isso, seria realmente incorreto dizer que as organizações da sociedade civil foram incapazes, durante as décadas de 70 e 80, de reconhecerem e valorizarem esse espaço público, justamente porque elas estavam em uma luta árdua não apenas por melhores condições de vida da população, mas também contra a repressão militar e por conquistas elementares na área política, como liberdade para votar, constituir partidos políticos etc. É um período de formação dos movimentos sociais marcado pelo desejo de autonomia com relação ao Estado e fundamental para o entendimento de uma ação política mais consciente. Para o Grupo de Estudo sobre a Construção Democrática (GECD), essa luta por autonomia, posteriormente criticada por ter traços idealistas e sobrevalorização das virtudes comunitárias e anti-burocráticas, foi fundamental para a consolidação dessas organizações. A busca por autonomia deu às organizações populares e sindicais o impulso necessário para romper vínculos privados entre atores sociais e o poder público. Elas se constituíram “como um “outro” ator, que interpela o Estado e com ele estabelece relações efetivamente públicas, não baseadas em favores, em concessões privadas ou corporativas, mas em direitos publicamente reconhecidos” (GECD)³.

A vontade de autonomia política coincidia com os interesses da mídia. A repressão e censura aos órgãos de imprensa, por exemplo, fez com que esses movimentos ganhassem a simpatia e apoio dos jornalistas e de setores da mídia que reivindicavam a liberdade de imprensa e de comunicação. Assim como os

³ GECD - Grupo de Estudo sobre a Construção Democrática. *“Os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil”, “Desafios e possibilidades da participação da sociedade na construção de uma gestão pública democrática”, “Esfera pública e democracia no Brasil” e “Sociedade civil e democracia: reflexões sobre a realidade brasileira”*. Fotocópia. Pág. 06.

movimentos populares, as empresas de comunicação também alimentavam o desejo de autonomia. Os interesses de parte da indústria da comunicação e dos movimentos sociais convergiam em muitos aspectos. A cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* durante a campanha das Diretas, em 84, mobilizada pelos movimentos sociais e por partidos de esquerda, parece ter sido o clímax dessa união estratégica entre imprensa e movimentos de reivindicações democráticas. Mas como anota Sérgio Baierle (1998), essa associação entre mídia e sociedade civil foi bastante pontual. O limite do espaço aberto para o dissenso não foi muito além da reconstrução da institucionalidade democrática formal.

Os anos 90 vão caracterizar um certo afastamento entre movimentos sociais e mídia. Sem censura e com total liberdade de informação, as empresas de comunicação começam trilhar um caminho independente, de modernização industrial, e satisfeitas com as conquistas da Constituição de 88. A mídia, a partir do restabelecimento democrático possível dentro do projeto da esfera pública burguesa, se recompõe institucionalmente, busca sua autonomia como *espaço mediador social*. A *Rede Globo*, a mais oficiosa das redes de televisão, vai passar por um longo processo de reorientação estratégica. Para se manter como *espaço mediador social* foi necessário mudar os conceitos de uma empresa que nasceu e se estruturou fortemente em parceria com um regime autoritário. Duas empresas com comportamento bastante diferenciados durante o regime militar, como a *Folha de S. Paulo* e a *Rede Globo*, pelo menos no período final, voltam-se para ocupar o *espaço mediador social* que se abre com a democracia. A aproximação para usufruir de um mesmo espaço é tanta que em 1999 as duas empresas se unem para criar um novo veículo de comunicação, o jornal *Valor*.

A mudança de linha editorial da *Rede Globo* nas últimas décadas é um exemplo de que o público não pode simplesmente ser definido como atomizado e desorganizado e que somente absorve sem crítica os conteúdos divulgados.

Sérgio Costa afirma que “el campo de la esfera pública controlado por los medios há mostrado una relativa porosidad para absorver y procesar los temas colocados por los actores de la sociedade civil” (COSTA, 1999, p.98). Essa concepção muito comum no pensamento dos teóricos da comunicação pode parecer um avanço com relação ao impacto que causou a expansão dos meios de comunicação aos frankfurtianos, mas implica em novos equívocos. Admitir “porosidade” nos meios de comunicação, no sentido estabelecido por Costa, implica em reconhecê-los como possíveis parceiros da sociedade civil, o que realmente são em alguns casos. Mas essa porosidade, ou melhor, essa capacidade para deixar passar assuntos de interesse da comunidade é, na realidade, a essência do processo de institucionalização da imprensa e de sua constituição como *espaço mediador social*. A porosidade da imprensa é o oxigênio que a permite se estabelecer em uma tecnosfera como o espaço proeminente da mediação social. Pela sua análise, poderia se dizer que a *Rede Globo* hoje é mais porosa, ou seja, permite acessos a algumas demandas sociais. Mas a porosidade é mais um recurso hegemônico que substitui, de certa forma, a indiferença, a opressão e a violência possíveis nos regimes autoritários. A *Rede Globo* tornou-se mais permeável à demanda social porque estava se descaracterizando como espaço de mediação.

Para se manter como espaço mediador, os veículos de comunicação precisam domesticar seu apetite corporativo. No seu processo de institucionalização, eles foram obrigados a entender esse processo. E essa compreensão também deve estar presente na *sociedade civil*, para que possa ser capaz de se diferenciar da *sociedade corporativa*. Sociedade civil deve implicar em um duplo movimento, aparentemente paradoxal. O interesse do grupo social e o de toda a sociedade devem coincidir. Para se portar como sociedade civil, o interesse do grupo deve coincidir, ao menos, com o de grande parte da população; isso acontece quando sindicatos, partidos, religiões, associações, ongs, movimentos

sociais, grupos de pressão atuam em prol de valores coletivos, seja em mobilizações amplas, ao defender legislações que beneficie a sociedade como um todo, combater a política econômica etc. Mas quando esses grupos defendem apenas interesses ligados à própria classe, grupo ou setor da sociedade, eles deixam de ser sociedade civil para se tornarem sociedade corporativa. Esse é um aprendizado da mídia que vale para os grupos da sociedade civil, sejam sindicatos ou ongs ambientalistas.

Isso ajuda a entender o enfraquecimento da sociedade civil, anotado por Ianni (1995). Talvez seus integrantes, nas últimas décadas, tenham priorizado - provavelmente por uma contingência histórica neoliberal - os interesses dos grupos que representam. Mas se esse é o objetivo único de sindicatos, ongs, movimentos sociais, ou seja, defender e somente falar em defesa de seus integrantes, então não se deve chamá-los de sociedade civil, mas sociedade corporativa.

Isso não significa dizer que esses grupos devam abrandar a defesa dos seus interesses, mas é preciso reconhecer um novo patamar das lutas sociais, uma nova instância, que é o plano da mediação social. A sociedade civil, intrinsecamente, possui esse duplo movimento de luta, mas é necessário compreendê-lo diante de um novo ambiente técnico da sociedade contemporânea. É preciso reconhecer o campo de força que permeia os tecnosujeitos da tecnosfera.

A noção de tecnosfera, de certa forma, amplia a noção de Touraine sobre “sociedade programada”. A sociedade programada é aquela em que a produção e a difusão dos bens culturais ocupam o lugar central que antes pertencia aos bens materiais na sociedade industrial.

“O que foram a metalurgia, a indústria têxtil, a química, assim como as indústrias elétricas e eletrônicas na sociedade industrial, são a produção e difusão dos conhecimentos, dos cuidados médicos e das informações, portanto a

educação, a saúde e os meios de comunicação na sociedade programada” (TOURAINÉ, 1994, p.259).

Os setores ou grupos da sociedade civil, de certa forma, reconhecem essa realidade, mas agem da mesma forma como se ela não implicasse em uma mudança radical na forma de atuação. A diferença é que tecnosfera não significa uma utilização ou uma valorização dos espaços técnicos e simbólicos que se fortalecem na sociedade contemporânea em detrimento do período industrial, mas o reconhecimento de que se está diante de um novo patamar de realidade, de uma existência que não significa somente se utilizar da tecnologia, mas que se constitui na própria técnica.

A sociedade civil reconhece a necessidade de participação no espaço público da mídia e os movimentos sociais buscam tornar pública a sua pauta de reivindicações e mostrar-se para a sociedade. “Disputar espaço na opinião pública, inscrever novos temas na agenda pública, democratizar a cultura da sociedade, também continuam a ser agenda dos movimentos sociais” (CARVALHO, 1998, p.30). A dificuldade é a forma como se buscam esses espaços. Para Nancy Fraser, há todo um universo de atuação no que ela denomina de contra-público, que inclui no exemplo do movimento feminista norte-americano, uma “variegated array of journals, bookstores, publishing companies, film and video distribution networks, lectures series, research centers, academic programs, conferences, conventions, festivals, and local meeting places” (FRASER, 1995, p.14).

Esses espaços não deixam de ter importância, de estabelecer uma linguagem própria, mas é insuficiente e ineficaz diante de uma sociedade de massas populacionais e em que espaços mediadores se transformam em gigantescos intelectuais orgânicos, em que a esfera da atuação se dá não simplesmente pela atuação, mas também pela mediação. Um espaço que se estabelece “contra” não

pode reivindicar um diálogo dentro do espaço de mediação social. Essa crítica está presente nos próprios pesquisadores do GECD sobre Esfera Pública.

“Se o âmbito mais restrito dos contrapúblicos, traz as vantagens que as experiências brasileiras confirmam, seu efeito é contudo, limitado, na medida em que os interlocutores fundamentais daquilo que neles se debate estão ausentes. Nos contrapúblicos mais restritos, os adversários do reconhecimento de direitos e os que lhe são indiferentes ou alheios, são poupados do confronto argumentativo direto. Para que estes contrapúblicos tenha eficácia como estruturas de atenção que tematizam novos direitos, eles devem, no nosso entender, estabelecer uma necessária relação de complementariedade com o espaço público mais amplo” (GECD, p. 16/17).

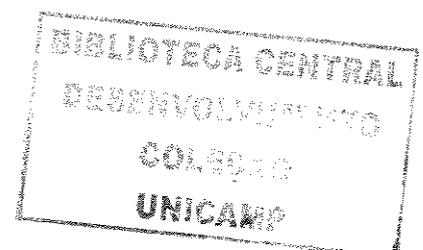
Nesse espaço do contrapúblico há ainda a inconveniência de se ter um número limitado de interlocutores presentes, que na ânsia de defender seus pontos de vista, acabam por protagonizar discussões de interesses particulares ou subdivisões internas que impedem um projeto mais amplo de atuação com a sociedade.

No entanto, o grande espaço mediador representado pela imprensa escrita e pela mídia em geral raramente defende seus interesses de forma explícita, mesmo nos pequenos espaços reservados ao editorial. Eles estão, como diz o slogan de um grande jornal, “a serviço do Brasil”, ou seja, de todos, da sociedade. Eles se portam como mediadores de todos e quaisquer segmentos da sociedade, inclusive dos mais ideologicamente subversivos aos seus interesses. A diferença é que eles não defendem explicitamente seus interesses corporativos, apenas buscam mostrar que esses interesses são os melhores para a sociedade.

O interessante é que a comunicação da chamada sociedade civil se porta inversamente. Ela aborda de forma ideológica, adjetivada e editorializada todos os assuntos da vida. Esse processo se torna um ciclo vicioso, porque os integrantes desses grupos quando olham o produto de sua comunicação, boletins, revistas, etc, vêem a sua própria imagem. A comunicação deixa de existir porque

não há diálogo com as pessoas que estão do lado de fora, com anotaram os pesquisadores do GECD. É como gritar dentro de uma sala que reverbera o som e se encantar com o eco da própria voz. Panfleto, discurso, materiais editorializados e propagandas tingidas de material ideológico se distanciam do espaço público. Esse é o momento da não-comunicação como espaço mediador porque ela deixa de reconhecer o outro, o diferente e, conseqüentemente, todos os cidadãos dos grandes centros urbanos que não fazem parte do círculo ideológico do emissor. Quando não reconhece o opositor, não há mais comunicação, mas apenas discurso.

O dono de um jornal, de uma empresa de mídia, desses de grande circulação e difusão, nunca colocará a empresa para defender exclusivamente os interesses dos seus negócios ou de sua classe social. O poder da comunicação não está tanto na persuasão dos grandes conglomerados de mídia, mas na sua essência de constituir um *espaço mediador social*. Isso é uma primordial diferença entre espaço público e seus atores. Talvez seja necessário reconhecer e valorizar o antigo sentido do espaço público, presentes nas praças públicas, nas praças da mediação social. Talvez seja necessário construir espaços onde as pessoas ouvem o mundo e se ouvem também, em uma contínua e mútua interferência e transformação.



XII O ESPAÇO DOS ATORES

1. O Sindicalismo: “Espelho, Espelho Meu”

Dentre as organizações da sociedade civil, uma das mais bem estruturadas e com certo poder econômico são os sindicatos dos trabalhadores. Os trabalhadores surgem como atores sociais durante a revolução industrial, conhecem momentos benéficos com a expansão norte-americana e com o Estado de bem-estar social europeu, mas nas últimas décadas é um grupo social que perde espaço, renda e integrantes, principalmente devido à mecanização e automação das indústrias e serviços. Ao mesmo tempo há uma queda na porcentagem de trabalhadores com funções mecânicas e aumento de trabalhadores de funções especializadas e maior grau de qualificação profissional. Para Leôncio Martins Rodrigues, o problema do sindicalismo está ligado à diminuição e à mudança do caráter do emprego. “A meta sindical é preservar a todo custo o emprego, mas isto é impossível. Historicamente, todas as vezes em que o sindicalismo foi contra o progresso tecnológico, perdeu” (RODRIGUES, 1999, p.6)¹ Ser contra o progresso técnico é também se opor à tecnosfera; com isso, o sindicalismo não perde apenas postos de emprego e renda, mas principalmente espaço.

No Brasil contemporâneo há uma complexidade de classes e categorias econômicas jamais vista. As formas de trabalho ficaram mais complexas que a simples relação proprietário e proletário. Há comerciantes informais em quantidade tão grande ou maior que a de trabalhadores, há comerciantes e

¹ (Cf. “Sindicatos agonizam na era da terceirização”, reportagem publicada no caderno Cultura, do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 3 de outubro de 1999, p. D6.

industriais que ganham menos do que muitos assalariados, há profissionais liberais com rendimento maior do que pequenas empresas, há trabalhadores regularizados com salário muito inferior ao de trabalhadores informais, há implicações de gêneros e de raça e outras, que alteram o valor das remunerações.

Touraine acredita que a queda na importância das indústrias de base e a ascensão das empresas de serviço provocaram uma ruptura com a idéia marxista de luta de classes. “Não se trata mais de lutar pela direção de meios de produção, e sim sobre as finalidades dessas produções culturais que são a educação, os cuidados médicos e a informação de massa” (TOURAINÉ, 1994, p.260). Na realidade, a luta pela direção dos meios de produção originados no processo capitalista nunca deveria ter sido empreendida pela classe trabalhadora. É certo que parece ter sido uma utopia possível no início do capitalismo, mas persistir com esse projeto atualmente talvez esteja sendo apenas um tradicionalismo. É bastante provável que nunca dará certo tentar controlar, através do Estado, ainda que por revolução social, os modos de produção inerentes e próprios de uma classe social distinta. A processo de ascensão burguesa levou centenas de anos para desenvolver um modo de produção próprio, que permitiu a classe se consolidar como hegemônica. Talvez por isso, quando os trabalhadores ou grupos associados a eles conseguiram a direção dos modos de produção de algumas nações e o controle do Estado, o resultado foi totalitário e de violência sem controle. Uma classe usurpou o modo de produção historicamente engendrado por outra e a cabeça ficou fora do corpo.

O momento atual da sociedade capitalista e sua complexidade talvez permitam aos trabalhadores criarem novas utopias, que estejam fundadas não na luta de classes, mas na superação da consciência de classe, assim como fez a burguesia para destronar a nobreza. Uma utopia que possibilite a construção de um modo de produção social e culturalmente desenvolvido pelos trabalhadores.

As possibilidades de um novo modo de produção², que pode ser manifestado em cooperativismos, associativismos e etc, estão mais factíveis de se firmarem na sociedade contemporânea que no passado, visto que é uma sociedade tecnificada, em que o ambiente técnico se transformou em uma espécie de “meio ambiente” da coletividade. Nessa sociedade, há um deslocamento de força: o trabalho cede espaço para o universo simbólico e imaginário. Como assinala Ortiz, evidentemente que não faz sentido dizer que o trabalho “acabou”.

“Isso não é verdade sequer entre as civilizações da Antiguidade. O que é novo, e abarca a totalidade da vida social, é que os pontos de referência são outros. O homem contemporâneo deslocou sua expectativa de realização para um espaço imaginário. Um lugar onírico, cuja materialidade se concretiza em atividades como viajar, sair de férias, ir ao cinema, passear, etc” (ORTIZ, 2000, p.135).

E acrescenta-se a isso, viajar pela Internet, sair de férias em roteiros escolhidos pelas mídias, ir ao cinema por ter gostado de uma crítica na mídia, uma notícia etc. Acoplado ou resultado desse contexto, o modo de produção capitalista enfrenta um outro embate, mais agudo, que são as limitações impostas pela destruição do meio ambiente natural.

A geração de um novo modo de produção capaz de superar um modo capitalista não pode ser construído com uma lente capitalista, como é vista a competição intracapitalista, o que implica em vislumbrar maior lucratividade, maior resultado a base de menor custo, desrespeitar regras sociais ou destruir o meio ambiente para ter vantagens econômicas. Esse processo capitalista é realmente imbatível em uma sociedade de supremacia do trabalho, mas no momento contemporâneo - em que o mundo material (do trabalho) e o universo cultural (do pensamento) estão em um novo patamar de realidade - um modo de produção socialmente digno pode se sobressair sobre outro mais perverso, ainda que este

² Não nos deteremos aqui para discutir os conceitos de modos de produção historicamente definidos pela sociologia, o que demandaria um trabalho bastante complexo. Mas como esclarecimento, esse novo modo de produção referido significa dizer uma forma de produção econômica diferenciada do processo predominante na atualidade e que se constituiu com a consolidação do capitalismo.

último seja mais rentável. A extensão técnica do espaço mediador alcançou um tal ponto de profusão social que passaram a afetar diretamente a vida, credibilidade e rentabilidade de empresas.

É possível que esse novo modo de produção já esteja em plena força nascente, visto que o número de fundações sem fins lucrativos no Brasil cresceu 157% em seis anos (entre 1996 e 2002).³ O caminho que tomarão essas instituições é difícil prever, mas novos valores estão sendo colocados sobre o modo de produção capitalista, assim como o capitalismo absorverá novas mudanças para sobreviver. Para os atores sociais, a construção de um novo modo de produção deve estar em sintonia com o novo ambiente propiciado pela tecnosfera, o que implica em participar do espaço de mediação social de forma mais igualitária ou, pelo menos, com representantes no novo patamar de realidade de atuação dos tecnosujeitos. É preciso construir em conjunto um modo de produção material e um modo de produção simbólico, capazes de ocuparem não só o mundo do trabalho, mas também o *espaço da mediação social*. Os empreendimentos de mídia, constituição de portais de Internet, jornais, emissoras de rádio, televisão, editoras, gravadoras, distribuidoras e outros não são simplesmente os símbolos da sociedade contemporânea de deslocamento do trabalho para o universo simbólico; eles constituem o próprio espaço da mediação social.

Assim como foi possível constituir uma utopia dentro da esfera pública burguesa associada a um modo de produção, talvez seja possível construir uma nova utopia social em que se entenda, como uma unidade, as esferas do trabalho e da cultura.

³ Essas entidades representam 5% do total de empresas que estão no cadastro Central de Empresas do IBGE. Cf. GOIS, Antônio. *Terceiro Setor cresce 157% em seis anos. Folha de S. Paulo*, 11 de dezembro de 2004, pág. C3.

Apesar de muitos sindicatos no Brasil serem economicamente fortes, eles ainda não conseguiram fazer com que a sua crítica ao modelo econômico ecoe na sociedade de uma maneira que traga benefícios permanentes para a massa dos trabalhadores. Essa incapacidade está hoje exacerbada pelos efeitos da tecnosfera, que impôs um novo espaço de mediação social de caráter privado. Os trabalhadores não conseguem ocupar o espaço da mediação social, não anseiam construir tecnoatores, e continuam como atores tradicionais.

Na área sindical as estratégias de comunicação parecem se resumir a manter um grupo no poder e satisfazer pretensões do grupo de poder dessas entidades, salvo exceções de caráter humanitário e social. Isso porque constroem uma fervorosa e ideológica linguagem de comunicação, que os fazem satisfeitos, com o dever cumprido, apesar de estarem impedindo que os temas de interesse dos associados cheguem a um público mais amplo e que se exponha suas idéias à contradição e ao diálogo social.

A comunicação sindical, diferente da imprensa que se institucionalizou criando sua própria linguagem e dialogando com vários setores sociais, ficou restrita a categorias específicas, ou seja, a um público mais limitado que a própria classe trabalhadora em sua diversidade. Por isso, é possível afirmar que nunca existiu *imprensa sindical*, mas sim uma comunicação sindical, talvez um jornalismo sindical. E esse drama, de estar ausente do *espaço mediador social*, fica patente em um cartaz produzido no final dos anos 90 pela Oboré assessoria de comunicação sindical (veja figura 18). O cartaz traz os logotipos de dezenas de jornais sindicais e o título diz: “A imprensa Sindical Existe”. Essa é a prova concreta de sua não-existência. A partir do momento que é necessário afirmar sua identidade para si próprio e para a sociedade, é porque seus interlocutores não a reconhecem. Ninguém inicia uma fala afirmando sua existência, assim como ninguém em ágora Antiga ou na praça pública da Idade Média necessitava justificar sua

existência, visto que estar presente a esse espaço já implicava em uma existência reconhecida pelos interlocutores. Não é possível ser o que não se é. Se se está fora do *espaço mediador social* é inevitável uma crise existencial. Não se pode ser sujeito no sentido tradicional, quando se vive sob uma tecnosfera em que os sujeitos são, paradoxalmente, mediadores, ou seja, tecnosujeitos.

A imprensa engendrada no processo da esfera pública burguesa se formou em um longo e lento processo de institucionalização e diálogo social, fundado nas energias utópicas de uma classe que buscava valores universais. A diferença é que os jornais sindicais perseguem valores corporativos. Quem não pertence à categoria dos trabalhadores apresentados nesses jornais não se interessa pela especificidade da discussão. Além disso, os próprios trabalhadores podem também não se interessar se, por algum motivo, divergem da postura ideológica ou versão dos seus próprios representantes. Esse tipo de comunicação se restringe ao espaço privado (corporativo) dos grupos e organizações. Esses jornais podem dizer o que quiserem, infinitamente, já que não há quem os ouça. O *espaço mediador social* foi deslocado, está em outro patamar de realidade. Por isso, quando precisam falar à sociedade, recorrem às grandes empresas de comunicação.

Em última instância, a estratégia de comunicação dessas entidades se expõe a uma dupla contradição: a primeira se dá na sua relação com a grande imprensa. Elas não reconhecem a necessidade de se estabelecer projetos para disputar o *espaço mediador social* ocupado pela mídia, mas ao mesmo tempo mendigam espaços na mídia em ocasiões de conflito. Quando o espaço da mídia lhes é negado, é permitido rotulá-la ainda mais de burguesa, fazendo com que a percepção da realidade se cristalice na contradição de classes. Esse problema poderia engendrar um processo de consciência crítica sobre o espaço público, mas produz, ao contrário, uma forma acentuada de cegueira, ao vislumbrar a

grande imprensa como algo, em sua exclusividade capitalista e pertencente à indústria cultural. A classe trabalhadora só poderá criar espaços mediadores a partir do momento em que reconhecer seus interlocutores como tecnosujeitos, isto é, como espaços mediadores.

A segunda contradição é ainda mais grave porque os papéis se invertem: a comunicação que os sindicatos estabelecem fica restrita ao campo privado, no sentido de corporativo, enquanto que, diferentemente, a dita grande imprensa ocupa um espaço público de mediação, a praça pública, apesar de ser uma empresa explicitamente de caráter privado.

Essas contradições chegam a provocar uma espécie de alienação nos próprios trabalhadores, como aconteceu no primeiro semestre de 2000, durante a greve dos servidores públicos de Campinas e dos professores e funcionários da Unicamp e PUC. A cidade ficou com os três hospitais públicos com atendimento restrito, a prefeitura decretou situação de emergência e principal emissora de televisão, EPTV (afiliada da Rede Globo), simplesmente não noticiava a greve. Quando raramente noticiava, mostrava os problemas causados. Na eminência de terminar a greve dos servidores municipais, uma equipe de reportagem da EPTV foi mobilizada para a cobertura. Ao chegar próximo aos manifestantes, na rua ao lado da Prefeitura, os repórteres foram hostilizados e alguns trabalhadores tentaram derrubar o equipamento do cinegrafista. Coincidência ou não, na Inglaterra do início do século XIX, trabalhadores ludistas⁴ destruíram máquinas têxteis, pois acreditavam que elas roubavam seus empregos. Os trabalhadores brasileiros do início do século XXI parecem continuar no mesmo embate contra a técnica. É certo que as máquinas têxteis não foram as geradoras da expropriação dos trabalhadores, assim como as câmeras de vídeo não engendram

⁴ Atuando entre 1811 e 1816, trabalhadores ingleses liderados por Ned ou King Ludd, por isso chamados de ludistas, rebelaram-se de destruíram máquinas (HOBSBAWN, Eric, Paz e Terra, 1986).

a exclusão deles do debate público. O ato dos servidores municipais pode ser o simbólico de repúdio a uma emissora de televisão, mas não resolve a sua mudez. A praça, a rua, o espaço público realmente não estão mais onde estiveram um dia.

No processo de luta dos trabalhadores, Gramsci mostra de uma forma bastante clara o significado da formação do partido político. Nele, os elementos característico de um grupo social e econômico são superados para dar lugar a preocupações mais gerais, que envolva um projeto nacional.

“Um comerciante não passa a fazer parte de um partido político para poder comerciar, nem um industrial para produzir mais e com custos reduzidos, nem um camponês para aprender novos métodos de cultivar a terra, ainda que alguns aspectos destas exigências possam ser satisfeitos no partido político. Para estas finalidades, dentro de certos limites, existe o sindicato profissional, no qual a atividade econômico-corporativa do comerciante, do industrial, do camponês, encontra seu quadro mais adequado” (GRAMSCI, 1979, p.15).

Aqui talvez se localize a crise existencial da comunicação dos trabalhadores. Assim como um partido definido por Gramsci, a comunicação deve superar o momento econômico-corporativo para se estabelecer como um possível mediador da sociedade. A comunicação deve se estabelecer como uma nova instância utópica; deve ocupar um pouco do espaço do partido, no sentido de buscar um projeto hegemônico para a sociedade.

Nas sociedades contemporâneas, não dá para pensar o conceito de “bloco histórico”⁵ sem levar em conta o espaço da mediação social. Há uma passagem de Gramsci, sobre partido político, que não é mera coincidência: “Essa função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas), são

⁵ Na concepção de bloco histórico, diz Gramsci, “as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma – sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais. (GRAMSCI, 1978, p. 63)

também eles “partidos”, “frações de partido” ou “funções de um determinado partido” (GRAMSCI, 1968, p.23). Não tomemos isso ao pé da letra, como bem sinaliza Gramsci com as aspas. Órgãos de Imprensa não devem ser partidos, mas sabemos que nenhuma comunicação é pura. Ela traz em si uma cultura, uma concepção de mundo com interesses próprios, mas também pode, como ocorreu com a imprensa, experimentar uma evolução histórica de institucionalização e mediação social. Mais que isso, reconhecer que o processo de comunicação no *espaço mediador social* é inerente ao processo de troca de mercadorias. As trocas de bens materiais e simbólicos em um espaço híbrido social não é uma invenção do processo capitalista, mas algo historicamente inscrito nas sociedades complexas.

Um grande desafio para as classes trabalhadoras seria a construção de espaços mediadores sociais para o debate de temas que interessam a toda sociedade e, ao mesmo tempo, que estejam abertos ao confronto com grupos antagônicos. Criar uma comunicação dialógica que esteja acima dos interesses corporativos e econômicos de grupos ou categorias, mas que estabeleça as pautas para uma sociedade menos desigual. O que se faz necessário é ter um novo entendimento sobre a mídia, que implica em uma radical mudança. É preciso apagar da consciência o que entendemos por mídia e reconceituá-la ou, parafraseando Ianni sobre sociedade civil, é preciso reconstruí-la.

2. Os evangélicos: a fé na mídia

Apesar de não ser possível classificar essencialmente como sociedade civil, as religiões podem ser entendidas como mais um grupo de interesse dentro da sociedade contemporânea. Os grupos religiosos atuam de forma semelhante a outros grupos ou setores sociais, na defesa de seus interesses, sua cultura, sua

ideologia etc. E, mais importante, excluindo os empresários do setor de mídia, são as religiões que melhor compreenderam o espaço mediador social da tecnosfera. A igreja católica ainda tateia o espaço técnico⁶ porque sempre foi relativamente bem aceita nesse espaço durante décadas. Parecia ser dispensável desbravá-lo como o fez com o espaço físico do planeta no período das grandes navegações. Diferentemente, as igrejas evangélicas avançam pragmaticamente no espaço técnico. Elas sabem que o pároco que tentava colocar ordem na praça, procurando se fazer mediador dos interesses sociais - seja limitando o teor de discussões acaloradas ou mesmo censurando o beijo dos namorados - é hoje coisa do passado. Quem media as discussões são os tecnosujeitos.

Quando se vê no Brasil de hoje os pastores em praças públicas vociferando e gesticulando em um teatro assustador, pode se pensar que eles realmente considerem a praça pública em sua essência, como o local nobre do seu proselitismo, como um espaço de entendimento e diálogo social. Mas não é verdade, a praça passou a ser um simples palco para ensaios, um treinamento para se ter melhor desenvoltura diante das câmeras. A praça, o espaço físico da sociedade, foi transformada em um espaço de aprendizado para a profissionalização da mídia. Os pastores sabem que sua igreja não vinga com as dezenas de pessoas que passam pela praça, mas pelas milhares que estão em suas casas, geograficamente disseminadas, mas dentro do tecnoespaço.

Os evangélicos, principalmente com a desenvoltura da Igreja Universal do Reio de Deus, é o grupo que melhor compreende o espaço técnico na sociedade civil. Isso pode ser entendido pela sua própria origem, a Universal foi criada em 1977, já em uma sociedade tecnificada. Ela se origina dentro de um período de proeminência da tecnosociedade. Diferentemente, a Igreja Católica tradicional, é

⁶ A igreja católica mantém a Rede Vida de televisão e outras emissoras de rádio e televisão ligadas a grupos religiosos carismáticos e outros. Mas ainda não foi capaz de constituir um espaço mediador nacional.

uma instituição fundada em 313, e se forma nos séculos seguintes, em um período em que o *espaço mediador social* se caracterizava pelo ambiente físico, geográfico. Naquele momento, o poder de diálogo social estava mais na imobilidade, representada pela retenção e controle do conhecimento em locais específicos: templos, escolas, mosteiros, universidades.

Os evangélicos da Universal surgem em um ambiente em que o conhecimento está subjugado pela informação e pela velocidade. Em menos de 30 anos, Igreja Universal cresceu espantosamente. Ela conhece a lógica da mídia como espaço público e também reconhece a lógica da globalização.

“A Argentina também começa a experimentar o fenômeno já identificado no Brasil há alguns anos: o crescimento das igrejas evangélicas. Segundo o jornal *La Nacion*, a Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo, foi o culto religioso que mais cresceu nos últimos anos na Argentina, um país historicamente dominado pela Igreja Católica. Há 12 anos no país, a Universal já conta com 80 igrejas e milhares de fiéis. Sua estratégia de crescimento é a mesma utilizada no Brasil: difusão de programas evangélicos na mídia. Edir Macedo, que no Brasil controla a TV Record, também já seria proprietário da Rádio Buenos Aires e teria feito ofertas de compra às tradicionais rádio Rivadavia e TV América 2. Para isso, a Universal teve que driblar a legislação local, que proíbe que cultos religiosos estrangeiros controlem meios de comunicação, com a formação de sociedades com empresários e produtoras locais” (SANDRINI, 2002, p.B3).

Nem um grupo ideológico ou religioso entendeu tão bem o funcionamento da mídia na modernidade como a Igreja Universal. Ela investiu pesado em rádios e emissoras de TV e viu crescer seus filiados (fiéis) de 268 mil para 2 milhões entre 1991 a 2000. Algo impressionante, um crescimento de 648%, um número bem acima de suas concorrentes evangélicas. Com isso, alcançou relativo peso no diálogo social nos últimos anos. Em pesquisa realizada pelo Datafolha para verificar a percepção de poder das instituições pela população no final de 2003, a Universal foi a que teve maior crescimento, 10% com relação ao poder de influência e 17% em relação ao prestígio. “Em 1995, 29% dos entrevistados

atribuíam alto prestígio à igreja, enquanto em 2003, 46% deram essa resposta. Há oito anos, 39% das pessoas acreditavam que a instituição detinha muito poder de influência no país. Hoje, 49% pensam dessa maneira” (CARIELLO e MARREIRO, 2004, pA4).

A compreensão do *espaço mediador social* pela Universal está expresso nas empresas que controla, ou seja, são principalmente (ou exclusivamente) empresas de mídia, em que o produto material (objetivo) está em confluência como a emissão simbólica (subjetiva). Em janeiro de 2005, ela já controlava abertamente a *Rede Record e Rede Mulher* (TV), *Folha Universal* (jornal impresso), *Rede Aleluia* (Emissoras de Rádio) e *Line Records* (gravadora).

Quando a Universal comprou a *Rede Record*, seu grande passo, ela não editorializou e nem sacralizou a programação, mas trouxe uma nova cultura, uma cultura evangélico-capitalista. Ela descobriu a mídia como um *espaço mediador social*, como uma lente, um filtro, uma peneira. A *Rede Record* não foi transformada em sujeito, mas em tecnosujeito, um sujeito mediador, que serve para mostrar como o mundo é sob seu olhar, não para dizer explicitamente que esse olhar é uma defesa ideológica. E uma experiência do mundo nunca é igual à outra. A Universal ocupou um espaço público em que sua experiência do mundo permeia e define uma realidade. Pode-se dizer que a Universal é apenas mais um grupo capitalista, mas isso seria reduzir a compreensão da realidade.

Entre as 12 instituições pesquisadas pelo Datafolha para saber a percepção de poder por parte da população, chama a atenção o sindicato dos trabalhadores, que ficaram em penúltimo lugar, na frente apenas dos partidos políticos. Para 62%, os sindicatos não têm nenhum poder e prestígio. Essa diferença não pode ser limitada simplesmente à capacidade financeira. Há uma diferença de percepção sobre o *espaço mediador social*.

A Universal atinge poder e influência na sociedade porque atua efetivamente não só no espaço mediador da mídia como também do parlamento. Em 1994 elegeu 6 deputados, já em 2002 conseguiu eleger 18, sendo 9 pelo PL (Partido Liberal). Mas ela não está satisfeita com sua participação no parlamento. Ela já estrutura um partido próprio, PMR (Partido Municipalista Renovador).⁷ Como vários políticos do Brasil, ela também deseja estar nos dois principais espaços mediadores: o Legislativo e o midiático.

Isso deixa ainda mais evidente a relação direta que Ianni (2000) coloca entre sociedade civil enfraquecida e mídia onipresente. Se se entender as religiões com parte da sociedade civil, é inevitável afirmar que essa parte está fortalecida. Diferente dos sindicatos, a Igreja Universal constituiu a comunicação como uma nova instância utópica, mas não desprezou a instância partidária e nem a de troca de mercadorias.

3. Os ambientalistas: o dinheiro late, mas não morde

O movimento ambientalista nasce com a força da energia utópica. Acredita na possibilidade de transformar a sociedade moderna de forma que ela não destrua o meio ambiente natural ou, mais modestamente, não destrua de forma catastrófica. Assim como os trabalhadores, uma das maneiras encontradas para levar essa utopia para toda a sociedade foi através da formação de partidos políticos, os chamados partidos verdes. Tanto para os trabalhadores como para os ambientalistas, o espaço mediador parlamentar tem grande relevância.

⁷ Conforme matéria de Rafael Cariello. "Universal inicia criação de partido político". *Folha de S. Paulo*, 13 de janeiro de 2005. Pág. A7.

No entanto, o movimento ambientalista não pertence ao mesmo momento histórico que os sindicatos, que são organizados no início do processo industrial. Os ambientalistas surgem com o sistema capitalista já completamente implantado e, justamente, por causa do grande desenvolvimento alcançado. Eles também são oriundos de um período social tecnificado, em que os espaços mediadores estão ocupados pelas diversas formas tecnológicas e de mídias. Além disso, mesmo formando partidos políticos, já vislumbram um certo desencanto com as representações das instâncias partidárias existentes. Assim, eles também se caracterizam pela organização e fortalecimento da sociedade civil através de pessoas jurídicas chamadas organizações não-governamentais (ongs), surgidas principalmente a partir da segunda metade do século XX. As ongs podem ser analisadas como uma forma de deslocamento de uma política partidária clássica e insuficiente para novos espaços de mediação. O Brasil contava com 400 ongs em 1985 e saltou para 1.300 em 1991. Em 1992 havia mais de 6 mil ongs na América Latina (PRINCEN e FINGER, 1994, p.02). É certo que há atualmente uma grande diversidade de ongs, que percorrem do conservadorismo ao radicalismo.⁸ E isso é natural que ocorra, visto que a abertura de novos espaços mediadores atrai novos atores para o conflito e para o diálogo.

Para Sá, a conceituação de ong inclui sua qualificação como “pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, prestadora de serviço público” (SÁ, 1996, p.43). Essa definição normativa é importante porque já mostra uma nova relação com o poder econômico. Apesar de surgirem da degradação provocada pelo capitalismo no meio ambiente natural, as ongs ambientalistas não demonizam o dinheiro como setores do sindicalismo nem o endeusam como o capitalismo evangélico. Esse entendimento, presente de um modo geral dentro do

⁸ Ver GUDYNAS, Eduardo. *NGOs facing democracy and globalization: the challenges in Latin América.* e SVIRSKY, Enrique. *Ongs e Meio Ambiente.* Debate Sócio-ambiental, ano 3, num. 10. jul/out. 1998.

movimento, fez com que esses grupos pudessem se desenvolver economicamente e alcançar grande quantidade de adeptos, mesmo sendo organizações sem fins lucrativos.

Longe da rudeza dos conflitos do início do capitalismo quando surge o sindicalismo, o movimento ambiental é formado na segunda metade do século XX, entre pessoas das classes médias intelectualizadas dos grandes centros urbanos (FERREIRA, 1998). Alguns grupos ambientais, com isso, superam o “paradoxo aparentemente irresolúvel” apresentado por Harvey, quando diz que grupos utópicos e sociais se definem diretamente em termos de antagonismo ao poder do dinheiro e “das concepções racionalizadas do espaço e do tempo sobre a vida cotidiana” (HARVEY, 1998, p.217). Eles entenderam que o dinheiro não é em sua essência tirânico. E isso é o que ensina a história, apesar de ele poder facilmente se comportar dessa forma. O dinheiro não é ideológico e, por isso, capital sempre guerreou contra o próprio capital desde o início do capitalismo. Um desafio (ou paradoxo) para os grupos utópicos e sociais talvez seja domesticar o capital para tornar viável uma utopia.

O WWF (World Wildlife Fund), como diz o próprio nome, já surge como um fundo de arrecadação e gerenciamento de recursos em prol da causa ambiental, ou seja, surge para subordinar o dinheiro à utopia. Em apenas oito anos, entre 1983 e 1991, sua renda passou de US\$ 9 milhões para US\$ 53 milhões e seus membros aumentaram de 94 mil para mais de 1 milhão. Em 1998, a entidade possuía 4,7 milhões de filiados. E um orçamento anual de 293 milhões. O grupo também não tem pudores para comercialização de objetos-simbólicos, produtos que expressam as idéias do grupo como bonés, camisetas, agendas, livros etc. Da mesma forma, o Greenpeace em apenas cinco anos, de 1985 a

1990, passou de uma renda de US\$ 24 milhões para 100 milhões e de 1,4 milhão de filiados para 6,75 milhões.⁹

Assim como o grupo dos evangélicos da Universal, o ambientalismo é um movimento que surge dentro da tecnosfera e com melhor capacidade e desenvoltura para atuar nesse espaço, apesar de ter surgido como um ator em defesa da primeira natureza, de um equilíbrio ecológico global e em conflito direto com o modo de produção capitalista.

Essa capacidade fez com que os ambientalistas também conseguissem atuar com rapidez no *espaço da mediação social*. No Brasil, por exemplo, a agenda ambiental entrou na pauta política do país mesmo antes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), como mostra Rodrigues (RODRIGUES, 1998)¹⁰. Ao analisar a cobertura da grande imprensa na ECO-92, Andrade (1994) justifica a pesquisa mostrando a importância da mídia para a consciência ecológica e como forma de pautar a discussão social ou a “opinião pública”.¹¹ Vários outros trabalhos estudam a relação entre meio ambiente e mídia, especificamente tentando entender a postura da mídia com relação às demandas ambientais da sociedade e dos grupos ecológicos.¹² Mas na perspectiva dos tecnosujeitos, a cobertura jornalística da mídia crescente nas últimas décadas sobre questões ecológicas corresponde a mais uma captura própria do *espaço de mediação social*, mais uma leitura e incorporação de grupos sociais diversos dentro do espaço público.

⁹ Ver FERREIRA, Lúcia C. *Ambientalismo Brasileiro nos Anos 90: crise e oportunidade de emancipação*. Nepam/Unicamp. (Texto apresentado no XXI International Congress of Latin American Studies Association. Chicago, Illinois. 1998. pág. 5. e PRINCEN, T. and FINGER, M. *Environmental NGOs in world politics*. Routledge, London, 1994. pág. 2 e 3.

¹⁰ Ver capítulo 2: “Problemática ambiental: algumas dimensões atuais” (RODRIGUES, 1998).

¹¹ Ver Capítulo 1: “Questão Ambiental e Meios de Comunicação: uma introdução teórica”. (ANDRADE, 1994)

¹² Ver LaMAY, C. e DENNIS, Everette E. *Media and the Environment*. Island Press, Washington, 1992. e RAMOS, Luís Fernando Angerami. *Meio ambiente e Meios de Comunicação*. Annablume, São Paulo, 1995.

Isso demonstra a força gravitacional e capacidade de institucionalização dos tecnosujeitos, que se transformam de acordo com a emergência de novas demandas sociais. Mas a questão do espaço mediador para os ambientalistas não está na forma ou capacidade da mídia para absorver a problemática ambiental, mas como os ambientalistas absorvem o ambiente técnico, ou melhor, como as demandas ambientais se inserem no espaço mediador social contemporâneo por sua livre iniciativa.

O WWF e Greenpeace, assim como outros grupos bem sucedidos na propagação e adesão de suas propostas, conseguiram ocupar o espaço mediador social por meio de formas alternativas, seja através de anúncio televisivo ou do enfrentamento, produzindo imagens sedutoras para as grandes redes de mídia. Pode se questionar as propostas e métodos adotados por essas duas entidades, mas não a sua capacidade ocupar o espaço mediador, de trabalhar o imaginário social, assim como sua importância para fortalecer o debate sobre o meio ambiente. Marzoichi (2000), que faz um estudo sobre a utilização da internet pelas ongs, diz que no Brasil, são as ongs ambientalistas que mais recebem recursos (na totalidade de investimentos estrangeiros, prestação de serviços, venda de produtos e contribuição de afiliados) e são as mais investem em novas tecnologias de comunicação. No entanto, isso não é suficiente. A própria autora admite o poder mediador das mídias frente ao poder ideológico dos atores:

“parece não haver condições para o uso exclusivo das novas tecnologias como instrumento de campanha e conscientização, já que os impactos sociais produzidos pelos grandes meios de comunicação são inegavelmente superiores aos efeitos políticos que apenas o uso da internet, por exemplo, poderia provocar” (MARZOCHI, 2000, p.102 e 141).

Apesar do avanço dentro da tecnosfera e do uso de grande quantidade de recursos financeiros, a atitude das ongs ambientalistas é caracterizada por uma postura tradicional dos atores políticos. Eles não conseguiram se estabelecer

como tecnosujeitos. Assim como no sindicalismo, os ambientalistas também vivem uma crise com relação ao *espaço mediador social*. Ora existem, ora não existem no espaço complexo dos tecnosujeitos. Mas vale diferenciá-los dos sindicatos porque não é na produção de espaços de defesa da categoria ou de classe que os ambientalistas buscam sua existência, mesmo porque eles não são uma categoria ou classe. Eles são fundados em uma energia utópica que suscita o interesse coletivo e, por isso, atrativos aos tecnosujeitos. Por isso, puderam apostar em uma existência condicionada ao contato com a grande mídia.

“O Greenpeace sem a capacidade de passar informações para a opinião pública, sem essa capacidade, ele não existe. E acho que nenhuma ONG poderia. Se quer ampliar sua capacidade de interferir na sociedade, não pode jamais abrir mão de ter um contato freqüente com os meios de comunicação”.¹³

Nessa perspectiva, o ambientalismo não se estabelece como um tecnosujeito, mas define sua existência na dependência dos tecnosujeitos, formando uma espécie de inquilinismo¹⁴.

Mesmo tendo surgido na tecnosfera, desenvolver esse inquilinismo e possuir a força do ator tradicional, o ambientalismo não conseguiu ocupar um lugar suficiente no *espaço da mediação sócia* e começou a perder força. Atitudes de enfrentamento, com ações diretas para chamar a atenção da mídia, parecem ter alcançado um limite, um desgaste com o decorrer dos anos. Depois dos anos de crescimento, o Greepeace começou a declinar. Em 1994, sobraram 4 milhões de sócios dos 6,75 milhões anteriores e, em 2000, eram 2,4 milhões. Nos EUA, onde a situação foi pior, “o quadro de associados caiu de mais de 1 milhão no início dos anos 90 para 300 mil” (JOBIM, 2000b, p.A7). Uma das causas da queda seria a fadiga da mídia e da população em relação às táticas espetaculares e

¹³ Cf. GUIMARÃES, R. Gerente de comunicação do Greenpeace Brasil, em 18/05/99. Apud: MARZOCHI, Samira Feldman, 2000, p. 139)

¹⁴ Inquilinismo aqui usado como conceito ecológico: O *inquilinismo* ocorre quando uma espécie se abriga no corpo da outra sem causar prejuízo nem benefício. É como se fosse um morador de aluguel, mas que não paga a conta no fim do mês. Ele se torna um inquilino, isto é, um morador cuja casa é outra espécie.

circenses de ação direta. O que o Greepeace conseguiu foi criar um método de ocupar o *espaço mediador social*, que não lhe pertence. Foi bem sucedido durante um tempo, mas depois virou folclore. Método é caminho, não pode ser espaço. Os ambientalistas acabaram por se portar como um ator tradicional marcadamente ideológico em relação ao meio ambiente. Mas no espaço mediador técnico, a convicção perde terreno para a ponderação.

Os tecnosujeitos não entram em confronto, apenas analisam, argumentam e expõe o contraditório; para defender um ambiente equilibrado não é necessário editorializar a linguagem nem falar especificamente de ecologia. Talvez seja por isso que Schelleberger afirmou que os ambientalistas norte-americanos são “politicamente autistas”.

“Eles só se importam em falar sobre coisas que eles desginaram como ‘ambientais’, e insistem nas mesmas estratégias que têm falhado nos últimos 20 anos (...) Você não precisa falar de aquecimento global para realizar as ações necessárias contra ele, então porque falar?”¹⁵

Essa diferença também pode ser expressa de outra maneira. Segundo Ferreira (1998b), alguns setores do ambientalismo preferem atuar como grupo de interesse ou grupo de pressão, tal qual este é definido pela sociologia americana, já que prioriza uma ação voltada ao mercado político, pressionando o Estado a reconhecer demandas que não são reconhecidas como reivindicação da parcela significativa da sociedade.

O entendimento do *espaço da mediação social* e dos tecnosujeitos não implica em negação da atuação tradicional e das características corporativas e ideológicas dos grupos sociais. Se isso acontecer, esses grupos se descaracterizam e se transformam em grupos essencialmente mediadores. É necessário compreender o paradoxo instaurado pelo ambiente técnico, que é estar em dois espaços ao

¹⁵ Cf ANGELO, Cláudio. “Ambientalismo sofre de esclerose, diz americano”. Entrevista com Michael Schelleberger. *Folha de S. Paulo*, 14 de fevereiro de 2005. pág. A16.

mesmo tempo e com configurações independentes: uma que atua, outra que media, mas que não se misturam e não se separam.

4. Os políticos: as tecnocapitanias

O espaço mediador social é por excelência um espaço de mediação política, assim como o parlamento, que também faz uma mediação política e cultural. Algumas semelhanças no próprio linguajar entre o parlamento (câmaras municipais, assembléias legislativas, câmara federal e senado) e a mídia (jornais, revistas, emissoras de rádio e TV etc.) são bastante significativas para entender o espaço público da mediação na sociedade contemporânea.

Esses dois espaços são capazes de definir, através de um diálogo constante entre eles, quais os assuntos que devem ser discutidos pela sociedade. O parlamento debate para que os deputados estabeleçam normas sociais e a mídia expõe para que a sociedade tenha acesso ou tome conhecimento. Até o jargão parlamentar e o de uma redação jornalística são os mesmos para o termo pauta. O que está em pauta no congresso? (ou seja, o que os parlamentares estão debatendo e votando) Qual a pauta da redação? (quais fatos aparecerão na próxima edição do veículo). Os fatos cotidianos deixam isso de uma forma bem clara: quando a seleção brasileira de futebol participa do campeonato mundial do outro lado do planeta, a cidade e o país parlamentam sobre futebol. Se a novela das 8h está intrigante, a cidade e o país parlamentam sobre a novela. Se o MST faz grandes manifestações em todo o país e a imprensa dá importância, o país discute reforma agrária ou desordem pública, dependendo da pauta. Essa semelhança não se expressa apenas na linguagem ou no espaço de debate público. Ela também está presente na atuação dos políticos que compõem o

parlamento. Os políticos são os que melhor entenderam o significado do *espaço mediador social*.

O Brasil mantém um sistema de controle dos meios de comunicação de massa muito semelhante com o controle social exercido pelos senhores de engenho, os coronéis, que mantinham em si uma espécie de controle político, econômico e criminal, à semelhança do sistema feudal. Através de processos denominados de licitação e concessão, o governo brasileiro permite a utilização dos principais meios de comunicação de massa (Rádio e TV). O processo de licitação para emissoras comerciais, instaurando a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, não passa de uma artimanha engenhosa que permite somente às elites políticas e econômicas controlar o espaço mediador social. Aparentemente liberal, o modelo de licitação é plutofeudal.

Através da concessão (ou atualmente de leilões milionários), o governo outorga a setores privados que lhe interessa o direito de ser o mediador da comunicação no país. Assim, vive-se sem pudor um sistema pré-liberal, visto que não são as leis de mercado que determinam qual empresa de comunicação tem o direito de existir, mas sim a empresa de comunicação que tenha acumulado dinheiro ou boas relações com a elite política, já que pode obter empréstimos benevolentes. Diferentemente, para se montar uma padaria ou uma mecânica automotiva, existe legislação liberal muito clara, regras definidas pela vigilância sanitária e pelas leis de zoneamento das cidades. Livres da licitação e da concessão, o padeiro e o mecânico – independente de seu poder financeiro e político - montam seu empreendimento econômico no local que lhe convém, independente se na esquina mais próxima há um concorrente. Os melhores padeiros e mecânicos ficam, enquanto os outros mudam de atividade. Esse é o liberalismo que ainda não chegou aos meios de comunicação por um simples motivo: eles são *espaços mediadores sociais*.

Na verdade, vive-se nesta área uma espécie de capitalismo feudal, ou o que Habermas chamou de “refeudalização da esfera pública”. Os conglomerados de mídia estão estabelecidos em tecnocapitanias regionais ligadas principalmente a empresas e grupos políticos. Os coronéis do ar não aceitam concorrência liberal, para que sua verdadeira face se mostre, assim como os coronéis da política não aceitam a liberdade de comunicação, o que lhes trariam desordem aos currais eleitorais. Na verdade, os coronéis do ar e da política pertencem aos mesmos grupos. E veja, não se está falando aqui de regiões específicas e de baixa renda no interior do Brasil. Isso é uma normatização do Estado.

As tecnocapitanias não podem ser entendidas simplesmente como capitaniais técnicas; elas não são capitaniais que somente exercem o poder, mas capitaniais que controlam e mediam o espaço técnico. Elas também precisam ser compreendidas dentro da tecnosfera e do paradoxo que emerge com os tecnosujeitos. Assim fica claro entender porque o cadastro oficial dos acionistas das emissoras de rádio e televisão só se tornou público em 2003, na gestão de Miro Teixeira, no primeiro ano do governo Lula (LOBATO, 2003, p.A10). Os políticos gostam do espaço técnico, mas não gostam de aparecer como donos de emissoras de TV e rádio, apesar de controlarem direta ou indiretamente grande parte da radiodifusão no Brasil. Se forem reconhecidos como donos, as empresas de comunicação se desqualificam como espaços mediadores.

Os governos do Brasil e de diversos países, a propósito de manter o controle desse *espaço mediador social*, privilegia grupos privados, ideologicamente afinados, com concessões de rádio e TV. Mas os meios de comunicação são espaços públicos que buscam sempre fugir ao controle governamental, por isso criticam tanto a censura e defendem arduamente a sua liberdade de expressão. A satisfação dos meios de comunicação se dá com uma conquista social realmente impressionante: usar o *espaço mediador social* sem interferência governamental e ser

proprietário de um parlamento deslocado, desterritorializado, privatizado. Não é por acaso que grande parte ou a maioria das empresas de comunicação no Brasil pertence a grupos ou a políticos diretamente. Dessa forma, eles controlam, dentro de seus limites e possibilidades, os dois parlamentos: o Legislativo (estatal) e o midiático (não-estatal). Ou seja: os principais espaços mediadores da sociedade.

Mas esses dois espaços são também e paradoxalmente, atores. Eles se completam e dialogam com os temas que julgam serem importantes para a sociedade. São tecnosujeitos capazes de estabelecer entre si debates e discussões. Não há coincidência no fato de as discussões da Câmara Federal, Senado, Assembléias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais serem as mesmas discussões que estão nos jornais e vice-versa; e nem é um problema de linha editorial o fato de os jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, na sua grade jornalística, serem tão parecidos, trazerem as mesmas matérias e assuntos. Eles estão dialogando entre si, dentro de um novo ambiente, dentro da tecnosfera. Os tecnosujeitos são espaços que dialogam e se interferem num fluxo contínuo e independente do sujeito real, do indivíduo concreto.

No Brasil, particularmente, os políticos são os verdadeiros controladores dos tecnosujeitos da contemporaneidade; talvez sempre tenham sido, quando antes da existência de mídias, desenvolveu-se a retórica sedutora, libertadora ou moralista. Mas atualmente eles conseguem esplendidamente atuar em dois espaços mediadores sociais, o parlamento e a mídia; com isso, podem ter certo controle sobre a pauta do país inteiro.

Antônio Carlos Magalhães, senador do PFL, é um dos exemplos emblemático. Ele possui a *Rede Bahia*, que congrega seis emissoras de televisão que transmitem os sinais da *Rede Globo*, uma gráfica, o jornal *Correio da Bahia*, segundo maior jornal de Salvador, além de ter a *BCT* (Bahia Cabo

Telecomunicações – empresa de TV a cabo), *Bahiasat Comunicações* (opera serviços de TV a cabo), *Salvadorsat Comunicações* (opera serviços de infra-estrutura de TV a cabo), *Santa Helena Serviços de Informática e Comunicação* (provedor de acesso à internet) e *Bahia Eventos* (organização de shows e eventos de lazer) (GRAMACHO, 2000). Na Bahia são os Magalhães; mas no Pará são os Barbalhos; no Maranhão, os Sarney; em Alagoas, os Collor de Mello; no Rio Grande do Norte, os Alves; no Paraná, os Pimentel e por aí vai por todos estados e cidades politicamente importantes da federação.

Esse caráter feudal e promíscuo da elite política brasileira na área comunicacional é algo que está inscrito nas raízes da desigualdade social da cultura política brasileira. Teresa Sales denomina de cidadania concedida o mínimo de direitos que os homens livres e pobres ganhavam como favores dos senhores de terra, que detinham o monopólio privado do mando. Para ela, os primeiros direitos civis necessários à liberdade individual – de ir e vir, de justiça, direito à propriedade, direito ao trabalho – “foram outorgados ao homem livre, durante e depois da ordem escravocrata, mediante concessão dos senhores de terra”(SALES, 1994; p. 30). Da mesma forma que a cidadania concedida era uma espécie de não-cidadania civil, a concessão (ou licitação) de emissoras de rádio e TV estabelece para os não-beneficiários uma não-cidadania comunicacional. Na complexidade da tecnosfera, a cidadania também está inscrita em uma tecnocidadania, alcançada com a autonomia política e cultural de tecnosujeitos. A sensação de impotência e incapacidade diante dos grandes conglomerados de mídia e comunicação que as pessoas sentem no cotidiano é muito próxima da sensação do imigrante ilegal, do analfabeto, do indivíduo sem recurso econômico. A contemporaneidade ultrapassou os limites monetários do liberalismo e estabeleceu uma cidadania específica da tecnosfera, uma tecnocidadania.

A cidadania deixou de estar ligada a terra, ao ir e vir, porque o espaço geográfico e físico foi desterritorializado pelo espaço técnico, a cidadania (ou existência para os sindicalistas e ambientalistas) se dá na esfera técnica. Isso explica, de certa forma, a crise existencial da comunicação dos trabalhadores ou ambientalistas; são grupos que não possuem uma cidadania comunicacional na tecnosfera. De certa forma, apenas uma classe econômica, aliada a classe política, controla a cidadania comunicacional. Vive-se sem impedimento um regime pré-capitalista na comunicação, mas com discurso de liberdade moderno e liberal.

Para a sociedade civil como um todo, esse é um novo dilema, visto que estar fora do ambiente técnico é não ter cidadania ou não existir simplesmente, como pôde ser visto no cartaz da Oboré. Mas um agravante extra para os trabalhadores. Muitos sindicalistas se transformam em políticos e passam ter chances de ocupar o *espaço mediador social*. Ao se transformar em político, o sindicalista - ou qualquer outro indivíduo - sofre uma transmutação social. O político não é o sindicalista que defende uma classe social de sua origem. Ele agora defende a sua categoria social, que além do controle do espaço técnico, controla as riquezas do país.

Na tecnosfera, o político – e não o empresário – torna-se o grande expropriador do trabalho assalariado. Na sociedade contemporânea não há apenas um deslocamento do campo de força do trabalho; há também um deslocamento da expropriação do trabalho. Em um país como o Brasil em que a carga tributária alcança 40% da PIB¹⁶ (Produto Interno Bruto), torna-se necessário discutir – dentro de um legado marxista - se a expropriação do trabalho é feita pelo empregador ou pelo sistema político. O orçamento da

¹⁶ Ver AMARAL, Gilberto Luiz, OLENIKE, João Eloi e SMIJTINK, Maurício Fernando Cunha. “Carga Tributária sobre o PIB (excluída as exportações) chega a 40%”, in: www.deleon.com.br/estudocargatributaria.htm.

Câmara Federal, ou seja, um parlamento para 513 “representantes do povo”, consome nada menos que R\$ 2,477 bilhões por ano, um valor superior a alguns estados e que só perde para três megalópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (RODRIGUES, 2005).

Um sindicalista ou ambientalista nos maiores cargos executivos do país não implica em uma mudança substancial para as classes trabalhadoras e para o meio ambiente. Na verdade, não são sindicalistas ou ambientalistas; eles se transmutaram em políticos e o político não pode entrar em conflito com o político, visto que isso perturba a governabilidade; também não pode entrar em conflito com o controle do espaço mediador, visto que isso também perturba a governabilidade.

Desde 1850, os trabalhadores vislumbram na política uma forma de melhoria nas condições de vida, como uma forma de utopia. Uma utopia que nunca se realizou, nem com revoluções socialistas. Talvez seja hora de ampliar os horizontes e acrescentar uma caminhada em direção a um outro espaço social, a um novo modo de produção, ainda que isso possa ser doloroso à consciência histórica e carregue sobre as cabeças a sombra dos antepassados como fantasmas.

XIII CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Em busca de uma outra cidadania

“O Tribunal de Justiça de Porto Alegre deve julgar nas próximas semanas o caso do músico que invadiu uma rádio, armado, e obrigou o radialista a tocar músicas do CD de sua banda.

Entre uma faixa e outra, o locutor foi obrigado a ler um “manifesto” em que o cantor falava da “injustiça da mídia”, que não “deu espaço” para sua carreira.”

(Folha de S. Paulo, 23 de outubro de 2002)

Os conceitos e reflexões presentes nesse trabalho já foram expostos de forma extensa durante os capítulos. Buscou-se compreender o *espaço mediador social* em diversos momentos históricos e configurações, especialmente o momento em que foi capturado pela imprensa e pela mídia, graças a um processo que se nutriu das energias utópicas revolucionárias da esfera pública burguesa.

A apropriação do *espaço mediador social* pela mídia tem um significado profundo para a sociedade civil. Pois, se a mídia se apropria e condensa, em um processo de institucionalização, as práticas sociais e processos culturais disseminados e distendidos de forma fragmentada em diferentes períodos históricos, tem-se não uma instituição que simplesmente representa uma determinada classe social - no caso, a classe que se tornou hegemônica com o desenvolvimento capitalista - mas uma estrutura de mediação social nunca vista e cada vez mais intensa numa sociedade complexa como a contemporânea.

Claro que a ideologia liberal não pode ser minimizada nesse processo, visto que ela deu a forma industrial e empresarial que expandiu a pretensa representatividade social da mídia e a fez capaz, num processo próprio de

configuração de práticas e procedimentos internos - possíveis em um dado momento histórico da esfera pública burguesa, de crescimento das cidades e desenvolvimento tecnossocial como um todo – estabelecer-se como mediadora social de toda a sociedade, inclusive de diversos grupos revolucionários e utópicos contrários a seus procedimentos e ideologia.

Na análise apresentada foi possível verificar que o dinheiro e a troca de mercadorias sempre foram elementos constituintes do espaço da mediação social e não algo criado no espaço mediador engendrado com a imprensa e com o desenvolvimento capitalista. É certo que este processo foi elevado ao seu ponto máximo, mas não deve impedir a capacidade da reflexão de que esses processos sociais são historicamente anteriores e originalmente distintos da ascensão burguesa. Em sociedades complexas, e cada vez mais complexas, torna-se impossível imaginar um espaço mediador social sem o valor da troca de mercadorias e sem o dinheiro como medida de uma relação social. O dinheiro pertence ao processo de mediação social, assim como as trocas de bens materiais e simbólicos, que podem ser ou não mediadas por ele. O problema do dinheiro para a sociedade civil e grupos organizados ou utópicos – que muitas vezes se colocam em oposição ao que o capital representa - talvez seja o de vislumbrá-lo como fermento de uma oposição insolúvel entre a utopia coletiva e o desejo individual. Mas isso poderia ser analisado em outra pesquisa. O importante, neste caso, é reconhecer indissolubilidade do *espaço mediador social* e das práticas sociais de trocas simbólicas ou materiais, mediadas pelo dinheiro e pela comunicação.

Da mesma forma, os tecnosujeitos evidenciam para grupos sociais e utópicos que não é apropriado entender como opositores irreconciliáveis o espaço e a ação. Os tecnosujeitos são uma realidade concreta de que espaço e ação formam um híbrido e, nesse processo, se constituírem como espaços mediadores de uma

sociedade contemporânea que já não pode mais reconhecer no ambiente natural um lugar que possa ser chamado de *espaço da mediação social*.

Os tecnosujeitos se portam realmente como uma instituição totalmente inserida dentro da cultura oriunda na modernidade, mas assaz diferente de outras instituições constituídas ou remodeladas também no processo da esfera pública burguesa, como os três poderes constituídos, os partidos políticos e as organizações independentes. Nenhuma dessas instituições, por exemplo, se sustenta explicita e diretamente pelo comércio, como faz a imprensa através da venda avulsa, de assinaturas e de anúncios, assim como nenhuma dessas instituições é capaz de concorrer como a velocidade, capacidade de disseminação e deslocamento de idéias, ideologias e imagens - presentes nos tecnosujeitos. Aliás, pode-se dizer que somente o Poder Legislativo tem condições fomentar um espaço de mediação de amplitude para a vida nas grandes cidades, ainda que somente num processo intrínseco e dialógico com a mídia.

O mais relevante e que permite enxergar a imprensa de uma forma radicalmente diferente de tudo que se viu até hoje é o conhecimento, não de sua relação com a classe hegemônica capitalista - já bastante desvendada - mas a sua natureza mediadora originada em diferentes momentos históricos - e que está condensada em quase todos os seus procedimentos e práticas culturais que guardaram elementos da utopia revolucionária da esfera pública burguesa.

Ao capturar as práticas sociais mediadoras em diversos momentos históricos, a imprensa se coloca como uma instituição fundamental e de inexorável necessidade política, social e cultural para as organizações da sociedade civil. Por isso, se grupos utópicos entenderem os processos e práticas da imprensa - inclusive a troca de bens materiais e o uso mediador do dinheiro - como algo exclusivo e inerente à classe que ascendeu com o capitalismo, eles travam a sua capacidade de comunicação em uma sociedade cultural e economicamente

complexa, de grandes populações, alta velocidade, intenso deslocamento e excessiva tecnologia. Esse bloqueio é uma perda da capacidade de diálogo em igualdade de condições ocorre porque, no atual estado técnico dessa sociedade, não é mais possível o diálogo exclusivamente entre sujeitos - como nos antigos, medievais ou mesmo modernos espaços mediadores - mas sim entre os tecnosujeitos. Mas para ser tecnosujeito é imprescindível uma tecnocidadania. Uma cidadania que não se define especificamente na capacidade econômica e nem simplesmente na utilização dos elementos tecnológicos que compõem a tecnosfera ou os direitos civis – como saneamento básico, direito ao voto, direito à associação política, construção civil, automóvel, telefone, avião, fax, computador, televisão etc – mas sim no espaço técnico sob o paradoxo da mediação e da atuação. A tecnocidadania não existe em tecnologias que compõem o espaço; mas sim em tecnologias que são espaço. A tecnologia não simplesmente suprimiu o espaço e o desterritorializou; ela produziu um novo território, um novo espaço, que pode ser denominado de tecnosfera. A tecnocidadania é um passaporte para esse novo território. Um passaporte que pode evitar que grupos se apresentem com cartazes dizendo “nós existimos” ou que pessoas assaltem o *espaço mediador social* com revólveres para poder transmitir uma mensagem para a sociedade. Bons tempos os da praça.

XIV

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bibliografia

- ALVES, Castro. *Canto da Esperança*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1990.
- AMARAL, Gilberto Luiz, OLENIKE, João Eloi e SMIJTINK, Maurício Fernando Cunha. "Carga Tributária sobre o PIB (excluída as exportações) chega a 40%", in: www.deleon.com.br/estudocargatributaria.htm.
- ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. *Meio ambiente e imprensa: estudo de caso sobre a eco-92 e o Fórum Global*. Tese, Unicamp, 1994.
- BAIERLE, Sérgio Gregório. "A Explosão da Experiência: a emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre", in: *Cultures of Politics*. 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular Na Idade Média: o contexto de François Rabelais*. Edunb/Hucitec, São Paulo-Brasília, 1999.
- BAUDRILLARD, Jean. *À Sombra das Massas Silenciosas*. Brasiliense. São Paulo, 1994.
- BECK, U. *Risk Society: toward a new modernity*. Prezes Universitaires de France, Paris, 1992.
- BENÉVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1983.
- BERKES, F. And FOLKE, C. *Linking social and ecological systems for resilience and sustainability*. Cambridge U. Press.
- BOBBIO, Norberto, MATREUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, Editora da UnB, Brasília, 1986.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Zahar, Rio de Janeiro, 1988.
- BURKE, Peter e BRIGGS, Asa. *Uma História Social da Mídia*. Zahar, Rio de Janeiro, 2004.
- CAHN, M. A. *Environmental Deceptions - the tension between liberalism and environmental policymaking in the United States*. State University of New York Press. Albany, 1995.
- CALDEIRA, Júnia Marques. *Praça: Território de Sociabilidade*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1998.
- CARVALHO, Maria do Carmo. *Participação Social no Brasil Hoje*. Pólis, São Paulo, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet*. Zahar, Rio de Janeiro, 2003.
- CASTRO, Moacyr. *Comunidade de Campinas e Jornal Correio Popular: 1927-1997*. Fotocópia do autor, 1997.
- CORTEZ, G.R. *O Pensamento Negado*. Dissertação de metrado, ECA/USP, 1996.
- _____. "Impurezas da razão jornalística". In: MEDINA, C. e GRECO, M. (org.) *O Discurso Fragmentalista da Ciência*. São Paulo, ECA/USP/CNPq, 1993.
- COSTA, Sérgio. "La Esfera Pública y las mediaciones entre cultura y política" in: *Metapolítica*. Vol. 3, núm. 9, 1999.
- COULANGES, Fustel. *A Cidade Antiga*. Martin Claret, São Paulo, 2002.
- DAGNINO, Evelina. "Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania" in: *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. 1994.
- DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. Paz e Terra, São Paulo, 2002.

- DALY, H. E. "Operationalizing: sustainable development by investing in natural capital" in: A. Jamsson; M. Hammer; C. Folke e R. Costanza (eds.) Investing in Natural Capital. Island pres, Covelo. CA.
- DOBB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. LTC Editora, Rio de Janeiro, 1987.
- DURHAN, Eunice. "Movimentos Sociais: a construção da cidadania". Novos Estudos Cebrap, núm. 10, outubro de 1984.
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Zahar/UnB, Rio de Janeiro/Brasília, 1980.
- ECKERSLEY, R. Environmentalism and political theory. UCL Press, London, 1995.
- EHRLICH, P. Ecological economics and the carrying capacity of earth. pages 28-56 in: A. Jamsson; M. Hammer; C. Folke e R. Costanza (eds.) Investing in Natural Capital. Island pres, Covelo. CA.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.
- FERREIRA, Leila C. e VIOLA, E. Incertezas de Sustentabilidade na Globalização. Ed. Unicamp, Campinas, 1996.
- _____. A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo, Boitempo, 1998.
- _____. (org.) A Sociologia no Horizonte do Século XXI. São Paulo, Boitempo, 1997.
- FERREIRA, Lúcia C. Ambientalismo Brasileiro nos Anos 90: crie e oportunidade de emancipação. Nepam/Unicamp. (Texto apresentado no XXI International Congress of Latin American Studies Association. Chicago, Illinois. 1998b.
- FINGER, M. "NGOs and transformation: beyond social movement theory" in: PRINCEN, T. and FINGER, M. Environmental NGOs in world politics. Routledge, London, 1994.
- FINLEY, Moses. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Graal, Rio de Janeiro, 1991.
- _____. *Política no Mundo Antigo*. Edições 70, Lisboa, 1997.
- _____. (org) *O Legado da Grécia*. UnB, Brasília, 1998.
- _____. *Economia e Sociedade na Grécia Antiga*. Martins Fontes, São Paulo, 1989.
- _____. *Democracia Antiga e Moderna*. Graal, Rio de Janeiro, 1988.
- FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FRASER, Nancy. "Rethinking the Public Sphere – A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy" in The Phantom Public Sphere. ROBINS, B. (Org.) Univ. Minnesota Press, 1995.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. Contexto, São Paulo, 2002.
- GADINI, Sérgio Luiz. "Apartheid Social". In: A Notícia/Uol. Endereço: <http://an.uol.com.br/2000/ago/20/0opi.htm>.
- GENRO, Tarso. *Poder Local, Participação Popular, Construção da Cidadania*. Núm. 1, 1995.
- GECD - Grupo de Estudo sobre a Construção Democrática. "Os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil", "Desafios e possibilidades da participação da sociedade na construção de uma gestão pública democrática", "Esfera pública e democracia no Brasil" e "Sociedade civil e democracia: reflexões sobre a realidade brasileira". Fotocópia, Unicamp.
- GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. Unesp, São Paulo, 1991.
- GLOTZ, Gustave. *A Cidade Grega*. Difel, Rio de Janeiro, 1980.
- GOODLAND, R. The concept of environmental sustainability. Annual Review of Ecology and Systematics. 1995.
- GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST*. Vozes, Petrópolis, 2000.
- GONÇALVES, Hebe Signorini. *Organizações Não Governamentais: solução ou problema?*. Estação Liberdade, São Paulo, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. *A Concepção Dialética da História*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

- _____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.
- _____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.
- GUIMARÃES, R. *Modernidade, Meio Ambiente e Ética*. Anpocs. Caxambu, 1998.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.
- _____. *New Social Movements*. Telos, núm. 49, 1981.
- _____. “Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa” in: MARCONDES, Ciro. *Imprensa e Capitalismo*. São Paulo, Kairós, 1984b.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. Loyola, São Paulo, 1992.
- HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura*. Martins Fontes, São Paulo, 2000.
- HOGAN, D. J. e VIERIA, P.F. *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, Ed. Unicamp, 1995.
- HOBBSBORN, Eric. *A Era das Revoluções*. Paz e Terra, São Paulo, 1986.
- IANNI, Otávio. *A Globalização e o Retorno da Questão Nacional*. IFCH/Unicamp, Campinas, 2000. Col. Primeira Versão, número 90.
- _____. *Teorias da Globalização*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1995.
- KIDSON, Peter. *Arquitetura e planejamento urbano* in: FINLEY, M. (org). *O Legado da Grécia*. UnB, Brasília, 1998.
- LaMAY, C. e DENNIS, Everette E. *Media and the Environment*. Island Press, Washington, 1992.
- LAROUSSE CULTURAL, *Grande Enciclopédia. Nova Cultural*, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval*. Martins Fontes, São Paulo, 1992.
- LEIS, H. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e Globalização*. Ed. Gaia, São Paulo/ Blumenau, 1996.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Editora 34, São Paulo, 1989.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Editorial Confluência, 1952.
- MARCONDES, C. *Quem Manipula Quem*. Vozes, Petrópolis, 1992.
- MARROU, H-I. *Educação e Retórica* in: FINLEY, M. (org). *O Legado da Grécia*. UnB, Brasília, 1998.
- MARZOCHI, Samira Feldman. *O Sentido da Comunicação: o significado da inserção das ongs em redes eletrônicas no contexto da cultura de massa e das organizações internacionais*. Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, Campinas, 2000.
- MARX, Murilo. *Cidade Brasileira*. Edições Melhoramentos/Edusp, São Paulo, 1980.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1998.
- _____. *Marx, e Engels: história*. (org. Florestan Fernandes). Ática, São Paulo, 1984.
- MCCORMICK, J. *The Global Environmental Movement*. John Wiley & Sons, England, 1995.
- _____. *Rumo ao Paraíso*. Ed. Relumé-Dumará, Rio de Janeiro, 1992.
- MEDINA, Cremilda. *Entrevista: o diálogo possível*. Ática, São Paulo, 1986.
- MELO, José Marques de. *Jornalismo Opinativo*. Mantiqueira, Campos do Jordão, 2003.
- MEZZAROBA, Orides. *O Partido Político em Marx e Engels*. Editora Paralelo 27/ UFSC, Florianópolis, 1998.
- MILTON, K. *Environmentalism: the view from Anthropology*. London and New York, Routledge, 1995.
- MORAES, Lúcia Maria. *A Segregação Urbana Planejada: Goiânia, Brasília e Palmas*. Ed. UCG, 2003.
- MORRISON, R. *Ecological Democracy*. South end Press. Boston. 1995.
- MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História*. Martins Fontes, São Paulo, 1998.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Livrarias Acadêmica, São José, Francisco Alves e de Portugal, Rio de Janeiro, 1955.
- NOEL, Francisco Luiz. “Preocupação ecológica é antiga no país”, entrevista com José Augusto de Pádua. *Jornal do Brasil*, 22/03/98, pag. 9.

- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Manifesto Que Fez a História* in: Manifesto do Partido Comunista. Vozes, Petrópolis, 1996.
- OFFE, C. "New social movements: challenging the boundaries of institutional politics" in: Social Research. vol. 52, núm. 4, 1985.
- ORTIZ, Renato. *Um Outro Território: ensaios sobre a mundialização*. Olho D'água, São Paulo, 2000.
- _____. *Cultura e Modernidade*. Brasiliense, São Paulo, 1991.
- OMEGNA, Nelson. *A Cidade Colonial*. Editora de Brasília/Instituto Nacional do Livro, Brasília, s/d.
- PÁDUA, José Augusto (org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1987.
- PAEHLKE, R. *Environmentalism and the future of progressive politics*. Yale University Press. New Haven and London, 1989.
- PAEHLKE, R. C. "Environmental Values and Democracy: the challenge of the Next Century" in: VIG, J. And Kraft, M. Environmental Policy in the 1990s. CQ Press.
- PAOLI, Maria Célia. "Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político" in: Movimentos Sociais e Democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito. In: HELLMANN, M. (org.) Marco Zero, São Paulo, 1995.
- PIRENNE, Henri. *As Cidades da Idade Média*. Europa-América, 1964.
- PINHO, J. B. *Jornalismo na Internet*. Summus, São Paulo, 2003.
- PORTER, G. and BROWN, J.W. *Global Environmental Politics. Dilemmas in world politics*. Westview Press. Boulder/San Francisco/Oxford. 1991.
- PRINCEN, T. and FINGER, M. *Environmental NGOs in world politics*. Routledge, London, 1994.
- RAMOS, Luís Fernando Angerami. *Meio ambiente e Meios de Comunicação*. Annablume, São Paulo, 1995.
- RIBEIRO, Lavina Ribeiro. *A Institucionalização do Jornalismo no Brasil: 1808-1964*. Tese de Doutorado/IFCH/Unicamp, Campinas, 1998.
- _____. *Imprensa e Esfera Pública Burguesa*. Dissertação de Mestrado, UnB, Brasília, 1988.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A Democracia*. Publifolha, São Paulo, 2001.
- RIZZINI, Carlos. *O Jornalismo Antes da Tipografia*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1977.
- ROLNIK, Raquel. *O Que é Cidade*. Brasiliense, São Paulo, 1995.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. *Produção e Consumo do e no Espaço*. São Paulo, Hucitec, 1998.
- SÁ, Domingos Bernardo. "Conceitos e Reflexões Jurídicas", in: GONÇALVES, Hebe Signorini (org). *Organizações Não-Governamentais: solução ou problema?* Estação Liberdade, São Paulo, 1996
- SENNET, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. Cia. das Letras, São Paulo, 2002.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Martins Fontes, São Paulo, 1983.
- SALES, Teresa. "Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira" in: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Ampocs, núm. 25, 1994.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. Paz e Terra, São Paulo, 1995.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *Uma cartografia simbólica das representações sociais?*. In: Revista Espaço e Debates, número 33, 1991.
- SANTOS, Milton. "A normalidade da crise?". Folha de S. Paulo, 26/09/99. Caderno Mais!, p.5.
- _____. *Por Uma Economia Política da Cidade*. Hucitec, São Paulo, 1994.
- _____. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Edusp, São Paulo, 2002.
- _____. Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as Novas Tecnologias*. Editora 34, São Paulo, 2003.

- SANTOS, Wanderley Guilherme dos Santos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Campus, Rio de Janeiro, 1979.
- SANDRINI, João. “Argentina tem mais de 50% de pobres?” in: Folha de S. Paulo, 10/06/02, p. B3. Cad. Dinheiro.
- SARAMAGO, José. *A Bagagem do Viajante*. Cia das Letras, São Paulo, 2004.
- SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. Ed. Loyola, São Paulo, 1993.
- _____. “ONGs na América Latina: trajetória e perfil”. In: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais. Cortez/UFSC, São Paulo/Florianópolis, 1995
- SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira. (Org). *São Paulo: Povo em Movimento*. Vozes/Cebrap, Petrópolis, 1981.
- SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a Cidade – Uma introdução Crítica ao Planejamento Urbano*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2003
- STEPHENS, Mitchel. *Uma História das Comunicações: dos tantãs aos satélites*. Civilização Brasileira, 1993.
- SVIRSKY, E. “ONGs e meio ambiente”. In: Debates Socioambientais. Cedec, Ano 3, número 10, 1998.
- SVIRSKY, E. e CAPOBIANO, J. P. *O Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. ISA/SMA. São Paulo, 1996.
- TELLES, Vera da Silva. “Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt”. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. Vol. 2, núm. 1, 1º semestre de 1990.
- TOURAINE, Alain. *Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina*. Editora da Unicamp/Trajatória Cultural, Campinas, 1989.
- _____. *A Crítica da Modernidade*. Vozes, Petrópolis, 1994.
- THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo, Companhia da Letras, 1989.
- TRINDADE, A.A. e CASTRO, M. F. *A Sociedade Democrática no Fim de Século*. Ed. Paralelo 15, 1998.
- VIOLA, E. “A dinâmica do ambientalismo e o processo de globalização” in: São Paulo em Perspectiva. vol. 6, núm. 1. São Paulo, 1992.
- VIG, J. And KRAFT, M. *Environmental Policy in the 1990s*. CQ Press. Whashington, 1990.
- VIRILIO, Paul. *Velocidade e Política*. Estação Liberdade, São Paulo, 1997.
- _____. *A Arte do Motor*. Estação Liberdade, São Paulo, 1996.
- _____. “Os motores da história”. In: ARAÚJO, Hermetes Reis (org.). *Tecnociência e Cultura*. Estação Liberdade, São Paulo, 1996b.
- _____. *A Bomba Informática*. Estação Liberdade, São Paulo, 1999.
- YEARLEY, Steven. *Sociology, Environmentalism, Globalization*. London, Sage Publications, 1996.
- WARREN, I.S. *Redes de movimentos sociais*. Ed. Loyola, São Paulo, 1993.
- WEBER, Demétrico. “Menos da metade dos municípios criou conselhos” in: O Estado de S. Paulo. Geral, p. A-18 em 31/08/00.
- WILLIAMS, Raymond. *The Long Revolution*. Penguin Books. New York. 1961.
- WINTON, R. I. e GARNSEY, Peter. *Teoria Política* in: FINLEY, M. (org). O Legado da Grécia. UnB, Brasília, 1998.

2. Artigos e notícias da imprensa

- ANGELO, Cláudio. *“Ambientalismo sofre de esclerose, diz americano”*. Entrevista com Michael Schelleberg. Folha de S. Paulo, 14 de fevereiro de 2005, pág. A16.
- BOCCHINI, Lino. *“Revista dá trabalho e voz a sem-teto”*, in: Folha de S.Paulo, 06/07/02, p. E4. Cad. Ilustrada.
- CARIELLO, Rafael e MARREIRO, Flávia. *Igreja Universal e os bancos ganham poder, diz Datafolha*. Folha de S.Paulo, 4 de janeiro de 2004. pág. A4.
- CARIELLO, Rafael. *Universal inicia criação de partido político*. Folha de S. Paulo, 13 de janeiro de 2005.
- COELHO, Luciana. *TV dos EUA para árabes espera ajudar moderadores*. Folha de S.Paulo, 21 de Março de 2004. pág. A20.
- _____. *País é o 4º do mundo em produção de transgênico*. Folha de S.Paulo, 22 de dezembro de 2004. pág. B12.
- CORTEZ, G.R. *“Palestra mostra vários conceitos da notícia”* in: Correio Popular. Campinas, 24/09/99, p. 4-cidades.
- FORMENTI, Lígia. *“Metade das Crianças tem anemia”*. O Estado de São Paulo, 20 de julho de 2000, pág. A17.
- FRANCISCO, Luiz. *Afilhada da Globo, TV Bahia, de ACM, é acusada de boicotar adversários*. Folha de S.Paulo, 6 de agosto de 2001. pág. A7.
- GRAMACHO, Wladimir. *“ACM quer reduzir dependência da Globo”* in: *Folha de S. Paulo*, 4 de julho de 2000, Caderno Brasil, p. A13.
- GOIS, Antônio. *Terceiro setor cresce 157% em seis anos*. Folha de S. Paulo, 11 de dezembro de 2004. pág. C3.
- JANSEN, Roberta. *Segundo IBGE, 28% das cidades têm favelas*. O Estado de S.Paulo, 18 de abril de 2001. pág. C1.
- _____. *Televisão chega a 98,3% dos municípios*. O Estado de S.Paulo, 18 de abril de 2001. pág. C1.
- JOBIM, Nelson Franco. *“Centro de Estudos propõe código de ação para ONGs”*. O Estado de S. Paulo, 9 de agosto de 2000. pág. A19.
- _____. *“Greenpeace perde sócios e entra em crise”*. Folha de S. Paulo, 6 de agosto de 2000b, pág. A17.
- LATOUR, Bruno. *“Antídoto à paralisia”*. Folha de S. Paulo, 17 de maio de 1998. pág. 5-3.
- LEE, Anna e ESCÓSSIA, Fernanda da. *“Governo faz ofensiva no horário nobre”*. Folha de S. Paulo, 4 de julho de 1998. pág. 1-5.
- LEWINSHON, Rachel. *“Lula, Chagas, New York Times?”*. Jornal da Unicamp, 7 a 21 de junho de 2004, pág. 2.
- LOBATO, Elvira. *Governo divulga nomes de acionistas de rádios e TVs*. Folha de S.Paulo, 29 de novembro de 2003. pág. A10.
- _____. *Concessão para grupo de Azevedo abre crise*. Folha de S.Paulo, 27 de agosto de 2003b. pág. A6.
- _____. *FHC distribui rádios e TVs educativas para políticos*. Folha de S. Paulo, 25 de agosto de 2002. pág. A4.
- _____. *Prefeito contradiz Pimenta da Veiga sobre uso político*. Folha de S.Paulo, 25 de agosto de 2002. pág. A5.
- _____. *Ministério freia concessões de emissoras educativas*. Folha de S.Paulo, 28 de agosto de 2002. pág. A4.

- _____. *Políticos controlam 24% das TVs do país*. Folha de S. Paulo, 6 de agosto de 2001. pág. A6.
- LUCENA, Eliana. “Contra tudo e contra todos”. Entrevista com Gilney Viana. *Jornal do Brasil*. 22 de março de 1998. pág. 12.
- MAISONNAVE, Fabiano. “*Jornal gratuito quer rivalizar com Post*”. Folha de S. Paulo, 2 de fevereiro de 2005, pág. A11.
- NOEL, Francisco Luiz. “*Preocupação Ecológica é antiga no país*”. *Jornal do Brasil*, 22 de março de 1998. pág. 9.
- RICH, Frank. “*Repórteres falsos promovem Casa Branca*”. Folha de S. Paulo, 20 de fevereiro de 2005. pág. A23.
- ROANET, Sérgio Paulo. “*Fato, ideologia, utopia*”. Folha de S. Paulo, 24 de março de 2002. pág. 14, caderno Mais!
- _____. “*A morte e o renascimento das utopias*”. Folha de S. Paulo, 25 de junho de 2000, págs. 15/16/16 do Caderno Mais!.
- RODRIGUES, Fernando. “*Verbas da Câmara superam as de 8 Estados*”. Folha de S. Paulo, 20 de fevereiro de 2005. pág. A12.
- RUTENBERG, Jim. *EUA lançam TV árabe para o Oriente Médio*. Folha de S. Paulo, 18 de dezembro de 2003.
- SANDRINI, João. *Argentina tem mais de 50% de pobres*. Folha de S. Paulo, 10 de junho de 2002. pág. B3.
- SANTOS, Laymert Garcia. *Tecnociência no centro da discussão (embora ela não goste)*. Entrevista feita por Álvaro Kassab. *Jornal da Unicamp*, 8 a 23 de dezembro de 2003. Campinas, Unicamp.
- SEABRA, Catia. “*Com Eunício, Ceará expande comunicação*”. Folha de S. Paulo, 1 de março de 2005, pág. A10.
- SILVA, Fernando de Barros e. “*Utopia liberal chega à sua fase totalitária, diz Fiori*”. Folha de S. Paulo, 13 de abril de 1998, pág. 1-4.
- ZANINI, Fábio. “*Revista de sem-teto é sucesso em Londres*”. Entrevista com Maria Clancy. Folha de S. Paulo, 31 de janeiro de 2000, pág. 1-4.

2.1 Notícias sem autoria creditada

- “*Emissoras estão em poder de poucos*”. Folha de S. Paulo, 6 de agosto de 2001. pág. A6.
- “*500 Anos de injustiça*”. *Diário do Povo*, Campinas, 15/08/99, caderno Economia. (Sem autoria identificada)
- “*Tvs Dizem ser profissionais com políticos*”. Folha de S. Paulo, 6 de agosto de 2001. pág. A7.
- “*Grupo estado estreia na televisão*”. *O Estado de S. Paulo*, 11 de dezembro de 2001. pág. B5.
- “*Assembléia de Deus tem mais fiéis*”. In: *Bol/Folha de S. Paulo*. 13 de maio de 2002.

3. Crédito de figuras

Figura 01 – O ESPAÇO SURRUPLADO

MENOCCHI, Simone. “*Desaparece das Bancas o jornal com denúncias*”, matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo, em 24 de março de 2005. pág. C3.

Figura 02 – A MEDIAÇÃO SOCIAL

CORRÊA, Hudson. “*Índia de 3 anos morre de desnutrição em MS*”. Folha de S. Paulo, 10 de fevereiro de 2005. pág. A7.

Figura 3 – ÁGORA DE ASSOS

BENÉVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1983. pág. 132.

Figura 04 – ÁGORA DE ATENAS

JONES, Peter V. (org). *O Mundo de Atenas: uma introdução à cultura clássica ateniense*. Martins Fontes, São Paulo, 1997. pág. 84.

Figura 05 – A BALADA NOTICIOSA

STEPHENS, Mitchel. *Uma História das Comunicações: dos tantãs aos satélites*. Civilização Brasileira.

Figura 06 – O JOGRAL EM COLUNAS E ILUSTRAÇÃO

RIZZINI, Carlos. *O Jornalismo Antes da Tipografia*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1977. pág. 12.

Figura 07 – O LIVRETO E O GÊNERO SENSACIONALISTA

STEPHENS, Mitchel. *Uma História das Comunicações: dos tantãs aos satélites*. Civilização Brasileira.

Figura 08 – A PRAÇA MEDIEVAL

LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval*. Martins Fontes, São Paulo, 1992. pág. 3.

Figura 09 – A PRAÇA EM TRANSFORMAÇÃO

PEIXOTO, Paulo. “*Órgão Público dá lugar a área cultural em BH*”, matéria publicada na Folha de S. Paulo, em 18 de março de 2005, pág. C6.

Figura 10 – OS CAFÉS

STEPHENS, Mitchel. *Uma História das Comunicações: dos tantãs aos satélites*. Civilização Brasileira.

Figura 11 – GAZETA EM FORMA DE CARTA

RIZZINI, Carlos. *O Jornalismo Antes da Tipografia*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1977. pág. 102.

Figura 12 – GAZETA MANUSCRITA

RIZZINI, Carlos. *O Jornalismo Antes da Tipografia*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1977. pág. 97.

Figura 13 – PRIMEIROS JORNAIS IMPRESSOS

STEPHENS, Mitchel. *Uma História das Comunicações: dos tantãs aos satélites*. Civilização Brasileira.

Figura 14 – OS PRIMÓRDIOS IDEOLÓGICOS

STEPHENS, Mitchel. *Uma História das Comunicações: dos tantãs aos satélites*. Civilização Brasileira.

Figura 15 – O ESPAÇO MEDIADOR, SEGUNDO A GLOBO

Publicidade da Rede Globo de Televisão publicada na Folha de S. Paulo, em 21 de março de 2005.
pág. E6.

Figura 16 – A MÁQUINA DE PRODUZIR ESPAÇO

SÁ, Nelson de. “*A Máquina*”, publicada na Folha de S. Paulo, em 14 de março de 2005, pág. A7.
Nota da coluna Toda Mídia.

Figura 17 – EXCLUSÃO EXISTENCIAL

MATTOS, Laura. *O músico invasor e o esquema de jabs nas rádios*. Folha de S.Paulo, 23 de outubro de 2002. pág. E2.

Figura 18 – EXCLUSÃO EXISTENCIAL ETERNA

“*A imprensa sindical existe e precisa durar para sempre*”. Cartaz produzido pela ong Oboré Assessorial Sindical.

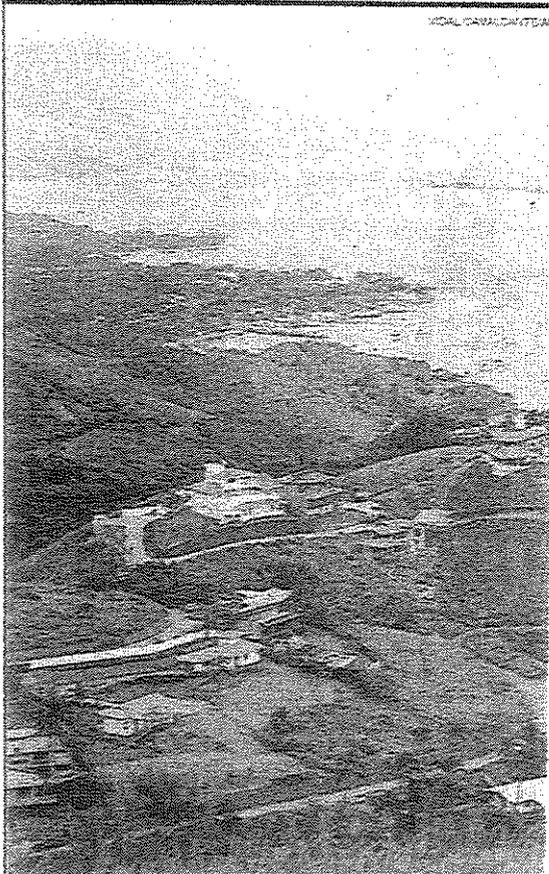
XV
ANEXO

O ESPAÇO SURREPIADO (figura 01)

CIDADES/METRÓPOLE

O ESTADO DE S. PAULO * QUINTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2005

WAL CARVALHO/STPAZ



Desaparece das bancas o jornal com as denúncias

Para comerciantes, imobiliária acusada tentava evitar que a notícia fosse lida

Simone Mencocchi
ILHABELA

Todos os exemplares do Estado desapareceram ontem logo cedo das sete bancas de jornais de Ilhabela. O jornal trazia reportagem sobre a venda irregular de terrenos nos loteamentos de Siriúba 1 e 2 e no Parque Estadual de Ilhabela e a participação do prefeito Manoel Marcos de Jesus Ferreira (PTE) na imobiliária responsável pelas transações comerciais nessas áreas. Na Banca da Barra, por exemplo, funcionários informaram que todos os exemplares foram levados de uma só vez antes das 8 horas.

principal banca do município vizinho também não havia mais nenhum exemplar.

O prefeito Manoel Marcos negou qualquer envolvimento com o desaparecimento dos jornais das bancas. "Eu jamais faria isso, nem o pessoal da imobiliária. Eu tenho o maior interesse em esclarecer tudo. Vou apresentar minha defesa no momento certo."

Diante da venda rápida dos exemplares, a Associação dos Amigos de Ilhabela (Amailha) fez cerca de cem cópias da reportagem para distribuir à população. "Eu pagaria mais de R\$ 10 por um exemplar", disse o jornalista Fernando de Santis, que me-

A MEDIAÇÃO SOCIAL (figura 02)

QUESTÃO INDÍGENA É o 2º caso do ano Índia de 3 anos morre de desnutrição em MS

HUDSON CORRÊA

DA AGENCIA FOLHA EM CAMPO GRANDE

Uma menina índia de três anos e 11 meses de idade morreu de desnutrição, segundo atestado de óbito, antenotem em Dourados (219 km de Campo Grande). É o segundo caso neste ano. No dia 11 de janeiro, morreu um bebê indígena de apenas oito meses.

Em 2004, a desnutrição matou 15 índios menores de cinco anos nas aldeias de Mato Grosso do Sul, segundo a Funasa (Fundação Nacional de Saúde).

Em janeiro, a Folha informou que a mortalidade infantil entre os índios de Mato Grosso do Sul aumentou 25% em 2004 e chegou a 60 por mil nascidos vivos enquanto a média da população brasileira, segundo o Ministério de Saúde, é 34 por mil.

O Centro de Recuperação de Desnutridos, mantido em Dourados pela Missão Evangélica Católica, estava ontem com 34 crianças

(Fundação Nacional do Índio) pediu R\$ 3,5 milhões ao G8 formado pelos países mais ricos do mundo (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá) e a Rússia.

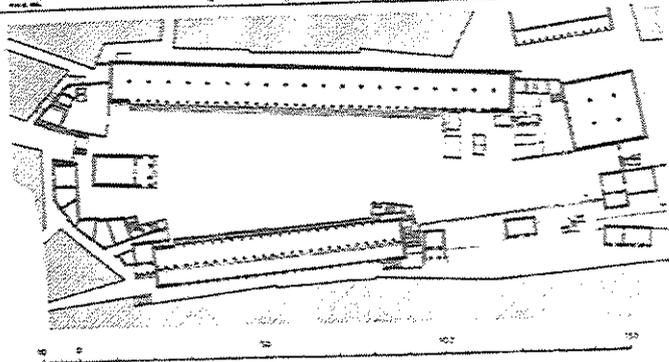
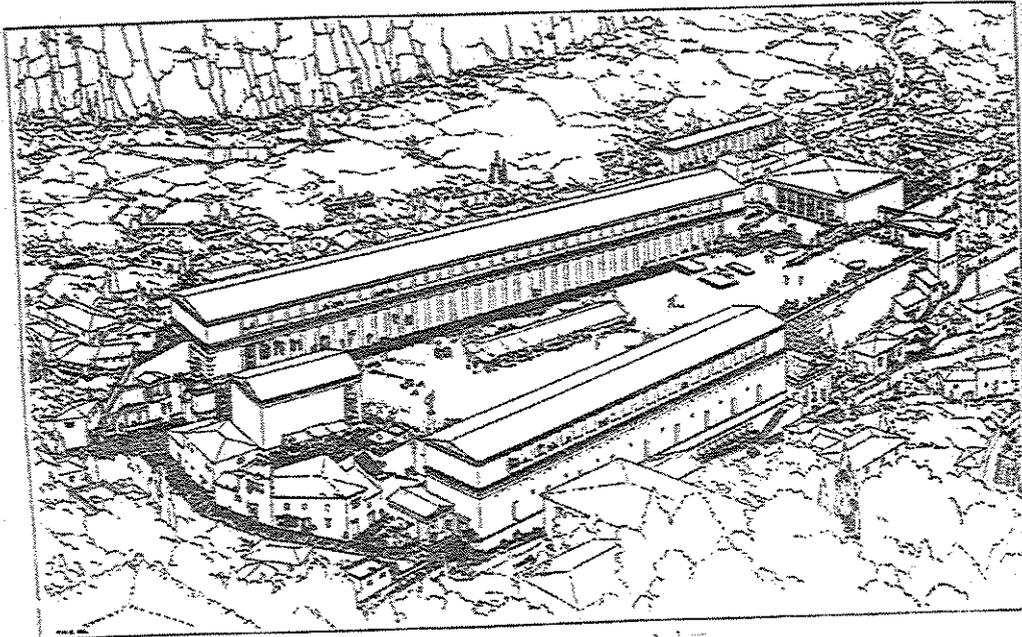
O Ministério do Desenvolvimento Social mantém um Fome Zero Indígena nas aldeias de Mato Grosso do Sul. O governo do Estado recebeu R\$ 5 milhões, de agosto a novembro de 2003, mas ainda falta aplicar no projeto R\$ 1 milhão, verba que está parada.

O governo estadual informou que destinará mais 1.200 cestas do programa Fome Zero às aldeias por mês, além das 1.782 que são entregues atualmente.

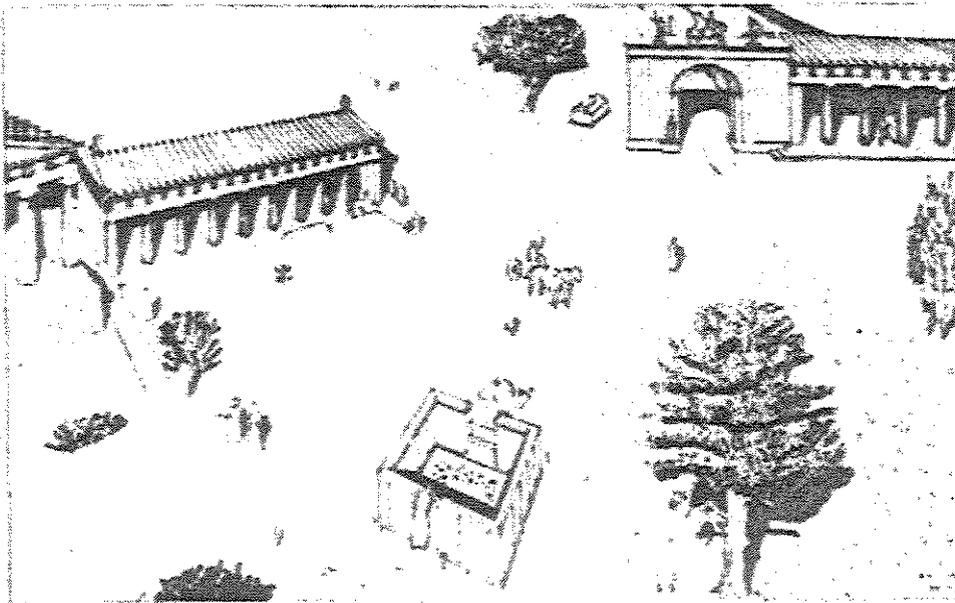
O Ministério do Desenvolvimento Social decidiu começar por Mato Grosso do Sul a inclusão de índios no Bolsa-Família devido à morte por desnutrição registrada em crianças no Estado.

Com isso, famílias indígenas da região de Dourados passarão a ser beneficiadas com a transferência

ÁGORA DE ASSOS
(figura03)



ÁGORA DE ATENAS (figura04)



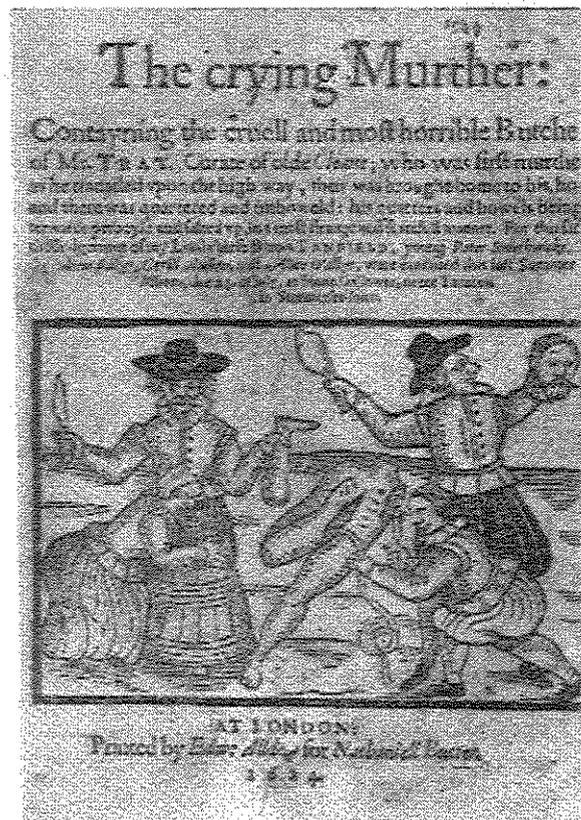
1:13 Reconstrução (desenho) do canto noroeste da *agorá* mostrando (da esquerda para a direita) a *Stoá* de Zeus, a pequena *Stoá* do arconte rei na qual eram afixadas as leis de Atenas, um arco de construção mais recente e a *Stoá Poikilē*.

O JOGRAL EM COLUNAS E ILUSTRAÇÃO (figura 06)



Jogral. 4 Miniaturo de um manuscrito francês do século XIII).

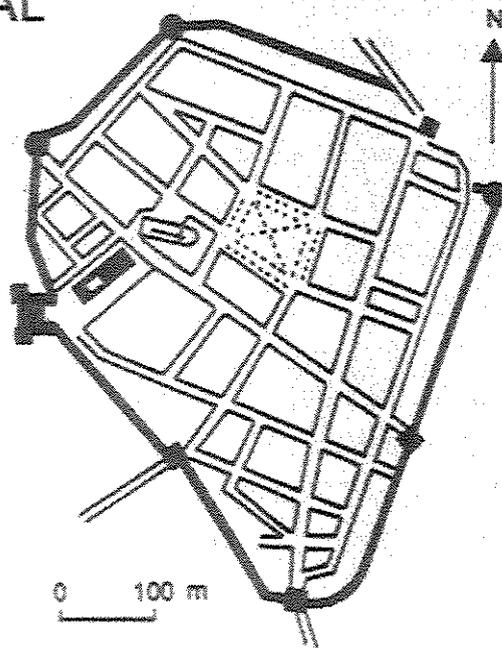
O LIVRETO E O GÊNERO SENSACIONALISTA (figura 07)



O sensacionalismo era corrente nas "baladas" e "boletins noticiosos" dos séculos XVI e XVII. Vê-se aqui a capa de um livreto publicado em Londres em 1624, relatando escabroso assassinato e mutilações subsequentes.

A PRAÇA MEDIEVAL (figura 08)

Uma realização do urbanismo voluntário (1144): Montauban.
A praça é o centro da cidade, reproduzindo-lhe a forma trapezoidal.



A PRAÇA EM TRANSFORMAÇÃO (figura 09)

C 6 sexta-feira, 18 de março de 2005

COTIDIANO

URBANISMO Secretarias deixarão a praça da Liberdade, na capital mineira, para dar lugar a cinemas, teatros e

Órgão público dá lugar a área cultural

PAULO FERRETO

ARTISTAS E CIDADÃOS ENCONTRAM

A "molhada das secretarias competenciais" do governo mineiro, como escreveu o poeta Carlos Drummond de Andrade no poema "Jardim da Praça da Liberdade", em Belo Horizonte, terá um novo estilo e um novo sentido, mais cultural e menos burocrático — fruto do ambiente burocrático em torno da praça.

O governo de Minas Gerais, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, lançou ontem o projeto Circuito Cultural Praça da Liberdade, que visa transformar as prédios públicos do entorno da praça em um conjunto de centros de atividades culturais.

Até o final do ano que vem, prevê-se a construção de projetos, no período em estilo eclético (do final do século 19) que abrigará, inicialmente, quatro secretarias: saúde, planejamento, cultura e educação. A ideia é criar um eixo de revitalização e a utilização das edificações. Uma empresa de administração irá cuidar da manutenção do espaço da Liberdade, sede do governo mineiro. O plano prevê o aumento significativo da



Visão da praça da Liberdade, em Belo Horizonte, de onde sairão as secretarias governamentais para a entrada de espaços culturais.

revitalização e a utilização das edificações. Uma empresa de administração irá cuidar da manutenção do espaço da Liberdade, sede do governo mineiro. O plano prevê o aumento significativo da

praça toda o poder público mineiro constituirá o responsável.

O projeto foi lançado na abertura da praça, no centro de conjuntos de prédios tombados pelo patrimônio histórico estadual. Entre-

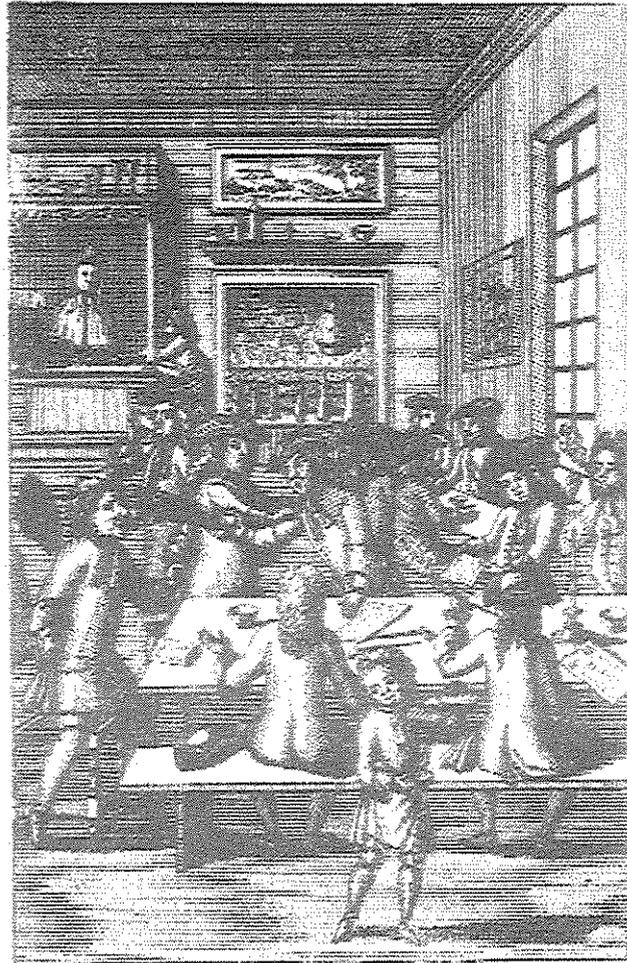
oparam empresas e artistas, que também trabalharão no desenvolvimento político-partidário do ano.

Espacos de convivência

A transformação do prédio da

Polícia em um centro de ensino público e espaço cultural será financiado por uma sociedade. O prédio da Defesa Social será um Centro Cultural Banco de Minas. Outro espaço de convivência será

O ESPAÇO DOS CAFÉS (figura 10)



Na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII, os cafés eram centros de intercâmbio de notícias. Esta gravura realista, colhida do álbum *Vulgar Britannicus*, de Edward Ward, publicado em 1710, mostra que havia discussões bem acaloradas.

GAZETA MANUSCRITA
(figura 12)

FOLHETO DE LISBOA

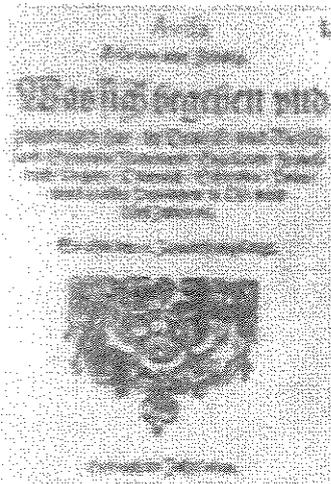
Sabbado, 2 de Janeiro de 1740.

ANTILOQUIO

Assim como ouzo das Gazetas entre as Naçoens estrangeiras é tam vulgar, que no dia, em que se publica, se vê até nas mãos dos agoadeyros das Cortes para saberem as notícias do mandado do sr.oco de Lym limitado cubto, incomparavelmente diminuto ao que se dá pela de de Reyna, por cauza dos gastos das Impressões della, assim tambem o estylo dos Folhetos entre as mesmas Naçoens é tam praticado em todas as semanas, que nas mezas das Senhoras é o melhor praticado, e nas cazas do recreo cam dos cavalleyros

Primeira página do 1.º número do "Folheto de Lisboa", 1740.

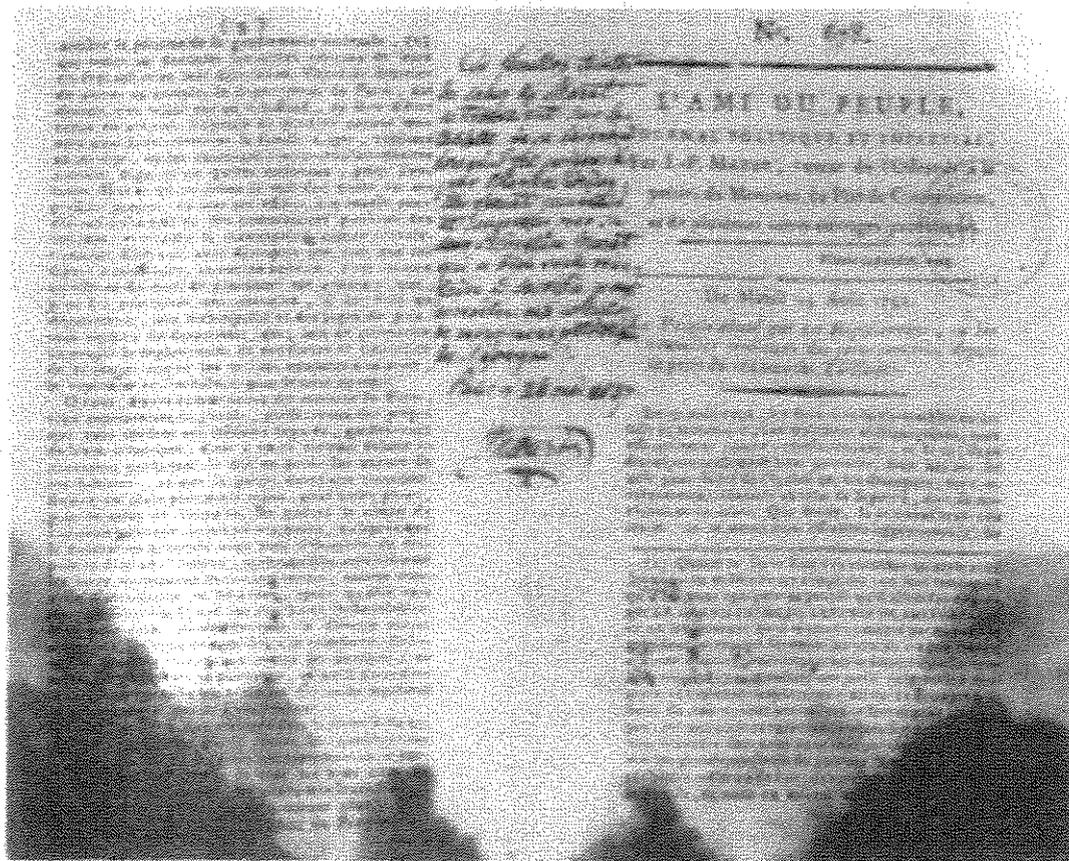
OS PRIMEIROS JORNAIS (figura 13)



Os dois primeiros jornais impressos da América do Sul existem desenhados em folhas. Foram publicados por Alvarado, provavelmente o alemão, Guttenberg e Trunty, los quais provavelmente inspiraram em Wulffschlaegel e Schulerer a "Zeytung nach Hartmann" editado em Strassburg (Alemanha). Também aqui se reproduziram os mapas dos navegantes e os artigos que se encontravam, sob o nome de "Jornal", de 1492.



OS PRIMÓRDIOS IDEOLÓGICOS (figura 14)



O *L'Ami du Peuple*, de Jean-Paul Marat, era um dos mais agressivos dos numerosos jornais revolucionários que circularam em Paris durante a Revolução Francesa. Marat foi assassinado em 1793, e a mancha que se nota ao pé desse exemplar foi causada pelo sangue do próprio agitador republicano.

O ESPAÇO MEDIADOR, SEGUNDO A GLOBO
(figura 15)



26 estados,
5.500 municípios e
1 jornal nacional.

Os próximos 40 anos estão nascendo. O futuro já começou. A gente se vê por aqui.

A MÁQUINA DE PRODUZIR ESPAÇO (figura 16)

A MÁQUINA

Colunistas diversos já haviam denunciado, no próprio "New York Times", mas a edição de domingo atestou pela primeira vez, no alto da primeira página, a amplitude — e o êxito — dos esforços do governo George W. Bush para distribuir propaganda como notícia.

Em longa reportagem identificada como "A máquina da mensagem. Como o governo faz notícia", o jornal detalha, por exemplo, como uma pseudo-reportagem atestando proteção estatal à qualidade da água terminou sendo veiculada em mais de 200 emissoras nos EUA.



No "NYT", acima do título "Sob Bush, uma nova era de notícia empacotada", quatro fotos de "reportagens" feitas e distribuídas pelo governo americano

Under Bush, a New Age of Prepackaged News

A EXCLUSÃO EXISTENCIAL
(figura 17)

OUTRA FREQUÊNCIA

O músico invasor e o esquema de jabás nas rádios

LAURIA MATTOS
DA REPÓRTER LOCAL

O Tribunal de Justiça de Porto Alegre deve julgar nas próximas semanas o caso do músico que invadiu uma rádio, armado, e obrigou o radialista a tocar músicas em CD de sua banda.

Fora uma faixa e outro, o locutor foi obrigado a ler um "manifesto" em que o cantor falava da "injustiça da mídia", que não "deixava espaço" para sua carreira.

A polêmica judicial agora é se houve ou não assalto. A acusação diz que sim, que o cantor roubou o espaço de radiodifusão. Para a defesa, não, porque, pela lei, "roubar é subtrair para si, mediante violência coisa alheia móvel".

Marcus Vinícius Decristiani dos Santos, 27, vocalista do Akim do Céu Cinquenta, ex-cover do Legião, acabou preso depois de apontar um revólver 38 para a cabeça do locutor da Atlântida FM.

O episódio acaba de completar

um mês, e Marcus, hoje em liberdade provisória, já ensina paisões de popstar. Contratou uma produtora em São Paulo e negocia entrevistas no SBT e na Band.

A TV, que leva fêlo do céu ao inferno em segundos, não perde o "drama do cantor que não consegue mostrar seu talento".

Oportunismos de todos lados à parte, o que nos interessa é outro papo: se tudo der certo para Marcus Vinícius na justiça, ele pretende incorporar o discurso "pelo fim dos jabás nas rádios".

Lebão já levantou essa bandeira. Denuncia a prática que todo mundo sabe que existe em muitas estações, mas ninguém tem coragem de assumir: gravadoras pagam para que as músicas sejam executadas. Ou isso é fato em qualquer lugar ou não, mas o fato é que o critério de programação de uma rádio não é o que ela quer executar, mas o que o disco é lançado.

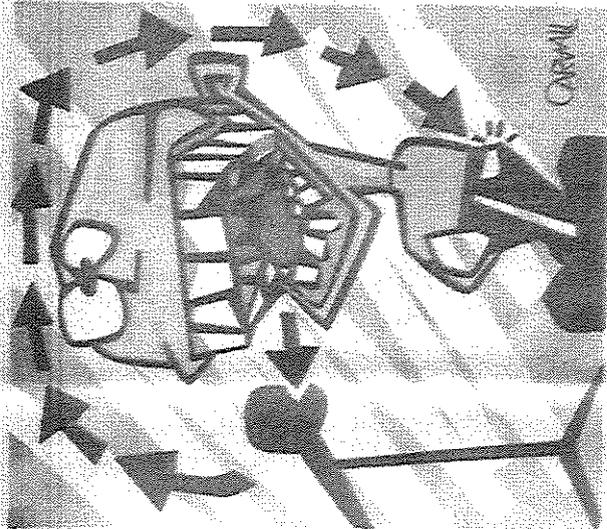
Antigamente, o acordo era feito

em silêncio, mas hoje, com liberdade provisória, já ensina paisões de popstar. Contratou uma produtora em São Paulo e negocia entrevistas no SBT e na Band.

A TV, que leva fêlo do céu ao inferno em segundos, não perde o "drama do cantor que não consegue mostrar seu talento".

Oportunismos de todos lados à parte, o que nos interessa é outro papo: se tudo der certo para Marcus Vinícius na justiça, ele pretende incorporar o discurso "pelo fim dos jabás nas rádios".

Lebão já levantou essa bandeira. Denuncia a prática que todo mundo sabe que existe em muitas estações, mas ninguém tem coragem de assumir: gravadoras pagam para que as músicas sejam executadas. Ou isso é fato em qualquer lugar ou não, mas o fato é que o critério de programação de uma rádio não é o que ela quer executar, mas o que o disco é lançado.



MIAI
Jov
Bande
Richard
Mistop
Morada
A
Jans. Line
Fonte: Roy

@ → lauriamattos@rep.rr.br

